



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO e INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
Programa de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares

MARCELA BRAGA DE SOUZA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Nova Iguaçu/RJ
Fevereiro de 2017

MARCELA BRAGA DE SOUZA

**REFORMA DO ESTADO, GERENCIALISMO E PARCERIAS
PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
uma análise a partir de instituições escolares filantrópicas de Volta Redonda/RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais.

**Orientador:
Prof. Dr. José dos Santos Souza**

**Nova Iguaçu/ RJ
Fevereiro de 2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Grupo de Pesquisas Trabalho, Política e Sociedade – GTPS
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SOUZA, Marcela Braga de

So729r Reforma do Estado, gerencialismo e parcerias público-privadas na educação básica: uma análise a partir de instituições escolares filantrópicas de Volta Redonda/RJ. Marcela Braga de Souza; orientador José dos Santos Souza. - Seropédica, 2017.

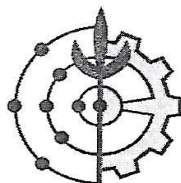
195 p.

Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Bibliografia: p. 184-195

1. Reforma do Estado - Brasil. 2. Políticas Públicas - Brasil. 3. Parcerias Público/Privadas - Brasil. 4. Política Educacional - Brasil. 5. Volta Redonda (RJ). I. Souza, José dos Santos, orient. II. Título.

CDD 370



UFRRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO e INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
Programa de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares

MARCELA BRAGA DE SOUZA

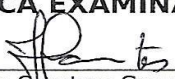
**REFORMA DO ESTADO, GERENCIALISMO E PARCERIAS PÚBLICO-
PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:**
uma análise a partir de instituições escolares filantrópicas de Volta
Redonda/RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

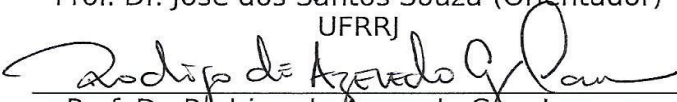
Linha de Pesquisa: Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais

Versão submetida à defesa
pública em 21/02/2017.

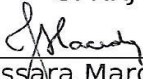
BANCA EXAMINADORA



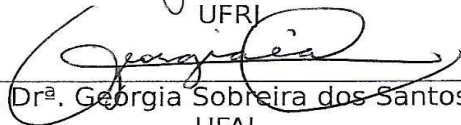
Prof. Dr. José dos Santos Souza (Orientador)
UFRRJ



Prof. Dr. Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa
UFRRJ



Profª. Drª. Jussara Marques de Macedo
UFRI



Profª. Drª. Geórgia Sobreira dos Santos Cêa
UFAL

Nova Iguaçu/ RJ
Fevereiro de 2017

*Dedico este trabalho a meus
pais: Elizete e Welinton.*

AGRADECIMENTOS

Concluir um mestrado acadêmico sempre me pareceu algo distante e impossível. Mas aqui estou eu, finalizando mais essa etapa que não foi fácil e nem simples. Uma fase onde tive que me dedicar mais do que esperava, que desconstruí grandes certezas, que me fez ter um olhar diferente da academia e da educação e, principalmente, me fez enxergar aquelas pessoas que realmente irão ficar ao meu lado em todos os momentos (bons e ruins) da minha vida.

Agradeço a minha mãe, que mesmo sem entender muito o “motivo de tanto estudo”, esteve ao meu lado me dando condições de me dedicar exclusivamente ao mestrado e ao trabalho.

Agradeço ao meu pai, aquele que tem ideias completamente opostas às minhas, mas que me respeita, me ama e me incentiva nas minhas decisões.

Agradeço ao Érick, que nessa etapa, mesmo de longe, me deu coragem para continuar e nunca desistir.

Agradeço ao meu querido orientador, Prof. Dr. José dos Santos Souza pela imensa paciência, pela sabedoria inigualável, pela parceria e por me apresentar novos caminhos.

Meus familiares: tio Deco e tio Ade; meus queridos irmãos; Eliane; Régis e Tiely. Minhas amigas da SMAC e do Rosário, e minhas parceiras Dani, Thaís e Márcia, que mesmo não estando no dia a dia compreenderam meus motivos de afastamento nessa etapa.

Aos professores do PPGEduc, assim como aos funcionários da UFRRJ, que contribuíram tanto para minha formação.

Aos colegas da turma de mestrado de 2015, em especial Célia Veiga, Cinthia Marujo e Renata pelo companheirismo e por tornarem minha luta diária mais leve.

Agradeço a todos os membros do GTPS, que me proporcionaram um grande aprendizado nesses dois anos, em especial à Prof. Dra. Jussara Marques de Macedo e ao Prof. Dr. Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa, que aceitaram participar da minha banca examinadora e contribuíram enormemente com seus apontamentos e críticas, assim como a Prof. Dra. Geórgia Sobreira dos Santos Cêa que ofereceu contribuições fundamentais ao meu objeto de pesquisa.

Um agradecimento especial ao povo brasileiro que, por meio de impostos, tornou possível a realização deste trabalho em uma universidade pública, gratuita e de qualidade, apesar de sua grande maioria não ter tido a oportunidade de desfrutar dela, como foi possível para mim.

Finalmente, agradeço a Deus, que hoje o enxergo como a força maior que nos move, que nos faz persistir e nos dá fortaleza nos momentos que mais precisamos.

SOUZA, Marcela Braga. **Reforma do Estado, gerencialismo e parcerias público-privadas na Educação Básica:** uma análise a partir de instituições escolares filantrópicas de Volta Redonda/RJ. Seropédica (RJ): 2017. 195 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDuc). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

RESUMO

As parcerias público-privadas propostas a partir da Reforma do Estado, desde o governo Fernando Henrique Cardoso até o atual, integram um conjunto de metas de uma reforma que preconiza um novo modelo de gestão pública voltada para o gerencialismo. Um dos propósitos do neoliberalismo e da terceira via é que essas parcerias possam minimizar os custos públicos com políticas sociais – não pela garantia de eficiência das instituições privadas e filantrópicas, mas pela precarização do serviço prestado, pela perda da dimensão de universalidade e pela distorção do atendimento aos direitos do cidadão. Nesse sentido, criaram-se leis de incentivo ao desenvolvimento das organizações sociais, da filantropia empresarial, de serviço voluntário, de *marketing* social e outras atividades, para criar-se uma imagem de que tais serviços, quando realizados pelo setor privado e pelas instituições filantrópicas, são mais eficientes e de melhor qualidade, inclusive os educacionais. Diante deste contexto, tomaram-se como objeto de estudo as estratégias de parcerias público-privadas, de modo a racionalizar gastos públicos com políticas sociais, especialmente com a política de Educação Básica, reorientando o uso do fundo público em favor do grande capital. Buscou-se, particularmente, compreender como as escolas filantrópicas do município de Volta Redonda/RJ estão reagindo à reforma gerencial do Estado, suas motivações e suas estratégias de gestão. O objetivo da pesquisa é explicar a natureza e a dinâmica das parcerias público-privadas estabelecidas entre o Estado e instituições escolares filantrópicas na oferta de Educação Básica em Volta Redonda/ RJ. Trata-se de pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que se insere na categoria de pesquisa do tipo levantamento; além de entrevistas semiestruturadas e da aplicação de questionários com gestores públicos, gestores de instituições filantrópicas e membros de conselhos de controle social. Utilizaram-se também, além de fontes bibliográficas primárias para a coleta de dados, a análise descritiva dos dados coletados nas entrevistas. Como resultado da pesquisa, a partir do levantamento bibliográfico acerca do tema investigado, realizado nos *websites* SciELO, Educ@, Anped e IBICT, pode-se apontar que nenhum dos trabalhos encontrados apresentou os mesmos objetivos e o recorte do objeto da pesquisa aqui propostos. Portanto, existe certa carência de estudos aprofundados acerca desse objeto de estudo. Além disso, a partir da pesquisa empírica, observamos grandes incentivos do poder público em direcionar a execução das políticas sociais para as instituições filantrópicas, incentivos esses de caráter fiscal, financeiro e legislativo. Como conclusão, reconhecemos que a reforma gerencial do Estado tem como propósito a manutenção da hegemonia burguesa em um contexto de crise estrutural do capital. Prevaecem as estratégias de parcerias público-privadas e de privatização das políticas sociais, e a regulação da atuação das instituições filantrópicas no campo educacional serve para ajustar sua relação com o Estado para atender aos interesses de recomposição burguesa.

Palavras-chave: Reforma do Estado – Brasil; Políticas Públicas – Brasil; Parcerias Público/Privadas – Brasil; Política Educacional – Brasil; Volta Redonda/RJ

SOUZA, Marcela Braga. **Reform of State, managerialism and public-private partnerships on Basic Education:** an analysis from philanthropic school institutions of Volta Redonda/RJ. Seropédica (RJ): 2017. 195 p. Dissertation (Master of Education) Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEduc). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

ABSTRACT

The public-private partnerships proposed since the Reform of the State, from the Fernando Henrique Cardoso government to the current one, are part of a group of reform goals that advocates a new model of public management focused on managerialism. One of the purposes of neoliberalism and the third way is that such partnerships can minimize public costs with social policies - not by guaranteeing the efficiency of private and philanthropic institutions, but by the precariousness of the service provided, the loss of the universality dimension and the distortion of the Citizen's rights. In this sense, laws have been created to encourage the development of non-governmental organizations, philanthropic business, voluntary service, social marketing and other activities to create an image that such services, when carried out by the private sector and philanthropic institutions, are more efficient and of better quality including the educational ones. In this context, the strategies of public-private partnerships were taken as the object of study, in order to rationalize public spending with social policies, especially with the Basic Education policy, reorienting the use of the public fund in favor of big capital. It was sought, in particular, to understand how the philanthropic schools of the municipality of Volta Redonda/RJ are reacting to the management reform of the State, its motivations and its management strategies. The purpose of the research is to explain the nature and dynamics of the public-private partnerships established between the State and philanthropic schools in the offer of Basic Education in Volta Redonda / RJ. It is a basic research, of qualitative analysis, of an explanatory character, which falls into the category of research of the survey type; In addition to semi-structured interviews and the application of questionnaires with public managers, managers of philanthropic institutions and presidents of social control councils. We also used, in addition to primary bibliographic sources for data collection, a descriptive analysis of the data collected in the interviews. As a result of the research, it is possible to point out that none of the papers found presented the same objectives and the clipping of the research object proposed here, based on a bibliographical survey about the subject investigated, carried out in the SciELO, Educ @, Anped and IBICT websites. Therefore, there is a lack of in-depth studies on this object of study. In addition, from the empirical research, we observed great incentives of the public power in directing the execution of the social policies for the philanthropic institutions, these incentives of fiscal, financial and legislative character. In conclusion, we recognize that the management reform of the state aims at maintaining bourgeois hegemony in a context of structural crisis of capital. The strategies of public-private partnerships and the privatization of social policies prevail, and the regulation of the performance of philanthropic institutions in the educational field serves to adjust their relationship with the state to meet the interests of bourgeois reconstitution.

Keywords: Reform of the State – Brazil; Public Policies – Brazil; Public/Private Partnerships – Brazil; Educational Policy – Brazil; Volta Redonda/RJ

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADCT	⇒ Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
ANPED	⇒ Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa
BNDES	⇒ Banco Nacional de Desenvolvimento
CACS	⇒ Conselho de Acompanhamento e Controle Social
CEAS	⇒ Conselho Estadual de Assistência Social
CEBAS	⇒ Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CEDERJ	⇒ Centro de Educação à Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEPAL	⇒ Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CMAS	⇒ Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	⇒ Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes
CME	⇒ Conselho Municipal de Educação
CNAS	⇒ Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	⇒ Conselho Nacional de Serviço Social

CSN	⇒ Companhia Siderúrgica Nacional
Educ@	⇒ Publicações online de Educação
FHC	⇒ Fernando Henrique Cardoso
FMI	⇒ Fundo Monetário Internacional
FNDE	⇒ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	⇒ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
GQTE	⇒ Gerência de Qualidade Total da Educação
IBICT	⇒ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE	⇒ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	⇒ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	⇒ Instituição de Ensino Superior
LDB	⇒ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	⇒ Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MDS	⇒ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MEC	⇒ Ministério da Educação
MS	⇒ Ministério da Saúde

ONG	⇒ Organização Não-Governamental
ONU	⇒ Organização das Nações Unidas
OCDE	⇒ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDRE	⇒ Plano Diretor da Reforma do Estado
PIB	⇒ Produto Interno Bruto
PME	⇒ Plano Municipal de Educação
PNE	⇒ Plano Nacional de Educação
PPGEDuc	⇒ Programa de Pós-Graduação em Educação, contextos contemporâneos e demandas populares
PROUNI	⇒ Programa Universidade para Todos
PT	⇒ Partido dos Trabalhadores
RJ	⇒ Rio de Janeiro
SEEDUC	⇒ Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro
SMAC	⇒ Secretaria Municipal de Ação Comunitária
SME	⇒ Secretaria Municipal de Educação
SciELO	⇒ Scientific Electronic Library Online [Biblioteca Eletrônica Científica <i>Online</i>]
UERJ	⇒ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRRJ ⇒ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UGB ⇒ Centro Universitário Geraldo Di Biasi

UNIRIO ⇒ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNESCO ⇒ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura]

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do Município de Volta Redonda/RJ	30
Figura 2: Quantitativo de Bolsas de Estudos oferecidas em 2013 pelas Entidades Beneficentes de Assistência Social – Educação Básica	115
Figura 3: Quantitativo de matrículas em 2013 nas Entidades Beneficentes de Assistência Social – Educação Básica	115
Figura 4: Ficha de cadastro das escolas no CENSO 2015 – itens 20 a 27	154
Figura 5: Categorização das escolas privadas de acordo com o CENSO – 2015	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de matrículas nas escolas conveniadas de Volta Redonda/RJ, por instituição – 2015 158

Tabela 2: Número de matrículas das escolas com CEBAS em Volta Redonda em 2015, por instituição - 2016 161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação das Instituições Filantrópicas de Educação Básica de Volta Redonda/RJ	36
Quadro 2: Relação dos nomes de Mantenedoras e Mantidas de Educação Básica de Volta Redonda/ RJ – 2016.....	152
Quadro 3: Entidades ligadas à Mantenedora – 2016	153

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de Matrículas na Educação Básica de Volta Redonda/RJ - 2012	35
Gráfico 2: Percentual de Matrículas na Educação Básica em Volta Redonda/RJ - 2015.	35
Gráfico 3: Número de instituições componentes do Universo da pesquisa – 2017	51
Gráfico 4: Número de escolas filantrópicas de Educação Básica de Volta Redonda/ RJ por tipos de recursos disponibilizados – 2016.	128
Gráfico 5: Percentual de escolas filantrópicas de Volta Redonda/ RJ participantes da pesquisa – 2016.....	151
Gráfico 6: Percentual de Matrículas na Educação Básica de Volta Redonda/RJ em 2015 por domicílio – 2016	162
Gráfico 7: Percentual de Instituições Filantrópicas de Educação Básica de Volta Redonda/RJ por participação na pesquisa – 2016.....	163
Gráfico 8: Número de anos de existência das Instituições Filantrópicas de Educação Básica de Volta Redonda/RJ – 2016.....	165

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1. AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA COMO OBJETO DE ESTUDO ..	23
1.1. O Lugar da Autora e a Escolha do Tema.....	23
1.2. O Problema Investigado	25
1.3. Delimitação do Objeto de Estudo	29
1.3.1 Sobre o município de Volta Redonda/ RJ	30
1.3.2 A educação em Volta Redonda/RJ	33
1.4. Justificativa	37
1.5. Procedimentos Metodológicos	40
2. A CRISE DO CAPITAL E RECOMPOSIÇÃO BURGUESA	53
2.1. A Crise do Fordismo e o Estado de Bem-estar Social.....	54
2.1.1. Do Neoliberalismo para Terceira Via: a busca de solução para a crise.....	62
2.1.2. A falácia do conceito de qualidade	71
2.2. A Reforma do Estado no Brasil e as Parcerias Público-Privadas	76
2.2.1 As contradições do conceito hegemônico de Terceiro Setor.....	80
2.2.2 Desmistificando as organizações sociais e as instituições filantrópicas no Brasil.....	86
3. AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA E A EDUCAÇÃO BÁSICA	92
3.1. A Visão Privatizadora da Educação Básica Brasileira.....	92
3.2. As Escolas Privadas no Brasil e os Recursos Públicos	98
3.3. As Instituições Filantrópicas de Educação Básica	105
3.3.1 As escolas conveniadas	110
3.3.2 A Certificação de entidades beneficentes de assistência social na educação	112

4. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS ENTRE ESTADO E INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA/RJ	117
4.1. A Gestão Pública Municipal	117
4.2. Os Conselhos Municipais de Controle Social.....	130
4.3. A Gestão das Instituições Filantrópicas de Educação Básica de Volta Redonda/RJ.	150
CONCLUSÃO	179
BIBLIOGRAFIA	184
Referências.....	184
Fontes Primárias.....	192
APÊNDICES	196

INTRODUÇÃO

Na presente dissertação analisamos as estratégias de parcerias público-privadas, em especial aquelas inseridas na política de Educação Básica, a partir da Reforma do Estado e da redefinição do papel das instituições filantrópicas no Brasil, tomando como referência empírica as entidades localizadas no município de Volta Redonda/RJ.

Esse trabalho está inserido na linha de pesquisa: Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O campo da pesquisa empírica foi definido a partir da relação com a atuação profissional da pesquisadora como assistente social em instituições filantrópicas de educação básica e os estudos da linha de pesquisa Trabalho e Educação do Grupo de Pesquisa Trabalho, Política e Sociedade (GTPS), coordenado pelo Prof. Dr. José dos Santos Souza.

Para apresentação do que foi investigado dividimos esse trabalho em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresentamos a escolha do tema; o problema; o objeto de estudo delimitando as características do município de Volta Redonda/RJ como recorte desse objeto; os objetivos da pesquisa; a justificativa embasada nos resultados do levantamento bibliográfico e na revisão de literatura, além dos procedimentos metodológicos adotados durante toda a pesquisa.

O levantamento bibliográfico teve como objetivo obter conhecimentos acerca das pesquisas, artigos e periódicos que estão sendo desenvolvidos no âmbito nacional sobre o tema pesquisado. Nesta etapa, descobrimos que as pesquisas que trabalham o mesmo tema e o mesmo objeto e recorte do objeto escolhido ainda são incipientes e com carência de estudos na área. A revisão de literatura nos auxiliou na construção de um quadro teórico que nos possibilitou relacionar o nosso objeto de

pesquisa com elementos históricos e conceituais que serão apresentados e analisados no segundo e no terceiro capítulo, mas abordados durante todo o corpo do trabalho. Ainda no primeiro capítulo, realizamos uma breve apresentação de algumas categorias trazidas por Antonio Gramsci, que foram norteadoras para nossa pesquisa, como: sociedade civil, sociedade política, Estado, senso comum e aparelhos privados de hegemonia.

No segundo capítulo, analisamos a crise do capitalismo a partir do modo de produção fordista e como essa crise impactou no Estado de Bem-estar Social. Apresentamos as bases do neoliberalismo e da Terceira Via como opção ideológica adotada no Brasil a partir da década de 1990. A partir desse quadro, descrevemos as características da Reforma gerencial do Estado brasileiro norteadas pela análise hegemônica e liberal de uma suposta crise fiscal do Estado.

As parcerias público-privadas foram colocadas como estratégias governamentais e são ressaltadas no senso comum com a falácia de trazerem qualidade e eficiência aos serviços que deveriam ser públicos. A partir dessa perspectiva analisamos, no segundo capítulo, essas parcerias em especial com as instituições filantrópicas.

No terceiro capítulo, abordamos a Política de Educação no Brasil e algumas regulamentações desde a Constituição de 1988 até o Plano Nacional de Educação de 2014 e sua relação com as escolas privadas e, por fim, com as instituições filantrópicas de Educação Básica. Essas instituições têm realizado parcerias com o setor público para a execução de serviços educacionais e para isso necessitam de certificados e títulos para receberem recursos públicos que deveriam ser disponibilizados para as instituições públicas. Dessa forma, analisamos, ainda nesse capítulo, os convênios estabelecidos entre o poder público e as escolas filantrópicas e os benefícios que o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) traz às escolas filantrópicas.

O quarto capítulo traz a análise da pesquisa empírica desenvolvida no Município de Volta Redonda/RJ como base em nossas hipóteses. Na coleta de dados utilizamos fontes bibliográficas primárias (documentos institucionais e legislações);

conteúdos disponibilizados em sites do Ministério da Educação e da Prefeitura Municipal de Volta Redonda/RJ; conteúdos do CENSO escolar; textos das entrevistas semiestruturadas, textos das respostas dos questionários aplicados e a nossa observação. Nossos sujeitos de abordagem foram: Secretário Municipal de Assistência Social de Volta Redonda/RJ; Secretária Municipal de Educação de Volta Redonda/RJ; Presidente do Conselho Municipal de Educação de Volta Redonda/RJ; Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Volta Redonda/RJ; Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACCS) do FUNDEB de Volta Redonda/RJ; e sete gestores das nove instituições filantrópicas de Educação Básica de Volta Redonda/RJ.

A partir da pesquisa desenvolvida concluímos que a reforma gerencial do Estado no Brasil incentiva as estratégias de parcerias público-privadas na execução das políticas sociais usando o conceito hegemônico de qualidade, além da suposta crise fiscal do Estado, para fortalecer o senso comum e obter o consenso sobre a ineficiência dos serviços públicos. Com isso, acontece o repasse da responsabilidade do Estado e dos recursos públicos para iniciativa privada com o apoio da sociedade política e da sociedade civil. A Educação Básica também é atingida por esse processo e as instituições filantrópicas de educação passam a receber recursos financeiros, recursos humanos e recursos materiais que deveriam ser destinados à educação pública. Percebemos que, no município de Volta Redonda/RJ, a demanda atendida gratuitamente por essas instituições é inferior a 1% das matrículas de toda Educação Básica do município e, por isso, essa parceria não configura uma “grande ajuda” ao setor público, como defende os gestores da política pública. Sendo assim, essa parceria serve para fortalecer a iniciativa privada em detrimento dos serviços públicos e manter a ordem hegemônica instaurada em favor do grande capital.

1. AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA COMO OBJETO DE ESTUDO

Neste primeiro capítulo apresentaremos ao leitor a formulação do problema, o objeto de estudo, os objetivos da pesquisa e a metodologia adotada para atingi-los. Também caracterizamos o campo de investigação aonde foi realizada a empiria da pesquisa e abordamos algumas categorias de Antônio Gramsci o qual nos apoiamos como base conceitual. Trata-se de um capítulo introdutório do percurso analítico estabelecido para entender o fenômeno estudado.

1.1. O LUGAR DA AUTORA E A ESCOLHA DO TEMA

Meu interesse pelas parcerias público-privadas estabelecidas a partir de instituições filantrópicas se deu devido a minha experiência profissional como assistente social em duas dessas instituições de Educação Básica (uma no Município de Volta Redonda/RJ e outra no Município de Barra Mansa, ambas no interior do estado Rio de Janeiro); da minha experiência também como graduanda do curso de Pedagogia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); e da minha experiência após conclusão do curso de extensão “*A Política de Educação no Brasil e a Inserção dos Assistentes Sociais*” na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Essas experiências suscitaram em mim a necessidade de aprofundar meus conhecimentos sobre essa nova área de atuação dos assistentes sociais.

A inserção do assistente social nas instituições filantrópicas de educação, como exigência legal, apesar de parecer um avanço para a categoria dos assistentes sociais, que se fez necessária em mais um espaço institucional, me causou certo “incômodo” e “estranhamento”, ao vincular minha prática profissional à minha formação no curso de Serviço Social cujos princípios fundamentais estabelecidos no Código de Ética dos assistentes sociais são:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (BRASIL, 1993).

Na tentativa de enxergar o fenômeno do qual faço parte, não somente pela aparência, mas em sua contradição e totalidade, partindo para essência, entendi, inicialmente, que essa parceria feita entre o setor privado e o Estado visava resolver problemas que se apresentam como emergenciais à questão social, de modo a manter a ordem hegemônica. Percebi que os princípios fundamentais do fazer profissional do

assistente social que deveriam ser pautados na busca de uma nova ordem societária baseada na teoria do materialismo histórico e dialético, como sinaliza o código de ética da profissão, estavam sendo deixados de lado em função de uma ascensão profissional individual.

Para garantir o “acesso seletivo” dos alunos com perfil que exige a Lei n. 12.101 de 2009, que vigora sobre as instituições filantrópicas de Educação Básica, o assistente social é requisitado a participar como agente central na seleção de alunos “capazes” e de “baixa renda”, reproduzindo as ações de um Estado burguês, principalmente, na positivação das parcerias público-privadas. A natureza dos direitos e benefícios, no âmbito da Política de Educação, que deveriam ser universais, mais uma vez é atacada pela lógica neoliberal. Passa-se a exigir critérios de acesso e permanência nas escolas consideradas de “qualidade”. O assistente social que atua no seio das políticas sociais tende a ser significativamente golpeado por este processo, caso não possua uma visão crítica da realidade na qual está inserido. Por isso, deve contar com ampla visão dentro dessas organizações, não se limitando ao domínio do que lhe é imposto como aparente e olhar para além dos instrumentos e técnicas do fazer profissional.

Foi a partir dessa perspectiva que construí, inicialmente, o projeto de pesquisa para submissão ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Porém, durante minha participação no Grupo de Pesquisas sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS), senti a necessidade de produzir um trabalho que fosse muito além do que somente a perspectiva profissional citada, mas, pautado em uma contextualização sócio-histórica, visando a entender o fenômeno em sua totalidade, buscando a sua essência para além do que a realidade do capital estava me revelando.

1.2. O PROBLEMA INVESTIGADO

A pesquisa pretende identificar a atuação e os interesses das parcerias público-privadas presentes nas relações entre Estado e instituições filantrópicas de

educação básica, tomando como referência empírica o município de Volta Redonda/RJ. Para tanto, foi tomado como ponto de partida um recorte teórico sobre a crise do capital e a reforma do Estado no Brasil com início na década de 1990 e o gerencialismo como novo modelo de gestão pública.

A partir de 1985, as modificações introduzidas nas políticas sociais brasileiras foram determinadas por todo um quadro complexo de transformações políticas, sociais e econômicas. Com a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) se consagra um novo pacto social, protagonizado pelos movimentos sociais, mas, que não fere a ordem burguesa. Por isso, esse pacto na década de 1990 é atingido pelo avanço do processo neoliberal, pelo novo modelo de gestão e pelas parcerias público-privadas (MONTAÑO 2007).

Com o modelo neoliberal em vista começa-se a amadurecer a ideia de reformar o Estado brasileiro esvaziando e inviabilizando as conquistas sociais antes contidas na Constituição de 1988, impactando o campo da educação com privatizações e outras medidas neoliberais. Por meio também da escola o Estado formará a classe trabalhadora com o intelectual necessário para manter o sistema vigente. A escola, nesse contexto, tem a função social de repassar o conhecimento que a sociedade capitalista precisa e, por isso, se estrutura de acordo com os interesses da classe dominante.

Para Montaña (2007) os verdadeiros objetivos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e das autoridades que deram sustentação ao Consenso de Whashington¹ foi o que deu a base para reforma do aparelho do Estado no Brasil, acarretando a diminuição dos custos dos serviços sociais e as parcerias público-privadas – não pela eficiência dos serviços prestados pelas entidades privadas e organizações sociais, mas pela precarização dos serviços e pela perda da dimensão de: “dever do Estado” e “direito do cidadão” – transferindo para o âmbito privado a

¹Consenso de Washington foi caracterizado como um encontro ocorrido em 1989 nos Estados Unidos que organizou deliberações necessárias para o desenvolvimento do Neoliberalismo na América Latina. Segundo Mota (1995, p. 79), o Consenso é um modelo elaborado pelo Banco Mundial e pelo FMI que agora passa como sendo a única interpretação racional possível para os problemas de estabilização da crise e continuidade do crescimento, ganhando força de doutrina constituída e aceita por praticamente todos os países capitalistas do mundo.

responsabilidade dos serviços públicos, independente de os recursos serem públicos ou não. Segundo o mesmo autor (MONTANO, 2007), as sequelas da questão social, a retirada da responsabilidade do Estado, e o repasse desta para as organizações sociais, têm como consequência a perda de direitos de cidadania por serviços e políticas sociais, não excluindo, no caso, a Educação.

De acordo com Bresser-Pereira (1995)², um dos Ministros responsáveis pela Reforma do Estado no Brasil, tendo como pressuposto a implementação do modelo gerencial nas políticas públicas, as organizações sociais adquirem maior autonomia e flexibilidade para executar as atividades que “não são exclusivas do Estado”, como é o caso dos serviços sociais, culturais e científicos, o que possibilitará uma operação muito mais eficiente e de melhor qualidade, segundo ele. Ao mesmo tempo, o Estado mantém o controle sobre essa qualidade e o direcionamento desses serviços através do contrato de gestão e da autoria por resultados. O conceito de público não-estatal, apresentado por Bresser-Pereira, está vinculado a organizações sociais que, na verdade, são instituições privadas financiadas com verbas públicas e, por isso, deveriam, no mínimo, ser fiscalizadas e controladas pelo Estado.

Diante desse quadro, a parceria público-privada nesse novo modelo de gestão atingiu todas as políticas sociais, incluindo a educação, e isso aconteceu rapidamente na prática para instituições públicas e privadas, bem como nas Leis para regulamentá-las. Dentre os inúmeros tipos de parcerias público-privadas abordaremos aqui aquelas firmadas entre o Estado e as instituições filantrópicas na Educação Básica.

Tomamos como pressuposto que essa qualidade e eficiência, tão conclamadas pelo senso comum sobre a execução das políticas sociais pelas organizações sociais, não ultrapassam o nível das aparências, funcionando inclusive como uma espécie de ofuscamento da realidade. Seguindo o percurso analítico da filosofia da práxis (SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, 1968), importa-nos conhecer a essência desta realidade a partir das contradições a ela inerentes, de modo a compreender sua

² Utilizaremos os documentos de autoria de Bresser-Pereira como fonte de pesquisa para explicar as motivações para a condução da Reforma do aparelho do Estado no Brasil. Bresser-Pereira pode ser considerado um intelectual orgânico do capital e por isso não é considerado nossa referência bibliográfica, mas sim uma das nossas fontes de pesquisa.

forma mais concreta, livre das armadilhas que o discurso neoliberal nos termos que Bresser-Pereira (2015) comporta.

O mundo da pseudoconcreticidade, apresentado por Kosik (1976) é aquele que manipula a consciência. É um mundo de objetos fixados que dão impressão de natural e não como resultado da atividade social dos homens. Para entender a essência precisa haver ciência e filosofia, mas o sistema capitalista não repassa e nunca irá repassar à classe trabalhadora tal consciência filosófica necessária para essa percepção. Para compreender a coisa em si, ou o fenômeno que perpassa tais parcerias entre o Estado e as escolas filantrópicas, seria necessário um esforço para descobrir a estrutura da coisa apresentada. Um esforço sistemático e crítico, em sua contradição do que nos é imposto. O conhecimento é a própria dialética, é a decomposição do todo e sem essa decomposição não há dialética.

Ao conceber as parcerias público-privadas na educação básica através das instituições filantrópicas, a classe trabalhadora não consegue enxergar o fenômeno da coisa em si, pois ele se oculta e foge da percepção imediata. Ou seja, a classe trabalhadora acredita no senso comum de que os serviços sociais quando realizados pelo setor privado são mais eficientes que os serviços públicos.

As parcerias público-privadas entre o Estado e as escolas filantrópicas são mais uma estratégia para que a burguesia consiga exercer sua hegemonia. Pergunta-se: o que é a escola filantrópica hoje? Para quem ela atua? A quem interessa essa parceria entre o Estado e as escolas filantrópicas? Ao capital ou à classe trabalhadora? Por trás desse fenômeno sobre a reforma do Estado e as parcerias público-privadas, existe a essência do fenômeno. A manutenção do sistema capitalista, o investimento para o grande capital e a necessidade de manter a hegemonia burguesa são suas verdadeiras essências.

O setor privado e as organizações sociais, ao executarem as políticas públicas em troca de financiamento público, aparecem como um conjunto de entidades “eficientes e de qualidade”, ofuscando o real, contribuindo para formar e propagar essa falsa consciência, instituindo-se não só como estratégias de racionalização dos gastos públicos com políticas sociais, mas também como

pedagogia política do capital, educando a sociedade civil para o consenso em torno da ideia de que tudo o que é público é de má qualidade.

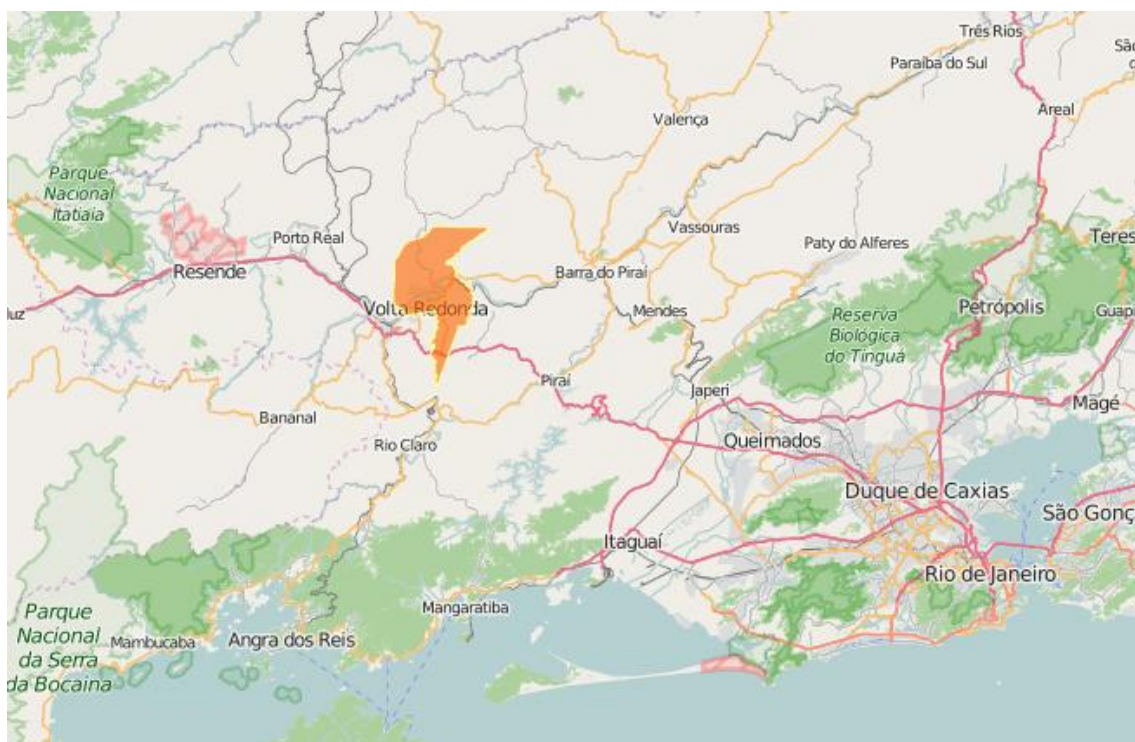
Tudo isso não se materializará diferentemente no município de Volta Redonda/VR. Tanto a sociedade política quanto a sociedade civil (representados pelos poderes executivo e legislativo; pelos conselhos de controle social e pelas escolas filantrópicas de educação básica) irão conclamar o senso comum de que a parceria público-privada na educação básica é imprescindível para a oferta de um serviço de melhor qualidade. As parcerias público-privadas realizadas no município de Volta Redonda/RJ e o repasse de recurso público para as instituições filantrópicas são o reflexo dessa materialidade em todo o país.

1.3. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Estabelecemos como objeto de estudo as estratégias governamentais de parcerias público-privadas, de modo a racionalizar gastos públicos com políticas sociais, em especial com a política de Educação Básica por meio da parceria com as instituições filantrópicas, reorientando o uso do fundo público em favor do grande capital. A título de recorte mais preciso do objeto de nossa análise, buscamos compreender como as instituições filantrópicas da educação básica do município de Volta Redonda/RJ estão reagindo à reforma gerencial do Estado, suas motivações e suas estratégias de gestão nesse contexto. Escolhemos Volta Redonda/RJ por ser o município onde reside a autora dessa pesquisa, além de ser o local onde a mesma obteve uma experiência de nove anos de trabalho como assistente social em uma escola filantrópica de educação básica. Dessa forma, foi possível confirmar a hipótese inicial de que em Volta Redonda/RJ as parcerias público-privadas se materializavam da mesma forma que em qualquer lugar do Brasil, principalmente após a Reforma do Estado e a do gerencialismo como forma de gestão pública. No sentido de superação da consciência comum, nosso intento é compreender os elementos objetivos e subjetivos que fundamentam esse tipo de parceria com o setor público, explicitando a quem esse tipo de arranjo institucional importa.

1.3.1 Sobre o município de Volta Redonda/RJ

Figura 1: Mapa de localização do Município de Volta Redonda/RJ



Fonte: IBGE (2015)

De acordo com dados iniciais extraídos do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município de Volta Redonda/RJ³ está situado no sul do estado do Rio de Janeiro no trecho inferior do médio vale do Rio Paraíba do Sul, entre as serras do Mar e da Mantiqueira. Sua altitude é de 350m a 707m. É cortada pelas rodovias: BR116 km, BR 040 km e RJ 115 km.

³ De acordo com o IBGE (2015), em 1744, os primeiros desbravadores denominaram a curva do Rio Paraíba do Sul, de Volta Redonda, quando a região era explorada apenas por garimpeiros em busca de ouro e pedras preciosas. A partir daí grandes fazendas foram instaladas na região. Entre 1860 e 1870, a navegação pelo Rio Paraíba do Sul viveu seu período áureo entre os municípios de Resende/RJ e Barra do Pirai/RJ. Ao mesmo tempo, os trilhos da Estrada de Ferro chegam à Barra do Pirai/RJ e Barra Mansa/RJ. Por volta de 1875, o povoado de Santo Antônio de Volta Redonda começa a ter grande impulso econômico, tendo cerca de duas dezenas de estabelecimentos comerciais. As primeiras aspirações de autonomia do local surgem em 1874, quando os moradores pleiteiam a elevação do povoado à categoria de freguesia. Somente no ano de 1926 Volta Redonda conseguiu o seu estabelecimento definitivo como oitavo distrito do município Barra Mansa. Posteriormente, por meio da Lei Estadual nº2.185 de 1954, após uma série de lutas políticas, Volta Redonda conquista sua emancipação marcando um novo ciclo no desenvolvimento de sua história.

Em 2015, Volta Redonda/RJ contava com uma população de 262.970 habitantes e uma área territorial de 182,483 Km², resultando numa densidade demográfica de 1.412,75 hab./km². O último Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM, 2010) divulgado pelo IBGE é de 0,771, ocupando o 4º lugar no IDHM do estado do Rio de Janeiro, atrás apenas dos municípios de Niterói, do Rio de Janeiro e de Rio das Ostras.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do município, o IBGE aponta que em 2012 Volta Redonda contou com o PIB de R\$ 9.133.358.000,00 e o PIB *per capita* foi de R\$ 35.310,43, ocupando o 12º lugar no estado do Rio de Janeiro. Conforme Faleiros (2009), o PIB mede a riqueza de um país e não da população. Ele relata que a quantidade de produto produzido e consumido por habitante, divulgada nesses mecanismos, devem ser considerados como ideia falsa, pois a realidade é que poucos habitantes consomem muito, o que não é diferente em Volta Redonda/RJ.

Em 1941 começa o ciclo de industrialização de Volta Redonda/RJ, escolhida pelo governo vigente como local para instalação da Usina Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em plena II Guerra Mundial, marcando as bases da industrialização brasileira. Até hoje a principal economia do Município gira em torno da CSN e as empresas com serviços terceirizados (IBGE, 2015).

A CSN, como toda a siderurgia mundial, atingiu altos índices de produtividade durante a década de 1970, fase em que a siderúrgica era ainda estatal. De acordo com o documento hegemônico: *Impactos da Privatização do Setor Metalúrgico* (2001) do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), a privatização da CSN, no ano de 1993, foi tida como uma questão de sobrevivência do setor metalúrgico diante do esgotamento dos recursos estatais. O mesmo documento informa que na década de 1980 houve uma estagnação da produção de aço, devido a crise em âmbito mundial. Tal crise, que atingiu todo o sistema capitalista, será descrita no capítulo 3 com maior precisão.

O BNDES (2001), na intenção de disseminar o consenso, colocou como características da siderurgia brasileira, antes da privatização, os seguintes aspectos negativos: setor altamente endividado; parque industrial desatualizado; limitações de

investimentos; gestão burocratizada e/ou política; limitações comerciais; baixa autonomia de planejamento e estratégias e alto passivo ambiental. Baseado nessas características o Estado brasileiro encontrou o caminho que necessitava para cumprir os planos neoliberais que estavam sendo institucionalizados e privatizou a CSN, em 1993.

Contrapondo as informações do BNDES (2001), Antunes (2014, p. 16) explica que a intensificação da precariedade estrutural do trabalho, em meio à privatização e terceirização, também acontece diante da flexibilização da legislação social do trabalho, e isso caracteriza a destruição dos direitos sociais que foram conquistados pela classe trabalhadora especialmente após os anos de 1930 no Brasil. Para ele, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, ficamos diante de uma nova fase das relações de trabalho, ou seja, novas modalidades de precarização, da qual a terceirização tem sido um dos elementos decisivos.

Antunes (2014) relata ainda que o processo de privatização das empresas estatais no Brasil trouxe uma estrutura horizontalizada da fábrica e a terceirização/subcontratação passou a ser central na estratégia patronal. Salienta que a terceirização foi implementada não somente nas atividades-meio, mas também nas atividades-fim de produção.

No caso brasileiro, constata-se uma verdadeira epidemia nas últimas duas décadas, que contaminou a indústria, os serviços, a agricultura, o serviço público [...]. Nesse campo – da organização do trabalho – evidencia-se, através da terceirização, condições de trabalho e salário que definem trabalhadores de primeira e segunda categorias, como porta para o trabalho análogo ao escravo, e a discriminação se dá não apenas por parte da empresa contratante, mas também entre os próprios trabalhadores contratados diretamente ou os chamados “terceiros”, cuja a denominação já revela a distinção ou a condição à parte, de fora, externa. (ANTUNES, 2014, p. 17)

Tais argumentos colocados por Antunes encaixam-se perfeitamente com o cenário implantado no município de Volta Redonda/RJ, já que o mesmo possui seu desenvolvimento econômico e social diretamente ligados às estratégias de produção e trabalho da CSN. Dessa forma, após sua privatização houve um crescimento significativo das empresas terceirizadas no âmbito da produção do aço, o

que atingiu diretamente a economia local e as estratégias de vida da própria população do município de Volta Redonda/RJ.

1.3.2 A educação em Volta Redonda/RJ

A regulamentação da Política de Educação de Volta Redonda/RJ se deu da seguinte forma: em 02 de maio de 1983, a Câmara Municipal de Volta Redonda/RJ aprovou a Lei de nº 1819/1983, que definia a nova estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Volta Redonda/RJ. A Lei trouxe uma proposta de organização administrativa que estabeleceu que os órgãos anteriormente existentes, denominados departamentos, estavam extintos e foram transformados em Secretarias. O Decreto nº 1.521 de 09 de junho de 1983, criou a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, onde se inseria também o Esporte e Lazer, além do Regimento Interno desta secretaria. Posteriormente, criou-se o Conselho Municipal de Educação (CME) que iniciou o seu funcionamento em 1º de outubro de 1985 e teve o seu Regimento Interno aprovado pelo Decreto Municipal nº 2.163 de 1985 e reformulado pelo Decreto nº 7.046 de 1996. A Lei Orgânica do Município de Volta Redonda/RJ, criada em 05 de abril de 1990, regulamentou o Sistema Educacional do Município no Título VIII, Capítulo II. Mais tarde, em 1993, foi realizada uma nova reforma administrativa na Prefeitura de Volta Redonda/RJ através da Lei Municipal nº 2.868. O anexo II dessa Lei estabeleceu a estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação e seu organograma. Posteriormente foi publicado no Decreto nº 8.973, de 23 de agosto de 2001, o Sistema Municipal de Ensino do Município de Volta Redonda (vigente até os dias atuais). Integram esse Sistema:

- **A Secretaria Municipal de Educação** = órgão executivo, com atribuições de planejamento, coordenação, administração, supervisão e avaliação;
- **O Conselho Municipal de Educação** = órgão consultivo, deliberativo, normativo, fiscalizador e de assessoramento no âmbito da educação pública e privada;
- **Instituições de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio mantidas pelo poder público;**

- **Instituições de Educação Infantil** criadas e mantidas pela iniciativa privada.

Os últimos dados divulgados pelo IBGE (2015), relativos à política de educação, informa que em 2012 Volta Redonda/RJ teve 74.622 alunos que frequentavam a Educação Básica no município. As tabelas do IBGE demonstram que mais de 11.787 alunos, em 2012, frequentavam escolas privadas na Educação Básica em Volta Redonda/RJ. Em relação ao número de escolas, a mesma fonte divulga que, em 2012, o Município possuía:

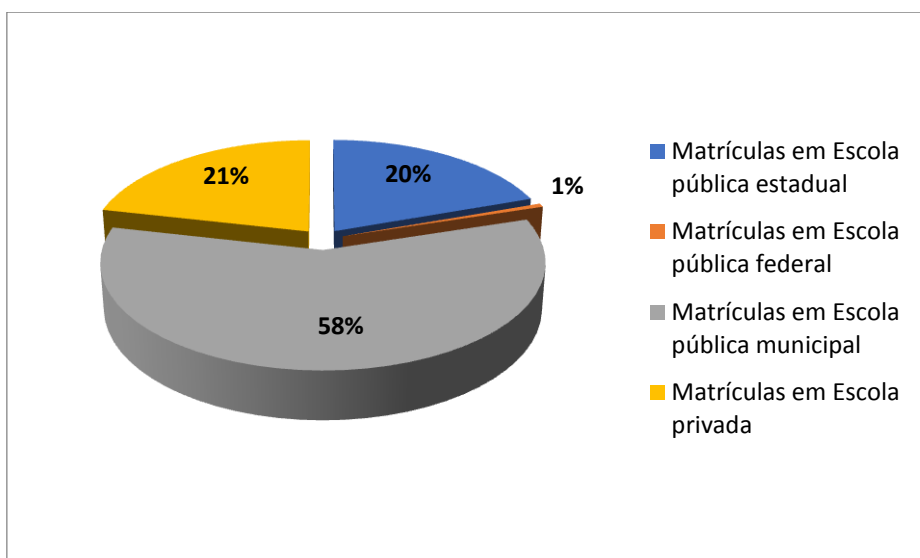
- 119 escolas de Ensino Fundamental, sendo:
 - 24 escolas estaduais = 20%
 - 59 escolas municipais = 49%
 - 36 escolas privadas = 31%
- 41 escolas de Ensino Médio, sendo:
 - 24 escolas estaduais = 59%
 - 01 escola federal = 2,4%
 - 04 escolas municipais = 9,6%
 - 12 escolas privadas = 29%
- 78 escolas de Educação Infantil, sendo:
 - 38 escolas municipais = 49%
 - 40 escolas privadas = 51%

No âmbito da Educação Infantil, a quantidade escolas privadas é superior a quantidade de escolas públicas. E dessas 40 escolas privadas da educação infantil, 08 delas são de caráter filantrópico, ou seja, 10% do total de escolas.

O Gráfico 01 mostra como estavam distribuídas as matrículas da Educação Básica em Volta Redonda/RJ no ano de 2012, por tipo de administração, de acordo com o IBGE. Já em 2015 o número total de alunos matriculados na Educação Básica do município foi de 62.120 alunos, de acordo com o FNDE (2015). Isso significa que Volta Redonda/RJ teve uma queda de 16,7% nas matrículas da Educação Básica.

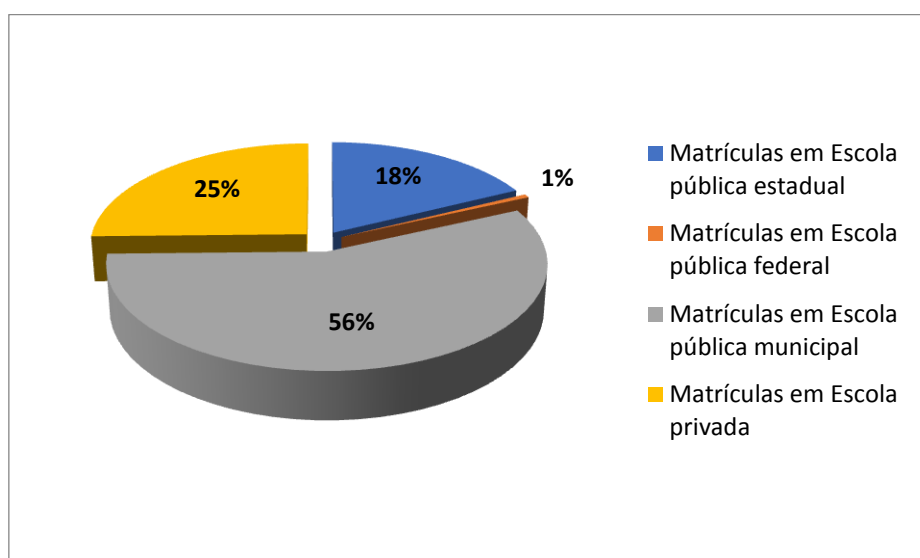
Porém, apesar dessa queda das matrículas principalmente no ensino fundamental e ensino médio da rede pública, a rede privada passou de 11.787 alunos para 15.899 alunos matriculados, obtendo um aumento significativo das matrículas nos últimos 3 anos. O Gráfico 02 mostra como ficaram distribuídas as matrículas, em 2015, no município de Volta Redonda/RJ.

Gráfico 1: Percentual de Matrículas na Educação Básica de Volta Redonda/RJ - 2012



Fonte: IBGE (2015)

Gráfico 2: Percentual de Matrículas na Educação Básica em Volta Redonda/RJ - 2015.



Fonte: FNDE (2016)

Sobre as escolas filantrópicas de Educação Básica de Volta Redonda/RJ, em 2015, elas totalizaram 09 escolas. Dessas 09 escolas filantrópicas, 03 escolas possuem o título de Conveniadas, 03 escolas possuem o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e 03 escolas possuem os dois títulos de filantropia. Essas escolas oferecem: Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio e Ensino Médio integrado ao Técnico. Vemos quais são essas escolas no Quadro 01.

Quadro 1: Relação das Instituições Filantrópicas de Educação Básica de Volta Redonda/RJ

Instituições Filantrópicas de Educação Básica de Volta Redonda/RJ	Tipo de oferta da Educação Básica	Título de Filantropia
1. Colégio Nossa Senhora do Rosário	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Infantil • Ensino Fundamental • Ensino Médio 	<ul style="list-style-type: none"> • CEBAS
2. Escola Técnica Pandiá Calógeras	<ul style="list-style-type: none"> • Ens. Médio integrado ao Ens. Técnico 	<ul style="list-style-type: none"> • CEBAS
3. Colégio de Aplicação – CAP UGB	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Infantil • Ensino Fundamental • Ensino Médio 	<ul style="list-style-type: none"> • CEBAS
4. Centro de Educação Infantil – Creche escola Hotelzinho SOS	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Infantil 	<ul style="list-style-type: none"> • CEBAS • Convênio
5. Lar Maria Isabel	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Infantil 	<ul style="list-style-type: none"> • CEBAS • Convênio
6. Lar Espírita Irmã Zilá	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Infantil 	<ul style="list-style-type: none"> • CEBAS • Convênio
7. Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Volta Redonda – APMI	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Infantil 	<ul style="list-style-type: none"> • Convênio
8. Lar e Escola Recanto das Crianças	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Infantil 	<ul style="list-style-type: none"> • Convênio
9. Creche Comunitária Santa Cecília	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Infantil 	<ul style="list-style-type: none"> • Convênio

Fonte: Dados coletados pela autora

Podemos concluir, de acordo com os dados colhidos no IBGE (2015), FNDE (2016) e por meio da pesquisa de campo realizada, que o município de Volta Redonda/RJ, em 2015, obteve 62.120 matrículas, em toda a Educação Básica. Destas, 2.617 matrículas da Educação Básica foram em escolas filantrópicas, e destas, 620 matrículas (menos de 1% do total de matrículas da Educação Básica do Município) foram de forma gratuita nessas escolas filantrópicas (Bolsa de 100%). Esses dados serão melhor apresentados e analisados no capítulo 4 deste trabalho.

1.4. JUSTIFICATIVA

As parcerias público-privadas, com a reforma do Estado no Brasil, começam a ficar mais evidentes na política de educação. O Estado apareceu como ator principal na, então, promoção dessas parcerias, tanto no plano legal, quanto na esfera financeira. Em contrapartida, há uma retirada paulatina da responsabilidade estatal no trato à questão social⁴ e às políticas sociais. Criam-se leis e incentivos para organizações sociais, filantropia empresarial, serviço voluntário e outras atividades, e desenvolve-se uma relação de parcerias entre elas e o Estado.

Para explicar o incentivo dessas parcerias com o Estado, Peroni (2012, p. 21) compara o neoliberalismo com a Terceira Via em relação ao Estado e entende que a lógica do neoliberalismo é de privatizá-lo, já a Terceira Via deseja reformá-lo pela administração gerencial e pelas parcerias. Em ambos os casos o modelo de gestão é o gerencial. Segundo esta autora a democracia no neoliberalismo é a culpada pela crise, já na Terceira Via é necessário “democratizar a democracia” com a participação da sociedade civil na execução das políticas sociais. Portanto, essas políticas sociais devem ser privatizadas na visão do neoliberalismo, ou executadas por meio da parceria entre o público e o privado, quando visualizadas pela Terceira Via.

⁴ Sobre Questão Social podemos dizer que esta é a expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento enquanto classe por parte do Estado e do empresariado. É a manifestação no cotidiano da vida social e a contradição entre as exigências da burguesia e do proletariado, onde passa a exigir outros tipos de intervenção, muito mais além da caridade até então estabelecida e a repressão (IAMAMOTO, 2008, p. 77).

Sugere-se então uma reforma administrativa do Estado na qual busque a diminuição de seu aparato e aposte no mercado para superar suas falhas. A lógica do mercado é imposta ao aparelho estatal com o argumento de que os serviços serão mais produtivos e eficientes. Nesse sentido, haverá uma articulação entre a esfera estatal e a esfera privada. Esse projeto, traçado pela Terceira Via, vem com o propósito dentro de um contexto neoliberal, mas dando-lhe uma nova roupagem, com a intenção de legitimar e possibilitar a continuidade das reformas neoliberais associadas a características da socialdemocracia, o que lhe daria uma aparência mais humanizada do capitalismo (NEVES, 2010).

A reforma do Estado no Brasil apresenta premissas de: modernização da máquina estatal, racionalização dos custos e privatização. Com isso consuma-se uma minimização do papel do Estado no que se refere à execução das políticas públicas e as parcerias-público privadas para tais serviços. Com a Política de Educação não será diferente. Serão firmados contratos de parcerias entre o Estado e escolas filantrópicas para execução de serviços educacionais, em troca de verbas públicas, isenções e imunidades de impostos.

A partir dos argumentos apresentados, identificamos que a reforma gerencial do Estado teve e tem como propósito a manutenção da hegemonia burguesa em um contexto de crise estrutural do capital, na qual prevalecem estratégias de privatização das políticas sociais combinadas com a mercantilização da gestão pública. Por isso, a regulamentação da atuação das instituições filantrópicas no campo educacional serve para ajustar sua relação com o Estado de acordo com os propósitos da reforma gerencial promovida para atender aos interesses da classe hegemônica.

Após o levantamento bibliográfico realizado nos sites: SciELO, Educ@, ANPEd e IBICT, foram encontrados 1.266 trabalhos na área de educação a partir de uma busca pautada em um conjunto de palavras-chave predefinidas. São elas:

- CEBAS
- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

- Entidade Beneficente de Assistência Social
- Escola Beneficente de Assistência Social
- Escola filantrópica
- Filantropia
- Financiamento
- Instituição Beneficente de Assistência Social
- Instituição Filantrópica de Educação
- Lei 12.101 de 2009
- Parceria Público-Privada
- Privatização
- Responsabilidade Social
- Terceirização

Do total de trabalhos levantados, 46,5% foram identificados como pertinentes ao nosso tema de pesquisa, mas somente 6,1% tratam das parcerias público-privadas na política de educação. E ainda, se formos realizar um recorte no nosso objeto, vislumbrando os trabalhos que abordam as instituições filantrópicas de educação básica (ou entidades beneficentes de assistência social), do total de trabalhos levantados, apenas 0,9% se referem ao tema, ou seja, apenas 12 trabalhos, sendo que apenas 3 deles são de Programas de pós-graduação em Educação. Observe-se que nenhum desses 3 trabalhos de pós-graduação são de programas do estado do Rio de Janeiro.

Este levantamento expressa a carência de estudos aprofundados acerca das parcerias público-privadas na educação, especialmente aqueles que façam referência à realidade do estado do Rio de Janeiro. Talvez, essa baixa quantidade de pesquisas sobre o tema se deva ao fato de que as instituições filantrópicas de Educação Básica, muitas vezes, são consideradas instituições privadas, o que de fato são, sem que se atente para a especificidade de serem instituições privadas de caráter filantrópico, ou pelo menos declaradas como tal junto à receita federal. Não

considerar esta especificidade significa negligenciar o fato de que estas instituições recebem verbas públicas para sua manutenção, trabalhando de forma velada aos olhos da população. Esta percepção pouco refinada da realidade pode levar a uma visão superficial, ficando somente na aparência do fenômeno.

Considerando que a literatura e as pesquisas existentes relacionadas à temática ainda são incipientes, nossa pesquisa visa contribuir para uma reflexão crítica sobre o problema apresentado, analisando as aparências que existem em relação às parcerias público-privadas entre o Estado e a Educação Básica por meio das instituições filantrópicas.

O objetivo da pesquisa é explicar a natureza e a dinâmica das parcerias público-privadas estabelecidas entre o Estado e instituições escolares filantrópicas na oferta da Educação Básica em Volta Redonda/RJ. Para isto, pretendemos: explicar o novo modelo de gestão das políticas públicas no contexto da reforma gerencial do Estado no Brasil; e descrever além de analisar a engenharia institucional das parcerias público-privadas estabelecidas entre as instituições filantrópicas de Educação Básica e o Estado no município de Volta Redonda/RJ.

1.5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nossa análise toma como referência analítica as perspectivas de Marx (2008), Gramsci (1999), Sánchez-Vázquez (1968) e Kosik (1976). Isto significa que a explicação da natureza, da dinâmica e do impacto social, político e econômico das parcerias público-privadas na execução de políticas sociais, em sua essência, ultrapassa a aparência, necessitando de certo resgate dos fundamentos históricos que nos permita estabelecer relações entre a materialidade desse fenômeno em sua especificidade no município pesquisado, e em sua totalidade no contexto nacional e mundial, a partir das devidas contradições que esta relação comporta, conforme indica MACEDO (2011):

[...] abrimos mão do senso comum que levaria ao isolamento dos fenômenos e procuramos cindir a realidade no que é essência e aparência. Com isso em mente, fugimos do espontaneísmo da percepção do todo e das partes isoladas para trabalhar com as categorias da

totalidade e da *particularidade* que envolvem o fenômeno em si, a fim de apreender o real em múltiplas facetas. O princípio metodológico da investigação dialética da realidade social estudada é o ponto de vista da totalidade concreta que carrega em si o significado de que cada fenômeno estudado pode ser compreendido como uma parte do todo (MACEDO, 2011, p. 35 – *grifos da autora*):

Para chegarmos ao percurso analítico que nos proporcionará as bases necessárias para entendermos as mudanças que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, em especial no Brasil, nos utilizaremos das categorias Gramscianas consideradas fundamentais para compreensão dessa pesquisa.

Coutinho (1989) destacou que antes da época do Estado ser considerado ampliado, nas sociedades pré-capitalistas, havia uma unidade indissolúvel entre a igreja e o Estado. A igreja não se colocava ainda como privado em relação ao Estado como entidade pública. Nessa ocasião era a igreja que controlava todo o sistema educacional. A igreja impunha sua ideologia de modo coercitivo com a ajuda do Estado e ambos usavam meios de dominação total da massa. Com as revoluções burguesas e a implementação do regime liberal (com uma participação política ainda restrita das massas) acontece um fato novo: O Estado se torna laico (ainda que na aparência). A igreja passa a ser privada em relação ao Estado público. O sistema escolar deixa gradativamente de ser controlado pela igreja e passa a ser controlado pelo Estado. Assim, começa-se uma disputa ideológica dentro do interior do próprio Estado. As “novas ideologias” em disputa no interior do Estado tornam-se privadas em relação a ele e a adesão a essas ideologias passa a ser relativamente voluntária e não mais imposta coercitivamente.

Com o desenvolvimento e crescimento do capitalismo, em meio ao fordismo e taylorismo, observa-se uma crescente organização dos trabalhadores e também do capital, e esse será o ponto de partida para o nosso estudo. É partir daí que Gramsci (1999) começa a analisar um novo modelo de Estado, diferente daquele apresentado até então. Os portadores das diversas “novas ideologias” em disputa no interior do Estado, são denominados pelo autor como *aparelhos privados de hegemonia*. E não somente se cria esses novos “aparelhos” (como os sindicatos, partidos e movimentos sociais) como também se recria os velhos “aparelhos”, herdados pelo capitalismo, como a igreja, a escola etc.

As determinações ocorridas nas esferas econômicas, políticas e sociais de sua época histórica fez com que Gramsci perpetuasse as ideias de Marx quanto a necessidade de se formular um projeto societário contrário ao capitalismo, mas para isso seria necessária uma organização da classe trabalhadora (que ele chamou de subalterna) que estaria pautada numa complexa relação de disputa de poder e organização de classes. Essa esfera ideológica e política de organização de classes será um espaço onde se manifesta os diferentes interesses de grupos sociais e a disseminação de diversos valores culturais. Aparece então o conceito de *Sociedade Civil* como sendo o local onde se manifesta as uniões de organismos coletivos (e plurais) de interesses privados. Neste local encontramos os sindicatos, os partidos, as associações, as atividades culturais, as igrejas, as escolas etc. É nessa esfera (sociedade civil) que as classes se organizam e defendem seus interesses pela inserção econômica, ideológica, política e social e a disputa pela hegemonia (COUTINHO, 1989).

Gramsci (1999) ao estabelecer o conceito de Sociedade Civil não nega as descobertas feitas por Marx e Engels, mas as enriquece, amplia e incorpora novas teorias para chegar ao conceito ampliado de Estado. A principal descoberta de Marx e Engels foi a afirmação do caráter de classe de todo o fenômeno do Estado. A gênese do Estado só existe enquanto existir a divisão de classes que é decorrente das relações sociais de produção. A função do Estado será de conservar e de reproduzir a divisão de classes, garantindo os interesses comuns de uma classe em particular e sobrepondo seus interesses aos gerais da sociedade. Fiel ao método de Marx, Gramsci também enxerga o Estado como: “O complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados [...]” (GRAMSCI, 1999, p. 331). Sendo assim, torna-se fundamental entender como são realizadas as mediações que conformam e consentem o domínio entre: como se governa e por que o governado obedece.

Nesta perspectiva de domínio do Estado e consentimento dos dominados, Gramsci (1999) cita o aparecimento do conceito de *Sociedade Política* como sendo o conjunto de aparelhos pelos quais a classe dominante impõe coercitivamente o seu domínio. Como exemplo temos: o aparato militar, o aparato

policial, o sistema judiciário, as legislações dentre outros. É por meio da sociedade política que a classe hegemônica exerce seu poder e sua dominação. Usa dos “*aparelhos coercitivos do Estado*” através da força para manter sua hegemonia. Enquanto isso, na sociedade civil, essa hegemonia é realizada por meio de uma direção política e ideológica comum, ou seja, por meio de um convencimento pacífico, por meio do consenso. Esses encaminhamentos para obtenção do consenso na sociedade civil são executados por meio dos “*aparelhos privados de hegemonia*”. Então, as duas esferas até aqui abordadas – sociedade civil e sociedade política – formam, na leitura de Gramsci (1999), o Estado no seu sentido Ampliado.

Sobre a relação entre a sociedade civil e a sociedade política pode-se dizer que são marcadas muitas vezes por lutas e disputas. A sociedade civil, por ser composta por aparelhos privados, aparenta certa “autonomia e independência” em relação a sociedade política. Porém, é possível afirmar que essa autonomia é relativa, pois uma está literalmente ligada a outra na sociedade capitalista. Gramsci (1999) chama essa inter-relação de “Unidade na diversidade”, e isso as conforma na prática. Essa unidade entre as duas esferas se manifesta por meio da oposição, pois uma age por meio do domínio-coerção e outra por meio da direção intelectual-consenso. Sendo assim, o Estado Ampliado composto pela Sociedade Civil e Política pode ser analisado como:

O conjunto de aparelhos através dos quais uma classe exerce sua supremacia, liquidando ou dominando inclusive com forças armadas, a classe adversária, e sendo dirigente dos grupos afins e aliados. A predominância de uma relação de supremacia estatal mais consensual e menos coercitiva, ou vice-versa, irá depender do grau de autonomia relativa das esferas, da predominância no Estado dos aparelhos pertencentes a uma ou a outra, da socialização da política e da correlação de forças entre as classes que disputam a hegemonia (COUTINHO, 1989, p. 57).

Gramsci então acrescenta o conceito de Sociedade Civil ao Estado, que antes, para Marx, era composto somente pela Sociedade Política (Estado-coerção), aprimorando assim o Conceito Ampliado de Estado. Isso se deu porque Gramsci pode conhecer o processo histórico de formação de partidos políticos, os sindicatos de massa, os parlamentos etc. Gramsci (1999) esclarece que, tanto a sociedade civil, quanto a sociedade política (ou seja, o Estado Ampliado), servem para conservar ou

promover uma dada sociedade econômica de acordo com os interesses de uma classe fundamental (classe dominante). Sendo que uma promove por meio do consenso (sociedade civil) e outra por meio da coerção (sociedade política). Haverá momentos em que o Estado será mais hegemônico-consensual, quando a sociedade civil estiver com maior autonomia, mas haverá também momentos em que o Estado estará mais ditatorial, quando a sociedade política tiver preponderância ou quando o sistema capitalista se sentir ameaçado de extinção.

Com a existência de uma sociedade civil mais forte e autônoma, Gramsci (1999) entende que haverá uma *formação social ocidental*, onde uma rede de organizações estruturadas estabelecerá uma relação entre a sociedade civil e o Estado, ao contrário da *formação social oriental*, onde é mais forte o predomínio da sociedade política (ou Estado-coerção) e certa inexistência de uma sociedade civil autônoma. A partir dessa disputa haverá a “guerra de posição”, que por meio de estratégias revolucionárias, a sociedade civil obterá conquistas progressivas por meio do consenso e da direção político-ideológico. Para Gramsci (1999), haverá uma “longa marcha” através das instituições da sociedade civil tendo a transição para uma outra sociedade como um “lento processo”. Uma ideia de que a conquista do poder do Estado no capitalismo deve ser precedida por uma longa batalha ideológica pela hegemonia e por meio do consenso no interior da sociedade civil, ou seja, no interior do próprio Estado. Mas Gramsci, ao conceituar a Guerra de Posição, não exclui a possibilidade de haver a Guerra de Movimento para a conquista da hegemonia, dentro da sociedade ocidental (COUTINHO, 1989).

O conceito de hegemonia assume grande relevância na guerra de posição. A hegemonia será a direção intelectual e moral que a classe do poder exercerá sobre o conjunto da sociedade. É a concepção de mundo, o consenso ideológico entre os grupos próximos e aliados. Para Gramsci (2001), a obtenção de hegemonia deve ser anterior à tomada de poder. A conquista da hegemonia da classe subalterna, no âmbito da sociedade civil, não garante necessariamente a tomada do poder, mas a tornará dirigente. Porém, é somente com a tomada do poder, que a classe subalterna se tornará dominante, e se tornará o próprio Estado. É neste momento, que Gramsci denomina de “Catarse”, que a classe subalterna então

hegemônica, passa do momento meramente econômico para um momento ético-político. É um processo de consciência de classe. Deixa a consciência particularista da “classe em si” para a consciência universal de “classe para si”. A superação da consciência egoísta e particular dos diferentes grupos sociais, para uma consciência universalizadora.

A construção da hegemonia das classes subalternas requer uma intensa preparação das massas, um trabalho de crítica à esfera até então dominante, uma construção de uma nova percepção de mundo. Para isso é necessária uma reforma intelectual e moral, que será realizada no âmbito da sociedade civil por meio dos aparelhos privados de hegemonia (partidos, sindicatos, movimentos sociais etc.). A classe subalterna, segundo Gramsci (1999), terá que atingir alguns graus de consciência. O primeiro será aquele que entenderá seu lugar de trabalhador, um momento “corporativo”. O segundo é quando atinge a consciência de compartilhar esses interesses com outros do mesmo grupo social (sindicatos, por exemplo). Neste momento, o trabalhador entende que é necessária a obtenção de igualdade entre os grupos dominados e dominantes, mas ainda na esfera econômica, e reivindica a possibilidade de participar das legislações dominantes. Mas, nesse cenário, só enxerga a possibilidade de reformar o Estado e não de superá-lo e transformá-lo. O terceiro momento é quando percebe que não há como ficar meramente no campo econômico e corporativo e que os interesses de sua classe devem ser de interesse universal. É a fase que as ideologias de classe se transformam em partido, deixam de ser econômicas e passam a ser éticas e políticas. Mas esse partido que dirigirá as classes não poderá se impor a elas de forma autoritária, e sim na forma de consenso. Cria-se então uma hegemonia da classe subalterna.

A formação da consciência crítica e a participação através da ação política fazem parte da práxis para a construção do consenso e da nova hegemonia. O consenso é denominado como um “saber direcionar para um programa político” numa perspectiva universal. Significa convencer, sem o exercício da força e da coerção, ganhar adesão pelo envolvimento ativo da classe, e não pela manipulação. Quem fará a disseminação desse consenso é denominado por Gramsci (2001) de *Intelectual Orgânico*. O Intelectual Orgânico terá a função de direcionar, educar,

organizar as ideias, tanto no terreno político, como no terreno da cultura, da administração etc. Ele será o elaborador, sistematizador e/ou difusor das ideologias de maneira que a classe a ser atingida compreenda e identifique-se com ela. Este intelectual não é necessariamente da classe subalterna. Ele também poderá ser da classe dominante. E sua ideologia a ser disseminada também não deverá ser necessariamente da classe a qual pertence.

Gramsci (2001) evidencia que o homem passa por uma concepção de mundo imposta e a ela obedece passivamente e não tem uma clara consciência teórica da sua ação, por muitas vezes ele age conforme uma herança do passado que acolheu sem crítica. Essa abordagem de ideias e ações sem consciência crítica pode ser chamada de “senso comum”. É aquilo que se tem como verdade sem antes fazer uma análise crítica e filosófica de tal realidade. O desenvolvimento político de conscientização crítica da realidade é um grande processo filosófico. É quando o homem consegue olhar para além da aparência e ir até a essência do fenômeno, superando o senso comum. É a concepção de uma nova realidade, até então camuflada e escondida a seus olhos, ainda que dentro dos limites restritos, neste caso, pelo capitalismo.

O intelectual orgânico consegue avançar para além da aparência e do senso comum de um fenômeno, enxergar a essência, e retornar ao campo das aparências e disseminar a consciência crítica, alertando e convencendo de maneira palatável outros homens, por meio do consenso. O consenso participativo para Gramsci (2001) é aquele que fará a reforma moral e intelectual dentro dos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil. Estamos diante então da tarefa central de um partido político: por meio do consenso, transformar as massas em sujeitos ativos e organizados e direcionar um conjunto de ideologias para uma direção de superação da ordem, para a hegemonia.

Gramsci (2001) avança na teoria de Marx e Engels sobre a extinção do Estado na sociedade comunista, que ele denomina de sociedade regulada. Deverá desaparecer na sociedade regulada a divisão da sociedade de classes. Os organismos sociais irão absorver a economia, sendo que irão subordinar as legislações ao controle consciente dos produtores associados. Assim, as funções desses “organismos

separados” se dissolverão em relações consensuais dentro da sociedade civil e absorverão o Estado. A extinção do Estado significa o desaparecimento progressivo dos mecanismos de coerção, ou seja, a plena absorção da sociedade política pela sociedade civil.

Utilizaremos como base deste estudo as categorias de Gramsci aqui apresentadas, para tentar compreender e explicar a realidade vivida a partir da crise do capital e da Era fordista e a entrada da acumulação flexível. Entendemos que a chamada acumulação flexível se estende até os dias atuais e teve no projeto neoliberal e na Terceira Via sua base material e ideológica para o convencimento das classes, por meio do senso comum, como será abordado no capítulo 2.

A ofensiva neoliberal e a Terceira Via vieram acompanhadas de mudanças não só ideológicas, mas culturais, que encontra hoje no pensamento pós-moderno um terreno teórico e político que lhe é altamente funcional. Funcional porque abandona a crítica ao capitalismo, propondo ações isoladas de grupos, em microespaços, com a desculpa de superar as opressões sociais de determinadas desigualdades, mas não de superação do capitalismo, contradizendo completamente os conceitos de Gramsci apresentados até aqui. Sendo assim, podemos dizer que atualmente o conceito de sociedade civil abordado por Gramsci está sendo “mal interpretado” (propositalmente ou não) pelos autores pós-modernos que encontram nos Novos Movimentos Sociais, sindicatos, partidos políticos e atualmente as Organizações Sociais (Governamentais e Não Governamentais) o campo estratégico para estabelecerem “lutas fragmentadas” em torno de uma causa (muitas vezes particulares), mas não em torno da crítica à sociedade capitalista, como abordava Gramsci (MONTAÑO, 2011).

Montaño (2011) explica que as Organizações Não Governamentais (ONG), tem se apresentado como “porta voz” da sociedade civil e são apontadas pelos autores da classe hegemônica como: organizações da sociedade civil em parcerias com o Estado. Ou seja, deixa de ser classista e se torna uma espécie de organização “interclasses”. Além disso, são fomentadas (legalmente, politicamente e financeiramente) por essas parcerias podendo ser com a sociedade política ou com a própria sociedade civil (partidos, sindicatos e movimentos sociais), como uma

parceria na qual não houvesse interesses contraditórios. Portanto, o autor verbaliza que os pós-modernos atuais alteram e distorcem os conceitos utilizados por Gramsci sobre sociedade civil ao se apoiarem nas ideias de parcerias entre instituições não classistas. Assim, desenvolvem suas “ações sociais” e não mais as lutas de classes, numa sociedade civil vista como dócil e despolitizada, com parceria entre as classes, e clara dependência dessas organizações em relação ao governo. Não questionam a questão da exploração, a desigual distribuição das riquezas e o sistema capitalista em si, promovendo ações de “ajuda”, “solidárias” e “voluntárias”. Suas ações não mais enfrentam o capital, e a burguesia não é mais a inimiga da classe trabalhadora, e sim sua parceira. A intenção é que o âmbito do Estado deixe de ser o alvo de luta e disputa e passe a ser um espaço de parcerias onde prevaleçam os interesses da atual classe hegemônica. A sociedade civil norteada pela parceria público-privada, aparece como esfera pública não-estatal e como um ilusório caminho para a ampliação da democracia. Tais conceitos serão abordados no capítulo 3 dessa pesquisa.

Sobre a metodologia utilizada na pesquisa informamos que se trata de uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que se insere na categoria de pesquisa de tipo levantamento, embora, além de entrevistas semiestruturadas e da aplicação de questionários, utilize-se também fontes bibliográficas primárias para a coleta de dados.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa se aprofunda em um mundo de significados de ações e relações humanas que se diferem e se opõem às correntes positivistas⁵: “Ao Positivismo se lhe contesta, sobretudo, a postura e a prática de restringir o conhecimento da realidade social ao que pode ser observado e quantificado e de transferir para a utilização do método a questão da objetividade” (MINAYO, 2001, p. 23).

Conforme autores que discutem procedimentos metodológicos em pesquisas sociais, Alves e Gewanzdnajder (1998), a Teoria Crítica como forma de pesquisa científica propõe-se a investigar o que ocorre nos grupos e instituições

⁵ Para Lowy (2000) O positivismo surge no fim do século XVIII como utopia crítico-revolucionária da burguesia para se tornar uma ideologia conservadora e identificada com a ordem burguesa estabelecida. Tem o objetivo de emancipar o conhecimento social de interesses das classes dominantes com raízes no naturalismo, justificativa da ordem social estabelecida e manutenção do status quo.

relacionando as ações humanas às estruturas sociais e políticas. A partir disso, essa teoria entende como as redes de poder são produzidas, mediadas e transformadas. Ao contrário do positivismo, entende-se que nenhum fenômeno social pode ser compreendido de forma isolada e separada dos conflitos ideológicos da sociedade em que se insere.

Para atingirmos o objetivo geral desta pesquisa, precisaremos apresentar as teorias hegemônicas atuais, acerca do tema, apresentadas por Friedman (1993), em âmbito mundial, e Bresser-Pereira (2008), em âmbito nacional. Ambos apresentam a justificativa neoliberal para reforma do Estado, e a implementação do gerencialismo na administração pública. Para a adesão e consentimento da classe trabalhadora para tal reforma, entendemos que Friedman e Bresser-Pereira ao assimilarem a necessidade de uma reforma do Estado pautada em princípios neoliberais, apresentaram suas justificativas por meio do senso comum à classe subalterna e essa entendeu como algo necessário, pois, em sua maioria, não possuía (e não possui) a consciência científica e filosófica para além da ideologia burguesa. Não foram capazes de contrapor e contestar a coisa na aparência (coisa para si) e enxergarem a coisa na essência (coisa em si).

Para Kosik (1976), a práxis utilitária é aquela imediata que coloca o homem em condições de orientar-se no mundo, mas não lhe proporciona de fato a compreensão da coisa em sua realidade. Está baseada na divisão da sociedade em classes e na hierarquicidade das posições sociais. Para compreensão da realidade de fato (coisa em si) e a produção da práxis crítica revolucionária é necessário um elevado esforço e um *détour* do que lhe é imposto. A “coisa em si” ou “essência da coisa” se oculta e foge da percepção imediata. Por haver uma oculta verdade da coisa é que se deve avaliar nessa pesquisa a teoria implícita e explícita colocada para aceitação da reforma do Estado e, conseqüentemente, a regulamentação das organizações sociais e instituições filantrópicas como eficientes e de qualidade.

A análise crítica acerca dos impactos que as parcerias público-privadas causam na política de educação somente ocorrerá para classe subalterna caso ela já se encontre em crise intelectual, oscilando entre a concepção velha e a concepção nova, e perdendo a confiança na concepção velha. Dessa forma, é necessário conhecer a

ideologia burguesa e as bases do senso-comum, partindo para uma consciência científica e filosófica do fenômeno analisado e assim chegar à compreensão da coisa em si, conforme analisava Gramsci (1999).

Para explicar o novo modelo de gestão das políticas públicas no contexto da reforma do Estado no Brasil foi necessário um resgate teórico conceitual do quadro político e econômico da situação do país antes e após a reforma do Estado, sendo esta a primeira etapa da pesquisa. Para isso, inicialmente, foi realizado o levantamento bibliográfico que serviu de base para conhecermos as pesquisas e trabalhos que estão discutindo o tema e a revisão dessa literatura encontrada. Ainda nesta fase foi realizada a leitura do referencial teórico sobre o nosso tema para o embasamento científico do nosso estudo.

Para descrevermos como acontece a engenharia institucional das parcerias estabelecidas entre escolas filantrópicas de educação básica do município de Volta Redonda/RJ e o Estado foi realizada uma pesquisa documental, nos acervos da Secretaria Municipal de Educação (SME) e Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), visando a conhecer as entidades que possuem o título de “filantrópicas” (ou entidades beneficentes de assistência social, como é abordada em algumas legislações) no município, além de sites nacionais de demonstração de contas e censos. É importante ressaltar que essa pesquisa documental ocorreu em aparelhos de legitimação da classe hegemônica. Os acervos, legislações, censos etc. servem atualmente para legitimar as atividades de parceria público-privada, focando nos resultados considerados pelo Estado como positivos no intuito de encobrir o real.

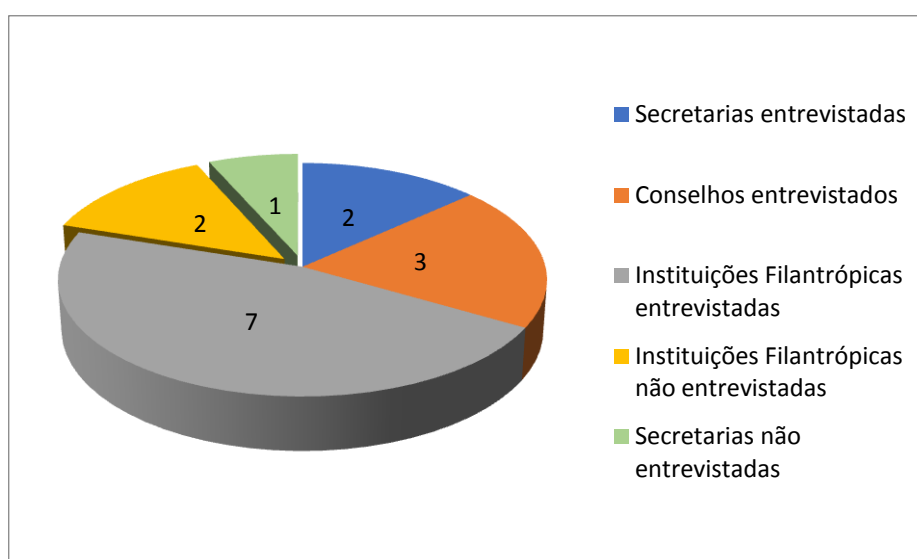
Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os seguintes sujeitos: Secretário Municipal de Assistência Social; Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS); Presidente e Secretária do Conselho Municipal de Educação (CME) e 03 gestores das 09 escolas filantrópicas do município.

Aplicamos questionários abertos (com perguntas semelhantes às aquelas abordadas nas entrevistas semiestruturadas) com os sujeitos a seguir, pois os mesmos não concordaram em participar de entrevista gravada, apenas aceitaram emitir as respostas por escrito: Secretária Municipal de Educação; Presidente do

Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACCS) do FUNDEB e mais 04 gestores das 09 escolas filantrópicas do município.

As Coordenadoras do setor de supervisão escolar e do setor pedagógico da SEEDUC do Médio Paraíba se recusaram a participar da pesquisa. Também tivemos a recusa de 02 das 09 escolas filantrópicas do município: Colégio de Aplicação (CAP) do Centro Universitário Geraldo Di Biasi (UGB) e Associação Beneficente Evangélica de Volta Redonda (ABEVR) – Lar Maria Isabel Galvão.

Gráfico 3: Número de instituições componentes do Universo da pesquisa – 2017



Fonte: dados coletados pela autora

Sendo assim, das 15 instituições que nos propusemos investigar entre secretarias, conselhos e escolas filantrópicas, tivemos êxito com 12 instituições (80% do nosso universo) sendo: 02 secretarias municipais – Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC) e Secretaria Municipal de Educação (SME); 03 conselhos (CMAS, CME e CACS FUNDEB) e 07 escolas filantrópicas de Educação Básica de Volta Redonda/RJ, como mostra o Gráfico 03. Utilizamos entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários abertos que foram analisados pela forma descritiva dos dados, buscando aprofundar os resultados obtidos na primeira e na segunda etapa da pesquisa para compreensão da essência do fenômeno estudado.

Tomamos como referência o fato de que esses sujeitos abordados são considerados, devido ao cargo político que ocupam, possíveis sujeitos mantenedores

da ordem estabelecida. Baseando-nos em Sánchez-Vázquez (1968), de acordo com as respostas dadas às entrevistas, tais sujeitos podem ser considerados como “homens da prática cotidiana”, que provavelmente são detentores de uma consciência comum e não da consciência filosófica moderna, ou seja, da práxis.

O homem comum e corrente é um ser social e histórico; ou seja, encontra-se imbricado numa rede de relações sociais e enraizado num determinado terreno histórico. Sua própria cotidianidade será condicionada histórica e socialmente, e o mesmo se pode dizer da visão que tem da própria atividade prática. Sua consciência nutre-se igualmente de aquisições de toda espécie: ideias, valores, juízos e preconceitos etc. [...] Sua consciência da práxis está carregada ou penetrada de ideias que estão no ambiente, que nele flutuam e as quais, como seus miasmas, ela aspira. (SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, 1968, p. 9)

Conforme Macedo (2011), consideramos que o princípio metodológico da investigação dialética da realidade social parte do pressuposto de que as etapas investigadas devem ser aprofundadas em sua particularidade, não abrindo mão da essência e do aparente para enxergar a totalidade. Ou seja, analisar os dados encontrados nas diferentes etapas em suas especificidades, relacionando-os com todo o contexto histórico que envolve o fenômeno.

2. A CRISE DO CAPITAL E RECOMPOSIÇÃO BURGUESA

O presente capítulo apresenta uma abordagem teórica e conceitual acerca da crise do sistema capitalista, as mudanças no modo de produção para manutenção da ordem estabelecida por meio da acumulação flexível, e como as transformações através da ideologia neoliberal mediada pela Terceira Via têm se instituído como estratégia hegemônica nas parcerias público-privadas para as políticas sociais, especialmente, na política de Educação Básica por meio da filantropia. Traremos também a discussão sobre os conceitos de qualidade e eficiência conclamados pela hegemonia atual e as bases do gerencialismo como forma de gestão. Posteriormente, apresentaremos uma análise do falso conceito hegemônico de Terceiro Setor e como ele está sendo disseminado no senso comum.

Para iniciar essa abordagem será necessário um breve levantamento histórico da sociedade capitalista. Pretende-se aqui realizá-lo de forma sucinta até meados da década de 1960 e partir daí de forma mais ampla, para uma melhor compreensão da reforma do Estado no Brasil e a entrada do neoliberalismo em meados da década de 1990, que será nosso enfoque principal.

Esse movimento analítico se torna necessário neste momento da pesquisa, pois identificamos que essa trajetória do capitalismo, para a manutenção da hegemonia burguesa no país, possui ligação direta com a materialidade do fenômeno da parceria público-privada na Educação Básica no município de Volta Redonda/RJ. Entendemos que é impossível pensar tais parcerias efetuadas neste município desvinculado de todo um quadro de acontecimentos histórico, político e ideológico do país.

2.1. A CRISE DO FORDISMO E O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Com a instalação do capitalismo, o nascimento da classe trabalhadora e da sociedade burguesa, Adam Smith (1996), publicou sua obra “A riqueza das nações” na qual declarava que os capazes e os inteligentes é que prosperariam no novo regime de concorrência. O Bem-estar estaria ligado à riqueza e ao esforço individual. O fato de existir o pobre e o rico seria devido a um fenômeno natural e não resultado de um modo de produção que estaria sendo implantado. O indivíduo deveria, então, se libertar do instrumento da “ajuda”, antes normalizado pela igreja, e procurar benefícios no mercado como assalariado e como consumidor. Só assim, o indivíduo teria condições de alcançar o Bem-estar e a felicidade por meio do consumo. Essa teoria do Bem-estar, segundo Faleiros (2009), tornou-se um aspecto positivo para a economia capitalista, uma ciência positiva, dando origem ao positivismo.

Com a finalidade de aumentar a taxa de consumo (consumo em massa) e com isso a produção (produção em massa) e o lucro, criam-se monopólios nacionais e internacionais dando origem ao Capitalismo Monopolista. Baseados na Teoria Liberal de Bem-estar estará o mercado e o consumo. Assim, todos os bens que atendam às necessidades básicas do homem estarão disponíveis no mercado: alimentação, vestuário, moradia, lazer, educação, transporte, saúde etc. Os consumidores devem se adaptar a esses produtos disponibilizados pelo mercado. Então, é esse mercado quem impõe qual deve ser a escolha do consumidor, pois é esse mercado quem oferece o produto de maneira monopolizada (FALEIROS, 2009).

Com o modelo de produção e consumo em massa, prevalecia uma linha de montagem com base técnica eletromecânica e com estrutura organizacional hierarquizada, o modelo fordista/taylorista. Um sistema de produção que se apoiava nas longas horas de trabalho puramente rotineiro, exigindo poucas habilidades manuais tradicionais e um controle quase inexistente do trabalhador sobre o ritmo e o processo produtivo (BEHRING, 2008). Nesse auge do capitalismo monopolista, segundo Souza (2015), não havia condições objetivas e subjetivas favoráveis a uma hegemonia neoliberal, já que o capitalismo entrava numa longa ascensão de crescimento e desenvolvimento.

O Estado Liberal, nesta fase do capitalismo, aparece com um papel de intervir com medidas sociais de “fora do mercado”, já que a questão social – que se expressa na contradição capital-trabalho – se torna visível com o aumento da exploração da classe trabalhadora e o crescimento do capitalismo. A intervenção social do Estado será também por meio das Políticas Sociais que irão contribuir para que a máquina do mercado continue trabalhando em sua perfeita ordem, evitando manifestações da sociedade e mantendo a exploração dos trabalhadores. Para Iamamoto (2008),

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação das políticas sociais. [...] O Estado busca enfrentar, também, através de medidas previstas nessas políticas e concretizadas na ampliação da legislação e na implementação dos serviços sociais, o processo de pauperização absoluta ou relativa do crescente contingente da classe trabalhadora urbana, engrossado com a expansão industrial [...]. Ao referir-se a classe trabalhadora, engloba-se aí tanto a parcela da classe inserida diretamente no mercado de trabalho, como aquela excedente para as necessidades médias da exploração do capital: o exército industrial de reserva (IAMAMOTO, 2008, p. 77 e 78).

Esse Estado se apresenta falsamente como neutro, acima das classes e dos grupos sociais. Deve assegurar o mínimo à classe trabalhadora, sem afetar o mercado. É importante ressaltar que tais políticas sociais e direitos sociais propostos por esse Estado são de caráter individual e focalizadas, não abordando em seu discurso a relação capital-trabalho. Ou seja, ele até considera o indivíduo como sujeito de direitos, mas não como sujeito coletivo, no grupo ou classe. Os auxílios são individuais ou no máximo familiares. Tais políticas sociais possibilitam a gestão, ainda que conflitiva, da força de trabalho para que ela se reproduza nas melhores condições para os capitalistas. O Estado servirá como um agente de institucionalização de conflitos, ou seja, ele força um consenso entre as partes: Capital e Trabalho. Força a classe trabalhadora a negociar com o capitalista e se necessário impõe uma solução para que mantenha a forma mercantil global da sociedade. Essas

ações são defendidas como: o Estado que vela pela paz social e tranquilidade pública (FALEIROS, 2009).

O papel do Estado até então instaurado, mesmo que em partes, é resultado da luta de classes e nomeado de Estado de Bem-estar social, mas, antes de proteger a classe trabalhadora, protege o mercado, o consumo e a produção. As políticas sociais propostas, apenas diminuem certas desigualdades de acesso ou impedem que essas desigualdades se agravem ainda mais com o capitalismo, já que além da classe trabalhadora pauperizada, também existe aquele segmento de trabalhadores desempregados que não pode sobreviver do salário, pois está socialmente impossibilitado de produzi-lo (desempregados, idosos, pessoas com deficiência, doentes etc.).

Em meados da década de 1960, com a produção em massa do sistema fordista, as indústrias se viram com muito excedente inutilizável, além de uma intensificação da competição entre o mercado. Havia problemas com a rigidez dos investimentos, dos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho, além da rigidez da própria produção. Isso o obrigou a entrar num período de racionalização e reestruturação do controle de trabalho, enfrentando também o poder sindical. Apesar das resistências para permanência do modelo fordista, o mesmo caiu em profunda recessão necessitando da transição para um novo modelo de acumulação. A crise afetou os países capitalistas e a burguesia começou a buscar por um novo modelo de gestão para manter a classe hegemônica no poder, o que consideramos de recomposição burguesa (HARVEY, 1992, p. 137 - 140).

De acordo com Souza (2002), o sistema capitalista, por ser resultado de um processo histórico, encontra-se em constante transformação com rupturas e crises. A crise é considerada de fundamental importância para a reorganização produtiva, redefinição das relações de produção e reestruturação do conflito de classes.

A própria crise é, ao mesmo tempo, elemento de destruição e de construção do próprio sistema. Os períodos de crise são, na realidade, uma necessidade vital para o capitalismo, pois é nesses momentos que se

produzem as rupturas necessárias para a continuidade (SOUZA, 2002, p. 74).

A inflação, expansão do mercado financeiro em detrimento do produtivo, a crise do petróleo etc. foram alguns dos motivos para a então recessão deste modelo de produção capitalista. Como consequência houve a queda do investimento produtivo, desempregos e a ampliação da dívida dos países periféricos⁶, como no Brasil, e principalmente, a queda das taxas de lucro. Juntamente com essas inseguranças, somado ao acúmulo de inovações tecnológicas no campo da microeletrônica e o avanço das conquistas das classes trabalhadoras, constituíram os motivos para a crise de acumulação do sistema capitalista até então vigente (SOUZA, 2002, p. 75).

Conforme Behring (2008, p. 33), a crise exigiu uma refuncionalização do Estado capitalista, a partir dos anos de 1980, articulada a uma reação burguesa. Então, no campo industrial, a reorganização da produção foi sustentada pela nova consciência de estoque mínimo. A revolução microeletrônica foi introduzida como novo padrão tecnológico. A chamada produção flexível alterou o padrão rígido de produção fordista em massa. Um pequeno grupo de trabalhadores multifuncionais passou a operar uma grande quantidade de máquinas automáticas, num processo mais intensificado de trabalho, no intuito de diminuir o desperdício. A acumulação flexível apontou para alcançar o máximo de produtividade com o mínimo de custos e de tempo. Ao contrário do fordismo, a hierarquia nas fábricas foi diminuída, e esse modelo considerado gerencial institui novas formas de controle, como por exemplo: a

⁶ Sobre o conceito de países periféricos, usamos a análise de Florestan Fernandes (1973) sobre capitalismo dependente. O autor explica que as variáveis do capitalismo moderno são diferentes na América Latina. A transição dos sistemas capitalistas (Mercantilista, Comercial e Industrial) dependerá de cada país a partir das conquistas e emancipação nacional de vários setores principalmente do dinamismo econômico de dentro do país na tentativa de romper com o colonialismo. Porém, a “economia de fora” antes determinada pela Europa e posteriormente pelos Estados Unidos, afetará diretamente os países colonizados. Fernandes explica que essa dependência de um país pelo outro, não é um acidente e sim uma vantagem estratégica do polo econômico hegemônico. Essa é a ética e a racionalidade do capitalismo dependente e está sempre se transformando e seguindo as evoluções das sociedades centrais hegemônicas preservando seu status quo. Ele faz uma análise também do perfil da burguesia dos países dependentes da América Latina, que além de enfraquecerem a si próprias, enfraquecem também a democracia do capitalismo e a participação econômica da classe trabalhadora, reduzindo suas alternativas, empobrecendo sua visão de mundo e liquidando-se como agente histórico revolucionário. Também, os países hegemônicos dessa relação mobilizam nos periféricos os aparelhos privados de hegemonia (mídia, escolas, partidos, movimentos sociais etc.) para manter sua dependência por meio da coerção e da persuasão ideológica.

substituição do rígido controle dos gerentes por metas e bonificações aos trabalhadores, e assim aumentou a pressão pelo desemprego estrutural.

E no contexto de desenvolvimento da nova base técnica da produção microeletrônica e de mundialização do capital que a cultura organizacional do toyotismo encontrará solo fértil adequado às necessidades técnicas do novo industrialismo em gestação, pois o avanço das iniciativas organizacionais de desenvolvimento do trabalhador, a captura da subjetividade operária, a inserção engajada dos trabalhadores no processo produtivo (a auto-racionalização operária) constituem os ingredientes indispensáveis para a atual recomposição das bases de acumulação do capital (SOUZA, 2015, p. 59).

Essa crise do fordismo também afetou diretamente o Brasil em sua base econômica, mas também, foi nesse contexto que a classe trabalhadora se organizou para reivindicar eleições diretas, melhores salários e melhores condições de vida, dando origem a Constituição Federal 1988, que contemplava uma série de conquistas referentes às políticas sociais. Os anos 1980 no Brasil foram marcados por um conjunto de transformações baseadas em um processo de luta da classe trabalhadora, via movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos que culminou em grandes avanços para as políticas e direitos sociais, trazendo também uma ruptura com o governo militar, antes dominante. Mas, Souza (2002) alerta:

Todavia, o avanço da democracia do Brasil tem se dado de forma articulada com o avanço da hegemonia neoliberal. Embora a organização e luta da classe trabalhadora no Brasil tenha avançado consideravelmente no decorrer dos anos 80, tal avanço não foi suficiente para construção de uma nova hegemonia, alternativa a ótica do capital (SOUZA, 2002, p. 107).

Por isso, se olharmos para essência e não a aparência deste fenômeno, referente à crise até aqui apresentada, reconhecemos que a acumulação flexível foi uma mudança concebida para manter a lógica dominante e o sistema capitalista. As bases do capitalismo – conforme Marx aponta em suas obras – como a extração da mais-valia e a exploração daquele que vende a sua força de trabalho permanecem, também, no novo regime de acumulação. Harvey (1992) destaca que a acumulação flexível, no entanto, reduz cada vez mais o quadro de trabalhadores permanentes e o substitui pelo trabalhador temporário e flexível atendendo assim as instabilidades do

mercado. É necessária, então, a formação de um novo tipo de trabalhador adequado a essa nova ordem.

Para Alves (2014, p. 59), o gerencialismo, no campo da produção de capital, busca a apropriação de habilidades técnico-profissionais, mas não somente isso, busca também disposições subjetivas do trabalhador em prol dos interesses da produção de mercadorias. O capitalista coloca essa busca como uma “parceria” na qual um ajuda ao outro (o empresário e o trabalhador). É caracterizado como uma colaboração, ou seja: uma característica empresarial que nomeia os trabalhadores de colaboradores e parceiros na gestão de negócios. Nessa nova fase de produção do capital, o trabalhador é encorajado a pensar “proativamente” e encontrar soluções antes que os problemas aconteçam. É obrigado a pensar a serviço do capital.

Gramsci (1976), em sua obra “Americanismo e Fordismo”, ao fazer uma análise da industrialização da América no processo de produção fordista, já identificou que foi preciso formar um novo tipo de trabalhador para atuar naquela fase do capitalismo. Ele afirmou que a formação não seria restrita somente à força de trabalho técnico (voltada para atitudes “maquinais e automáticas”), mas sim a uma adaptação psicofísica deste trabalhador à nova ordem industrial. “A hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, 1976, p. 382). Ou seja, esse novo trabalhador que o capitalismo, na era fordista, precisava, deveria ser conformado ética e moralmente (conformação psicofísica), para não se opor a ordem estabelecida. Para manter essa lógica, o Estado de Bem-estar social foi um desses agentes mantenedores da conformidade naquela ocasião. Ele se colocou como mediador de classes e como necessário para que a classe hegemônica pudesse exercer sua dominação. “A americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou vontade decidida de criá-la) e um determinado tipo de Estado” (GRAMSCI, 1976, p. 388). Queremos salientar aqui que, todas as vezes que acontece uma modificação no modelo de produção na ordem capitalista, essa ordem vai exigir um novo tipo de trabalhador, que seja formado não somente pela mão de obra técnica, mas também pelo seu psicofísico. Sendo assim, com o início da Acumulação Flexível como modelo de produção capitalista, e do neoliberalismo como

ideologia necessária para manter a ordem, será necessário também um novo tipo de trabalhador, como afirma Souza (2015):

A formação/qualificação profissional e social surge neste contexto como uma demanda objetiva da valorização do capital. De um lado, servindo de instrumento de formação de um *exército industrial de reserva* de novo tipo – diferente daquele que alimentava a produção fordista. De outro, servindo de espaço de conformação ético-política da classe trabalhadora na nova dinâmica das relações de poder na sociedade, onde os aparelhos privados de hegemonia assumem, na condição de parceiros do Estado, o compromisso de promoção do desenvolvimento social e econômico fundado na ideologia do consenso entre diferentes interesses em conflito (SOUZA, 2015, p. 65).

Para Souza (2002, p. 76): “Era evidente que não pareciam muito verossímeis os avisos neoliberais dos perigos que representavam qualquer regulação do mercado por parte do Estado.” E assim, a entrada do neoliberalismo só foi possível a partir da crise do fordismo/taylorismo até então instaurada. Para Behring (2008, p. 58), a ideologia neoliberal denuncia os “perigosos” efeitos do Estado de Bem-estar social, até então vigente, e a classe hegemônica o julga como: Estado de baixa produtividade, burocratizado, com sobrecarga de demandas, excesso de expectativas e excesso de proteção à população, além do impulso aos movimentos sociais em torno de suas demandas e a abertura facilitada ao sindicalismo. Então a classe hegemônica chega a seguinte conclusão: é necessário mais mercado livre e menos estado social.

Basta o fato de o modelo de Bem-estar social limitar a capacidade de o valor gerar valor, para que a burguesia acione todo seu aparato político-ideológico de condenação de toda forma de intervenção estatal, em especial aquelas na forma de políticas sociais para a reprodução da força de trabalho. Camufladas em discurso depreciativo dos serviços estatais, as ações e formulações burguesas partem para a apologia de um novo modelo de regulação social, menos oneroso para os cofres públicos, no que tange os gastos sociais, embora plenamente capaz de subsidiar as demandas do grande capital (SOUZA, 2002, p. 86).

O neoliberalismo está pautado em práticas que compõem o conceito do individualismo e a capacidade empreendedora no contexto da propriedade privada e do livre mercado. Difunde-se a falsa ideia de que o Estado não será mais o responsável pelos possíveis “insucessos” do indivíduo, tornando-se mínimo para o que se refere às questões sociais, propondo uma série de privatizações dos serviços

sociais. Com isso, as políticas neoliberais entraram com orientações, tendo em vista a inserção do país na dinâmica de um capitalismo mundial contemporâneo, focado na busca pela rentabilidade do capital por meio de uma reestruturação produtiva, adaptação e competitividade. A burguesia, fazendo parte eminente do Estado, aponta como única forma elegível de sobrevivência da sociedade o neoliberalismo e, conseqüentemente uma reforma, buscando menos Estado para o social e mais para o capital.

Uma outra determinação, relatada por Behring (2008, p. 63), para todo esse processo é a chamada: “crise fiscal do Estado”, assim denominada pelos neoliberais. O argumento hegemônico para tal crise fiscal foi que a mesma era induzida pelas pressões dos trabalhadores por melhores salários, políticas e proteções sociais, sendo por isso necessária uma drástica diminuição nos gastos sociais para “salvar os cofres públicos”, levando ao enfraquecimento das organizações de trabalhadores e organizações sindicais. Neste aspecto, Souza (2002, p. 78) argumenta que houve uma drástica queda no número de greves e que o desemprego estrutural, trazido pela reorganização produtiva, tem sido o principal motivo para a crise do movimento sindical⁷ neste fim de século.

A crise fiscal do Estado é divulgada pelos capitalistas como tendo um dos seus principais motivos: os investimentos em políticas sociais. Para Faleiros (2009, p. 62), as políticas sociais são parte de uma gestão estatal da força de trabalho, articuladas a pressões sociais dos trabalhadores com as formas de reprodução para manter os interesses gerais do capital. As funções das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado estão historicamente relacionadas com: os resultados das crises do capital; as lutas de classe e os interesses do capital. O Estado aparece como aquele

⁷ Para Gramsci (1977), na sociedade capitalista o sindicato assume o compromisso de fazer com que o empresário aceite, por meio da legalidade, relações de conquistas e concessões que beneficie a classe trabalhadora. Por meio da “confiança” que o empresário terá no sindicato, ele o usará como o interlocutor junto às classes operárias e haverá um respeito em relação às obrigações acordadas. Assim, será conquistada uma “legalidade industrial” que irá melhorar as condições de vida material da classe operária. Esse compromisso da legalidade industrial é necessário, mas não perpétuo, pois o sindicato deve dispor do papel de convencimento e de preparação da classe operária para iniciar uma ofensiva vitoriosa contra o capital e o submetê-lo a sua lei. Sendo assim, o sindicato se torna um instrumento revolucionário e a disciplina sindical, mesmo quando apontada para a legalidade industrial no capitalismo, será uma disciplina revolucionária. O sindicato então é um instrumento de legalidade.

que garantirá a manutenção das condições gerais para reprodução desse sistema capitalista. Ele, por meio das políticas sociais, assume os investimentos que não são rentáveis ao capitalista transformando os recursos públicos em meios de favorecer e estimular o capital, além de criar infraestruturas necessárias e facilidades jurídicas para manter as suas necessidades.

Mesmo que com a crise do fordismo e a entrada do neoliberalismo estejam ocorrendo mudanças significativas nas áreas políticas, sociais e econômicas, as bases capitalistas permaneceram em sua essência. Com a ideologia neoliberal a exploração do trabalhador torna-se mais acirrada e o desemprego aumenta significativamente, assim como a desigualdade social, os índices de violência e o crescimento da pobreza.

Marx e Engels, muito antes à ofensiva neoliberal, baseados no processo de exploração capital-trabalho, já declaravam que:

O trabalhador se torna um pobre, e a pobreza se expande ainda mais rapidamente que a população e a riqueza. Evidencia-se assim, abertamente, que a burguesia é incapaz de permanecer mais tempo como classe dominante e de impor à sociedade, como leis supremas, as condições de sua própria existência. Ela não é capaz de dominar porque é incapaz de garantir a existência de seu escravo no interior da mesma escravidão; porque ela se vê obrigada a permitir que ele decaia a tal ponto, que precisa alimentá-lo, em vez de ser alimentada por ele (MARX; ENGELS, 2008, p. 28).

2.1.1. Do Neoliberalismo para Terceira Via: a busca de solução para a crise

Com a crise do capital até aqui abordada, os países capitalistas adotaram um receituário neoliberal como forma de regulação social ideológica e a acumulação flexível como um modelo de produção capitalista, frente às contestações sociais que ameaçavam a coesão social e a hegemonia burguesa. Esse processo iniciou-se na Inglaterra com Margareth Thatcher fortalecendo a ascensão do conservadorismo (NEVES, 2010).

Esse neoliberalismo Inglês e de caráter conservador foi caracterizado por Antunes (2014), como: privatizador de praticamente tudo que se havia sobre o controle estatal; de redução do capital produtivo estatal; de flexibilização dos direitos

sociais conquistados e de enfraquecimento dos sindicatos por meio de regulamentações legislatórias. A justificativa para tais políticas conservadoras era de que o Estado de Bem-estar social seria muito oneroso e impedia o crescimento da economia.

Para que a classe hegemônica consiga inserir seu projeto de reestruturação do capital pautado no neoliberalismo por meio de uma Terceira Via, com o mínimo de resistência possível, esse projeto precisa ter uma razoável legitimidade e aceitação social da classe trabalhadora. Mas como gerar essa aceitação, já que tal projeto atinge negativamente as conquistas trabalhistas relacionadas aos direitos sociais? Montaño (2014) esclarece que essa questão constitui um desafio significativo à classe hegemônica e por isso ela contará com o apoio das organizações da sociedade civil por meio, principalmente, da persuasão. Esse convencimento se dará pela expansão de uma “racionalidade desarticuladora e fragmentada da totalidade social”, que por meio de uma ideologia neoliberal leve a uma falsa consciência de visão da realidade, ocultando o verdadeiro sentido das reformas e mostrando-as como vontade popular. Uma linguagem que camufle o caráter de classe e que levante as bandeiras progressistas de: justiça, democracia, participação e solidariedade, mas agora reconfiguradas em interesses da burguesia e escondidas nos discursos de setores que “se dizem de esquerda” (MONTAÑO, 2014).

Giddens (1999), um dos intelectuais orgânicos da socialdemocracia atual e do conceito de Terceira Via, diagnostica que o neoliberalismo tradicional e conservador se tornou, naquela ocasião, a perspectiva de muitos partidos de direita do mundo inteiro. Como característica a “hostilidade ao governo grande”; a defesa da família tradicional; a defesa do individualismo e a devoção do livre mercado. Os neoliberais conservadores demonstram para Giddens (1999) um real “desgosto pelo Estado”, que quando é dilatado torna-se inimigo da liberdade e da independência. Mas o autor entende que existe uma contradição nessas relações e criticou o neoliberalismo conservador:

A devoção ao livre mercado por um lado, e à família tradicional por outro, é uma contradição. Espera-se que o individualismo e o direito a escolha se detenham abruptamente na soleira da família e da identidade nacional, onde a tradição deve permanecer intacta. Mas nada destrói mais

a tradição que a “revolução permanente” das forças de mercado. O dinamismo das sociedades de mercado solapa as estruturas tradicionais de autoridade e fratura as comunidades locais; o neoliberalismo cria novos riscos e incertezas e pede aos cidadãos que simplesmente os ignorem. Ademais ele negligencia a base social dos próprios mercados, que depende daquelas formas comunitárias que o fundamentalismo de mercado descarta com indiferença (GIDDENS, 1999, p. 25).

Para o autor, o governo Thatcher se valeu de ideias conservadoras e de um ceticismo liberal clássico referente ao papel do Estado, dando ênfase a natureza superior dos mercados. Relaciona a tese de um Estado Mínimo⁸ (dentro do conceito estabelecido no capitalismo) ligada a uma visão estratégica ao conceito de sociedade civil (conceito também estabelecido pela sociedade capitalista, e não nos termos que Gramsci defendeu, apresentado anteriormente). Essa sociedade civil seria um espaço autogerador de solidariedade social. Assim, essa sociedade civil defendida pelos neoliberais deveria ter incentivos para florescer, e o farão, se não forem impedidos pela intervenção estatal. As virtudes dessa sociedade civil são: “bom caráter; dedicação ao próximo; honestidade; honra; tolerância; civilidade; serviços ao próximo, dentre outros”. Assim, o Estado de Bem-estar social é considerado, pelos neoliberais conservadores, destrutivo para que se aflorem as características da sociedade civil. “O antagonismo ao *welfare state* é um dos traços neoliberais mais característicos. O *welfare state* é visto como a fonte de todos os males, de maneira parecida àquela como o capitalismo era visto outrora pela esquerda revolucionária” (GIDDENS, 1999, p. 23).

Posteriormente, Giddens (1999) declara que o neoliberalismo está em apuros. A sua devoção ao livre mercado e à família tradicional é uma contradição. Para ele, nada destrói mais a tradição do que a revolução permanente das forças de mercado. O dinamismo das forças de mercado impede as estruturas tradicionais de autoridade e fratura as comunidades locais. O autor ignora as diferenças de classes e

⁸ O conceito de Estado Mínimo defendido na sociedade capitalista é completamente contrária a tese de Estado Mínimo defendida por Gramsci. Tal conceito de Estado Mínimo é distorcido no neoliberalismo. Para Gramsci, Estado Mínimo é aquele que o Estado, já dominado pela classe operária, começa a sair de cena e a sociedade civil, agora com a hegemonia da classe operária, assume o papel do Estado. É o que acontece no trâmite do socialismo para o comunismo. Se analisarmos pelo conceito de Gramsci, até os dias atuais, nunca existiu o Estado Mínimo. No capitalismo não se dará o Estado Mínimo nos conceitos de Gramsci, e sim um conceito de que o Estado deve ser minimizado para as políticas sociais.

a exploração que a sociedade capitalista institui ao trabalhador. Também não destaca que esses são os verdadeiros motivos para desigualdade social, não apresentando uma ligação entre a crítica ao sistema capitalista e suas críticas o neoliberalismo conservador.

Giddens (1999), em defesa da Terceira Via, após criticar superficialmente o neoliberalismo conservador, agora vai atacar o que ele chama de “velha e extrema esquerda” ou de “socialdemocracia de velho estilo”. Alega que o Estado social e maximizado defendido por esses “social-democratas de velho estilo” gera hoje mais problemas do que resolve, e aponta o colapso do “comunismo” no leste europeu em 1989 como um dos exemplos. Critica a teoria econômica do socialismo como inadequada e que esta subestima a capacidade do capitalismo de inovar, adaptar e gerar uma produtividade crescente. Aponta como características da velha esquerda: um envolvimento do Estado na vida social e econômica; o forte igualitarismo e um Estado de Bem-estar social abrangente, protegendo os cidadãos do berço ao túmulo. E ainda, o autor tem uma equivocada opinião sobre os “socialistas”, afirmando que eles são os “social-democratas de velho estilo” e que defendem a ideia de: “tirar dos ricos para dar aos pobres”, distorcendo o conceito de expropriação dos meios de produção, exploração da classe trabalhadora e mais-valia.

Posteriormente explica (dentro de seus conceitos) a mudança gradual da “socialdemocracia de velho estilo” que deixa de ser comunista e passa a ter a inclusão de novos parâmetros. Defende que os partidos “social-democratas de velho estilo” não podem mais contar com suas identidades prévias e precisam criar novas identidades num ambiente social e culturalmente diverso. Com isso, Giddens (1999) coloca em debate se as categorias “esquerda” e “direita” realmente ainda existem.

Os partidos social-democratas começaram a se preocupar com questões como a produtividade econômica, políticas de participação, desenvolvimento comunitário e, particularmente, ecologia. A social-democracia moveu-se além da arena da distribuição de recursos para contemplar a organização física e social da produção e as condições culturais de consumo nas sociedades capitalistas avançadas (GIDDENS, 1999, p. 28).

Enfim, Giddens declara que a partir da década de 1990 os social-democratas, que sempre foram socialistas, devem agora pensar num modelo atualizado, já que não há de fato alternativas para o capitalismo. Precisam criar uma perspectiva nova e integrada. Ele questiona: “É possível que manter-se na esquerda continue tendo algum sentido, agora que o comunismo desmoronou completamente no Ocidente e o socialismo de maneira mais geral foi dissolvido?” (GIDDENS, 1999, p. 34).

Quando não há caminhos pelo neoliberalismo tradicional e conservador, e nem pela socialdemocracia por meio do socialismo e comunismo, Giddens (1999) afirma que será necessária uma Terceira Via (daí o sentido do termo): “É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a socialdemocracia do velho estilo quanto o neoliberalismo” (GIDDENS, 1999, 36). E ainda informa de onde surgiu tal conceito:

A expressão parece ter-se originado já na virada do século, e foi popular entre grupos de direita na década de 1920. No entanto, foi usada sobretudo por social-democratas e socialistas. No início do período pós-guerra, os social-democratas pensavam de maneira bastante explícita que estavam encontrando um caminho distinto do capitalismo de mercado americano e do comunismo soviético. Por ocasião de sua refundação, em 1951, a Internacional Socialista falou explicitamente sobre a terceira via nesses moldes. Cerca de 20 anos depois, tal como empregado pelo economista tcheco Ota Sik, a expressão foi usada para designar o socialismo de mercado. Os social-democratas suecos parecem ter falado com maior frequência em Terceira Via, sendo que a última versão, no final da década de 1980, referia-se a uma importante renovação programática (GIDDENS, 1999, p. 35).

Peroni (2012) faz uma comparação crítica entre os conceitos de neoliberalismo e a chamada Terceira Via em relação ao Estado. Para a autora, tanto o neoliberalismo quanto a Terceira Via diagnosticam que não é o capitalismo que está em crise, mas, sim, o Estado. E quem deverá assumir o controle e superar as falhas desse Estado em crise é o mercado. A Terceira Via é considerada como a estratégia do capital para superação desta crise, redefinindo o papel do Estado. A crise do Estado seria uma consequência dos maus investimentos, e não a causa. Pela teoria neoliberal o Estado é o culpado pela crise por ter gasto mais do que poderia com políticas sociais, o que provocou a crise fiscal. Isso traz como consequência a parceria público-

privada, e agora os serviços sociais poderão ser geridos pelo mercado. Ao comparar o neoliberalismo com a Terceira Via em relação ao Estado, Peroni (2012) afirma que o neoliberalismo deseja privatizá-lo, já a Terceira Via deseja reformá-lo. Em ambos a gestão será gerencial.

Na visão de Neves (2010), a Terceira Via passou a ser uma alternativa de aperfeiçoamento do modelo neoliberal dando-lhe uma nova roupagem, fazendo uma associação entre as características da socialdemocracia com a continuidade das reformas neoliberais por meio do fetiche de um capitalismo humanizado. Nos dois casos (Neoliberalismo e Terceira Via) o Estado deixa de ser o único responsável direto pela execução das políticas sociais. Enquanto um defende a privatização direta pelo mercado, o outro cria o conceito de *público não-estatal*, repassando a responsabilidade das políticas sociais para organizações sociais.

Neves (2015), em uma nova reflexão sobre a Terceira Via, alega que após a crise do capital e do Estado de Bem-estar social, houve uma difusão de valores neoliberais, porém o neoliberalismo não atendeu às expectativas de superação da crise com as taxas de juros e a diminuição da desigualdade social. Com isso, os intelectuais orgânicos do capital, se reuniram para pensar numa alternativa para reformar a socialdemocracia apresentando uma alternativa ao neoliberalismo, e não uma alternativa a exploração do capital. Essa alternativa foi um projeto com uma nova roupagem, ou seja, não seria a transformação da sociedade (socialismo) e nem a ofensiva neoliberal tradicional, e sim uma Terceira Via (mas dentro dos princípios neoliberais). Foi esse projeto da Terceira Via que, para a autora, assegurou o Consenso de Washington.

Uma das principais características da Terceira Via é a regulamentação da parceria do Estado com a sociedade civil. Houve a disseminação que os Institutos e as Fundações seriam as grandes parceiras do Estado. Com isso, há uma grande influência dessas instituições na formulação e execução das políticas sociais, em especial na educação, e uma falsa ideia de colaboração social. Os pactos com o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) irão adaptar as formulações desses órgãos – Fundações e Institutos –

(política e ideologicamente) às realidades sociais de cada país, com a finalidade de integrarem ao capitalismo mundial (NEVES, 2015).

A reforma do Estado pode então ser considerada como um princípio orientador básico para a implementação da Terceira Via. Para Giddens (1999), a partir da Terceira Via o Estado “não terá inimigos” e sim parceiros; a sociedade civil será “ativa” e a economia será mista, a partir das parcerias público-privadas. A Terceira Via vai reconstruir o Estado e a legitimidade deste será “renovada” por meio das legislações e ações necessárias. O autor não fala em transformação, somente menciona reformar o que já existe dentro da lógica do capital.

Sobre a sociedade civil, Giddens (1999) defende que sua “promoção” é a parte básica para a efetivação da Terceira Via. Mas ele defende uma promoção que interessa o capital, e não a promoção da sociedade civil que emancipa a classe trabalhadora, como afirmava Gramsci. Sendo assim, consideramos que Giddens (1999) distorce o conceito de sociedade civil e de Estado de Gramsci (conforme já apresentado anteriormente). Ele atrela a criminalidade e o aumento da desigualdade social como parte de um declínio da sociedade civil, um declínio cívico, e não um reflexo da intensificação da precarização do trabalho e da questão social do sistema capitalista.

Para “salvar” esse declínio cívico, Giddens (1999) propõe a Renovação da Sociedade Civil assim como do Estado, por meio de parcerias entre eles. Incentiva o envolvimento das Organizações Sociais nas políticas sociais, extensão dos serviços voluntários, a fomentação do capital social e do capital humano. “Estado e sociedade civil deveriam agir em parceria, cada um para facilitar a ação do outro, mas também para controlá-la” (GIDDENS, 1999, p. 89).

Ainda sobre a sociedade civil, Giddens (1999), relata que os grupos e movimentos sociais tradicionais declinaram e deram origem aos novos grupos de autoajuda e grupos de lutas “mais focalizadas” como os: ambientalistas, feministas, pessoas com deficiência etc. E entende esses grupos como de extrema importância dentro da sociedade civil, pois “um ajuda o outro” dentro de suas comunidades, aumentando o espírito de solidariedade voluntarismo. Montaño (2014) vai criticar

essa posição e chamar esses grupos de “Novos Movimentos Sociais” que, em sua maioria, não criticam e não questionam a ordem capitalista, são fragmentados em seus interesses e não atrelam seus problemas à luta de classes.

Contudo, Giddens (1999), em defesa à reforma do Estado, afirma que a eficiência dos serviços será desburocratizada. Nas empresas privadas a inovação e o modernismo avançam conforme o desenvolvimento do capital, enquanto os serviços públicos “ficam para trás” devido às burocracias. Usa do senso comum para disseminar que as instituições do Estado são preguiçosas e seus serviços são de qualidade inferior, pois estes carecem da disciplina do mercado. Por isso, o governo deve aprender com as práticas empresariais, principalmente em relação ao controle; as metas; as auditorias; a estrutura flexível etc.

Após toda essa abordagem apresentada por Giddens (1999), reafirmamos que o mesmo se coloca como um intelectual orgânico do capital, pois ao formular e disseminar as estratégias da Terceira Via, apresenta visões fragmentadas sobre a realidade. Ao produzir o conhecimento, esse intelectual tem desenvolvido e reproduzido, tendencialmente, um conhecimento fragmentado. Para Montaño (2014), o intelectual já nasce em uma cultura tendencial positivista, que visa a segmentação da realidade e se apresenta como a racionalidade hegemônica da cultura oficial do mundo, dada a sua funcionalidade à ordem burguesa.

A verdadeira intenção dos intelectuais orgânicos do capital é fragmentar a realidade em “esferas”: a econômica, a política e a social. A econômica é aquela das relações entre os sujeitos que ocupam lugares diferentes no processo produtivo, sem classes e sem lutas de classes. Não há interesses contraditórios. Assim, com essa fragmentação, fica fácil identificar a economia com a contabilidade e a administração. A política, em sua esfera fragmentada e deseconomizada, são entendidas como operadas na órbita do Estado e/ou da sociedade civil, entre os partidos e novos movimentos sociais, e não entre as classes sociais ligadas ao processo de produção. E a social, também na esfera fragmentada, como sendo a interação entre os indivíduos – despolitizados e deseconomizados – fora de um contexto histórico, do processo de produção e exploração. Sendo assim, é disseminada a ideia de que o sistema não poderá mais ser alterado em sua totalidade.

Aqui nascerá a tese hegemônica do Terceiro Setor. Então, a revolução não é mais uma possibilidade histórica. Só é possível alterar as variáveis e a partes de um todo, para manter o sistema em seu “natural equilíbrio”. Surgem então as teorias de “mudança” e de “reforma” no lugar da de “revolução” (MONTAÑO, 2014).

Por meio dessas ideias fragmentadas, a hegemonia capitalista se mantém consolidada e isso se dá não apenas pela coerção, mas também pelo consenso. Hoje, os pós-modernos⁹ apresentam-se como esses intelectuais que fragmentam a realidade em esferas isoladas, disseminando (conscientes ou não) a racionalidade hegemônica do capital por meio de instituições da sociedade civil (partidos, movimentos sociais, ONGs, e até mesmo os sindicatos). “A forma de fazer isso é desenvolvendo um tipo de racionalidade que seja ao mesmo tempo segmentadora e manipuladora do real” (MONTAÑO, 2014, p. 27).

O intelectual (o cientista social particularmente) para fugir desta armadilha, desta “gaiola de ferro” positivista e/ou pós-moderna, deve incorporar e desenvolver: 1) uma visão de totalidade; 2) um pensamento crítico; 3) uma perspectiva de transformação social (MONTAÑO, 2014, p. 27).

Montaño (2014), então, explica que não somente o intelectual orgânico do capital fará a disseminação da ideologia da Terceira Via, mas os “intelectuais de esquerda” também serão cooptados pelos grupos hegemônicos. Isso se dará por meio de uma “tática” dos capitalistas que oferecerá um papel de consultor (neutro) a esses intelectuais, mas que na essência não há neutralidade. Em meados da década de 1980 até a atualidade, com a crise do chamado “socialismo real” e no contexto de crise do capital, fomentam-se as Fundações e a vinculação acadêmica desses intelectuais a elas. O conceito de parceria passa a fazer parte do vocabulário destes intelectuais. A sociedade civil, que deve ser entendida como um espaço de contradição e luta pela hegemonia, passa a ser entendida por esses intelectuais do capital como um espaço harmônico, e em sua composição aparecerão as instituições e o conceito liberal de

⁹ Seria os pós-modernos os antigos “reformistas” abordado por Gramsci (1977)? Em seus escritos políticos o autor revelava um verdadeiro repúdio aos que ele chamava de reformistas oportunistas. Eram aqueles que se infiltravam em espaços de luta da classe trabalhadora, e tinham em suas mãos todo o mecanismo do movimento sindical italiano de 1920 e taticamente a favor do capital, impunham as vias a seguir. Segundo Gramsci, eles afrouxavam a ação dos movimentos de massas. Nos momentos supremos, esses reformistas eram responsáveis por sabotar todas as vontades de revolução das massas.

Terceiro Setor. Esses sujeitos cooptados por essa “sedutora proposta”, usarão da “linguagem de esquerda” para articular a democracia com a inserção de financiamentos públicos para Fundações e ONGs, como busca de qualidade e eficiência de serviços sociais.

2.1.2. A falácia do conceito de qualidade

Na ordem mundial, além de outros, Hayek (2010) e Friedman (1993) foram uns dos autores (ou intelectuais orgânicos do capital) que disseminaram a base teórica para as práticas de implementação da lógica gerencial no Estado em todos os países capitalistas, incluindo o Brasil. Hayek (2010) explora o conceito liberal de *Estado Arbitrário* como sendo aquele que detém o poder, o controle e a execução das políticas sociais em geral. Defende a ideia de minimizar a ação do Estado e assim diminuir o que ele chama de “arbítrio” do mesmo para com as políticas públicas.

Friedman (1993) também revela as necessidades das reformas de Estado e a verdadeira intenção do neoliberalismo. Estabelece conceitos como qualidade e flexibilidade dos serviços e políticas sociais que eram realizados pelo Estado e que agora necessitam ser realizados pelo mercado, constituindo elementos fundamentais para o aumento da produtividade e competitividade na crise do capitalismo. Souza (2015) considera que esse fenômeno não é somente uma necessidade de acompanhar o “receituário” de Friedman e Hayek nos programas políticos e econômicos, mas, além disso, o neoliberalismo veio acompanhado de uma transformação dos serviços privados que começaram a se produzir em empresas menores e que provocou uma transformação no processo produtivo, no tipo de trabalhador equivalente e na sociedade pós-moderna, fundada na individualidade.

Em suma, poderíamos afirmar que o conjunto de transformações vivenciadas desde os anos de 1970 significa a materialização da crise de um modelo de desenvolvimento do capital fundado no regime acumulação rígida, que possuía no taylorismo/ fordismo seu modelo de organização produtiva, e no Estado de Bem-estar, seu modelo de regulação social. O esgotamento desse desenvolvimento fundado no pós II Guerra Mundial, somado ao acúmulo de inovações tecnológicas no campo da microeletrônica e da informática e ao avanço das conquistas políticas da própria classe trabalhadora, constituíram as condições objetivas que condicionaram a empreitada do capitalismo e obrigaram-no

a recompor suas bases de acumulação e implantar novas modalidades de produção e de mediação do conflito capital/ trabalho no nível mundial. A expressão política dessa recomposição se consubstancia em uma verdadeira redefinição do papel do Estado e no fenômeno de uma “nova” cultura cidadã fundada no individualismo e na competitividade, regulada pela lógica mercadológica, compondo a formação de um novo bloco histórico, um novo industrialismo, um novo tipo de metabolismo social (SOUZA, 2015, p. 30).

Sobre gerencialismo, Souza (2016) relata que é o conceito estabelecido para referir-se às reformas governamentais necessárias para superar a burocracia do Estado, e propagado por meio de uma nova cultura organizacional no serviço público com foco em resultados. A necessidade de superação do modelo burocrático da administração pública estaria pautada num maior controle social dos serviços públicos, oferecendo a seus clientes maior visibilidade dos resultados. O autor informa que o principal propósito do gerencialismo, é na realidade, desregulamentar a administração pública de tal forma que as pessoas pensem que exista somente a lógica do mercado para a manutenção do serviço público.

Nessa perspectiva, o gerencialismo se caracteriza pela implementação de estratégias de fiscalização, avaliação e obrigação da prestação de contas de determinado órgão público ou de sua concessionária a instâncias controladoras da sociedade civil. Tal característica tem fundamento na ideia de accountability, ou seja, na ideia de que a administração pública deve ter como referência a responsabilidade social, a imputabilidade e a obrigatoriedade de prestação de contas à população. Tudo isso se daria por meio de estratégias de mensuração de resultados do serviço prestado, de modo a permitir o cálculo preciso da satisfação dos clientes por intermédio de índices estabelecidos a priori, segundo critérios da Lei de Mercado, tendo como referência um conjunto de metas estabelecidas pelos governantes, segundo critérios políticos e/ou financeiros, pautados em padrões preestabelecidos de qualidade e de eficiência (SOUZA, 2016, p. 02).

Machado (1994) relata que a qualidade é basicamente, no conceito hegemônico, a adequação do serviço/produto ao uso. Isso será mensurado pelo atendimento de acordo com a expectativa do consumidor.

A dimensão ideológica do controle de qualidade total aparece, com nitidez, quando se desvelam os objetivos reais dos novos métodos de gerenciamento, quais sejam:

1º - favorecer a identificação do trabalhador com a sua atividade de trabalho e com a organização empresarial;

2º - preparar a organização para as mudanças tecnológicas e organizacionais exigidas pelo regime da produção integrada e flexível;

3º - submeter toda a organização aos novos critérios internacionais de competitividade e produtividade;

4º - legitimar o mecanismo do mercado como referenciador e orientador das políticas das instituições (MACHADO, 1994, p. 15).

Machado (1994) destaca ainda que o gerencialismo tem como método uma intervenção pedagógica do capital visando a realizar a mudança cultural e comportamental esperada. O gerencialismo busca capacitar os trabalhadores por meio de treinamentos de curta duração, voltados para a aplicação imediata de ações. Os materiais de treinamento são constituídos pelas próprias normas e padrões que devem ser internalizados. A uniformização dos métodos e a forma como devem ser introduzidos no cotidiano do trabalho constituem mecanismos de disciplinamento e de modelamento dos trabalhadores, sempre com foco nas metas e resultados. Essa cadeia vislumbra um ensinamento em cascata que representa um barateamento dos treinamentos e um efeito moralizante ainda maior. Todos devem ser vistos como parceiros, colaboradores e integrantes de um pacto.

Os itens de controle devem ser periodicamente checados através de indicadores. Todas as fases do processo de produção e serviço devem ser controladas. A padronização deve ser considerada fundamental, e essa tendência pode representar uma negação da subjetividade humana, pois considera a iniciativa e a criatividade dos trabalhadores dentro de esquemas fechados e uniformizados. Ou seja, pode-se ter criatividade, mas desde que seja dentro dos critérios pré-estabelecidos, ou então a ideia é descartada (MACHADO, 1994).

A terceirização dos serviços, a contratação de servidores temporários em detrimento dos concursos públicos e as parcerias público-privadas entre o Estado e as organizações sociais e filantrópicas, também fazem parte das características do gerencialismo. O ambiente concorrencial no serviço público e a competição entre os trabalhadores também é constatada como característica. A intenção é que os

trabalhadores demonstrem melhores resultados em seu serviço, obrigando-os a atingirem metas em troca de bonificações (SOUZA, 2016).

Sobre a reforma gerencial no Brasil, materializada por Bresser-Pereira em meados da década de 1990, conduzido pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), Souza (2016) relata que:

Apesar da reforma gerencial iniciada por Bresser-Pereira ter criado raízes nas gestões estaduais e municipais de todo o país no decorrer dos governos Lula da Silva e Dilma Roussef, tudo leva a crer que, apesar de ter avançado a accountability, não há evidências de que tal avanço tenha garantido maior qualidade do serviço público (SOUZA, 2016, p. 04).

O coro formado em torno do conceito de qualidade tem se tornado uma variável estratégica fundamental na luta pelo mercado entre as empresas. Machado (1994) afirma que a qualidade pode ser identificada por duas vertentes: I) adequação do uso, que está associada a uma visão subjetiva do consumidor, baseada em preferências pessoais. O produto tem qualidade quando está de acordo com as necessidades e anseios do consumidor. A partir disso, associa-se a capacidade da empresa de servir ao mercado; II) correta execução dos procedimentos envolvidos no processo produtivo, ou seja, a capacidade produtiva da empresa.

O capital necessita de um forte discurso ideológico que garanta esse conceito estabelecido de qualidade. Para isso, necessitará de um novo trabalhador que seja flexível, multifuncional e apto ao novo modelo. Além disso, deve ser facilmente padronizável em relação a seu comportamento, habilidades e hábitos pessoais. Ao mesmo tempo espera-se que tenha flexibilidade e conformação a uma grande quantidade de padronizações referentes aos processos e produtos. Nesse sentido, o discurso de qualidade introduzido nas escolas e no ensino visa privilegiar e mesmo introduzir uma prática pedagógica articulada aos interesses do capital (MACHADO, 1994).

Para Fidalgo (1994), a qualidade é vista como adequação ao uso. Na política de educação algumas implicações acontecem para organização desse movimento como: o caráter adestrador do tecnicismo; a formação profissionalizante; a necessidade de um trabalhador com capacidade de adaptação; a formação de

hábitos como: participação, cooperação e multifuncionalidade. Assim, as expectativas para o sistema escolar dependem inteiramente da compreensão destes processos, vistos como vitais para a formação do trabalhador. A ação pedagógica do capital propõe um treinamento massivo dando grande ênfase para o desenvolvimento de técnicas de motivação e desenvolvimento da personalidade e do comportamento necessário para se manter nessa ordem.

Finalmente, podemos entender que QUALIDADE é uma construção ideológica. É um conceito construído com o objetivo de adequar produtividade e competitividade fundamentais à lógica de produção e reprodução do sistema. Portanto, é uma referência que dota seus seguidores de um poder estratégico na atualidade, apesar de que na lógica da concorrência capitalista, o preceito bíblico de que “muitos são chamados e poucos os escolhidos” continue sendo a base reguladora da seleção social (MACHADO, 1994, p. 61).

Quando a administração pública começa a atribuir o conceito de qualidade à educação pública, passa assimilar a ela paradigmas de produtividade. A partir disso, no setor educacional são introduzidas mudanças de ordem gerencial e de qualidade total. A Gerência de Qualidade Total da Educação (GQTE) apresenta-se como um modelo de gestão do trabalho educacional de caráter “participativo”. A qualidade deixa de ser algo intrínseco somente ao produto e passa a ser uma relação mercadológica. Assim, a educação deixa de ser um bem público, passando a ser vista como uma relação privada entre consumidores e fornecedores. A escola passa ter como cliente principal, o aluno. A GQTE significa o controle total do processo de trabalho escolar (FIDALGO, 1994).

Para Fidalgo (1994), os trabalhadores da educação pública participam do GQTE somente no que diz respeito ao gerenciamento da rotina, ou seja, aquilo que cabe ao “pessoal da base”, a atuação de pequenos elos da cadeia e de ajustamento do processo. A visão estratégica da instituição é ditada de cima para baixo. A construção das metas não é competência dos trabalhadores, mas sim dos altos escalões de dirigentes. O controle se sobrepõe à autonomia. A disciplina é imposta através do alcance de metas organizacionais, onde se necessita de uma auto-inspeção e autocontrole dos trabalhadores da educação e de seus departamentos.

2.2. A REFORMA DO ESTADO NO BRASIL E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Após os destaques da crise capitalista mundial do sistema fordista de produção, a ideologia neoliberal encontrou o caminho que necessitava para consolidação de sua doutrina a partir de 1980. Souza (2015) informa que o neoliberalismo não possuiu efeitos idênticos em todos os países e regiões. A sociedade brasileira, que havia presenciado um processo de democratização política com a superação da ditadura, experimentou, então, uma profunda crise econômica que estava atingindo todos os países capitalistas. No Brasil, o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) com a promessa, pouco antes de sua eleição, de que o Plano Real introduziria a moeda que colocaria fim a inflação, viabilizará o programa proposto pelo Banco Mundial de uma “nova política econômica” no país. Vale ressaltar que no Consenso de Washington em 1989 ficou estabelecido que esse programa proposto pelo Banco Mundial, acarretaria na renegociação de dívidas velhas para tornar possíveis novos empréstimos estrangeiros para o país exigindo, em contrapartida, a abertura comercial.

O Plano Real não foi concebido para eleger FHC; FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial (BEHRING, 2008 *apud* FIORI, 1997, p. 14).

Para Mota (1995, p. 100) o discurso utilizado pelas lideranças políticas hegemônicas brasileiras para enfrentar a crise tinha diversas direções: retomada do crescimento econômico; inserção do Brasil na economia internacional e, principalmente, a necessidade de redefinição do papel do Estado. Essa terceira direção estaria pautada num projeto de reforma do Estado brasileiro. Segundo a autora, a cultura da crise no Brasil vai se construindo na base da formação de um novo conformismo social em que os interesses privados da classe hegemônica devem tornar-se universais, como uma saída conjunta para a crise. Esse seria o caminho da elaboração das bases hegemônicas brasileiras, e implicaria numa reforma intelectual e moral, conjunta a uma concepção de mundo de uma determinada classe.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE) de 1995 foi um desses documentos hegemônicos da classe burguesa, que estabeleceu as metas para a reforma gerencial no Brasil cujo autor foi o ministro da Administração Federal e Reforma do Estado da ocasião: Bresser-Pereira. Segundo esse documento, a primeira reforma no Brasil ocorreu de forma tardia em relação aos países da Europa. Aconteceu com Getúlio Vargas por meio da transformação do Estado Patrimonial para Burocrático, e a segunda foi a de Estado Burocrático para Gerencial. Esta última se deu no governo de FHC, perpassou os 13 anos dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) de Lula da Silva e Dilma Rousseff e se estende até hoje no atual governo de Michel Temer do PMDB. Ainda segundo este documento, uma reforma gerencialista demora entre 30 a 40 anos para ser considerada “completa”. Já não é mais considerada uma reforma de governo, mas, sim, uma reforma adotada e conduzida pela alta administração pública brasileira.

Ao falarmos do Partido dos Trabalhadores em relação à reforma do Estado salientamos o que Mota abordou em 1995, antes mesmo da entrada do PT na presidência da república:

Merece atenção, entretanto, o fato de as esquerdas não imprimirem uma direção política a esse movimento, comprometendo, de certa maneira, seu histórico papel de protagonistas de um projeto social alternativo [...]. Assim, sob a defesa da retomada do crescimento econômico, as esquerdas terminam por atribuir, ao processo de formação de alianças políticas, a alternativa principal para o enfrentamento da crise (MOTA, 1995, p. 100).

O PDRE (1995) aponta que a Reforma do Estado podia ser vista por três ângulos: o *ângulo de gestão*, o *ângulo estrutural* e o *ângulo cultural*. O ângulo de gestão das políticas públicas trabalhava por meio de planos estratégicos e de administração por metas e resultados, conforme a lógica empresarial e o gerencialismo. Baseado nisso, os servidores públicos deveriam alcançar metas estipuladas em planos pré-estabelecidos. Já no ângulo estrutural, viu-se como estratégia a valorização de carreiras públicas de alto nível e a criação de Organizações Sociais para a realização dos serviços sociais, culturais e científicos do Estado, por considerarem que assim teriam mais qualidade e eficiência. É importante entender que o conceito de qualidade e eficiência defendido por Bresser-Pereira neste

documento é aquele que mantém a classe hegemônica no poder e não oferece à classe trabalhadora condições para enxergar o fenômeno em sua essência. O ângulo cultural foi pensado para que a reforma tivesse o caminho mais livre para sua execução, disseminando ideais do gerencialismo à toda população, com grande apoio da imprensa. Bresser-Pereira alegou no PDRE (1995) que a transição para uma reforma pública gerencial somente seria possível se, concomitante às mudanças legislativas, houvesse também uma mudança de cultura administrativa no país.

De acordo com o PDRE (1995), as políticas sociais enfrentam um problema de eficiência e a palavra qualidade se transforma numa palavra de ordem. Como em qualquer mercado, os consumidores desses serviços sociais devem dispor de mecanismos para opinarem sobre a qualidade dessas mercadorias. A partir dessas opiniões são reconhecidas as demandas do mercado e as flexibilizações para atendê-las.

Então, as principais características do novo modelo gerencial de administração pública, em 1995, serão: a competitividade e a racionalização de recursos materiais e humanos como critério de qualidade para o serviço público; a racionalização e a flexibilização do trabalho e da produção; a instituição do contrato temporário de trabalho; a terceirização e o trabalho voluntário; a desregulamentação de direitos dos servidores públicos; e as parcerias entre o setor público e o setor privado na implementação de serviços públicos.

O PDRE (1995) salienta a teoria de crise fiscal e reafirma a necessidade de reformar o Estado acreditando no mercado e nas Organizações Sociais como os setores mais eficientes para a contratação e a realização de serviços, inclusive, na área social. Esse contexto vai exigir uma disciplina fiscal, privatizações e liberação comercial. Ao Estado caberá um papel de coordenar os serviços de saúde e educação, dentre outros, todos contratados e executados por organizações públicas não-estatais competitivas. O mesmo documento enfatiza que o Estado brasileiro é caracterizado como rígido, ineficiente, burocrático, lento e mal administrado. Para isso é necessária uma Reforma Gerencial do Estado para controlar os resultados, baseada na descentralização, visando à qualidade e a produtividade do serviço público. Apresenta-se, então, o gerencialismo como nova forma para administração pública,

garantindo uma modernização proposta pelo PDRE coordenado pelo Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE), mas com vistas a se estender para outras instâncias – como estados e municípios.

Um dos Objetivos Globais do PDRE que será focado nesse trabalho é: “Limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, os serviços não-exclusivos para a propriedade pública não-estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado e para a iniciativa privada” (PDRE, 1995, p. 45). No documento também são abordados os *objetivos para núcleo estratégico* que seriam: “Dotar o núcleo estratégico de capacidade gerencial para definir e supervisionar os contratos de gestão com as agências autônomas, responsáveis pelas atividades exclusivas de Estado, e com as organizações sociais, responsáveis pelos serviços não-exclusivos do Estado realizados em parceria com a sociedade” (PDRE, 1995, p. 46). Ambos os objetivos citados destacam a intencionalidade da Reforma do Estado em repassar a responsabilidade de serviços públicos às Organizações Sociais, consideradas como públicas não-estatais.

Um dos pontos mais importantes do PDRE (1995) para esse trabalho é o que Bresser-Pereira chamou de “*Objetivos para serviços não exclusivos*”:

- Transferir para o setor público não-estatal estes serviços, através de um programa de “publicização”, transformando as atuais fundações públicas em organizações sociais, ou seja, em entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que tenham autorização específica do poder legislativo para celebrar contrato de gestão com o poder executivo e assim ter direito a dotação orçamentária.
- Lograr, assim, uma maior autonomia e uma conseqüente maior responsabilidade para os dirigentes desses serviços.
- Lograr adicionalmente um controle social direto desses serviços por parte da sociedade através dos seus conselhos de administração. Mais amplamente, fortalecer práticas de adoção de mecanismos que privilegiem a participação da sociedade tanto na formulação quanto na avaliação do desempenho da organização social, viabilizando o controle social.
- Lograr, finalmente, uma maior parceria entre o Estado, que continuará a financiar a instituição, a própria organização social, e a sociedade a que serve e que deverá também participar

minoritariamente de seu financiamento via compra de serviços e doações.

- Aumentar, assim, a eficiência e a qualidade dos serviços, atendendo melhor o cidadão-cliente a um custo menor (PDRE, 1995, p. 47)

Todos esses objetivos seguem uma estratégia de privatização dos serviços públicos tomando como caminho o que eles chamam de Publicização, assim o Estado deixa de ser burocrático e se torna Gerencial. Sobre essa publicização dos serviços públicos, em 1997, foi lançado o Programa Nacional de Publicização que autorizava o poder executivo, por meio da qualificação de entidades privadas como *Organizações Sociais*, transferir-lhes a gestão de bens e serviços públicos. Bresser-Pereira então define a execução dos serviços ditos não exclusivos do Estado como de responsabilidade das instituições públicas não-estatais nomeando como executoras desses serviços as Organizações Sociais. A partir disto, transfere oficialmente as questões sociais públicas, de responsabilidade do Estado, para o setor privado.

A estratégia de transição para uma administração pública gerencial prevê, ainda na dimensão institucional-legal, a elaboração, que já está adiantada, de projeto de lei que permita a “publicização” dos serviços não-exclusivos do Estado, ou seja, sua transferência do setor estatal para o público não-estatal, onde assumirão a forma de “organizações sociais”. O Projeto das Organizações Sociais tem como objetivo permitir a descentralização de atividades no setor de prestação de serviços não exclusivos, nos quais não existe o exercício do poder de Estado, a partir do pressuposto que esses serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, forem realizados pelo setor público não-estatal (PDRE, 1995, p. 60).

2.2.1 *As contradições do conceito hegemônico de Terceiro Setor*

Para Montaño (2007, p. 53 e 54), na análise hegemônica, o surgimento do conceito de Terceiro Setor se deu nos Estados Unidos, aproximadamente em 1978, e no Brasil chega por intermédio da Fundação Roberto Marinho. O termo é constituído a partir de um recorte, dado pelos intelectuais orgânicos do capital, de que o primeiro setor seria o Estado, o segundo setor seria o mercado e o terceiro setor a sociedade civil. O termo Terceiro Setor apresenta diversas debilidades, sendo atribuídos conceitos distintos por alguns autores. Mas preponderantemente, entende-se que o Terceiro Setor seria a articulação materializada entre ambos os setores

(público e privado) ou a atividade pública desenvolvida pelo setor privado. Outra debilidade do termo seria: quais entidades o compõem? Montaño (2007, p. 181 e 182) expressa que tão incerta quanto a sua origem é a sua evolução conceitual. Para alguns teóricos e pesquisadores incluem-se as organizações formais, para outros constam também as atividades informais, e ainda existem aqueles que consideram os movimentos sociais, sindicais, seitas e templos religiosos etc. Por isso o autor afirma que ainda fica a dúvida conceitual e que parece não haver consenso sobre a resposta, pois os diversos autores que abordam o Terceiro Setor referem-se a ele como: Organizações não-lucrativas e não-governamentais – ONG's; movimentos sociais e associações comunitárias; Instituições de caridades religiosas; Atividades filantrópicas – fundações, filantropia empresarial e empresa cidadã; Ações Solidárias – consciência solidária de ajuda mútua e ajuda ao próximo; Ações voluntárias e Ações pontuais e informais.

Para Montaño (2007), tudo indica que todos os autores coincidem em um mesmo aspecto do conceito: o Terceiro Setor seria o conjunto de organizações ou ações, mais ou menos formais, da sociedade civil. Dessa forma, a sociedade civil estaria desenvolvendo ações antes atribuídas ao Estado. O autor alega que aceitar o (equivocado) Terceiro Setor como somente sendo organizações e ações da sociedade civil, desarticulado do processo histórico de reforma do capital e do Estado, nos levaria a uma visão romântica e da aparência da realidade. O debate encobre um fenômeno que deve ser entendido como inserido num projeto de reestruturação social pautado em princípios neoliberais e/ou funcional a ele.

Ao operar, portanto, uma transferência do fenômeno real – atividades que expressam funções sociais a partir de determinados valores – para um debate sobre organizações em determinado âmbito (ou setor), o que ocorre é uma verdadeira transformação de uma questão política-econômica-ideológica numa questão meramente técnico-operativa. (MONTAÑO, 2007, p. 185)

Em nossa concepção, Terceiro Setor é um conceito hegemônico e que se formos levar em consideração o Primeiro Setor sendo o setor público e o Segundo Setor sendo o setor privado, de fato o Terceiro Setor não existe, já que as instituições que o compõe são consideradas de interesses privados (mesmo recebendo recursos públicos). Tais instituições, quando analisadas em sua essência, têm sua

sobrevivência condicionada aos recursos públicos e/ou incentivos fiscais governamentais com um fim lucrativo, ainda que indiretamente. Sendo assim, as instituições que estariam no Terceiro Setor são, na verdade, instituições privadas, e estão inseridas no Segundo Setor, fazendo com que o conceito de Terceiro Setor, em nossa análise, não exista.

Já o conceito de filantropia, aparece como a prática da caridade ou do voluntariado. É uma palavra originária do grego que significa amor ao homem, ou amor ao próximo, e no sentido mais restrito significa “a preocupação de quem oferece para com o outro que nada tem, sem intenção de lucro ou de apropriação de qualquer bem”. Ou seja, seria a caridade em si, ou a benesse relativa ao amor ao próximo, sem nenhum tipo de interesse ou relação de troca. Porém, o conceito hegemônico de Instituição Filantrópica na atual conjuntura é atrelado à parceria público-privada e essas instituições não oferecem “caridade e amor ao próximo” sem nenhum tipo de interesse ou relação de troca, pelo contrário, por meio dessa parceria, a filantropia institucional na sociedade do capital, é carregada de interesses fiscais no que tange aos recursos públicos.

Para compreender como esses conceitos hegemônicos de Terceiro Setor e Filantropia Institucional ganharam força no país nas últimas décadas, apresentaremos a seguir alguns Órgãos Internacionais fundamentais para a expansão desses conceitos.

Em 1948, em meio à crise econômica, foi criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ONU) a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) onde é elaborada a teoria do desenvolvimento com a finalidade de “desenvolvimento social e econômico” dos países latino-americanos. A teoria irá classificar os países em: desenvolvidos; em-vias-de-desenvolvimento, e subdesenvolvidos. O subdesenvolvimento será visto como uma etapa inicial do necessário desenvolvimento econômico de um país. A passagem de um país subdesenvolvido para desenvolvido seria o produto de investimentos estatais na produção e no consumo e na infraestrutura de seus serviços. Surge aí o desenvolvimentismo nos países latino-americanos, que no Brasil irá se caracterizar

pelo milagre econômico da ditadura militar e pela “industrialização” (MONTAÑO, 2014).

Na mesma ocasião, em 1948, é criada a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e recriada em 1961. Esta se constituirá de um outro caminho para o projeto de desenvolvimento, procurando uma “cooperação” dos países ricos com os países subdesenvolvidos para o incentivo da produção, emprego e comércio. Estes organismos (CEPAL e OCDE) tinham como fundamental missão promover a “cooperação internacional” visando chegar às populações e organizações de movimentos sociais. Para atingir esse objetivo necessitava-se de ONGs para transitar entre os movimentos sociais e sindicatos. Para Montaño (2014), esses organismos, além dos seus objetivos sociais declarados (diminuição da pobreza e promoção do Bem-estar social), eles também possuíam finalidades econômicas, além de estratégias políticas de afastar a influência de projetos socialistas de massas. A CEPAL visava politicamente inibir a influência da experiência da União Soviética nos países subdesenvolvidos, e a Aliança para o Progresso tinha como real objetivo afastar a influência da Revolução Cubana nos países da América Latina. A “ajuda” dada pelos países ricos aos países pobres era uma medida de segurança para impedir que as massas se transformassem em revolucionários. Todo esse processo desenvolvimentista não foi para superar a condição de dependência dos países subdesenvolvidos, pelo contrário, serviu para confirmar a relação de dependência entre os países, o desenvolvimento desigual e o imperialismo (MONTAÑO, 2014).

A CEPAL tem alguns de seus conceitos modificados durante as últimas décadas e hoje é uma Organização Social Internacional, com propostas de desenvolvimento social e econômico junto aos países latino-americanos. Nenhuma das suas propostas prevê a superação da exploração de classes e da sociedade capitalista. Sempre agindo dentro das necessidades de manutenção do capital, a CEPAL tem claros objetivos a favor da classe hegemônica. Em seu atual website encontramos as seguintes funções:

- Presta serviços substantivos de secretaria e documentação à Comissão e a seus órgãos subsidiários;

- Realiza estudos, pesquisas e outras atividades de apoio em conformidade com o mandato da Comissão;
- Promove o desenvolvimento econômico e social mediante a cooperação e a integração no âmbito regional e sub-regional;
- Recolhe, organiza, interpreta e difunde informações e dados relativos ao desenvolvimento econômico e social da região;
- Presta serviços de assessoramento aos governos a pedido deles e planeja, organiza e executa programas de cooperação técnica;
- Planeja e promove atividades e projetos de cooperação técnica de alcance regional e sub-regional levando em conta as necessidades e prioridades da região e cumpre a função de organismo de execução desses projetos;
- Organiza conferências e reuniões de grupos intergovernamentais e peritos e patrocina cursos de capacitação, simpósios e seminários;
- Contribui a que se leve em conta a perspectiva regional a respeito dos problemas mundiais e nos fóruns internacionais e propõe questões de interesse mundial nos planos regional e sub-regional;
- Coordena as atividades da CEPAL com os dois principais departamentos e escritórios da Sede das Nações Unidas, os organismos especializados e as organizações intergovernamentais a fim de evitar duplicações e obter complementaridade no intercâmbio de informações (CEPAL, 2016).

Neste contexto histórico irá se expandir o surgimento das ONGs na América Latina entre os anos de 1950 e 1980. As ONGs tornaram-se um dos canais fundamentais de destino de recursos da Cooperação Internacional, para financiar os projetos desenvolvimentistas articulados aos serviços sociais necessários.

Em 2014, Montaño, ao refazer uma análise crítica do termo Terceiro Setor, destaca que ele engloba uma ideologia que apresenta conceitos, interesses e valores de forma mistificadora e alienante, para assim se constituir como ideologia hegemônica, aceita como algo natural e desejável. Mas na verdade, ele nos mostra uma relação articulada entre os projetos hegemônicos do capital (proposto pelo projeto neoliberal) e seus operadores e divulgadores ideológicos do capital (que muitas vezes são intelectuais orgânicos da sociedade civil e até de partidos que se dizem de esquerda).

A ideologia capitalista do chamado Terceiro Setor parte de uma compreensão de ação social entre os indivíduos, desenvolvida no âmbito da sociedade civil, mas desarticulada da base econômica, das contradições das relações de produção e do conflito de classes. Sendo assim, a sociedade civil passa a ser enxergada como um espaço homogêneo e dócil, onde cada grupo desenvolveria conscientemente uma ação em prol de outros indivíduos em situação vulnerável, ou em prol de seus interesses singulares.

O que está por trás do conceito hegemônico do Terceiro Setor não é o âmbito das organizações – do primeiro, segundo e terceiro setor – mas sim os fundamentos e as responsabilidades inerentes ao trato à questão social. Os projetos contidos no Terceiro Setor estão calcados na ideologia neoliberal e no gerencialismo como: empreendedorismo; economia solidária; geração de emprego e renda; responsabilidade social empresarial; responsabilidade ambiental etc. Os encantos em relação a esse projeto hegemônico, disfarçado em seu linguajar muitas vezes oriundos de “partidos de esquerda” e dos pós-modernos, são diretamente funcionais ao neoliberalismo. O termo Terceiro Setor soa como um “canto da sereia” aos ouvidos da sociedade civil e busca apassivar e institucionalizar as energias militantes antes revolucionárias. Pensam-se na sociedade civil como um local de interesses de indivíduos e de grupos que se identificam entre si em questões multiculturais. Um lendário paraíso na terra esvaziado de contradições, tensões e lutas, como a aquela sociedade civil conceituada por Gramsci (MONTAÑO, 2014).

O projeto da Terceira Via, para conceituar a sociedade civil e o terceiro setor, ataca as instâncias como os sindicatos, partidos de extrema esquerda e os movimentos sociais de classes enquanto apoia as ONGs e estimula seu crescimento nas décadas de 1990 em diante. Essas organizações sociais (como apontadas por Bresser-Pereira no Brasil) passam a ser consideradas como as atuais representantes da “sociedade civil organizada”, pois são capazes de atuar em parceria com o Estado e com as empresas (quando muitas vezes não são a própria empresa).

As instituições privadas (mas consideradas pelo capital como do Terceiro Setor) farão parte dos Conselhos de Controle Social, como portadores dos interesses dos usuários; nas Consultorias e Assessorias a serviços públicos; nas

Instituições Públicas como “parceiras” na execução das políticas sociais; e na ideologia averbada por meio de valores de solidariedade e filantropia. Este canto encanta e atrai o navegante a mergulhar na ilusão de uma sociedade harmônica que é representada por instituições que são, via de regra, privadas e financiadas pelo Estado (MONTAÑO, 2014, p. 52).

O Estado que tem por intensão manter a ordem hegemônica capitalista, usará as Organizações Sociais como aquelas que farão a manipulação e cooptação da classe trabalhadora. Elas irão focar suas atividades principalmente na pobreza, no lugar das relações de exploração de classes. As Organizações Sociais assumirão o papel de “bombeiros”, ou seja, usarão de serviços focalizados em caso de extrema pobreza, ou de serviços públicos considerados ineficientes. Essas organizações, na visão do autor, são desenhadas pelo próprio sistema capitalista para minar as organizações de classe e para desviar a luta para uma colaboração entre as classes (interclasses).

2.2.2 Desmistificando as organizações sociais e as instituições filantrópicas no Brasil

Uma das ministras que passou pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome (MDS), Denise Colin, em um artigo publicado em 2012, na defesa do conceito de filantropia, relata que a prática filantrópica foi institucionalizada em entidades confessionais e leigas que se estruturaram, como atuação de religiosos e voluntários, ações assistenciais em hospitais, asilos, escolas e orfanatos durante muitos anos e que na ocasião a intencionalidade dessas ações era a superação da realidade do sujeito. Para ela, a igreja católica atribuiu ao conceito de filantropia uma laicização da concepção católica de caridade. Ela explica ainda que a parceria público-privada por meio da filantropia e das ações beneméritas foi intitulada “Utilidade Pública” na Lei n. 91 de 1935, cujas práticas das entidades eram avaliadas (e ainda é) pelo Ministério da Justiça, não sendo considerado nenhum favor ao Estado.

Posteriormente em 1938, houve a criação do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS¹⁰, pelo Decreto Lei n.525 de 1938, vinculado ao Ministério da Educação e da Saúde, com a finalidade de regular e fiscalizar a parceria entre o Estado e as instituições sem fins lucrativos. Esse conselho fiscalizava as ações das instituições cadastradas no âmbito da educação, saúde e assistência social. Nesta segunda Lei já se estabelecia, de forma regulamentada, alguns mecanismos de acesso às subvenções¹¹ sociais governamentais e benefícios tributários. Por décadas, esse será o eixo de ação do CNSS – a fiscalização das subvenções. A marca da sua atuação se firmará junto à educação, saúde e assistência social, quando por meio desse mecanismo o conselho procurará conhecer minimamente o que é realizado nessas áreas e legislar sob uma responsabilidade estatal e privada (COLIN, 2012, p. 195).

Mestriner (2012, p. 40) relata que a Igreja Católica, tradicionalmente, dominou o setor da filantropia no Brasil por intermédio das congregações religiosas e investiu nessa parceria com o Estado em momentos estratégicos de crise do capital, de modo a expandir sua doutrina e seu poder. Portanto, a intervenção estatal, por meio dos documentos de Reforma do Estado, só legitimou o caráter das ações das organizações sociais que há mais de quatrocentos anos já se exercia por meio da igreja e sua “ação social” no país. A autora avança ao relatar que as políticas sociais e a filantropia mantêm entre si uma relação perversamente duradoura, onde a Educação, a Assistência Social e a Saúde foram concebidas inicialmente por meio de uma aliança entre a igreja católica e o governo, monitorando a questão social. Afirma que o campo da Filantropia é carregado de complexidades e contradições, tendo em vista a longa

¹⁰ O CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social na ocasião não tinha qualquer ligação com o curso de graduação em Serviço Social ou com a categoria de Assistentes Sociais. Tal Conselho foi fundado para acompanhar e avaliar as entidades filantrópicas que desenvolviam alguma atividade à população. Posteriormente a nomenclatura do CNSS foi alterada para Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que está em vigor até os dias atuais, com a mesma finalidade de avaliar as entidades filantrópicas, porém somente da área da Política de Assistência Social. A avaliação das entidades filantrópicas da área da educação e da saúde, a partir da Lei 12.101/09, foi repassada para seus respectivos ministérios (Ministério da Educação e Ministério da Saúde).

¹¹ As subvenções são recursos públicos monetários que será caracterizado como mecanismo inaugural e permanente de relação do Estado com a filantropia, e tornou-se um mecanismo de diluição e não de afirmação dos direitos, já que pelas Organizações Sociais impede a identificação do sujeito pelo Estado. É essa Organização Social que vai se apresentar ao Estado para ser reconhecida, registrada e receber caráter de utilidade pública. E ainda, sendo reconhecida e certificada por esse Estado, receberá as subvenções, os subsídios, as concessões de benefícios como imunidades, isenções e dedutibilidade de doações (MESTRINER, 2012).

história de vinculação ideológica e comprometimento político-religioso acumulados e um marco legal ultrapassado que persistirá e o regerá por décadas.

Bobbio (1995) realiza uma avaliação na qual podemos entender a dicotomia entre direito público e direito privado. Para ele, a esfera do público chega até onde começa a esfera do privado e vice-versa. Ele aborda ainda que o público e o privado são considerados contraditórios, cujo significado valorativo de um tende a ser oposto ao outro. Informa que uma instituição não pode ser considerada pública e privada ao mesmo tempo. Em contrapartida, Bresser-Pereira ao orquestrar a reforma do Estado no Brasil e regulamentar as Organizações Sociais as considera como públicas não-estatais, indo em oposição ao conceito levantado por Bobbio (1995):

Um dos lugares-comuns de secular debate sobre a relação entre a esfera do público e a do privado é que, aumentando a esfera do público, diminui a do privado, e aumentando a esfera do privado diminui a do público: uma constatação é geralmente acompanhada e complicada por juízos de valor contrapostos (Bobbio, 1995, p. 14).

No contexto da reforma gerencial, conforme manifesta Bresser-Pereira no PDRE (1995), as Organizações Sociais se converteriam, por meio de “parceria”, no tipo de instituição central para o desempenho das atividades sociais e científicas sendo definidas como “entidades públicas não-estatais”. Já o conceito de parceria estabelecido por Montaño (2007), significa: articulações que organizações fazem com o Estado. Assim, a chamada parceria público-privada, nada mais é do que a iniciativa privada executando serviços sociais que deveriam ser executados pelo poder público e o repasse de verbas e fundos públicos para essas instâncias privadas. Essa verdadeira transferência de recursos públicos para os setores privados não ocorre sem uma clara utilidade política governamental de manutenção da ordem estabelecida.

As demandas para as ações que serão desempenhadas pelas Organizações Sociais não surgem diretamente das necessidades dos cidadãos, mas sim das condições de financiamento e do repasse da verba pública, ou seja: conforme as orientações internacionais, o Estado deverá oferecer mais recursos para algumas linhas de projetos sociais e menos recursos para outras. O repasse de subvenção passou a ser definido pelas áreas de interesse das entidades financeiras

(internacionais e nacionais) e não pelas necessidades e lutas de classe, já que a maioria das Organizações Sociais ou tem por objetivo fazer parte do governo ou dependem inteiramente dele. Assim, a ideologia e prática das Organizações Sociais e práticas filantrópicas desviam a atenção das verdadeiras causas da pobreza e suas possíveis soluções, e sem conseguir ir além do caráter superficial, continua com sua infraestrutura e postura de “interclasses”, despolitizando e desmobilizando a classe trabalhadora. Pois, já que aquela ação não está sendo desempenhada pelo Estado e sim por um organismo privado, os receptores dessa ação ficam impedidos de questionar ou exigir suas mudanças. Por meio das parcerias, as lutas da classe trabalhadora por direitos sociais dão lugar a mobilizações harmônicas; em vez de conflitos acontece a negociação, despolitizando assim as lutas sociais (MONTAÑO, 2007).

Os principais benefícios concedidos pelo Estado às Organizações Sociais e Instituições Filantrópicas (em parceria) são: a Imunidade; a Isenção de impostos e contribuições; a possibilidade de recebimento de recursos públicos via Convênios, Contratos, Subvenções e o Título de Utilidade Pública Federal.

A Imunidade segundo a Constituição de 1988 é a limitação que o Estado tem de tributar certas pessoas, entidades, atos e fatos. A imunidade tem caráter permanente e seu benefício é imediato para as entidades. Os impostos atingidos pela imunidade são aqueles relativos ao patrimônio, à renda e aos serviços prestados. De acordo com a Constituição de 1988 a imunidade tributária, são aquelas relacionadas à:

- Federal: Imposto de Renda (IR); Imposto de Produto Industrializados (IPI); Impostos sobre Importação (II) e Impostos sobre Exportação (IE).
- Estadual: Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS); Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis ou Doação de Bens e Direitos (ITCD)

- Municipal: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); Imposto de Serviço de Qualquer Natureza (ISS); Imposto de Transmissão de Intervivos de Bens Imóveis (ITBI).

A Isenção, diferente da imunidade, tem caráter temporário. Trata-se de alguma tributação que algum ente do governo permita que a entidade deixe de pagar, por algum período ou motivo. As isenções decorrem de leis específicas. Um exemplo, que será melhor detalhado no próximo capítulo, é a isenção que as organizações sociais possuem em recolher o salário educação, destinado à política de educação no país. Ou seja, todas as organizações de caráter filantrópico ou sem fins lucrativos, são isentas de recolher o salário educação.

Outro benefício é o Título de Utilidade Pública Federal que é conferido pelo Ministério da Justiça às Organizações Sociais. Esse título permite a entidade receber subvenções (verba pública em dinheiro), auxílios e doações (de empresas e pessoas físicas); requerer o benefício de isenção da Cota Patronal de recolhimento do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e isenção da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e ainda requerer o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A isenção do COFINS reflete diretamente na precarização dos serviços da Seguridade Social no país (composta pelo tripé: Saúde, Previdência Social e Assistência Social). Já a isenção da Cota Patronal interfere nos desmanches que a Previdência Social vem sofrendo nas últimas décadas. Porém, essas isenções são veladas para que se apresente, por meio do senso comum, que a Seguridade Social no país esteja falida ou em crise.

Concluimos esse capítulo ciente de que é ingênuo pensar as organizações sociais e as instituições filantrópicas como aquelas que não visam, mesmo que indiretamente, fins lucrativos. Mesmo que de forma encoberta, elas não estão à margem da lógica do capital e do lucro privado e por isso o termo “Terceiro Setor” não nos faz sentido, já que sua total composição é feita por instituições privadas. O conceito de Terceiro Setor é funcional à estratégia de manutenção da hegemonia e, portanto, é integrado ao sistema capitalista, privilegiando principalmente os donos do capital. Toda essa trajetória de crise do capital, reforma do Estado e incentivos fiscais às instituições filantrópicas (também em Volta

Redonda/RJ) farão parte das estratégias da Terceira Via para dar soluções a uma agenda privatista. Apresentaremos no próximo capítulo como todo esse fenômeno se materializa especificamente na Política de Educação Básica no Brasil.

3. AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA E A EDUCAÇÃO BÁSICA

Neste capítulo, abordaremos questões norteadoras como: os caminhos adotados pela Política de Educação no Brasil após a Reforma do Estado de 1995 e as estratégias de parceria público-privada para regulamentar a filantropia no campo educacional.

A reformulação do modelo de desenvolvimento do capital sob a hegemonia neoliberal mediada pela Terceira Via, tem impactado diretamente na política educacional, devido as mudanças sociais e econômicas em curso o que também afeta não só o município em questão, que faz parte do nosso objeto de estudos, mas todo o território nacional.

3.1. A VISÃO PRIVATIZADORA DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Meszáros (2008, p. 25) destaca que os processos educacionais e sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. As mudanças propostas para educação na atualidade são realizadas sob limitações cujo único objetivo é o de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, e não o de transformação da ordem capitalista. Desse modo, o que acontece de fato são reformas educacionais pontuais, que se propõem a remediar os piores efeitos da ordem hegemônica, sem, contudo, eliminar os verdadeiros fundamentos da sua causa.

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema do capital é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (MESZÁROS, 2008, p. 27).

As propostas neoliberais de reforma da política de educação, na realidade, serão executadas para manter vigente a sociedade capitalista, não havendo uma transformação significativa do modelo educacional. De acordo com Meszaros (2008, p. 37), quando há riscos de deturpação da ordem social estabelecida são criadas propostas de transformações para manter o que já existe. Para isso, a história deve ser reescrita e propagandeada de uma forma que a opinião pública seja convencida por meio da mídia em larga escala, e por teorias acadêmicas que lhes interessem. Então, o conhecimento e a aprendizagem vinculada à escola ficam a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante do capital. Ele destaca ainda que a principal função da educação formal é agir como um “cão de guarda” autoritário para induzir um conformismo generalizado e subordinar a classe trabalhadora às exigências da ordem estabelecida.

Friedman (1993), ao contrário de Meszáros (2008), ao apontar os problemas da política de educação, o faz com a intenção de reformá-la para manter a ordem hegemônica vigente. Ele aponta os princípios para a mudança na questão educacional no contexto mundial, não visando a uma verdadeira transformação e ruptura, mas sim, a manutenção da ordem do capital. O autor, considerado um intelectual orgânico do capital, caracteriza as escolas como “doentes” e que necessitam de serem tratadas. A escola passa a ser vista na lógica do mercado como o lugar onde os alunos e pais são os consumidores do produto (conhecimentos, ensinamentos) e os professores e administradores da escola são os produtores. Ele ainda critica a burocratização do sistema de ensino e aprova um “sistema de cupons” para que os consumidores possam escolher onde gostariam de estudar, de acordo com a instituição que demandasse melhor qualidade e eficiência. Além disso, ele faz um comparativo das escolas públicas com as escolas privadas enfatizando que as privadas são mais disciplinadas e por isso as escolas públicas possuem mais “defeitos”. Para Souza (2015):

Os princípios apresentados por Friedman transformam-se em diretrizes para a política neoliberal, mesmo sem que nunca tenha sido comprovada a sua validade, a sua eficácia. No bojo de sua argumentação, a ideia de repasse dos investimentos do capital humano para a esfera individual ganha sentido, amparada no discurso individual de escolha – uma espécie

de atualização das ideias de Smith (1996) no contexto atual (SOUZA, 2015, p. 93).

No Brasil, Bresser-Pereira no PDRE (1995), ao instituir a parceria público-privada na política de educação, segue paralelamente os passos de Friedman e seus argumentos de privatização. Souza (2002) estabelece então três teses para explicar esse apoio da ofensiva neoliberal na política de educação:

A necessidade de se estabelecer parâmetros de qualidade para nortear a gestão das políticas educacionais; a de que o Brasil não gasta pouco em políticas sociais, ele gasta mal; e a de que o problema educacional do Brasil não é a universalização do ensino, mas a produtividade do trabalho escolar (SOUZA, 2002, p. 111).

A complexa crise do capitalismo e a possível entrada do neoliberalismo no Brasil fizeram compreender melhor o início de um novo modelo de administração pública que afeta também as bases da política de educação até então instituída. O novo modelo de gestão desenvolve nas empresas uma nova forma de competição acirrada nas qualidades de seus produtos e serviços e isso atingirá, obviamente, a formação e qualificação de um novo trabalhador. Dessa forma, necessita-se de novos requisitos para o sistema educacional na formação de um trabalhador de novo tipo. Através da reforma do Estado, busca-se além de um novo modelo de gestão, uma redefinição do seu papel e atribui-se um novo valor à educação voltado para a formação desse novo tipo de trabalhador:

Partindo do pressuposto de que a educação que o mercado necessita é proporcionada por uma escola que funcione por suas próprias condições, captando seus próprios recursos na dinâmica do mercado, onde a qualidade total e a competitividade são a preocupação central, a doutrina teórico-política neoliberal tem como proposta central para educação a intensificação da privatização da escola pública como política do Estado (SOUZA, 1998, p. 47).

Souza (2015, p. 95) analisou as ideias de Friedman e relata que ele considera que a disciplina raramente será problema na escola privada e prevê que um bom número de escolas seria criado por grupos sem fins lucrativos (filantrópicos). Outras escolas, contudo, teriam o lucro como elemento central e chama essas instituições de “parte da indústria escolar” que seria estabelecida pela concorrência. Mais adiante, Souza (2015) abordou o Sistema de *Voucher* defendido por Friedman,

no qual, de posse desse cupom, o “cliente” poderá escolher onde estudar e escolherá aquela escola de melhor qualidade. Mas essa escola não significa que será pública e nem, tampouco, gratuita.

Friedman acredita que o papel crescente do governo no financiamento e administração da escolarização levou não só ao enorme desperdício de dinheiro dos contribuintes, mas também a um sistema educacional muito mais medíocre do que aquele que teria havido se a cooperação voluntária tivesse continuado a nele desempenhar papel de maior vulto. É este pensamento que vai dar sentido à ideologia do *Estado Mínimo* no campo educacional (SOUZA, 2015, p. 96).

Fidalgo (1994) aborda dois conceitos em relação a parceria público-privada na educação no Brasil: 1 – a privatização do público; 2 – a publicização do privado. Ele explica que ambos estão conectados à reforma do Estado e às políticas neoliberais. As justificativas para o incentivo e a ampliação da rede privada de ensino ou para incorporação da lógica privada de gestão na escola pública são parte integrante desse movimento.

Como podemos constatar na história educacional brasileira, o movimento visando a publicização do privado prevalece entre nós. Antes o discurso encontrava-se fortemente impregnado pela concepção tomista, onde a escola era entendida como um direito da família, portanto, o Estado tinha o dever de proporcionar as condições de escolha. Neste discurso, camuflavam-se os interesses particulares, principalmente, de grupos religiosos, na busca de hegemonização de um projeto educativo privado (FIDALGO, 1994, p. 72).

Com o fortalecimento do caráter empresarial do setor privado educacional e o avanço do neoliberalismo tem-se a configuração de um novo velho discurso. A defesa da educação de caráter privatista vai além da defesa do direito de escolha da família, propondo uma educação determinada pelas necessidades dos clientes. O privado passa a ser considerado o mais adequado para a gestão do público. A publicização do privado acontece na medida em que se difunde e se hegemoniza o discurso privado como sendo público. Apresenta-se uma noção de que a escola tem uma missão a cumprir e a possibilidade de uma educação administrada seguindo os interesses do mercado (FIDALGO, 1994).

O conceito de público passa a ser identificado como de “má qualidade”. Essa é a justificativa para as privatizações do público e para a publicização do privado. Neste movimento, observa-se a desvinculação do financiamento dos recursos públicos somente para escolas públicas.

A partir dessa intensificação em privatizar a escola pública, dentre as inúmeras características do neoliberalismo, essa se dará, também, por meio da parceria público-privada. Essa parceria acontece rapidamente na prática das instituições e também nas Leis para regulamentá-las. Dentre os inúmeros tipos de parcerias abordaremos a seguir a questão de “vendas de vagas” em escolas privadas de Educação Básica, denominadas filantrópicas, em troca de subvenções, isenções e abonos fiscais.

Neves (2015) faz uma releitura do tema “Terceira Via” ao tratar da Educação Básica. Para ela, existem determinações fundamentais para mudanças na forma e conteúdo da Educação Escolar prevista. Isso será totalmente dependente da estrutura¹² e superestrutura¹³ da sociedade capitalista, que está em fase de alterações. A sociedade capitalista necessitará de um trabalhador de novo tipo e a escola está atrelada a esse objetivo. Inicialmente, o local de trabalho era ao mesmo tempo o local de formação, mas com a cultura urbano-industrial cria-se a necessidade da escola básica. O objetivo dessa nova escola passa a ser a formação técnica e a conformação ética, política e estética, ou seja, a preparação para o trabalho e para a vida num determinado contexto social. A escola então será o espaço de transmissão da concepção dominante do mundo, ou, considerando sua dupla finalidade, poderá ser,

¹² Marx e Gramsci entendem como a “estrutura” de uma sociedade as relações de produção, o concreto e o econômico entre o capital e o trabalho. O sistema capitalista já teve sua base estrutural no capitalismo concorrencial, no fordismo e atualmente no regime de acumulação flexível. Sendo assim, hoje fazem parte da estrutura: a intensificação da precariedade de trabalho; as terceirizações; a mundialização; as novas demandas de qualificação para o trabalho etc.

¹³ No âmbito das superestruturas Gramsci apontará em suas obras como as ideias, a ideologia, as vontades etc. que estarão interligadas à estrutura. Há um equilíbrio entre estrutura e superestrutura e um não existirá sem o outro. Não existe a possibilidade de entender a superestrutura sem compreender a estrutura de uma sociedade. Uma está diretamente ligada a outra. Por exemplo, Gramsci em seus escritos: “Americanismo e Fordismo” identifica o fordismo como o modo de produção, ou seja, a estrutura, e o Americanismo como a ideologia necessária para manter essa estrutura em funcionamento, ou seja, a superestrutura. A superestrutura fará parte da conformação ética, moral e psicofísica que o trabalhador necessitará para manter a sociedade capitalista.

dependendo do nível de consciência política, um espaço de difusão das ideias emancipatórias.

Na década de 1990 no Brasil o projeto neoliberal e a Terceira Via divulgam a necessidade da Reforma Escolar para então formar esse novo tipo de trabalhador necessário ao capital. Com isso se dá a reconfiguração do aparelho do Estado na educação e a implementação de novas políticas educacionais. Como resultado desse processo, Neves (2015) aponta: (a) A ampliação do tempo de escolarização; (b) Uma reorganização do sistema escolar; (c) O incentivo das parcerias público-privadas, (d) A modificação do trabalho do professor; (e) criação de meios para elevar o desempenho de estudantes; (f) Uma revisão curricular; (g) A avaliação externa em grande escala. Tais ajustes, na lógica do capital, necessitam de uma reconfiguração do Estado na política de educação e principalmente do envolvimento de setores da sociedade civil.

O projeto da Terceira Via dissemina na Política de Educação que existe a necessidade de uma “aprendizagem ao longo da vida”, além de um “espírito empreendedor”. Podemos dizer que seria a união da Teoria do Capital Humano¹⁴ com a Teoria do Capital Social¹⁵. A parceria com a UNESCO irá fomentar o programa “Educação para Todos” com a ideia de ampliar o acesso à educação, e que posteriormente se transformará em “Todos pela Educação”, reafirmando o papel da parceria público-privada.

¹⁴ FRIGOTTO (1989) traz o conceito de Capital Humano como decorrência de um caráter positivista, já que tal conceito afirma a relação direta entre Educação/Desenvolvimento e Educação/Trabalho, e esconde a relação de exploração de classes. A Teoria do Capital Humano tornou-se um poderoso instrumento para o senso comum na medida em que responsabiliza o indivíduo pelos seus insucessos e por não ter se capacitado cientificamente como deveria para o mercado. Em nível macroeconômico, Frigotto (1989) afirma que os intelectuais do capital atrelam o desenvolvimento econômico de um país e de uma sociedade à Educação (não somente escolarizada, mas de formação para o trabalho). Portanto a Teoria do Capital Humano pode ser resumida como a formação (a escolarizada e a por competências) do trabalhador necessário para atuar na sociedade capitalista. A educação passa a ser um dos fatores determinantes para superar a desigualdade, camuflando a luta e exploração de classes. O trabalho passa a ser um tipo de capital, o capital humano.

¹⁵ No conceito de Capital Social, para os intelectuais orgânicos do capital, o fato dos meios de produção pertencerem à classe burguesa pouco importa. Bastará ao indivíduo investir, juntamente com indivíduos na mesma situação que ele, ou da mesma comunidade, em algo gerador de renda. A teoria do capital social aponta que a médio ou longo prazo, essa união de indivíduos em cooperativas, associações e até por meio do empreendedorismo, trará lucro e sobrevivência a esses indivíduos. Caso essa estratégia não dê certo foi por falta de um espírito empreendedor dos mesmos, e não por culpa da concorrência acirrada do capitalismo (FRIGOTTO, 1989).

Neves (2015) relata que o governo Lula manteve o projeto da Terceira Via iniciado por FHC, e que incentivou ainda mais a parceria público-privada na educação além de ampliar as medidas focalizadas para os ditos “excluídos sociais”. Também propagou a ideologia de Responsabilidade Social Empresarial além da Sociedade civil colaboracionista, fortalecendo a “esquerda para o capital e a direita para o social”.

A autora também aborda o conceito de “privatização de novo tipo” em que se constitui num projeto articulado de difusão e legitimação de preceitos das organizações privadas dentro das instituições públicas, onde a lógica empresarial e gerencial penetra dentro dessas instituições de maneira que constitui sua cultura e sua influência na vida do trabalhador do setor público, no caso, nas escolas públicas e trabalhadores da educação.

3.2. AS ESCOLAS PRIVADAS NO BRASIL E OS RECURSOS PÚBLICOS

Para Cunha (2001), desde o regime militar na década de 1964 a iniciativa privada já era enormemente favorecida pelo poder público. Os agentes do golpe de Estado fizeram parte de um grupo que tinham afinidades político-ideológicas com aqueles que defendiam uma LDB orientada para privatização, isso em 1961. A estruturação dos sistemas de ensino, prevista nesta primeira LDB, já favorecia e dava privilégios e regalias do público aos interesses privados. Com isso, a expansão do ensino privado foi muito intensa após o golpe de 1964.

A Lei n. 4.440 de outubro de 1964 instituiu o salário-educação que determinava que todas as empresas recolhessem uma contribuição de 1,4% da sua folha de pagamento e destinasse à Política de Educação. Caso a empresa tivesse mais de 100 funcionários, poderia deixar de recolher, desde que mantivesse um “ensino primário” próprio a seus funcionários e filhos de funcionários ou arcasse com bolsas de estudos mediante convênios firmados com escolas privadas. As empresas que se nomeassem “filantrópicas” ou as organizações sociais ficaram isentas dessa contribuição do salário educação (e essa “regalia” se estende até os dias atuais).

Os conselhos (federal e estaduais) seriam os órgãos fiscalizadores dessa legislação. Porém, Cunha (2001) denuncia que existiam muitas fraudes nessa fiscalização, já que os cargos desses conselhos passaram a ser ocupados pelos “empresários do ensino”. Houve conselhos em que todos os membros eram proprietários de escolas privadas. Esse modelo de conselho prejudicava cada vez mais o ensino público devido às sonegações que não eram fiscalizadas (ou fiscalizadas a favor das escolas privadas) e com isso uma considerável diminuição dos recursos disponíveis para a manutenção da escola pública.

Os recursos oriundos do salário-educação eram divididos em duas cotas: a primeira cota destinada ao MEC, que era aplicada nos estados mais pobres, mas não exclusivamente para as escolas públicas (também se destinavam a escolas comunitárias e conveniadas). A segunda cota era destinada às Secretarias Estaduais de Educação, e poderiam aplicar esse recurso tanto a escolas públicas, quanto para bolsas de estudos em escolas privadas. Já as empresas que “optassem” em não recolher o salário-educação deveriam transferir os recursos equivalentes a esse valor às escolas que elas próprias mantinham ou à destinação de bolsas de estudos em escolas privadas de terceiros, que elas próprias escolhiam. Em 1975 a alíquota do salário-educação recolhida pelas empresas passou de 1,4% da folha de pagamento para 2,5% (CUNHA, 2001).

Ainda entre as décadas de 1960 e 1970, o governo instituiu o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Seu objetivo era unir recursos e canalizá-los para o financiamento de projetos de ensino à pesquisa, alimentação escolar e bolsas de estudos em escolas privadas. Esse fundo também deveria ser fiscalizado por conselhos no âmbito Federal, Estadual e Municipal. Porém, nunca houve uma representação legítima dos estudantes nesses conselhos, que em sua maioria era representada por proprietários de escolas privadas. Por isso, os projetos apresentados pelos estabelecimentos privados de ensino para receber os recursos do FNDE dificilmente eram recusados. A maioria dos projetos das décadas de 1970 e 1980 apresentados ao FNDE era para construção e reformas de edifícios que atualmente ainda são utilizados pelas grandes escolas e universidades (principalmente àquelas ligadas a alguma religião). Essas escolas não

“reembolsavam” financeiramente os órgãos públicos pelos recursos recebidos. Esse reembolso foi acordado mediante a reserva de bolsas de estudos a alunos “carentes” nessas escolas privadas. Como previsto, os auxílios destinados a escolas privadas não seriam reembolsados financeiramente aos cofres públicos, mas elas “retribuíam” ao governo com a concessão de bolsas parciais e integrais dentro dos valores das mensalidades cobradas naquele período.

Neste período, para reafirmar esse caráter privatizador, ainda houve a aprovação do decreto 72.495 de 1973, que estabelecia: “Normas de concessão de amparo técnico e financeiro às entidades particulares de ensino” mediante aos recursos do FNDE. Esse Decreto previa que diante das capacidades ociosas da rede particular e das dificuldades de acesso de alunos ao ensino público, tornar mais fácil e conveniente a matrícula do aluno em escolas privadas mais próximas de sua residência, mediante bolsas de estudos. Sobre isso Cunha (2001) afirmou:

Assim seria racional que não se criassem escolas públicas onde as escolas privadas tivessem capacidade ociosa, ou pudessem expandir-se (com recursos do FNDE) para anteder à demanda contida. Então, além de fornecer recursos para financiar a expansão da rede privada, o Estado era ainda instado a oferecer bolsas de estudo para que ela tivesse alunos, contendo o crescimento da própria rede pública escolar (CUNHA, 2001, p. 334).

As bolsas de estudos e as isenções que propiciavam às empresas a dispensa do recolhimento do salário-educação, em 1981 correspondiam a 70% das vagas das escolas privadas. A falta de fiscalização acarretava uma enorme fraude em relação à contagem dessas bolsas. Em muitas escolas, o número de bolsas contabilizadas se igualava ou ultrapassava o número de alunos matriculados, o que demonstrava a grande farsa em favor das escolas privadas (CUNHA, 2001).

Com a crise do capital, em meados da década de 1980 as empresas já tinham reduzido significativamente seus recolhimentos referentes ao salário-educação. Em 1984 já era considerada a metade do valor recolhido de 1980. Com essa queda diminuíram os recursos que seriam destinados (majoritariamente) às escolas públicas. Concomitante a isso, as empresas passaram a preferir transferir recursos ao ensino privado, do que recolher o salário-educação. Em 1981, cerca de 15 mil

empresas transferiam seus recursos ao ensino privado no lugar de recolher o salário-educação. Já em 1984 esse número passou de 15 mil empresas para 57 mil empresas. Esse aumento incluiu também as empresas estatais, que ao invés de recolherem o salário-educação para destinar recursos às escolas públicas, preferiram repassar os recursos a escolas privadas (CUNHA, 2001).

Em 1985, o número de bolsas de estudos em escolas privadas, distribuídas em todo o país, era de aproximadamente 145.000 bolsas. Em 2013 o MEC informou que foi mais de 243.000 bolsas de estudos em escolas privadas de Educação Básica, financiadas pelo poder público.

Os recursos públicos destinados à política de educação pública no Brasil na década de 1980 eram então basicamente provenientes de duas fontes principais: as receitas de impostos e os recursos extrafiscais com destinação específica, resultantes do salário educação. Cunha (2001) destacou que os recursos que deveriam ser destinados somente à educação nesta década já eram destinados à outros âmbitos como assistência social, por exemplo. Outro aspecto mencionado por Cunha (2001) foi a “privatização da coisa pública”. Ele criticou a utilização de recursos públicos para apoiar as escolas privadas. Apontou como um caráter antidemocrático a transferência de recursos públicos para o ensino privado que se revelava sem nenhum disfarce. “Esse fato é tão mais grave quando se leva em conta que os recursos fazem falta não só para expansão quanto para a própria manutenção do ensino público” (CUNHA, 2001, p. 302).

Os mecanismos de alocação de subsídio à escola particular, segundo Cunha (2001), encontram-se dispersos numa grande variedade de agências governamentais e de órgãos do próprio Ministério da Educação. Essa difusão certamente é proposital, pois contribui para criar uma imagem menos precisa e mais difusa dos valores repassados, além de dificultar o controle público sobre seu destino e seu volume.

Cunha (2001) apontou que, na década de 1980, vários movimentos sociais foram contra e favor da escola privada. Foram criadas comissões de participação de trabalhadores da área, pais de alunos e alunos para fiscalizarem os

encargos educacionais destinados às escolas públicas e escolas privadas. Os valores das mensalidades eram fiscalizados pelo governo federal e por essas comissões e com isso houve pressão de professores e donos dos estabelecimentos de ensino que apontavam o “falecimento da escola particular”. Com o campo de conflito generalizado, iniciado em São Paulo, composto principalmente pelos pais de alunos sem distinção das escolas, e ameaçando a alastrar-se por todo o país, uma mudança foi necessária. O governo, por meio de legislações, teve que intervir nos valores fixados e na inflação que atingia as mensalidades das escolas privadas, estabelecendo um limite. Para Cunha (2001, p. 307):

Nesse momento assistiu-se a mais uma demonstração de descoordenação do governo federal. Enquanto o Ministério da Educação pretendia conter o crescimento alarmante das mensalidades (não devido a uma política antiprivatista, mas sim, para evitar nova pressão inflacionária e maior corrida às escolas públicas), o Ministério da Fazenda tratava o ensino como mais uma mercadoria, cuja venda deveria ser regulada pelo mercado.

Os grupos empresariais, que se beneficiaram dos projetos de privatização no final da década de 1980, não deixaram de desenvolver uma intensa propaganda, via meios de comunicação, enfatizando a ineficiência e a insuficiência da administração pública, atacando o modelo de Estado de Bem-estar social, em contraste com as “excelências” da iniciativa privada. No campo educacional, omitia-se que o déficit público era resultado, também, de um favorecimento ao setor privado (ao capital) mediante a inoperância da máquina fiscal, das isenções tributárias, das transferências diretas e indiretas de recursos (com bolsas de estudos em escolas privadas), dos empréstimos internacionais realizados com juros etc. (CUNHA, 2001).

A reforma do Estado e as privatizações foram as desculpas que encontraram para o apoio às empresas privadas no campo educacional (escolas, consultorias, associações, fundações etc.) com a justificativa de diminuição do déficit governamental e da melhoria da eficiência e qualidade dos serviços prestados na área da educação. “A educação pública não escapou dos ataques privatistas, que clamavam contra sua ineficiência, suposto resultado da incapacidade do Estado em administrar o ensino” (CUNHA, 2001, p. 322). Neste caso, os setores privados manifestavam sua

intenção de receber subsídios governamentais para suas empresas e suas Organizações Sociais.

Esses empresários do ensino da década de 1980 usaram de vários mecanismos para conseguir o apoio governamental em seus empreendimentos. A imunidade fiscal, a garantia de pagamento das mensalidades (via recurso público) por meio de bolsas de estudos e a isenção de impostos foram estendidas até os dias atuais. O capital financeiro tem se aproveitado de recursos públicos para financiar diretamente empreendimentos escolares com objetivos ideológicos bem explícitos. Alguns camuflados com nomes de “escolas filantrópicas”, “escolas conveniadas”, “escolas comunitárias” e/ou organizações sociais. Essas escolas, também confessionais (das diversas religiões: católica, evangélica, espírita etc.), se apresentarão como “pública, mas não estatais”, e reivindicarão a legitimidade da transferência de recursos governamentais para sua própria manutenção e expansão. Esse movimento se estende até os dias atuais e tem nas legislações burguesas suas bases de sustentação.

Antes de iniciarmos o próximo capítulo, é importante colocarmos aqui a relação dessas instituições, até então diagnosticadas como “privadas”, e sua categorização para “comunitárias” ou “filantrópicas”. O adjetivo “comunitária” foi empregado por um grupo de governantes da década de 1980 para diferenciá-las tanto das universidades e escolas públicas quanto daquelas que se diziam “empresariais”, sendo possível credenciá-las também como destinatárias de recursos públicos. Apesar de serem reconhecidas como instituições privadas devido a iniciativa de sua criação, e/ou sua entidade mantenedora, esse tipo de instituição foi vista como detentora de “uma especial dimensão pública”. Assim justificou seu caráter comunitário. Para ser considerada comunitária exigiam-se algumas características, segundo Cunha (2001):

- I. A entidade mantenedora não estaria subordinada a nenhum interesse empresarial, mas “unicamente a um objetivo social”;
- II. Seus bens não seriam de propriedade particular;

- III. A instituição não teria dono;
- IV. O controle e a participação no poder da instituição, estariam com amplos segmentos da sociedade civil, por meio das suas organizações mais representativas, confessionais ou não.

Contudo, essa definição de “comunitária” e de “não ter dono” sofreu e sofre muitas críticas. Tais características citadas não às fazem de caráter “público não estatal” como serão consideradas posteriormente, pois quem as controla é a burocracia de uma empresa ligada a mantenedora, ou uma entidade religiosa, ou um grupo familiar específico, como mostraremos no capítulo 4 dessa dissertação. Essas instituições comunitárias recebiam e recebem recursos públicos para sua manutenção, bastando demonstrar que não possuem “fins-lucrativos”.

Na Constituição de 1988, no Artigo 213, no que diz respeito ao *Direito à Educação*, já são garantidos benefícios às entidades privadas que se nomeassem comunitárias, confessionais e sem fins lucrativos:

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade (BRASIL, 1988).

Apresentaremos no próximo capítulo os arranjos legislatórios, a partir da década de 1990, em que essas instituições foram, mais uma vez, regulamentadas. Diante das transformações previstas pelo governo FHC e os arranjos neoliberais mediados pela Terceira Via, as Instituições de caráter privado, mas nomeadas como

filantrópicas, tiveram ainda mais incentivos em realizarem suas parcerias com o Estado para fins de execução, formulação e avaliação de políticas sociais, em especial com a política de educação.

3.3. AS INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Não há como compreender esse capítulo sobre as legislações em vigor referentes às instituições filantrópicas sem antes fazer uma análise da parceria entre a Política Nacional de Educação (PNE) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A PNAS teve uma precária organização histórica enquanto política pública. Caracterizou-se, em geral, por iniciativas de caridade ou institucionalizadas em Organizações Sociais e historicamente foi se estruturando nas relações com a sociedade civil e o Estado, sempre com práticas de “sobras de recursos” em relação às outras políticas públicas. Na Constituição de 1988, pela primeira vez, conferiu-se à Assistência Social o conceito de política pública como parte da Seguridade Social, ao lado da Saúde e da Previdência. Mesmo depois da aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, necessitou-se revitalizar todo um processo mobilizador para sua afirmação enquanto política pública de direito do cidadão e dever do Estado. Apenas em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social e a Norma Operacional Básica que regula o Sistema Único da Assistência Social (NOB – SUAS).

A inserção do marco constitucional e regulamentador da assistência social como política pública, enquanto direito social do cidadão e de dever do Estado teve, então, seu embate com a filantropia tradicional e surgiu o impasse na reformulação da relação: Estado/organizações sociais. Até então, as organizações sociais “faziam a assistência social” como bem entendessem e a partir da LOAS teriam que “se curvar” às novas regulamentações. Mas é justamente na década da aprovação da LOAS que o Brasil teve a intervenção neoliberal e os planos de Reforma do Estado já abordados no capítulo anterior. Então, antes mesmo de alcançar a condição de direito-público, a assistência social teve que se “readaptar” as velhas e históricas práticas de filantropia e voluntariado antes realizadas.

E por que estamos fazendo essa ligação entre Política de Assistência Social e Política de Educação? O fato é que as instituições de educação consideradas filantrópicas, até o ano de 2009, eram submetidas às avaliações e fiscalizações, por meio de prestação de contas ao Ministério da Justiça; ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Eram esses órgãos que fiscalizavam as instituições filantrópicas de educação, por entenderem que essas entidades prestavam serviços da Assistência Social na Educação. Para Mestriner (2012), o CNAS envolveu-se num burocratismo nas avaliações dessas instituições e a dificuldade conceitual na área da assistência social em consequência de sua terminologia teve um peso nos desvios e equívocos que mantiveram a Educação no CNAS por muitas décadas.

Voltando ao aspecto legislativo, a base para o avanço na direção do reordenamento das instituições filantrópicas de educação para seu respectivo ministério, o MEC, se iniciará em novembro de 2005 por meio da Resolução n. 191 deliberada pelo próprio CNAS. Dois anos depois, em dezembro 2007, por meio do Decreto n. 6308, finalmente definiu-se quais as ações que uma instituição de assistência social deve realizar, e previu-se a exigência de sua qualificação em consonância com a PNAS e o SUAS. Com tal normatização, iniciou-se um novo processo regulatório, pois foi evitada a fragmentação institucional e a avaliação de serviços dispersos, que não são do âmbito da assistência social, como no caso as atividades da área da Educação. Esse decreto de 2007 também sugeriu uma nova terminologia às instituições filantrópicas de educação: “entidades beneficentes de assistência social na área de educação”.

Mas, apesar desse avanço, ainda caberá ao CNAS o processo de Registro e Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS). A necessidade de repartir essa competência com o MEC, ou seja, de acordo com a área de atuação da entidade, é eminente e só foi superado em 2009, com a Lei n.12.101. A partir de então é que a certificação de entidades beneficentes de assistência social na área de educação passou a ser de responsabilidade do MEC, liberando o CNAS dessas funções meramente cartoriais e burocráticas (MESTRINER, 2012).

A partir da Lei n.12.101 de 2009 ficou estipulado que as instituições iriam se classificar enquanto “atividade preponderante” (Educação ou Assistência Social ou Saúde) e se vincular ao seu respectivo ministério. Assim, as instituições filantrópicas de educação deverão prestar contas de suas atividades ao MEC e não mais ao CNAS. Tal prestação de contas se dará por meio de um sistema *online*, encontrado no site do MEC, o “SISCEBAS”. Um sistema vinculado ao Censo Escolar, no qual são cadastrados os alunos Bolsistas e seus responsáveis, além da *renda per capita*, aferida por meio de uma avaliação socioeconômica na escola, ministrada por uma assistente social. Será através desse sistema que o MEC irá “julgar” se a instituição está apta a continuar com o CEBAS ou não. Estando apta, essa instituição gozará de todas as subvenções, isenções e imunidades oriundas de recursos públicos.

Porém, até a presente data, o SISCEBAS passa por constantes problemas de funcionamento, onde se compromete toda a prestação de contas das escolas filantrópicas com CEBAS. De acordo com a Nota Técnica n. 853 divulgada em 18 de maio de 2015 pela Coordenação Geral de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CGCEBAS), o SISCEBAS vem passando por inúmeras inconsistências e problemas técnicos, impedido anualmente que as instituições filantrópicas façam suas prestações de contas e o cadastro anual dos bolsistas das instituições. Informou que por medidas de reformulação, regularização e alteração na metodologia de trabalho, o SISCEBAS estaria inacessível por um longo período. Em 2016, o MEC já emitiu um parecer solicitando que as escolas filantrópicas realizem sua prestação de contas via “documento impresso”, e que sejam entregues fisicamente em sua sede na esplanada dos ministérios em Brasília/DF. Tal procedimento só dificulta a fiscalização da parceria público-privada entre Estado e instituições filantrópicas e, mais uma vez, beneficia a iniciativa privada que usufrui diretamente de recursos públicos com ausência de um efetivo controle social e fiscal.

É importante lembrar que os repasses e a aplicação de recursos públicos da educação para instituições privadas de educação também foram consolidados na LDB de 1996, no artigo 77, que preconizavam praticamente os mesmos parâmetros que as Leis atuais:

Art. 77 – Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade (BRASIL, 1996).

A classe dominante tenta mostrar que as parcerias público-privadas na execução das políticas sociais, no caso da educação, quando passada às instituições filantrópicas de educação, assim como a ampliação desses espaços, serão mais eficientes, populares e de qualidade. Desmistificar este processo exige um amplo caminho, pois a indução de uma imagem de ampliação da cidadania e da democracia não é atrelada as reais condições para sua efetiva concretização. Para Souza (1998), a partir do discurso de qualidade, a educação passa a ter que resolver um problema de eficiência e não mais de expansão. Sendo assim, aposta-se na parceria público-privada para “solucionar” tal disfunção.

Com a aprovação da Lei n.12.101 de 2009 e sua regulamentação em 2010, ocorre de forma mais clara a privatização da Educação Básica nos mesmos moldes do Ensino Superior aparecendo também a proposta de inserção dos assistentes sociais para consolidar esse movimento. A partir desta Lei, as escolas deverão aplicar, anualmente, em gratuidade pelo menos 20% da receita anual efetivamente recebida. E ainda no 1º parágrafo do art.13:

§ 1º Para o cumprimento do disposto no caput, a entidade deverá:

[...] III - oferecer bolsas de estudo nas seguintes proporções:

a) no mínimo, uma bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes da educação básica;

b) bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.

É importante ressaltar que essa Lei sofreu algumas mudanças, mas ainda encontra-se em vigor. No final do ano de 2013, a Lei n. 12.868 aparece alterando algumas condições da Lei anterior n.12.101 de 2009, como, por exemplo, as proporções de concessão de Bolsas de Estudos que passa de 09 alunos para cada 05 alunos pagantes deverá ser concedida 01 bolsa de estudo integral e a gratuidade referente à receita anual, que antes era obrigatória a proporção de 20% da receita, e nessa nova Lei n.12.868 de 2013 este item foi vetado.

Na Regulamentação da Lei n.12.101 (Decreto n. 7237 de 2010), que ainda encontra-se em vigor, é reafirmada a obrigatoriedade da avaliação socioeconômica do aluno que é requerente da bolsa de estudos e ainda são atribuídos outros critérios para caso de empate entre os solicitantes como: moradia mais próxima à escola; sorteio e outros critérios do plano de atendimento da entidade. Conforme este decreto, Art. 27, § 1º Na hipótese de adoção dos critérios do “plano de atendimento” as entidades de educação deverão oferecer igualdade de condições para acesso e permanência aos alunos beneficiados com bolsas e demais ações assistenciais e programas de apoio a alunos bolsistas, condizentes com os adotados pela rede pública.

Em 2014, no governo Dilma Rousseff, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência de 10 anos – 2014 a 2024 – logo na Meta 1 o documento já estabelece a parceria público-privada na estratégia de número 1.7: “articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública”. De acordo com o texto de apresentação desse documento, o debate assemelhou-se ao processo de discussão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o FUNDEB, de 2007, que já estabelecia no Art. 8º a distribuição de recursos às instituições filantrópicas e sem fins lucrativos.

De acordo com o MEC (Cartilha de perguntas e respostas sobre as escolas Conveniadas - 2015), são estabelecidas as seguintes categorias para as escolas

privadas: *Instituições comunitárias* são aquelas constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade; *Instituições confessionais* são aquelas constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas; *Instituições filantrópicas* são pessoas jurídicas de direito privado que não possuem finalidade lucrativa e promovem assistência educacional à sociedade carente.

Para receberem qualquer tipo de recurso – recurso direto (financeiro, material ou humano) ou recurso indireto (isenções e imunidades fiscais) – as instituições necessitam de um dos dois títulos: Escola Conveniadas e/ou Escolas com CEBAS. As escolas conveniadas são necessariamente ou comunitárias, ou confessionais ou filantrópicas e estabelecem convênios com as prefeituras municipais e/ou com o estado. Já as escolas detentoras do CEBAS, também são necessariamente ou comunitárias, ou confessionais ou filantrópicas e estabelecem uma parceria diretamente com o MEC. É importante ressaltar que uma escola também pode ter os dois títulos concomitantemente: conveniada (âmbito municipal e estadual) e CEBAS (âmbito nacional). Analisaremos a seguir as Instituições escolares privadas da categoria Filantrópica e que possuem o título de conveniadas e/ou CEBAS de Volta Redonda/RJ.

3.3.1 *As escolas conveniadas*

As escolas conveniadas são aquelas que estabelecem algum tipo de convênio com o poder público (municipal, estadual ou federal).

Os recursos do FUNDEB são transferidos para os estados, Distrito Federal e municípios e só então o Poder Executivo competente repassará os recursos às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas conveniadas com o Poder Público. Segundo o MEC (2015) não há, portanto, repasse direto de recursos para essas instituições. A distribuição de recursos aos governos estaduais e municipais, referentes às instituições conveniadas, é realizada com base no número de alunos dos segmentos de creche, pré-escola e educação especial, atendidos por essas instituições,

sendo consideradas as matrículas do último Censo Escolar. No âmbito municipal são consideradas as matrículas: na creche, na pré-escola e na educação especial e no âmbito estadual são consideradas somente as matrículas na educação especial.

De acordo com o MEC (2015), não há procedimento específico a ser adotado pelas instituições conveniadas, junto ao Governo Federal, para realização de repasses de seus respectivos recursos. Esses repasses são realizados pelo Poder Executivo competente, de acordo com condições e cláusulas estabelecidas no convênio firmado entre as partes.

Em relação ao Poder Executivo competente (estado, DF ou município) com o qual mantêm o convênio, as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, devem comprovar, obrigatória e cumulativamente: (I) Que oferecem igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional gratuito a todos os seus alunos, conforme critérios objetivos e transparentes, condizentes com os adotados pela rede pública, inclusive a proximidade da escola e o sorteio, sem prejuízo de outros critérios considerados pertinentes, sendo vedada a cobrança de qualquer tipo de taxa de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outra cobrança; (II) Que são de finalidade não lucrativa e que aplicam seus excedentes financeiros no atendimento em creches, na pré-escola ou na educação especial, conforme o caso; (III) Que asseguram, no caso do encerramento de suas atividades, a destinação de seu patrimônio ao poder público ou a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional que realize atendimento em creches, na pré-escola ou na educação especial; (IV) Que atendem a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino, inclusive, obrigatoriamente, devem ter aprovados seus projetos pedagógicos; (V) Que possuem Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, na forma da legislação aplicável ou, na ausência deste, ato de credenciamento expedido pelo órgão normativo do sistema de ensino (art. 10, inciso IV, e parágrafo único, ou art. 11, inciso IV, da Lei nº9.394/1996), com base na aprovação de projeto político pedagógico.

Após o convênio firmado entre o Poder Executivo (municipal ou estadual) e a instituição conveniada, não há a necessidade de enviar qualquer documento ou comprovação ao FNDE. Os convênios firmados entre as entidades

filantrópicas e o Poder Executivo, para transferência de recursos do FUNDEB, devem ser mantidos apenas com os envolvidos, ou seja, o Poder Executivo Municipal/Estadual e a entidade conveniada.

O montante de recursos do FUNDEB a ser repassado à instituição conveniada deve ser aquele previsto no termo de convênio acordado entre a instituição e o Poder Executivo competente. No caso de convênio em que seja estipulado o repasse do valor correspondente ao *valor aluno/ano* estimado para o FUNDEB do exercício corrente, o cálculo será realizado entre o número de matrículas consideradas na distribuição dos recursos do FUNDEB para a instituição conveniada e o *valor aluno/ano* correspondente. De acordo com FNDE (2016) em 2015, no estado do Rio de Janeiro ficou estipulado o valor de R\$3.839,22 como *valor aluno/ano* para creches e pré-escola em tempo integral. Já para creche e pré-escola em tempo parcial o *valor aluno/ano* foi de R\$2.953,24. Esse foi o valor repassado às escolas conveniadas, de acordo com o número de alunos matriculados no ano de 2015. É importante ressaltar que esse valor é anual e por aluno. Outra questão a ser avaliada no capítulo 4 é que nem todas as escolas conveniadas recebem esse subsídio financeiro por aluno. Em alguns casos, o convênio é firmado sob recursos humanos – concessão de professores e profissionais da educação pública a escolas conveniadas – e/ou sob recursos materiais – uniforme, merenda escolar, material didático etc.

3.3.2 *A Certificação de entidades beneficentes de assistência social na educação*

O Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), como já foi apresentado no capítulo anterior, é fruto de um longo percurso histórico da relação entre o Setor Público e as Instituições Filantrópicas. Também já apresentamos a relação desse certificado com as políticas de Educação, Saúde e Assistência Social. Neste subcapítulo, daremos ênfase ao CEBAS do campo da Educação especificamente, e analisaremos a cartilha emitida pelo MEC sobre esse Certificado no campo educacional, como um documento hegemônico que visa atender aos interesses do capital por meio da parceria público-privada (Estado e Instituições Filantrópicas de Educação).

A cartilha, emitida em fevereiro de 2015 pelo *site* do MEC tem como título: *O que é o CEBAS educação?* Aponta em seu texto de apresentação que é parte de um plano para dotar o CEBAS Educação com o escopo central e normativo, bem como adotar ferramentas gerenciais que permitam a governança da política pública voltada para a inclusão social por intermédio do acesso de estudantes de baixa renda às bolsas de estudo integrais ou parciais em escolas privadas. Neste contexto, o MEC tomou para si a responsabilidade de estruturar, organizar, articular e, recentemente, convergir o CEBAS Educação às diretrizes e prioridades da educação brasileira, refletidas no Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024.

As entidades detentoras do CEBAS, devem preencher os requisitos exigidos pela legislação tributária e ofertar bolsas em atendimento à legislação vigente e podem desfrutar de isenção do pagamento das contribuições sociais, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos seus empregados. Também podem receber transferências de recursos governamentais a título de subvenções sociais, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente. O certificado CEBAS é um dos documentos exigidos pela Receita Federal do Brasil (RFB) para que as entidades privadas, sem fins lucrativos, gozem da isenção da cota patronal das contribuições sociais (MEC, 2015, p. 11).

Para requerer esse título, a instituição deve estar devidamente cadastrada no CENSO escolar; ter no mínimo 12 meses de funcionamento a partir da data de protocolo do requerimento e verificar se sua área preponderante de atuação é a Educação (não especificamente a educação básica).

Para manter o CEBAS, a entidade deverá também apresentar um *plano de atendimento* onde deverá conter:

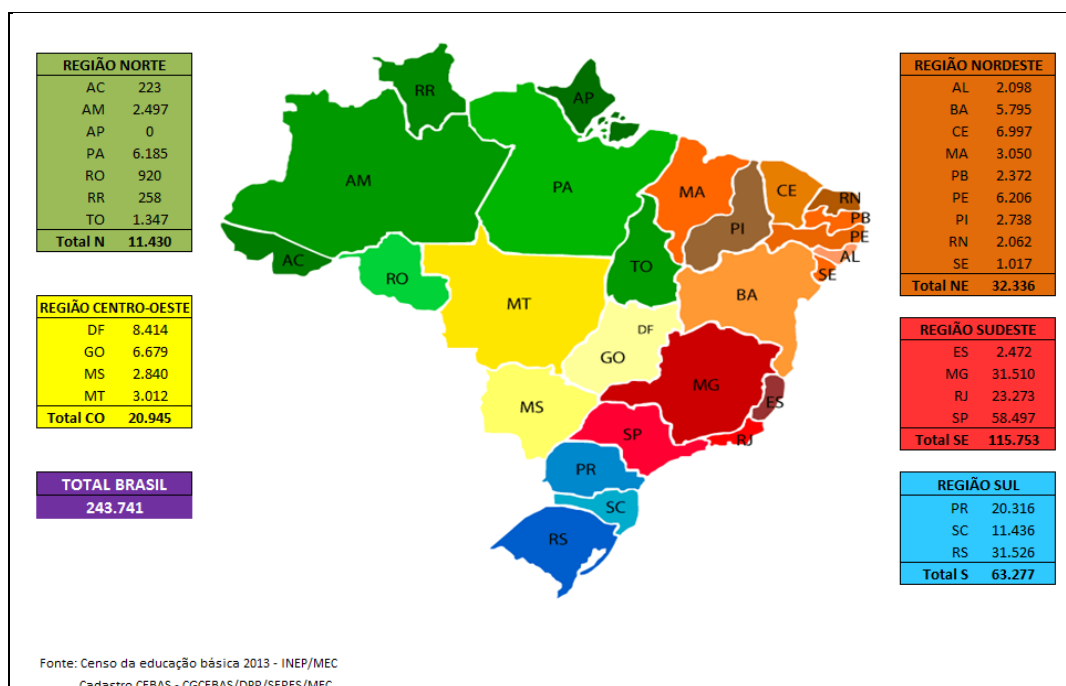
O Plano de Atendimento além de quantificar a previsão de oferta de bolsas de estudo, descreve os programas, projetos e atividades de apoio a alunos bolsistas. Este deve abarcar todo o período pretendido de vigência da certificação, além de trazer informações sobre o planejamento e organização administrativa. Esse documento permitirá ao MEC avaliar a adequação da entidade às diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação – PNE e aos padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação da educação brasileira (MEC, 2015, p. 23).

Outro requisito solicitado às instituições filantrópicas detentoras do CEBAS é o relatório de atividades, que por meio dele a entidade reporta as atividades

realizadas no exercício fiscal anterior destacando informações sobre o público atendido e os recursos envolvidos, comparando-as com a previsão do Plano de Atendimento. Também deverá apresentar um documento oficial de seleção de alunos bolsistas no qual a entidade deve explicitar de forma clara quais são os critérios utilizados para selecioná-los, tal como um edital de seleção, ficha de análise socioeconômica, parecer de um profissional de serviço social e outros documentos que comprovem a seleção dos bolsistas de acordo com os critérios estabelecidos nos artigos 14 e 15 da Lei nº 12.101/2009 e artigo 33 do Decreto nº 8.242/2014. Não é necessário comprovar o atendimento dos critérios de seleção e perfil socioeconômico de forma individualizada, no momento de apresentação do pedido de Certificação. Todavia, a entidade deverá manter essa documentação durante o período de vigência do Certificado (MEC, 2015).

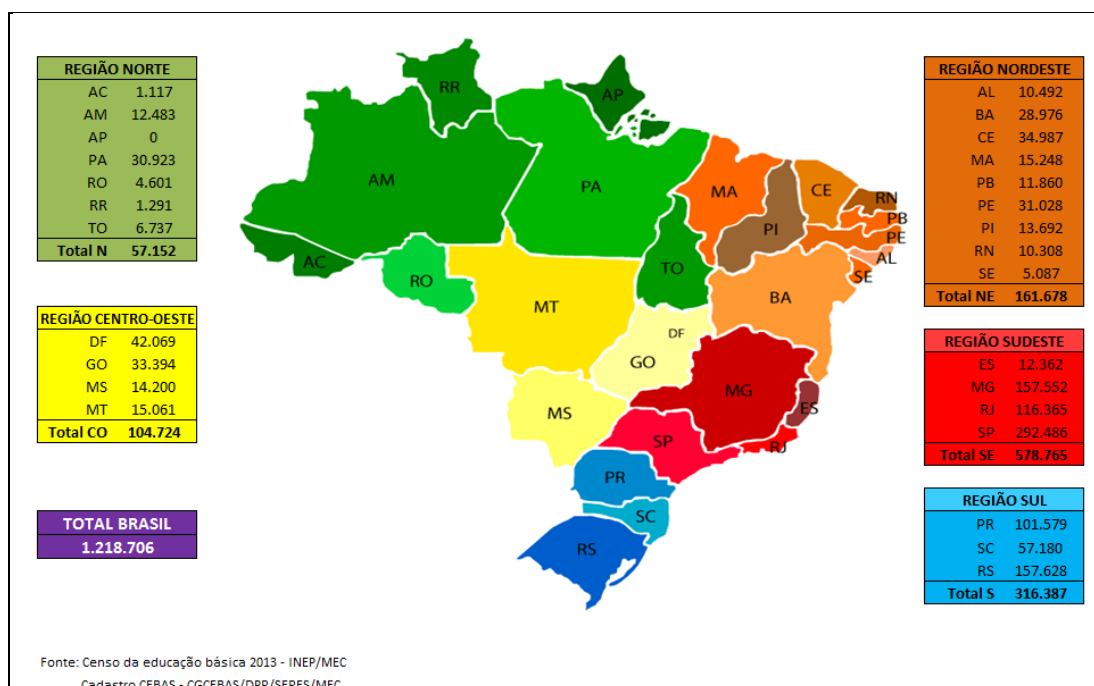
O MEC (2015) divulgou em seu *website* o último levantamento acerca do número de bolsas disponibilizadas em 2013 nas entidades detentoras do CEBAS em todo o Brasil, como segue o mapa da figura a seguir:

Figura 2: Quantitativo de Bolsas de Estudos oferecidas em 2013 pelas Entidades Beneficentes de Assistência Social – Educação Básica



Fonte: Ministério da Educação / CEBAS

Figura 3: Quantitativo de matrículas em 2013 nas Entidades Beneficentes de Assistência Social – Educação Básica



Fonte: Ministério da Educação / CEBAS

Outro dado interessante apontado pelo *website* do MEC é o número de matrículas em escolas filantrópicas que possuem o CEBAS em todo o Brasil, como demonstra o mapa da figura 3. O mapa demonstra que mais de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) alunos em 2013 estavam matriculados, em todo o Brasil, em escolas filantrópicas de Educação Básica possuidoras do CEBAS. Isso significa que grande parte desses alunos pagam mensalidades ou anuidades nessas escolas “privadas” que são imunes e isentas de diversas contribuições tributárias como foi demonstrado no decorrer desse capítulo. Tais escolas recebem (com exceção da inadimplência) mensalidades ou anuidades de mais de 1.000.000 de alunos (caso seja diminuído o número de alunos com bolsa integral).

Concluimos nesse capítulo que apesar de toda a realidade que foi demonstrada até aqui, é disseminado pela classe hegemônica, baseados no senso comum, que as entidades privadas filantrópicas, não possuem “fins lucrativos”. Porém, o que percebemos é que tais instituições apresentam interesses lucrativos sim, e que o maior financiador dessa lucratividade é o Estado por meio da destinação de recursos públicos com o rótulo de “parcerias”. Portanto, a parceria público-privada entre o Estado e escolas filantrópicas serve para preservar o interesse do capital em detrimento das políticas públicas destinadas à sociedade, em especial a política de educação.

No próximo capítulo, apresentaremos a experiência empírica dessa realidade, a partir da qual foi possível comprovar nossa hipótese, por meio de uma pesquisa realizada no Município de Volta Redonda/RJ com membros da sociedade civil e da sociedade política, envolvendo as secretarias municipais de educação e assistência social; os conselhos municipais de controle social de educação, de assistência social e do FUNDEB; e as instituições filantrópicas de educação básica do município.

4. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS ENTRE ESTADO E INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA/RJ

Neste capítulo, apresentamos a análise descritiva dos dados da pesquisa empírica realizada acerca das ações que norteiam as instituições filantrópicas de Educação Básica do Município de Volta Redonda/RJ a partir dos resultados encontrados nas entrevistas e questionários aplicados à gestão pública municipal, aos conselhos de controle social e às gestões das instituições filantrópicas de Educação Básica do município. Analisamos as parcerias estabelecidas e os arranjos institucionais entre essas instituições filantrópicas de educação básica e o Estado no município de Volta Redonda/RJ.

4.1. A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Para analisarmos a relação do Estado com as escolas filantrópicas de Volta Redonda/RJ, optamos por selecionar as secretarias municipais que entendemos estarem envolvidas no processo de acompanhamento e fiscalização das atividades dessas instituições. Escolhemos a Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC) que é a responsável pela gestão municipal da Política de Assistência Social que, durante décadas, esteve (e, infelizmente, ainda está) atrelada às práticas filantrópicas do país, como já explicado no capítulo anterior. Nossa outra escolha para a pesquisa empírica foi a Secretaria Municipal de Educação, pois identificamos nela o órgão que acompanha e fiscaliza as práticas educacionais do município, independentemente se a instituição seja pública ou privada.

Inicialmente, optamos por incluir nas entrevistas a gestão estadual da educação que, no caso, seria representada pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC). Porém, após inúmeras tentativas (como aponta o diário de

campo nos apêndices) os profissionais da SEEDUC se recusaram a participar da pesquisa justificando que a “questão da filantropia” na educação não fazia parte de sua alçada. A SEEDUC Médio Paraíba somente participou da pesquisa no momento em que solicitamos os dados do CENSO sobre as escolas filantrópicas. Mesmo demonstrando insatisfação, a Secretaria nos concedeu por escrito os dados de algumas escolas filantrópicas cadastradas no CENSO escolar. Apresentaremos a seguir as secretarias municipais participantes da pesquisa.

A *Secretaria Municipal de Ação Comunitária* (SMAC) faz parte de uma estrutura político-administrativa do governo municipal que tem por objetivo o desenvolvimento da Política da Assistência Social, através do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Todos os seus procedimentos devem estar atrelados com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Diferentemente de outros municípios, essa secretaria não leva o nome de Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), porém, após a última conferência municipal essa proposta de mudança na nomenclatura foi votada e aprovada pela plenária, por entender que tal nomenclatura, exigida nacionalmente, é de extrema importância para base da compreensão da política de assistência social no país. Entender as ações da Assistência Social como direito e parte de uma política pública tem sido um grande desafio para os profissionais da área, pois essa política nasceu no âmbito da caridade e benevolência (como já discutimos no capítulo 3). Sendo assim, levar o termo “Ação Comunitária” no nome da secretaria e não o termo “Assistência Social” dificulta ainda mais a vinculação, por parte dos usuários das ações e atividades desta política, para uma perspectiva de direito social, e permanecem no senso comum de que a Assistência Social é atrelada ao favor e à caridade (por parte dos profissionais e políticos que a desenvolvem).

A sede administrativa da SMAC fica localizada no bairro Aterrado, no município de Volta Redonda/RJ, porém a secretaria possui hoje 36 unidades descentralizadas de atendimento ao usuário, espalhadas por diversos bairros da cidade. Além dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que atendem às demandas consideradas de proteção básica e prevenção à violação de direitos sociais, e dos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS) que atendem às famílias

que já estão com seus direitos violados, a SMAC também encaminha seus usuários às Instituições Filantrópicas no âmbito da Assistência Social, mais conhecidas como ONGs, para execução de serviços sociais que deveriam ser fornecidos pelo poder público, como já discutimos no capítulo anterior.

O atual Secretário de Assistência Social é o Sr. Munir Francisco (irmão do atual prefeito de Volta Redonda/RJ) e o chefe de gabinete atual (cargo abaixo do Secretário) é o Sr. Israel Carlos, que é o atual presidente do Conselho Municipal de Assistência Social. Na pesquisa de campo deste trabalho conseguimos entrevistar o Secretário Munir Francisco representando a gestão pública municipal da Assistência Social e o Sr. Israel Carlos representando o Conselho Municipal de Assistência Social.

A *Secretaria Municipal de Educação* de Volta Redonda/RJ foi implementada em 02 de maio de 1983, por meio da Lei nº 1.819 de 1983, transformando os departamentos antes existentes em secretarias. Conforme já explanado no primeiro capítulo deste trabalho, para o desenvolvimento da Política Municipal de Educação, o município de Volta Redonda/RJ atualmente possui, além da Sede da Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação, cerca de 98 Instituições municipais de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). A sede da secretaria está localizada no bairro Niterói do município. A atual Secretária de Educação é a Sra. Therezinha dos Santos Gonçalves Assumpção e sua chefe de gabinete (cargo abaixo da secretária) é a Sra. Áurea Gosta Schocair. Para nossa pesquisa empírica, no que tange a gestão da política municipal de educação, contamos com a participação da atual secretária que respondeu ao nosso questionário de pesquisa. É importante salientar que a mesma não aceitou participar da entrevista gravada, pois alegou “falta de tempo” para tal.

Para levantar os dados sobre as opiniões e expectativas de ambos os secretários (da secretaria municipal de assistência social e da secretaria municipal de educação) em relação ao tema, foi aplicado um questionário com questões abertas à secretária municipal de educação e realizada uma entrevista semiestruturada ao secretário municipal de assistência social. Em ambos, o roteiro de perguntas foi o mesmo, porém percebemos que na entrevista a coleta de dados foi muito mais eficiente, pois o momento da entrevista nos proporcionou percepções sobre o

entrevistado (como gestos e comentários) que nos auxiliou na interpretação das respostas. Outro diferencial é que, na entrevista, o entrevistado não teve como buscar auxílios para suas respostas, como a internet e as legislações, ficando claro quando não sabia responder algumas questões. Também, em alguns momentos, o entrevistado, ao responder a pergunta, nos solicitou sigilo, não autorizando a divulgação da sua resposta nesse trabalho, mas que nos auxiliou na análise dos dados.

Nossa primeira pergunta foi em relação ao tempo em que os secretários ocupam seus cargos nas respectivas secretarias (SME e SMAC). Ambos relataram mais de 11 anos e 8 meses. Consideramos que esse longo período de mandato se deve ao fato de o atual prefeito da cidade, Sr. Antônio Francisco Neto, estar em seu 4º mandato na cidade, sendo o 1º mandato de 1997 a 2001, o 2º mandato de 2001 a 2005, o 3º mandato de 2009 a 2013 e o 4º mandato de 2013 a dezembro de 2016. Entre o segundo e o terceiro mandato, de 2005 a 2009, esteve como prefeito de Volta Redonda/RJ o primo de Antônio Francisco Neto, o Sr. Gothardo Lopes Neto. Dessa forma, os secretários entrevistados foram nomeados em 2005, no mandato do Prefeito Gothardo, e permanecem até o ano dessa pesquisa.

Questionamos ao secretário municipal de assistência social o motivo pelo qual a secretaria não leva o nome da política social a qual pertence, ou seja, a secretaria que deveria ser nomeada de “Secretaria Municipal de Assistência Social” (SMAS), como é nomeada na maioria dos municípios do país, como manda a PNAS (2004), em Volta Redonda/RJ possui o nome de “Secretaria Municipal de Ação Comunitária” (SMAC). O secretário justificou:

Quando eu entrei já era Secretaria de Ação Comunitária e nós divulgamos muito a secretaria, a secretaria avançou muito. Hoje, Volta Redonda tem 33 CRAS, várias unidades do Departamento Especial. Então nós somos a cidade do Brasil que tem o maior número de CRAS por número de habitantes e todo mundo conheceu como SMAC, Secretaria de Ação Comunitária. Por isso não mudou o nome até hoje, mas a previsão é que mude. Inclusive na Conferência da Assistência foi uma deliberação que mudasse o nome para Secretaria Municipal de Assistência Social. O projeto está em tramitação, vai passar pela Câmara para mudar o nome (Secretário Municipal de Assistência Social de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 01).

Ao questionarmos aos secretários quais as suas competências, e o que faz um secretário (de educação e de assistência social) percebemos que no caso da Secretária de Educação, a mesma respondeu ao questionário com respostas prontas, em tópicos, como uma cópia de um documento oficial:

- Atuar no planejamento e definições de políticas educacionais que concorram para a qualidade do Ensino Público.
- Promover o acesso e a permanência ao Ensino Público Municipal em todas as etapas e modalidades oferecidas.
- Promover a implantação de políticas de erradicação do analfabetismo, bem como programas e projetos especiais para a Educação de Jovens e Adultos.
- Garantir a inclusão de pessoas deficientes desenvolvendo propostas específicas para o atendimento especializado.
- Promover programas suplementares de material escolar, uniforme, merenda e transporte, visando atender, não só as demandas sociais, bem como proporcionar condições de permanência do aluno na Escola.
- Realizar a manutenção regular da Rede de Ensino.
- Assessorar o Governo e as demais Secretarias nos assuntos de sua competência.
- Articular-se com a comunidade visando a integração entre Escola e Comunidade.
- Garantir aos profissionais da Educação formação continuada visando ao aprimoramento da qualidade de ensino.
- Implementar programas voltados ao desenvolvimento dos alunos, mediante a inclusão de atividades que promovam o enriquecimento curricular (Secretária Municipal de Educação de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 01).

Sobre suas competências, o Secretário de Assistência Social respondeu:

Eu sou o gestor da assistência, então a minha função aqui é tentar coordenar, administrar todos os projetos e programas referentes à assistência social. Além de eu ser o secretário de ação comunitária ou da assistência social, sou também o gestor do Fundo Municipal da Assistência. Com isso a gente vai deliberando, solicitando e pedindo que

as pessoas cumpram o que for combinado e definido pela equipe. A gente tem uma equipe técnica maravilhosa na área de assessoria, no Departamento de Proteção Básica e no Departamento de Proteção Especial. Fazemos reuniões constantes de colegiado para definir as diretrizes da secretaria e do governo municipal, a minha função aqui é fazer com que o que for determinado se cumpra. Graças a Deus, graças ao apoio do prefeito Neto e graças ao trabalho dessa equipe, a gente está conseguindo a cada dia avançar mais e atender cada melhor a população de Volta Redonda (Secretário Municipal de Assistência Social de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 02).

Diante das respostas fornecidas pelos secretários sobre suas competências, logo nas primeiras falas, identificamos as seguintes palavras: “gestor” e “qualidade”. Isso nos remete a relação do setor público e das políticas sociais com gerencialismo (apresentado no capítulo 2). Temos aqui a primeira comprovação dessa cultura organizacional no serviço público ligada ao modelo gerencial, em Volta Redonda/RJ.

Verificamos, a partir dos depoimentos para a pergunta: “Você gosta do que faz?”, que ambos gostam muito do que fazem. Nesta questão, os secretários aproveitaram a ocasião e averbaram suas “conquistas” nas secretarias, e atrelam essas conquistas a sua pessoa ou a sua equipe. Neste momento, observamos que ambos veem na secretaria não somente como um local para a efetivação da política pública como um direito do cidadão e dever do Estado, mas também como uma ascensão pessoal, e atribuem essas conquistas a sua imagem e a seu governo.

Quando questionamos aos secretários sobre o que são Instituições Filantrópicas de Educação Básica, obtivemos as seguintes respostas:

São Instituições que prestam atendimento, sem fins lucrativos, educacional à população, suprimindo o dever do Estado (Secretária Municipal de Educação de Volta Redonda/RJ, 2016, p.01).

[...] Eu sempre falo que Volta Redonda avançou muito, graças ao apoio do prefeito Neto, graças à toda a equipe nossa, graças à população na vigia do trabalho, mas principalmente as instituições que fazem um trabalho de excelência e atendem uma parcela da população que o poder público não consegue alcançar. [...] Então a gente tem uma parceria com as instituições (Secretário Municipal de Assistência Social de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 02).

Por meio das respostas, verificamos que ambos os secretários admitem que as Instituições Filantrópicas de Educação Básica cumprem um papel que deveria ser realizado pelo Estado. A secretária municipal de educação usa a expressão “suprindo o dever do Estado”. A partir dessa expressão a Secretária entende que as Instituições Filantrópicas “proveem” ou “substituem” o papel do Estado em suas atividades.

Já o secretário municipal de assistência social enfatiza o trabalho das Instituições Filantrópicas de Educação básica ao mencionar o termo “trabalho de excelência”, e mais uma vez, com essa expressão, nos remete ao conceito de gerencialismo. Também admite que tais instituições “atendem uma parcela da população que o poder público não consegue alcançar”. Porém, sabemos que o poder público tem como dever atender a toda população com a política de educação, como um direito constitucional do cidadão. Mas, como relatado pelo secretário, o governo de Volta Redonda/RJ repassa parte dessa responsabilidade a Instituições Filantrópicas de Educação Básica.

Ao questionarmos aos secretários quais são essas instituições em Volta Redonda/RJ, ambos enumeraram somente as escolas conveniadas, não mencionando as 03 escolas detentoras somente do CEBAS (Colégio Nossa Senhora do Rosário, CAP-UGB, Escola Técnica Pandiá Calógeras). Talvez, a não vinculação dessas escolas à filantropia, se deve ao fato de serem instituições, conhecidas pelo senso comum, somente como “privadas” e que cobram mensalidades escolares de alunos matriculados, ao contrário das escolas conveniadas com o poder público.

Na pergunta: “Qual a relação desta secretaria com essas instituições filantrópicas de educação?” As respostas foram:

A gente tenta fazer uma parceria, a gente sabe que a instituição sozinha tem dificuldade para caminhar e o poder público sem essas instituições teria muita dificuldade para atender uma parcela da população que as instituições atendem. Então são fundamentais essas instituições para o município (Secretário Municipal de Assistência Social de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 03).

Acompanhamento Legal e Orientação Pedagógica; Repasse de Recursos e Fiscalização (Secretária Municipal de Educação de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 02)

Em ambas as respostas verificamos que os secretários consideram necessária a parceria público-privada e o repasse de recurso público para que a instituição filantrópica possa se manter. E, mais uma vez, o secretário municipal de assistência social enfatiza ser “fundamental” a presença das Instituições Filantrópicas. Outro aspecto importante é que a secretária municipal de educação sinaliza que realizam a fiscalização dessas instituições, mas veremos posteriormente que nem todas as instituições recebem essa fiscalização do município no que tange aos recursos públicos repassados. Essas fiscalizações são somente no aspecto de orientação pedagógica.

Sobre relação direta do cargo de secretário (a) com essas instituições, a secretária municipal de educação relatou somente que tal relação é de “cordialidade”. O termo “cordial” é sinônimo de “afeto”, o que não deveria acontecer quando se trata de uma política pública, dever do Estado e direito do cidadão. Já o secretário municipal de assistência social informou que não existe relação direta de seu cargo com as instituições filantrópicas de Educação Básica, mas acrescentou:

Existe a questão de abraçar as instituições como secretário e como cidadão eu sei da importância das instituições. Então como gestor da assistência eu tento apoiar todas instituições que fazem um trabalho de excelência e como cidadão também divulgo e apoio. Acho que são de suma importância essas instituições, então em tudo que está ao alcance da secretaria dentro da legalidade a gente tenta colaborar (Secretário Municipal de Assistência Social de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 03).

Sobre o CEBAS, quando questionados sobre o significado da sigla, ambos disseram que sabiam qual o significado, e o secretário municipal de assistência ainda informou que é necessário esse certificado para que as entidades possam “receber verbas públicas”.

Questionamos por qual motivo essas instituições possuem o título de filantrópicas e para quê esse título serve. As respostas foram:

Por não ter fins lucrativos. Elas colaboram com o dever do Estado, suprimindo deficiências no atendimento à população nas áreas de saúde,

educação e assistência (Secretária Municipal de Educação de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 02).

Eu acho que elas existem porque é um braço do poder público. Como falei anteriormente, eu acho que elas fazem um trabalho de excelência e atendem a parcela da população que o poder público não alcança, não atinge. Então sem elas nós teríamos que nos virar, mas teríamos uma dificuldade muito grande de estar atendendo essa população. Agora mesmo... com a finalização, não sei se momentânea ou definitiva, da APEN, a dificuldade para ter os cursos que a APEN dava está muito grande, todos gratuitos para a população. Hoje, para tentar diminuir a falta da APEN, eu estou contratando cursos, não da mesma qualidade, infelizmente é uma falta muito grande. Quando você fala de creches, se você pensar na Irmã Zilá, Recanto da Criança, ABE, entre outras... O SOS... São estruturas fortes e fazem um serviço independente do poder público, se você pensar numa paralisação desse serviço, a perda é muito grande. [...] É o que eu falo, é um braço do poder público, fazem um trabalho de excelência, na sua grande maioria os dirigentes e diretores são voluntários, em todos os segmentos, não só na questão da educação básica, mas na questão do idoso, do deficiente, na questão do alcoolismo e dependentes de droga. É uma cadeia ampla dessas instituições que fazem um serviço muito bom mesmo. Mais uma vez, o poder público teria uma dificuldade muito grande de atender uma parcela da população que essas instituições atendem com excelência (Secretário Municipal de Assistência Social de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 04).

Quando o secretário municipal de assistência social mencionou a finalização das atividades da APEN, não se referiu à Educação Básica, mas sim sobre a atividade que era desenvolvida de cursos profissionalizantes no âmbito da política de assistência social. Eram cursos gratuitos realizados em um bairro de periferia da cidade e foram finalizados, segundo a sua diretoria, por falta de verbas, já que o poder público desde 2013 não repassava subvenção à entidade. Com isso, o secretário admitiu em sua fala que o Estado teve que desempenhar sua função, antes desempenhada pela APEN, disponibilizando cursos profissionalizantes gratuitos à população. Porém, ainda assim, nos relatos do secretário observa-se mais uma vez o gerencialismo na esfera da política pública, quando afirma que a qualidade desse serviço desempenhado pelo poder público é inferior ao que antes era desenvolvido pela APEN, e por isso justifica a necessidade da parceria público-privada.

A secretária municipal de educação alegou que o papel da SME na concessão dos certificados de filantropia é somente a "Orientação". Já o secretário

municipal de assistência social afirmou que a SMAC não possui ligação direta com a certificação, e sim o CMAS. Mas acrescentou posteriormente:

Indiretamente a gente acaba tendo, porque nós temos na assessoria a questão da equipe de monitoramento e avaliação, que a Cristina Senna coordena. Quando eu falei que a SMAC: não diretamente, é porque quem manda a documentação é o conselho, mas a SMAC indiretamente ou diretamente faz as visitas também com essa equipe de monitoramento. Quando houver alguma coisa que não está dentro da legalidade, comunicam ao presidente do conselho de diretoria, que acata as nossas recomendações e acaba não encaminhando para as esferas superiores a solicitação do título. Se uma instituição solicita, além de o conselho fazer a visita, a nossa equipe de monitoramento também faz. Se achar alguma coisa diferente, comunica ao conselho, que busca entrar em contato com a entidade e reverter a situação para ficar dentro da legalidade (Secretário Municipal de Assistência Social de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 04).

No intuito de compreender se os secretários sabem sobre os recursos públicos repassados às Instituições Filantrópicas de Educação Básica, perguntamos: Quais as vantagens que essas instituições possuem ao receber esse título? Ambos responderam diretamente:

Recebimento de recursos públicos e isenções fiscais (Secretária Municipal de Educação, 2016, p. 02).

Ficam com o direito e a facilidade de tentar arrumar recursos, não só do privado, mas principalmente das esferas estaduais, federais e municipais (Secretário Municipal de Assistência Social, 2016, p. 04).

E, na opinião deles, quais seriam as vantagens que o MEC obtém com o repasse desse título de filantropia:

Serviços prestados à população e o quantitativo de pessoas beneficiadas, isentando o Estado do ônus desse serviço (Secretária Municipal de Educação, 2016, p. 02).

Eu acredito que é importante para a educação, no geral que tenha instituições que façam um trabalho sério filantrópico, que presta serviços de excelência. É importante para o Ministério da Educação. Eu digo por Volta Redonda, a gente conhece as instituições e sabe que prestam um serviço sério de caridade e atende uma parcela da população que o poder público não atinge. Então a gente vê essas creches, eu estava falando do Recanto da Criança, Irmã Zilá, APMI, lembrei também do Bom Samaritano, SOS, Casa da Criança. Imagina a cidade sem essas

instituições? Eu como gestor da assistência não quero nem pensar, e acredito que a Terezinha tem a mesma opinião que eu, a secretária de educação, que realmente elas prestam um serviço e conseguem absorver uma vaga que vai poder abrir para outras pessoas no poder público. Então acho que é importante essa questão, a pessoa estar estudando, estar ficando num local de qualidade, isso é o mais importante. Inclusive a prefeitura na questão da merenda, a mesma merenda que é utilizada nas escolas municipais é utilizada nas creches, então a Secretaria da Educação sabe da importância dessas instituições e com isso tenta também ajudá-las, acho que é uma ajuda valiosa essa questão da merenda, do uniforme e material escola, tem esse apoio e também alguns profissionais da educação participam dessas instituições (Secretário Municipal de Assistência Social, 2016, p. 04).

Diante dessas duas falas, percebemos uma diferença na análise dos dois secretários em relação as suas percepções quanto às vantagens do MEC ao conceder os títulos de filantropia. A Secretária Municipal de Educação alegou, de certa forma, que o Estado se aproveita desse título e repassa sua responsabilidade às instituições filantrópicas, isentando-se de suas obrigações com esse serviço. Já o Secretário Municipal de Assistência Social, usou termos como: “ajuda” e “caridade”, como se as políticas sociais, quando desenvolvidas pelas instituições filantrópicas, remetessem a benesse a seus usuários, desvinculando-a do direito social e dever do Estado. Na realidade, o Estado não “ajuda” as instituições filantrópicas de Educação Básica com material e merenda escolar. Isso faz parte de uma parceria público-privada e do repasse de verbas públicas aos setores privados. É o que eles nomeiam de “convênio”. Contudo, os dois secretários, indiretamente, remetem-se ao gerencialismo, ao averbarem: “qualidade” e “excelência” nos serviços prestados pelo âmbito privado, além incentivarem a parceria-público privada, isentando o Estado de suas obrigações.

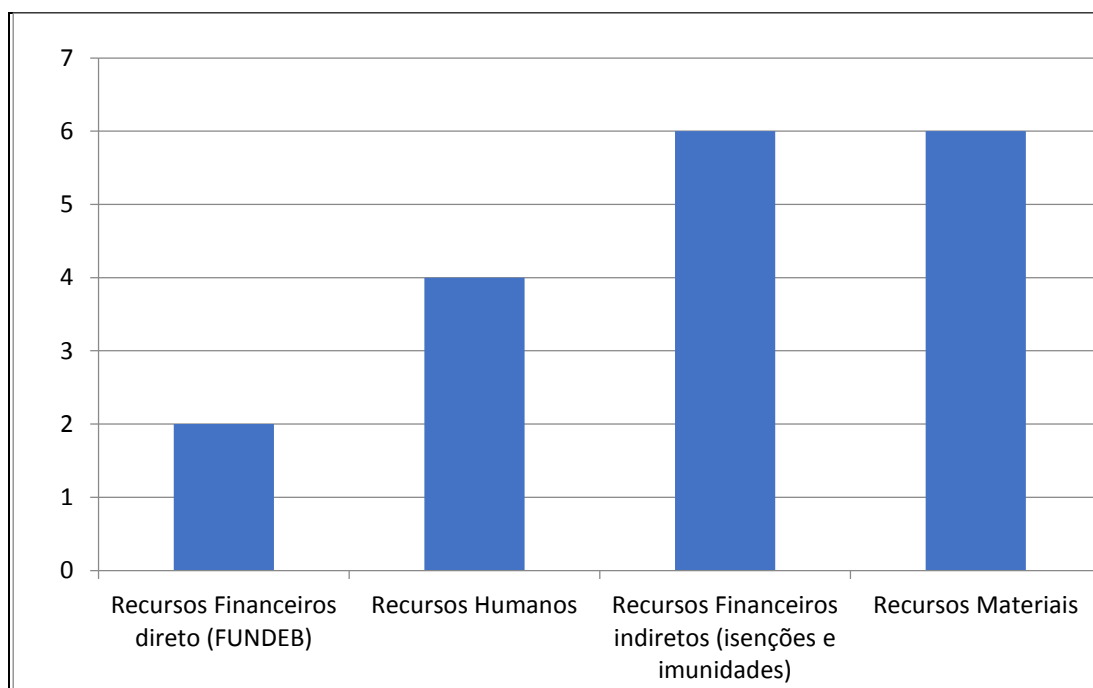
Sobre quais os requisitos que essas instituições devem possuir para obter o título de filantropia, o Secretário Municipal de Assistência Social afirmou não saber quais são. A Secretária Municipal de Educação enumerou: Estar cadastrada no CENSO escolar; Funcionar há pelo menos 12 meses; Desenvolver ações na área educacional de forma preponderante. Nenhum dos secretários relatou: atender a população de forma gratuita (no caso das conveniadas) e conceder Bolsas de Estudos integrais (no caso das instituições com CEBAS).

Sobre os recursos recebidos pelas Instituições Filantrópicas de Educação Básica, o Secretário de Assistência Social não soube responder quais instituições recebiam e o que recebiam. A Secretária de Educação não mencionou aquelas que recebem recursos financeiros indiretos, como isenções e imunidades fiscais, mas enumerou:

Recursos Financeiros: Lar Espírita Irmã Zilá, Lar e Recanto das Crianças; Recursos Humanos: SOS, APMI, Creche Comunitária Santa Cecília, Lar Maria Isabel Galvão (ABEVR); Além desses recursos também cobrimos a distribuição de merenda, uniforme e material (Secretária Municipal de Educação de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 03).

Conforme os dados adquiridos nessa pesquisa de campo, tanto pelos secretários municipais, quanto das próprias instituições, além dos documentos oficiais analisados, em relação aos recursos recebidos, identificamos que todas as Instituições Filantrópicas de Volta Redonda/RJ recebem algum tipo de recurso público e algumas chegam a receber mais de um tipo de recurso, como mostra do Gráfico 04:

Gráfico 4: Número de escolas filantrópicas de Educação Básica de Volta Redonda/ RJ por tipos de recursos disponibilizados – 2016.



Fonte: Dados coletados pela autora.

Sobre a fiscalização e o acompanhamento dessas instituições filantrópicas, ambos os secretários informaram não haver nenhuma dificuldade para tal. A secretária municipal de educação ainda relatou que esse acompanhamento é realizado por meio de análise de documentos e balancetes enviados mensalmente por essas instituições à secretaria municipal de educação. Quanto à frequência e a forma dessa fiscalização relatada pela secretária, percebemos que os gestores entraram em contradição com as informações dadas por ela. Alguns gestores alegaram uma frequência diferente da relatada pela secretária. Outros relataram que não há fiscalização da SME em relação à filantropia, somente em relação às questões pedagógicas.

Em relação ao perfil dos alunos atendidos por essas Instituições Filantrópicas de Educação Básica, a secretária municipal de educação afirmou ser de “Famílias de baixa renda”. Já o secretário municipal de assistência social emitiu a seguinte averbação:

A grande maioria é de uma renda pequena e provavelmente a família é beneficiada pelo Bolsa Família. Normalmente são crianças do bairro. Por exemplo, o Recanto da Criança fica em Três Poços, então quem de lá que participam são da comunidade de Três Poços, Colorado, Vila Rica. A Irmã Zilá fica no Belmonte, pega o pessoal de Belmonte, Siderlândia, Jardim Belmonte. Eu acredito que a grande maioria é de famílias de uma renda baixa, mas você vê que quando não conseguem a vaga nas creches municipais as famílias tentam colocar seus filhos nessas creches, só que lá também tem as regras a serem seguidas e uma delas é a questão da renda (Secretário Municipal de Assistência Social de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 06).

Os secretários municipais de assistência social e de educação entraram em acordo quando questionados se a população atendida pela educação pública é prejudicada pela existência dessas instituições filantrópicas. Ambos afirmaram que não é prejudicada. A secretária municipal de educação alegou que o atendimento destinado a esses alunos nas instituições filantrópicas segue a mesma diretriz e as mesmas condições aos alunos matriculados na rede pública. O secretário municipal de assistência social alega que ninguém é prejudicado, só beneficiado. E acrescenta: “Se não tivesse essas instituições, aí sim, a população ficaria bem prejudicada” (Secretário Municipal de Assistência Social de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 07).

Sobre os aspectos positivos e negativos que essas instituições filantrópicas representam às políticas sociais (de educação e de assistência social), ambos relataram que não há aspecto negativo, somente positivo. Para a secretária municipal de educação esses aspectos positivos se devem ao fato de: “Proporcionar acesso ao maior número de crianças na Educação Infantil” (Secretária Municipal de Educação de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 03).

Para finalizar a entrevista o Secretário Municipal de Assistência Social fez a seguinte fala de encerramento:

Realmente nós somos referência na área de assistência no Brasil, graças ao apoio do prefeito Neto, graças a essa equipe maravilhosa incansável no trabalho do dia a dia, graças ao apoio da população, que confia no nosso trabalho, e graças também a essas instituições filantrópicas que prestam serviço de excelência e atendem uma parcela da população que o poder público não consegue alcançar (Secretário Municipal de Assistência Social de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 08).

Diante do exposto até aqui, concluímos que nenhuma das secretarias realiza a fiscalização no que tange a filantropia das instituições educacionais, repassando essa responsabilidade para os conselhos municipais de controle social. Concluímos também que a gestão pública municipal de Volta Redonda/RJ apoia a parceria público-privada na área de educação e ainda apresenta argumentos diretamente ligados ao gerencialismo e a ideia de que a esfera privada oferece um serviço de melhor qualidade que do poder público. E ainda, remetem suas percepções à desresponsabilização do Estado quanto aos reflexos da questão social e às políticas sociais; naturalizam o repasse de obrigações estatais à esferas privadas; incentivam o crescimento das Organizações Sociais e das instituições filantrópicas, além do repasse de recursos públicos para as esferas privadas; e contribuem para a manutenção da ordem hegemônica burguesa.

4.2. OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE CONTROLE SOCIAL

Os conselhos municipais de controle social são reconhecidos, pelo senso comum, como os órgãos responsáveis pela fiscalização e acompanhamento dos serviços públicos (e filantrópicos). Servem, de acordo com a legislação, para

acompanhar os serviços de acordo com os interesses da população contribuindo para uma “gestão democrática”. Sendo assim, o consenso hegemônico defende que tais conselhos fazem parte da sociedade civil e atuam sobre os interesses da classe trabalhadora, fiscalizando e acompanhando os serviços sociais prestados à população. Para essa pesquisa selecionamos, inicialmente, os dois conselhos municipais vinculados às políticas públicas de Assistência Social e de Educação, já que nas entrevistas com os secretários dessas políticas, ambos atribuíram aos conselhos o papel de acompanhar e fiscalizar as instituições filantrópicas de Educação Básica. Durante a entrevista com as conselheiras do Conselho Municipal de Educação (CME), foi relatado por elas que as informações sobre as escolas conveniadas (filantrópicas) poderiam ser encontradas, também, no Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (CACs – FUNDEB), por isso esse conselho também foi inserido em nossa pesquisa empírica. Apresentaremos a seguir tais conselhos municipais de controle social que fizeram parte dessa pesquisa.

Conforme a Lei Municipal nº3.329 de 1997, que regulamenta a Política de Assistência Social (PNAS) e o *Conselho Municipal de Assistência Social* (CMAS) em Volta Redonda/RJ, prevê como objetivo, no seu Art. 1º que a Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, como política de seguridade social não contributiva, que será realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir as necessidades básicas de seus usuários. Em seu primeiro Artigo, a Lei Municipal prevê que as atividades da Política de Assistência Social do Município sejam desenvolvidas não somente pelo poder público – mesmo que informe inicialmente que é “direito do cidadão e dever do Estado” – mas também pela sociedade.

Sobre o CMAS a Lei regulamenta no Art. 8º:

Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS – órgão deliberativo, normativo, permanente e controlador das ações voltadas à área de Assistência Social do Município de Volta Redonda, de composição paritária e vinculado ao gabinete do Prefeito, objetivando a coordenação e execução da Política de Assistência Social, no Município de Volta Redonda, conforme determina a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social – Lei Federal 8.742/93 (VOLTA REDONDA, 1997)

No que tange a composição do CMAS, a Lei regulamenta que o Conselho será composto por 20 membros, sendo 10 destes membros (50% da composição do Conselho) do próprio Governo Municipal, assim sendo:

- 1 membro da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- 1 membro da Secretaria Municipal de Cultura;
- 1 membro da Secretaria Municipal de Educação;
- 1 membro da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- 1 membro da Secretaria Municipal de Fazenda;
- 1 membro da Secretaria Municipal de Planejamento;
- 1 membro da Secretaria Municipal de Saúde;
- 1 membro da Fundação Beatriz Gama;
- 1 membro da Fundação Educacional de Volta Redonda;
- 1 membro do Fundo Comunitário de Volta Redonda.

Os outros 10 membros do CMAS (outros 50% de sua composição), serão das entidades e organizações não governamentais, com atuação no Município de Volta Redonda/RJ, que prestam serviços sem fins lucrativos a seus usuários; dos que atuam no desenvolvimento da política (trabalhadores do SUAS); e dos próprios usuários, assim distribuídos:

- 4 membros das entidades organizações não governamentais, prestadoras de serviços da Assistência Social;
- 4 membros representantes dos usuários dos serviços;
- 2 membros representantes dos profissionais da área de Assistência Social (Assistentes Sociais, Psicólogos ou Sociólogos).

No Art. 12º a Lei regulamenta que: “Os membros titulares e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal” (VOLTA REDONDA, 1997).

De acordo com essa Lei Municipal, podemos apresentar a seguinte incoerência: Por ser um conselho de controle social, onde a população usuária dos serviços deveria ser primordial em sua composição, por que a Lei regulamenta que somente 4 membros (40% da composição total) serão usuários? Entendemos que essa composição seja com o propósito de regulamentar e aprovar aquilo que seja de interesse da burguesia, e não o que seja de interesse da classe trabalhadora, mantendo a ordem hegemônica vigente, mas com um falso aspecto de democracia (garantida pelos conselhos de controle social), e promovendo assim o apoio da população por meio do senso comum.

Sobre as competências do CMAS, no que tange as instituições filantrópicas, ou organizações não governamentais como nomeia a Lei, podemos citar no Art. 15º os seguintes incisos que reafirmam a participação do setor privado no desenvolvimento da política pública municipal:

[...] II – Deliberar o Plano de Assistência Social, bem como os programas, projetos e serviços governamentais e não-governamentais, de acordo com as prioridades estabelecidas pela Conferência Municipal de Assistência Social;

III – Normatizar, complementarmente, as ações e efetuar a regularização da prestação de serviços de natureza pública e privada, no campo da Assistência Social;

[...] VI – Promover a inscrição e a fiscalização das entidades, órgãos e organizações de Assistência Social, governamental e não-governamental;

[...] IX – Fiscalizar e avaliar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços e projetos aprovados;

[...] XII – Deliberar sobre o funcionamento de organizações da Assistência Social, que venham a ser criadas após a formulação da LOAS;

XIII – Deliberar sobre o fornecimento de atestado de funcionamento para as entidades e organizações de Assistência Social;

[...] XXI – Definir critérios para celebração de contratos e convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social (VOLTA REDONDA, 1997).

E sobre as despesas do Fundo Municipal de Assistência Social, em relação às instituições filantrópicas, estas serão destinadas para as seguintes atividades, conforme informa o Art. 34º, inciso IV: “Desenvolvimento dos projetos de enfrentamento da pobreza em sistema de cooperação entre organismos governamentais, não-governamentais e da sociedade civil; V: Repasse financeiro às entidades prestadoras de serviços de assistência social” (VOLTA REDONDA, 1997). Ou seja, a própria Lei Municipal já garante a parceria público-privada no âmbito da Assistência Social e o repasse de verbas públicas às entidades filantrópicas, incentivando o repasse de responsabilidades que deveriam ser do Estado para o setor privado. Mostraremos posteriormente, na análise da entrevista do presidente do CMAS, que essa regulamentação se materializa com o apoio do CMAS e a disseminação do senso comum.

Analisando agora a criação dos *Conselhos Municipais de Educação* (CME), o MEC (2006) informa que esses antecederam a regulamentação dos próprios sistemas de ensino dos municípios, o que não foi diferente no município de Volta Redonda/RJ. O CME do município foi criado em 1975, enquanto a Secretaria de Educação foi criada em 1983.

Além de criar e regulamentar o CME em Volta Redonda/RJ, a Lei Municipal nº 1.285 de 1975 define também a escolha e nomeação dos conselheiros do CME, estabelecendo:

Art. 2º O Conselho Municipal de Educação será constituído por 09 (nove) membros, nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos (VOLTA REDONDA, 1975).

Dessa forma, a composição do CME será inteiramente composta por membros escolhidos pelo Prefeito do Município de Volta Redonda/RJ. Essa escolha, de acordo com o Art. 3º, deverá ser entre “professores de notório saber” e “vivência de problemas educacionais”, o que deixa margens para que a escolha seja de forma subjetiva e sem transparência, pois tais profissionais com “vivência de problemas

educacionais” e “professores de notório saber” não precisam ser, necessariamente, pessoas concursadas ou estatutárias, mas sim pessoas de confiança do Prefeito e que podem evitar algumas fiscalizações que prejudiquem seu mandato.

De acordo com o Regimento Interno aprovado através do Decreto Municipal nº 2163 de 1985 e reformulado pelo Decreto Municipal nº 7.046 de 1996, o CME de Volta Redonda, passa a ser um órgão consultivo, normativo, deliberativo, fiscalizador e de assessoramento do Sistema Municipal de Ensino, cabendo-lhe:

- Zelar pelo adequado funcionamento dos estabelecimentos educacionais que compõem o Sistema Municipal de Ensino;
- Promover, pelos meios ao seu alcance, a melhoria da qualidade de ensino, bem como a universalização de vagas no ensino fundamental obrigatório público e gratuito.
- Propor medidas para a organização e funcionamento do Sistema Municipal de Ensino;
- Manifestar-se sobre a criação, ampliação, desativação e localização de unidades escolares municipais, visando a racionalidade da distribuição de vagas;
- Autorizar e renovar a autorização de funcionamento dos estabelecimentos educacionais de sua jurisdição escolar;
- Opinar, aconselhar e decidir sobre recursos impetrados por pessoas e instituições escolares do município.

Para um melhor controle do MEC sobre as atividades dos CME espalhados pelo Brasil foi criado em 2006 o Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação (SICME) que é uma ferramenta para a coleta de informações sobre os Conselhos Municipais de Educação. Alimentado pelos presidentes dos conselhos e dirigentes das Secretarias Municipais de Educação, o SICME constrói uma base de dados que permite ao MEC conhecer o perfil e criar um cadastro nacional dos conselhos no país. De acordo com o MEC (2006), o SICME é um sistema que fornece

subsídios para caracterizar o perfil dos CME do país, subsidiar estudos e pesquisas no campo da gestão democrática e auxiliar a formulação da política de educação básica do Ministério da Educação.

O que percebemos por meio das legislações consultadas acerca dos conselhos do município e por meio da pesquisa de campo, é que mesmo com essa medida do MEC de acompanhamento dos CME não há um interesse governamental em modificar as estruturas estabelecidas nesses espaços. Os conselhos de controle social só possuem em seu nome a “gestão democrática”, pois na realidade essa democracia de fato não existe. Ao menos em Volta Redonda/RJ, a composição do Conselho é decidida inteiramente pela pessoa do Prefeito e por isso não há como afirmar o envolvimento da população nas suas deliberações, o que impõe certos limites. Tais espaços cumprem um falso papel de instâncias da sociedade civil que servem para fiscalizar e fomentar as políticas públicas e os interesses da população, quando de fato o que fazem é parte de uma estratégia da classe hegemônica de sustentar um senso comum que fala sobre gestão democrática e controle social.

Sobre o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (CACS – FUNDEB) informamos que o mesmo foi aprovado no município de Volta Redonda/RJ pela Lei nº4.273 de 2007. Sua composição é da seguinte forma:

Artigo 2º - O conselho a que se refere o art. 1º é constituído por onze membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminados:

- I. Um representante da Secretaria Municipal de Educação, indicado pelo Poder Executivo Municipal;
- II. Um representante dos professores das escolas públicas municipais, indicado pelo Órgão representativo da categoria;
- III. Um representante dos diretores das escolas públicas municipais escolhido em assembleia através de voto simples;
- IV. Um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais indicado pelo Órgão representativo da categoria;

- V. Dois representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais, indicados pelas regionais dos Conselhos Comunitários Escolares;
- VI. Dois representantes dos estudantes da educação básica pública, indicados pelas regionais dos Conselhos Comunitários Escolares;
- VII. Um representante do Conselho Municipal de Educação;
- VIII. Um representante do Conselho Tutelar;
- IX. Um representante da Secretaria Municipal de Finanças indicado pelo Poder Executivo Municipal (VOLTA REDONDA, 2007).

Diante desta composição do CACS – FUNDEB percebemos que mais uma vez, em mais um conselho de controle social, 3 dos 11 conselheiros, ou seja, 27% dos membros do Conselho, serão indicados diretamente pelo poder executivo do município, no caso, o Prefeito, considerando que no item VII 100% os membros do CME são indicados pelo prefeito.

Sobre as competências do CACS - FUNDEB, a Lei em questão explicita no seu Artigo 5º:

- I. Acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;
- II. Supervisionar a realização do CENSO Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;
- III. Examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do FUNDEB;
- IV. Emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal; e
- V. Outras atribuições que a legislação específica eventualmente estabeleça (VOLTA REDONDA, 2007).

Como já salientamos, optamos por inserir o CACS-FUNDEB em nossa pesquisa, pois ao entrevistarmos os membros do CME, os membros relataram que as

informações solicitadas na entrevista poderiam ser encontradas no CACS-FUNDEB. Também verificamos que algumas escolas filantrópicas conveniadas recebem recursos financeiros direto do FUNDEB, e, talvez, esse conselho poderia nos oferecer maiores informações sobre esse repasse e a fiscalização das verbas públicas para essas instituições filantrópicas. Porém, conforme será apresentado a seguir, o presidente do CACS-FUNDEB do município de Volta Redonda/RJ alegou não poder participar da entrevista gravada e se disponibilizou apenas a responder o questionário por escrito. Na maioria das perguntas relacionadas às escolas filantrópicas, o presidente respondeu que não detém as informações solicitadas e que o acompanhamento dessas instituições não competia a esse conselho, e afirmou: “O acompanhamento é da verba do FUNDEB como um todo, não separado por instituição” (Presidente do CACS-FUNDEB de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 01).

Para levantarmos os dados sobre o papel dos conselhos de controle social, no acompanhamento e fiscalização das Instituições Filantrópicas de Educação Básica do Município de Volta Redonda/RJ, realizamos duas entrevistas (com o presidente do CMAS e com os membros do CME) e uma aplicação de questionário com o presidente do CACS-FUNDEB, com as mesmas perguntas realizadas nas entrevistas.

Sobre a entrevista realizada com o presidente do CMAS de Volta Redonda, Sr. Israel Carlos da Silva, informamos que a mesma foi sem intercorrências e o entrevistado nos atendeu no dia e horário agendado antecipadamente. A entrevista com a presidente interina do CME teve algumas intercorrências. A presidente interina Sra. Mariuci Bilate Cury Puida agendou o dia e horário da entrevista, mas logo no agendamento informou que tinha se tornado interina há poucos meses, desde que a presidente nomeada pediu exoneração, e que não pretendia ficar no cargo por muito tempo. Informou também o CME somente realiza o acompanhamento e a fiscalização das Instituições Filantrópicas de Educação Básica no que tange às questões pedagógicas e que, talvez, não poderia nos fornecer as informações que esperávamos para nossa pesquisa.

Ao chegarmos no dia e horário agendado para entrevista com a presidente interina do CME, a mesma nos avisou que solicitou a participação de

algumas pessoas, também membros do conselho, para “lhe ajudar”. A secretária atual do conselho, Sra. Isabel Cristina da Silva, e a conselheira, Sra. Juliana Zerafim da Silva Lima, fizeram ponderações e responderam perguntas que a presidente interina não soube responder. Dessa forma, durante a análise dos dados que será apresentada a seguir, serão utilizadas as falas das 3 participantes da entrevista ao CME, com as respectivas identificações das mesmas.

Em relação à entrevista com presidente do CACS – FUNDEB, Sr. Fábio Teodoro Raymundo, o mesmo não aceitou participar da entrevista gravada, somente responder o questionário por escrito. O presidente também relatou que não detém as informações solicitadas e que o acompanhamento das Instituições Filantrópicas de Educação Básica não competia a esse conselho. Quando questionamos se ele nos autorizava a utilizar suas respostas para fins de trabalhos científicos e na dissertação de mestrado o mesmo respondeu:

Sim, apenas, como já reiteradamente citado, que não é atribuição deste conselho nada que passe da questão jurídica de aplicação de recursos e da questão contábil, da fiscalização dos mesmos. Qualquer informação além destas, deve ser solicitada à outros órgãos, tais como a Secretaria Municipal de Educação de Volta Redonda/RJ (Presidente do CACS-FUNDEB do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 01).

Questionamos a todos os presidentes dos respectivos conselhos: O que faz um presidente de um Conselho? Obtivemos as seguintes respostas:

Fiscaliza a aplicação dos recursos do FUNDEB (Presidente do CACS-FUNDEB do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 01).

[...] O Conselho é uma coisa diária. [...] Ele é um órgão colegiado...Então, todos têm vez, todos tem voz, e tudo que a gente encaminha, e tudo que a gente decide, é por consenso, né? Cada presidente está liderando esses encontros, essas reuniões, dirigindo essas ações, tá? Então, eu vejo assim, o meu papel enquanto presidente interina e estar dando todo um suporte pra que esses encaminhamentos possam ocorrer de verdade, né? E... dentro do que a Lei nos permite, dentro do que a lei nos garante (Presidente do CME do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 03).

É, o presidente do Conselho, ele, o seu maior papel é... ele preside às suas assembleias, né? Ele é o... ou ele tem autonomia, né, de definir quando há um empate em uma votação dos conselheiros, ele preside também aí a conferência da assistência, enfim, ele tem... tudo é compartilhado, né? O conselho, a assembleia ela é... ela tem a autonomia

de liberar ou não deliberar, mas em um empate, um impasse, o presidente define, né? E até algumas questões que eventualmente que você não tem a maioria do Conselho naquele momento e é uma... ação que tem que ser feita comandada tanto pelo governo federal como estadual, enfim, ou Ministério Público seja o que for, você tem autonomia de encaminhar e depois passar sobre o fórum da assembleia (Presidente do CMAS do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 02).

Podemos perceber que os presidentes concederam respostas diferentes sobre suas funções e competências do cargo. O presidente do CACS-FUNDEB atribui ao papel do presidente o mesmo papel do Conselho como um todo. Tanto a presidente interina do CME quanto o presidente do CMAS nos detalharam, com mais precisão, mas ainda de forma confusa, suas competências. O presidente do CMAS ainda acrescentou que o Conselho de Assistência Social serve para:

Na verdade, o conselho, além de ele regulamentar, ele tem a obrigação de fiscalizar as entidades nas suas ações, ele também é a porta de entrada para que as entidades tenham alguns títulos de filantropia, de beneficência em relação ao governo federal, né? Então uma entidade para ter um título de filantropia tem que estar incluída no conselho municipal, enfim. E até para que ela tenha recursos tanto municipais, quanto federais ou estaduais, precisa ter e ser inscrita no conselho, né? [...] Eu já sou presidente já acho que, se não me engano é o terceiro mandato meu como presidente. É que na verdade o conselho ele é alternado, dois anos, né, a sociedade civil, dois anos o governamental. Aí a gente quando assumiu aqui, veio para a secretaria da assistência em... 2005, aí logo a seguir teve a eleição para presidente governamental e fui eleito presidente. Ele tem que ter uma relação boa com as entidades e tudo, o importante é isso, né? Porque o papel do conselho é ajudar as entidades nas suas dificuldades junto ao poder público, né? Enfim, e ajudá-los em termos de recurso, enfim, essas questões todas, né? É ser um elo entre ela e o poder público, as empresas privadas, enfim... (Presidente do CMAS do Município de Volta Redonda/RJ, 2016,p. 02).

Após esse relato do presidente do CMAS, podemos considerar que cabe a esse Conselho Municipal de Assistência Social: o registro, o acompanhamento e a fiscalização de todas as instituições filantrópicas do município, independente da política pública a que pertencem (Educação, Saúde e/ou Assistência Social). Mas, ainda assim, consideramos importante apresentar neste trabalho as informações obtidas nas entrevistas realizadas pelos 3 Conselhos Municipais.

O presidente do CMAS relatou que ele é representante da esfera governamental. A presidência do CMAS é alternada a cada dois anos. Um mandato é de um representante da sociedade civil e o outro mandato é de um representante da esfera governamental. Sr. Israel Carlos já está em seu 3º mandato representando a esfera governamental. Isso nos mostra que, ao contrário do que o senso comum aponta, os conselhos de controle social possuem sim a interferência dos governos (municipais, estaduais e federais), dessa forma seria inocente pensar que são órgãos que representam somente os interesses da sociedade civil e da classe trabalhadora. Outro aspecto a ser analisado no final desta fala do presidente do CMAS é que o mesmo entende que o papel do conselho é “ajudar” as instituições filantrópicas junto ao poder público, e essa ajuda é também em relação à destinação de recursos públicos, além de ser um “elo”, como denomina, entre o poder público, as instituições filantrópicas e as empresas privadas. Isso significa que esse atual conselho de controle social do município de Volta Redonda/RJ apoia as parcerias público-privadas para a execução das políticas sociais, inclusive o repasse de recursos públicos.

Quando perguntamos ao Presidente do CMAS o que são as Instituições Filantrópicas de Educação Básica, especificamente, o mesmo entra em contradição com sua primeira resposta e diz que quem legisla sobre essa questão é o CME: “Na verdade, o conselho da assistência, ele não legisla sobre essa questão, né? Na verdade, eu acho que seria o conselho de educação, né?” – Presidente do CMAS do Município de Volta Redonda/RJ (SILVA, 2016, p. 02). E quando realizamos essa mesma pergunta ao CME, a presidente relata que não sabe nos responder e não possui essas informações sobre filantropia tão detalhadamente. Neste momento, a secretária do CME deu o seguinte depoimento:

[...] Essa questão de assistência não é conosco, então a gente vê realmente as questões pedagógicas, né..., relativas a essa parte mesmo voltada pra educação, então essa questão da... do assistencialismo é no Conselho de Assistência Social. Na verdade, né, o Conselho tá aqui pra autorizar essas escolas a funcionar, agora a questão da filantropia, ela justamente está ligada, né, a um convenio que existe entre as escolas junto com a Prefeitura, então isso aí já não cabe a nós, tá? (Secretária do CME do município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 04).

O presidente do CACS-FUNDEB informou que sabe o que são essas instituições filantrópicas de Educação Básica, mas que não possui o conhecimento de quais são elas no município de Volta Redonda. E ainda, relatou que a listagem dessas instituições deve ser buscada na SME de Volta Redonda, e que o CACS-FUNDEB não possui nenhuma atribuição em relação a essas instituições.

Diante destas três respostas, podemos identificar que cada conselho atribui ao outro conselho a responsabilidade de conhecimento sobre essas instituições. Neste momento da entrevista, nenhum conselho assume de fato a fiscalização e o acompanhamento destas, apesar de que, num momento anterior, o presidente do CMAS assumiu a responsabilidade pelo registro, acompanhamento e fiscalização das instituições filantrópicas do município.

Ao insistirmos na pergunta: “Qual a relação deste conselho com as Instituições Filantrópicas de Educação Básica?”, obtivemos as seguintes respostas:

Bom... o foco, né, como a gente acabou de te dizer, é... o aspecto pedagógico, né, é a estrutura, o funcionamento da escola, no que diz a respeito ao seu pedagógico (Presidente do CME do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 04).

O Conselho ele vai autorizar a parte educacional, de todas, não só as filantrópicas[...], como todas as outras, né, então, a partir do momento que ela é uma instituição de educação, se ela fosse só filantrópica, mas voltada pra uma questão assim, de hotelzinho, só de assistencialismo mesmo, como até já foi um dia as creches. Teve um tempo que a creche não era considerada educacional. Era só assistencialismo. Então elas não passavam por aqui, né? Mas todas as instituições que são educacionais, por exemplo, lá no Recanto, tem uma parte que é conosco aqui e uma outra parte que não é conosco, por quê? Porque eles trabalham essa questão educacional, mas eles também têm uma parte recreativa. Que é uma parte que eles atendem crianças de... de 6 até os 14 anos, então essas crianças partem para assistência recreativa, que é com objetivo de sair da rua... de cunho social, né, assistencialista mesmo. Pra essa questão, então, isso é Conselho da SMAC, com... assistência social. Mas a parte educacional é sempre passada aqui pro Conselho, porque nós é que somos, né... os responsáveis por...por autorizar essa questão educativa (Secretária do CME do município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 05).

Tem uma relação. Todas essas entidades são inscritas no conselho e a gente tem, nós fazemos aquele trabalho, né? O conselho tem, a equipe de monitoramento também, né? Que faz visitas mensais, né? Para ver o

funcionamento dessas entidades, para ver se elas estão funcionando dentro da legislação, enfim, daquilo... então é todo o processo de atividades dessas entidades fica sob a fiscalização do conselho independente se é da educação ou se é da área da assistência, né? (Presidente do CMAS do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 03).

Nenhuma, pois não é atribuição do conselho (Presidente do CACS-FUNDEB do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 01).

Nesta fase da entrevista, percebemos que o presidente do CMAS entra novamente em contradição, pois anteriormente havia relatado não ter relação com as instituições filantrópicas de educação básica e, neste momento, informa que as entidades ficam sob fiscalização deste conselho, independente da política social em que atuam.

A presidente do CME relata minimamente que a atuação de seu conselho é somente na parte pedagógica. Neste momento, a secretária do CME toma a palavra e esclarece que a parte da filantropia é fiscalizada pelo órgão da assistência social, e a parte pedagógica é que é fiscalizada pelo CME. Percebemos, na fala da secretária do CME, que a mesma não sabe diferenciar o que é assistencialismo do que é Política de Assistência Social. O assistencialismo, como já explicado no capítulo anterior, são ações voltadas para a caridade e bem-estar não sendo algo articulado a um direito social e dever do Estado. A Política de Assistência Social pareceu ser confundida com o assistencialismo na fala da secretária do CME, apesar de caridade e direito social serem conceitos opostos.

Sobre o que é o CEBAS, tanto a presidente do CME quanto o presidente do CACS-FUNDEB não souberam responder. Já o presidente do CMAS, soube nos responder o significado do CEBAS e nos informou que o governo federal solicita, constantemente, informações ao CMAS sobre as entidades que possuem o CEBAS no município, inclusive informações sobre prestação de contas:

O CEBAS, ele não é só para as entidades voltadas à educação, tem os asilos que estão escritos no CEBAS, enfim, e as entidades têm, como uma das suas obrigações, é prestar conta de todas as suas atividades ao CEBAS, não só da área profissional, dos seus educadores, enfim, da equipe técnica, com a parte financeira também. Então, eventualmente, a gente recebe alguns documentos do CEBAS nos solicitando informações referentes às entidades, em relação a recursos, recurso federal, por

exemplo, que uma entidade dessas recebe e... como ele é trabalhado na entidade eventualmente... a gente recebe essas solicitações, do governo federal, em relação ao CEBAS (Presidente do CMAS do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 03).

Perguntamos aos conselheiros se eles sabiam qual era o motivo que essas instituições procuram pelo título da filantropia. Todos eles atribuíram à questão de recebimento de recursos, isenções e imunidades ou de própria manutenção da instituição, ou seja, a vantagem financeira não ocorre de forma velada ou desconhecida pelos órgãos públicos. Também informaram que é uma forma de “ajudar” o poder público a desenvolver as políticas sociais, como mostramos abaixo:

Eu acredito que a importância é para que elas tenham a entrada no âmbito federal, não só para questão de recursos. Existe também algumas, como se fala, algumas questões que... incentivos fiscais que eles... é possibilitado desde que eles estejam inscritos no CEBAS, inclusive o INSS, enfim, existe algumas questões de recursos, né? Que eles têm que dispor, tem que pagar impostos, enfim, que estando escritos no CEBAS e eles tem a isenção... Então essa eu acho que é a grande finalidade deles. (Presidente do CMAS do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 03).

Não é que elas procuram... filantropia é uma imposição, né? As escolas até onde eu percebo, as escolas filantrópicas são aquelas que apresentam essas características pra poder... até mesmo por uma questão de manter... de manutenção, uma questão de ajuda, né, até do poder público. Então, não é que elas procuram, é pelas próprias características que as escolas apresentam, né, então essas escolas que elas apresentam essas características de ajudar a sociedade, de buscar alguma coisa, até por recurso mesmo nas obras sociais, e que apresentam características pra se enquadrarem como escolas filantrópicas né? Eu acho até que não é uma questão de procurar, é uma questão de se enquadrar, naquele... naquelas características, [...]tem uma série de prerrogativas que vai facilitar, né, a manutenção dessa escola (Secretária do CME do município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 08).

Porque atuam sem fins lucrativos (Presidente do CACS-FUNDEB do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 01).

Quando questionamos se os conselhos possuem alguma relação na concessão do CEBAS e se eles acham que deveriam ter essa relação, todos responderam que não possuem relação na concessão deste certificado e que não esperam que essa relação aconteça. As conselheiras do CME informaram ainda que já possuem “muito trabalho e muitas responsabilidades” e que não esperam por mais

essa atribuição. É importante ressaltar que os conselhos municipais são os órgãos fiscalizadores mais próximos das instituições filantrópicas municipais e por isso, talvez, fossem os mais adequados a concederem o CEBAS. Atualmente, esse certificado é concedido pelo CNAS e/ou pelo MEC, como já explicado no capítulo anterior, e o CMAS somente acompanha e fiscaliza essas instituições.

É o governo federal, né? Na verdade, tudo é on-line, né? Eventualmente eles nos pedem algumas informações, das entidades, a composição, enfim, a gente responde alguns questionários, mas quem tem a autonomia é o governo federal (Presidente do CMAS do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 04).

Analisando as respostas a seguir, sobre as vantagens que as instituições filantrópicas possuem ao receberem o título de filantropia, os conselheiros demonstraram ter ciência dos benefícios que a parceria público-privada oferece a essas instituições, exceto a Presidente do CME que acredita ser somente uma questão de benevolência:

É difícil responder, mas eu vejo, eu penso, eu sinto, melhor dizendo, que é a questão mesmo de ajudar, de colaborar, né, de resgatar essas pessoas, né, que estão lá. De dá uma condição melhor de vida, né, pra cada uma delas. Acho que é por aí... (Presidente do CME do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 05).

Em questão de... até o próprio número de CNPJ, elas têm algumas vantagens em relação a questão de Imposto de Renda, esses impostos, tudo isso tem, tá? Então acredito que seja uma via de mão dupla. É mútuo, né? Porque quando é uma parceria, a parceria tem que ser uma coisa que beneficia os dois lados. Então eu acho que é muito interessante pro MEC, quanto é interessante para as escolas, e pra toda a sociedade. Porque se o objetivo é viver melhor, é um atendimento social, eu acho que é... é... mútuo, né, a coisa (Secretária do CME do município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 09).

A questão são as isenções de taxas, por causa que eles por serem um órgão privado teriam que pagar. A questão de INSS, imposto de renda, enfim, e outros que existem em termos de recursos. Estando inscrito no CEBAS, eles têm essa isenção, acho que essa é a grande finalidade que eles buscam, né? (Presidente do CMAS do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 04).

Elas oferecem serviços que beneficiam a sociedade como um todo e portanto, ao receber a contribuição, fazem jus à mesma (Presidente do CACS-FUNDEB do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 01).

Ao questionarmos o inverso, ou seja, se o órgão governamental, no caso o MEC, possui alguma vantagem ao conceder o título de filantropia, obtivemos as seguintes respostas:

Tirar um pouco da responsabilidade do público, e dividir com o particular, eu acho que seria assim, um equilíbrio aí (Conselheira do CME do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 07).

É, eu acho que sim, eu acho que... na minha opinião, eu acho que ele tem o maior controle em relação as entidades, porque tudo o que, em termos de recursos, né? Em termos de atendimento da entidade é encaminhado a eles para que esse título seja expedido. Então eles têm esse controle, eles têm o atendimento, “Você atende quantas crianças? De que faixa etária? Qual é a origem dessas crianças, qual é o recurso que é disponibilizado para essas crianças? Se tem recurso externo se não tem?” então tudo isso aí, eu acho que facilita, né, para que eles tenham esse controle lá, né? (Presidente do CMAS do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 04).

Sobre quais as atividades que uma Instituição Filantrópica de Educação Básica deve realizar em troca do convênio e do CEBAS, as conselheiras do CME e o presidente do CACS-FUNDEB não souberam responder. Já o presidente do CMAS respondeu que as entidades devem fornecer serviços gratuitos, estarem devidamente registradas em seus conselhos e com a documentação regulamentada:

Na verdade, a entidade deve estar escrita no conselho afim. Se for da educação, no conselho da educação, se for da assistência, no conselho da assistência, né? E tem que estar toda regulamentada em termos documental, né? Ela tem que realmente comprovar que é uma entidade que presta um serviço de excelência, que presta realmente um serviço para a comunidade, que nada é cobrado, que é gratuito, a questão dos asilos, por exemplo, eles têm lá um percentual que eles podem cobrar até um volume de... idosos, enfim, a questão da educação eu imagino que deva ser por aí também, né? (Presidente do CMAS do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 04).

Perguntamos aos conselheiros se essas instituições recebem algum tipo recurso público. Os membros do CME não responderam diretamente a pergunta. Somente a Secretária que informou: “Isso acontece, né?” – Secretária do CME do município de Volta Redonda/RJ (SILVA, 2016, p. 10). O presidente do CACS-FUNDEB respondeu que acredita que sim, que recebam recursos tanto da iniciativa privada, quanto do Estado. O presidente do CMAS detalhou o recebimento desses recursos

públicos: “É, algumas entidades, sim, recebem recurso público, não só municipal, como federal e estadual, algumas entidades de Volta Redonda têm alguns convênios, né, do município, não só recursos financeiros como de pessoal e material” (Presidente do CMAS do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 04).

O CME alegou não fiscalizar nada que seja relacionado à filantropia, somente sobre questões pedagógicas, infraestrutura e higienização. E não somente das escolas filantrópicas, mas de todas as escolas do município de Volta Redonda/RJ. Somente o CMAS relatou que possui responsáveis por fiscalizar as instituições filantrópicas. As fiscalizações do CMAS são realizadas da seguinte forma:

O conselho é dividido em comissões, então aqui nós temos quatro comissões. Então, cada comissão tem o seu papel, tem a comissão de fiscalização da entidade, tem aquela de divulgação, enfim, então tem uma comissão já específica eleita no conselho que tem esse papel de fiscalizar as entidades mensalmente, e vai lá... É mensal, eles fazem uma visita junto com a equipe de monitoramento da secretaria da assistência, né, eles fazem lá a visita a entidade e essa visita ela não é agendada, né? Ela é surpresa, né? E... eventualmente, é assim que é feito, né? (Presidente do CMAS do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 05).

Sobre as dificuldades quanto a essa fiscalização o Presidente do CMAS respondeu que não existe nenhuma dificuldade e que, na sua opinião, as instituições filantrópicas deveriam receber um “tratamento melhor” do poder público. Essa é uma informação que nos leva a questionar como são realizadas, de fato, essas fiscalizações, já que o Presidente do CMAS (único órgão municipal que realiza essa fiscalização) acredita que tais instituições filantrópicas deveriam receber ainda mais recursos públicos, e ainda, deveria receber um “melhor tratamento” por parte do poder público, como relata:

Nunca tivemos problema algum, sempre tivemos, quando você chega, as portas estão sempre abertas, as entidades, muito pelo contrário, em Volta Redonda, são as entidades que prestam um trabalho realmente de excelência e acho que merecia até um tratamento até melhor em relação ao poder público... Melhor... em relação ao poder público, na verdade, eu penso assim, né? Porque realmente às vezes você vai, se depara com situações que o poder público não chega, e que elas estão ali presente e tem dificuldades, né? Porque hoje você sabe até a questão financeira não é fácil. Então você manter um órgão desses funcionando, atendendo, igual a gente vê aí, não é fácil não. Eu vejo o SOS lá, atende 200 crianças

em uma creche, integral, o dia inteiro, você vê que o recurso para disponibilizar para esse atendimento não é... então realmente isso é questão de... elogiável o trabalho desse pessoal (Presidente do CMAS do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 05).

As instituições filantrópicas de Educação Básica possuem conselheiros representantes somente no CMAS. O CACS-FUNDEB informou não possuir conselheiros representantes dessas instituições. O CME informou que este conselho não possui nenhum conselheiro representante de instituições. Questionamos o motivo dessa organicidade sem conselheiros institucionais do CME e as entrevistadas responderam, de forma confusa:

Porque o nosso Conselho ele não é representativo institucional, entendeu? Ele é um Conselho da cidade, então ele não é um Conselho onde existe representatividade das instituições, né? O Conselho de Educação, ele é Conselho da cidade. É representativo, né, então, por exemplo... É. Conselho institucional indica alguém, né, cada instituição... (Secretária do CME do município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 10).

Mas ele não é institucional, porque não.... Tem Conselhos que tem representantes de cada um... Ele representa a sociedade, não as instituições especificamente, entendeu? (Conselheira do CME do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 10).

Nenhum dos conselhos alegou receber informações do perfil socioeconômico dos alunos que frequentam essas instituições filantrópicas de Educação Básica. Somente o presidente do CMAS alegou que “acredita” serem crianças oriundas de famílias “carentes” e beneficiárias do Programa Bolsa Família, além de residirem próximo à escola. Mas essa foi uma suposição, pois o mesmo não possui acesso a essas informações. O SISCEBAS, como informamos no capítulo anterior, possui um cadastro de alunos bolsistas onde as escolas filantrópicas (somente as detentoras do CEBAS) necessitam preencher a renda per capita desses alunos. Todas as escolas também preenchem o CENSO escolar anualmente, porém neste cadastro não há espaço para o perfil socioeconômico da família atendida. Contudo, podemos analisar que, quando a escola filantrópica é somente conveniada, sem possuir o CEBAS, o governo (municipal, estadual e federal) não tem acesso ao perfil socioeconômico dos alunos atendidos por elas.

Perguntamos aos presidentes dos conselhos: Você acha que a população atendida na Educação Básica da rede pública é prejudicada pelo fato de existirem essas instituições filantrópicas de educação? Todos foram convictos em suas respostas de que não há prejuízo algum à população usuária da rede pública. Demonstraram ser a favor das parcerias público-privadas e ainda, incentivam o crescimento das instituições filantrópicas no município:

Não, muito pelo contrário, eu acho que as instituições complementam aquilo que a educação básica não consegue realizar, né? Na verdade, ela é um complemento, né? Ela ajuda, né? Porque na verdade hoje, na verdade, embora o município tenha um número de creches razoáveis, né, mas não consegue atender a totalidade e a necessidade da população, né? Então essas creches tem que suprir essas necessidades, né? E fazem realmente uma... e nós mesmos eventualmente estamos correndo atrás dessas entidades, para nos ceder uma vaga, essa é a realidade (Presidente do CMAS do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, 06).

Eu vejo que não. Até porque o número de instituições filantrópicas ele é muito pequeno, não é gente? Poderia até ter mais. A demanda é muito grande, então é só pra ajudar, né? Eu acho que quanto mais gente interessada, né, na causa pública, é melhor, né? A gente só tem a crescer. As parcerias, elas servem pra beneficiar, né, então de forma nenhuma... quanto mais, né? Melhor... como a gente acabou de dizer, é... eu penso que... quanto mais instituições puderem ser abertas, melhor pra nossa sociedade, pra comunidade de Volta Redonda, que a carência é muito grande, a demanda é enorme, como a Isabel acabou de dizer. Eu acho que o que puder vir no auxílio dessas pessoas... só é bom, né? (Presidente do CME do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 09).

Poderia até ter mais. Ajuda nunca sobra, né? A gente só vai somatizar e com isso, conquistar uma sociedade melhor, né? (Secretária do CME do município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 10).

Nunca é demais. Não prejudica de forma nenhuma, porque a demanda é muito grande, né? (Conselheira do CME do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 10).

Não, pelo contrário, pois as mesmas podem oferecer o serviço direcionado às pessoas certas (Presidente do CACS-FUNDEB do Município de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 01).

Com base nos dados coletados e analisados podemos concluir sobre os conselhos de controle social do município de Volta Redonda/RJ: CMAS, CME e CACS-FUNDEB, que esses espaços estão completamente dominados pela lógica capitalista e

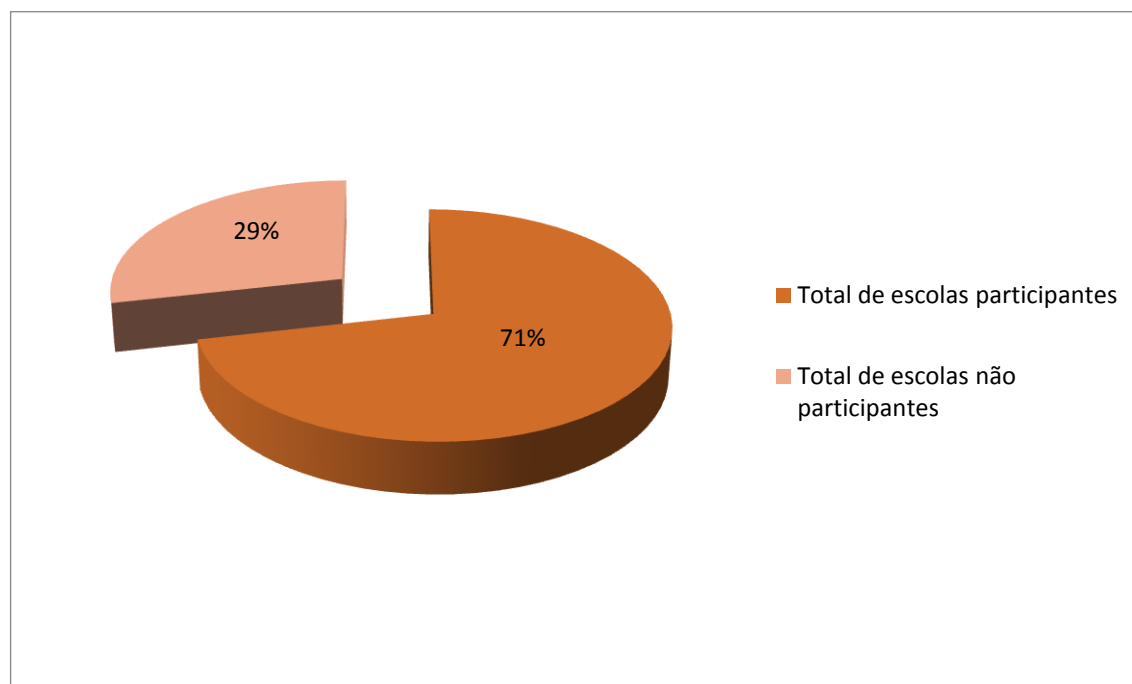
com isso não representam os interesses da classe trabalhadora e de toda população usuária dos serviços públicos. O senso comum tenta nos mostrar que os conselhos de controle social existem para fiscalizar os recursos e serviços realizados pelo setor público e pelas instituições filantrópicas. Porém, o que foi nos apresentado é que nenhum conselho (dos analisados) compreende de fato como deve ser essa fiscalização a favor da classe trabalhadora. Ao nosso entender, esses conselhos, ao contrário do que o senso comum nos mostra como aparente, representam os interesses da burguesia, a começar por sua composição. A compreensão por eles apresentada sobre as parcerias público-privadas é aquela que privilegia a ordem hegemônica instituída.

Todos os conselheiros entrevistados são a favor da parceria público-privada e enxergam como positivo o repasse de responsabilidade da execução dos serviços públicos para o setor privado e/ou filantrópico. Com esses serviços públicos sendo executados pelas instituições filantrópicas, a fiscalização da execução e do repasse dos recursos públicos, fica ainda mais difícil, como foi demonstrado nos relatos apresentados até aqui, e os conselhos de controle social se apresentam como coniventes com essa fiscalização rasa e superficial, para manter o senso comum consagrado pela ordem burguesa.

4.3. A GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE VOLTA REDONDA/RJ.

O Município de Volta Redonda/RJ atualmente, de acordo com os documentos do MEC e do FNDE, assim como os documentos apresentados pela SME e SMAC, possui 09 escolas filantrópicas, sendo 3 conveniadas, 3 com o CEBAS e 3 com ambos os títulos (convênio e CEBAS). Destas 09 escolas filantrópicas, conseguimos a participação de 07 delas nessa pesquisa, ou seja, mais de 70% do nosso universo, como mostra o gráfico 05.

Gráfico 5: Percentual de escolas filantrópicas de Volta Redonda/ RJ participantes da pesquisa – 2016



Fonte: Dados coletados pela autora

Um aspecto observado dentre as instituições filantrópicas (conveniadas e com CEBAS) é que a maioria delas possui uma entidade Mantenedora para várias entidades Mantidas, ou seja, o CNPJ que possui o título de filantropia é o da entidade Mantenedora (ou Matriz), e as escolas de Educação Básica são as Mantidas por essas Mantenedoras. Essa é uma forma de agregar mais subvenções e isenções de impostos, pois a partir do momento que uma entidade mantenedora possui o título de filantropia, ela pode “obter” várias mantidas sob esse CNPJ, em vários lugares do país e em diversas políticas sociais (saúde, educação e assistência). Veja essa relação em Volta Redonda, no Quadro 02.

Quadro 2: Relação dos nomes de Mantenedoras e Mantidas de Educação Básica de Volta Redonda/ RJ – 2016

Entidade Mantenedora	Entidade Mantida
1. Associação Promocional Entre Nós – APEN	Colégio Nossa Senhora do Rosário
2. Fundação CSN para o Desenvolvimento Social e Construção da Cidadania	Escola Técnica Pandiá Calógeras
3. Fundação Educacional Rosemar Pimentel	Colégio de Aplicação – CAP UGB
4. Serviço de Obras Sociais – SOS	Centro de Educação Infantil – Creche escola Hotelzinho SOS
5. Associação Beneficente Evangélica de Volta Redonda – ABEVR	Lar Maria Isabel
6. Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Volta Redonda – APMI	Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Volta Redonda – APMI
7. Lar Espírita Irmã Zilá	Lar Espírita Irmã Zilá
8. Lar e Escola Recanto das Crianças	Lar e Escola Recanto das Crianças
9. Creche Comunitária Santa Cecília	Creche Comunitária Santa Cecília

Fonte: Dados coletados pela autora (2016)

Outro aspecto é a ligação que essas mantenedoras possuem com certas religiões, empresas e universidades privadas de grande porte. Tais informações não foram ditas diretamente nas entrevistas, mas foram visivelmente observadas durante a pesquisa de campo. Isso nos remete que por meio da filantropia as grandes empresas e as religiões se beneficiam com um marketing social atrelado à atividade filantrópica desenvolvida. São elas:

Quadro 3: Entidades ligadas à Mantenedora – 2016

Entidade Mantenedora	Entidades as quais são ligadas (direta ou indiretamente):
1. Associação Promocional Entre Nós – APEN	Congregação Religiosa da Igreja Católica
2. Fundação CSN para o Desenvolvimento Social e Construção da Cidadania	Empresa CSN
3. Fundação Educacional Rosemar Pimentel	Centro Universitário Geraldo Dibiase (UGB)
4. Serviço de Obras Sociais – SOS	Serviço de Obras Sociais – SOS em âmbito nacional
5. Associação Beneficente Evangélica de Volta Redonda – ABEVR	Igreja Evangélica
6. Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Volta Redonda – APMI	-----
7. Lar Espírita Irmã Zilá	Religião Espírita
8. Lar e Escola Recanto das Crianças	-----
9. Creche Comunitária Santa Cecília	Paróquia da Igreja Católica

Fonte: Dados coletados pela autora

Consideramos algumas informações muito importantes, coletadas na SME e na SEEDUC, em relação à ficha de cadastro das entidades filantrópicas no CENSO escolar 2015 apresentada a seguir:

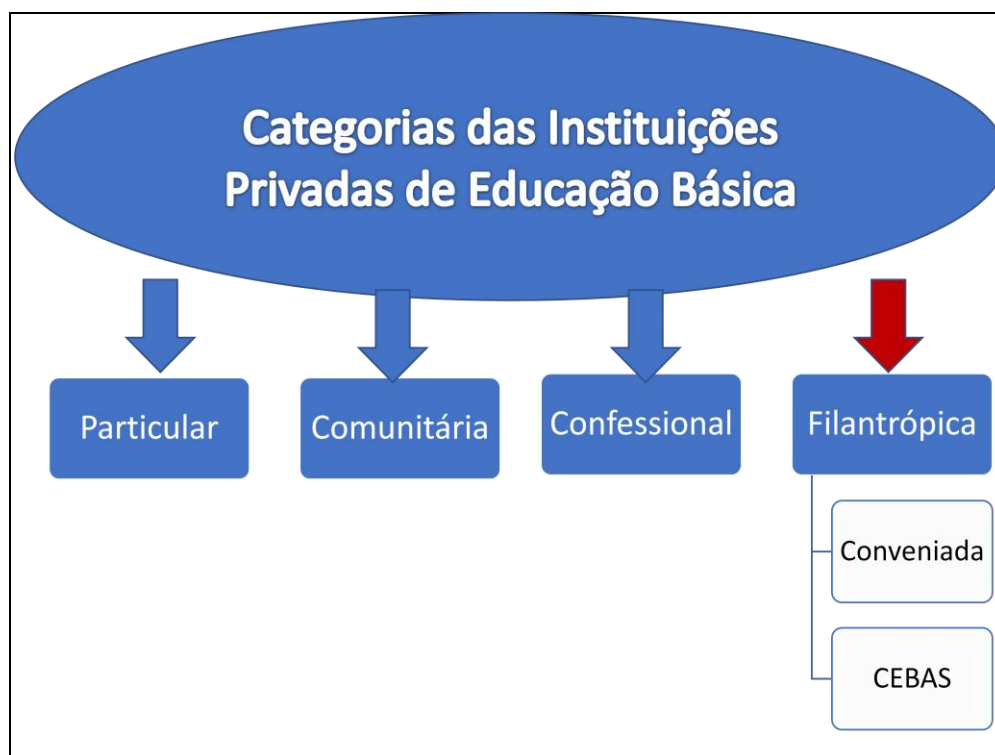
Em relação ao recurso financeiro do FUNDEB, de acordo com as respostas dadas pelo CACS-FUNDEB e pela SME, somente o Lar espírita Irmã Zilá e o Lar e Escola Recanto das Crianças recebem esse recurso. Ou seja, das 09 escolas filantrópicas, somente duas recebem recursos financeiros direto (em dinheiro) do setor público. As outras 04 escolas conveniadas não recebem recurso financeiro do FUNDEB, mas recebem recursos humanos, ou seja, funcionários públicos vinculados à Prefeitura Municipal que são redirecionados a essas escolas (Professores, Diretores, Orientadores Pedagógicos e Educacionais, Auxiliar de Serviços Gerais etc.).

Todas as seis escolas filantrópicas conveniadas (ou seja, exceto aquelas que possuem somente o CEBAS) recebem recursos materiais do setor público municipal (uniforme, material didático e merenda para os alunos).

Ainda sobre a figura 04, em relação à localização da escola, questionada no item 21, todas marcaram ser de zona urbana. Sobre o item 22 “Categoria da escola privada”, elas tinham as seguintes opções: Privada; Comunitária; Confessional; Filantrópica. Observamos que todas marcaram ser “Filantrópica”. Um aspecto interessante neste item 22, é que a Creche Comunitária Santa Cecília tem em seu nome o termo: “Comunitária”, mas não se considera assim para o CENSO escolar. Assim como o Colégio Nossa Senhora do Rosário, o Lar Espírita Irmã Zilá e o Lar Maria Isabel (ABEVR), carregam em seu nome o caráter confessional das religiões católica, espírita e evangélica respectivamente, porém para o CENSO escolar não se autoconsideraram na opção “Confessional”.

Após os dados dessa ficha cadastral e as informações já apresentadas no capítulo anterior em relação às escolas confessionais, comunitárias e filantrópicas, chegamos a seguinte conclusão de categorização das escolas privadas nomeadas pelo CENSO escolar 2015, conforme a Figura 5.

Figura 5 Categorização das escolas privadas de acordo com o CENSO – 2015



Fonte: Dados coletados pela autora

No item 22a da ficha: *Conveniada com o setor público*: [] Estadual; [] Municipal, todas as seis escolas filantrópicas conveniadas marcaram a opção *Municipal*. Já as outras três escolas filantrópicas que possuem somente o CEBAS deixaram essa questão em branco.

O item 23 da ficha questiona a origem da Mantenedora da escola privada (podendo assinalar mais de uma opção, se for o caso). As opções, como mostra a figura 04, são:

- Empresa, grupo empresarial do setor privado ou pessoa física;
- Instituições sem fins lucrativos;
- Organização Não Governamental – Internacional ou Nacional, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)

- Sindicatos de Trabalhadores ou patronais, associações, cooperativas;
- Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, outros)

Neste item 23, três escolas deixaram em branco (aquelas que não possuem o CEBAS); duas escolas (Escola Técnica Pandiá Calógeras e CAP-UGB) marcaram a opção: “Empresa ou grupo empresarial do setor privado ou pessoa física”. As demais escolas marcaram a opção: “Instituições sem fins lucrativos”. Um aspecto relevante nesta questão é que o Colégio Nossa Senhora do Rosário é considerado uma escola privada com um custo da mensalidade em torno de R\$800,00 e possui mais de 700 alunos matriculados. Mesmo assim tal escola marcou a opção “Instituição sem fins lucrativos” e nunca foi autuada ou notificada por nenhum órgão fiscalizador.

Sobre o CNPJ da mantenedora principal e da escola privada, perguntado nos itens 24 e 25 da ficha, a SME não aceitou divulgar tal informação das entidades, pois alegou ser de caráter sigiloso. No item 26, todas as escolas marcaram que possuem regulamentação e autorização no conselho ou órgão municipal, estadual ou federal de educação.

No item 27, no qual é questionado se a *Unidade é vinculada à escola de Educação Básica ou unidade ofertante de Ensino Superior*, todas marcaram a opção “Não”. Porém, o CAP-UGB tem em seu próprio nome a unidade de ensino superior Centro Universitário Geraldo Di Biasi (UGB), e marcou não estar vinculada a ele.

Dentre todas as contradições encontradas devemos considerar aquelas referentes às respostas dadas na ficha de cadastramento das instituições filantrópicas no CENSO escolar, questionamos: Quem fiscaliza ou deveria fiscalizar esse cadastro das instituições filantrópicas do CENSO Escolar? No município de Volta Redonda/RJ constatamos que nem o CME e nem a SME fiscalizam ou entram nesse mérito sobre a filantropia no âmbito educacional. Em relação à SEEDUC, por terem se negado a participar da pesquisa, não podemos afirmar qual o seu papel sobre tal fiscalização. Mas o que observamos é que, em alguns casos, podem ter havido equivocados

preenchimentos da ficha de cadastro nacional (proposital ou não), mas que não são questionados pelos órgãos públicos competentes.

De acordo com o Plano Municipal de Educação (PME) de Volta Redonda/RJ divulgado pela SME em 2015, o município em 2015 teve 97 escolas de Educação Infantil, sendo 59 unidades públicas e 38 privadas, destas privadas 06 são conveniadas. De acordo com o FNDE (2015), o total de crianças matriculadas na rede privada de ensino na Educação Infantil, em 2015, foi de 2.834 crianças, de um total de 12.220 crianças matriculadas em toda Educação Infantil do Município. Dessas 2.834 crianças da rede privada, 433 crianças estavam matriculadas nestas *escolas conveniadas* em 2015, ou seja, 3,5% das matrículas total do município. Na Tabela 01, pode-se verificar a distribuição destas matrículas nas escolas conveniadas.

Tabela 1: Número de matrículas nas escolas conveniadas de Volta Redonda/RJ, por instituição – 2015

ESCOLA CONVENIADA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚMERO DE MATRÍCULAS EM 2015
ABEVR – Lar Maria Isabel	85
APMI	41
SOS – Creche escola Hotelzinho	95
Creche Comunitária Santa Cecília	56
Lar e escola Recanto das Crianças	92
Lar Espírita Irmã Zilá	64
Total	433

Fonte: Adaptada do FNDE (2015)

De acordo com os dados repassados pela SME na pesquisa de campo, em 2016 as escolas conveniadas ofereceram (até o momento da pesquisa – agosto de 2016) um total de 443 matrículas na educação infantil em Volta Redonda/RJ. Isso significa que o número de matrículas em 2016, relacionado a 2015, aumentou cerca de 2,3% nas escolas conveniadas.

Um aspecto importante encontrado no PME de Volta Redonda/RJ é que dentre as 19 metas pré-estabelecidas para Educação Infantil, para serem cumpridas entre 2015 – 2024 no município, em nenhuma delas é mencionado o termo “escola conveniada”. Porém, na meta 06, o PME coloca: “Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS) na área de educação com a expansão da oferta na Rede Escolar Pública” (PME, 2015). Isso demonstra que os próprios profissionais de educação do município, responsáveis pela elaboração do PME, aceitam e preveem a permanência da parceria público-privada para educação infantil no município e entendem como expansão do ensino público. E ainda, os profissionais da educação, que foram os responsáveis por elaborar o PME, não possuem conhecimento sobre a diferença entre “escola conveniada” e “escola com o CEBAS”, pois, das 06 escolas conveniadas de Educação Infantil citadas, apenas 03 delas possuem o dito certificado de “Entidades Benéficas de Assistência Social”, como menciona o PME. Ou seja, pelo próprio PME, por não mencionarem as escolas somente conveniadas, já estariam excluindo de suas metas a permanência da parceria com 03 das escolas (Lar e escola Recanto das crianças; APMI e Creche Comunitária Santa Cecília) que não possuem o CEBAS. Nesta meta, os profissionais apresentam uma contradição, ou um mero desconhecimento dos títulos que as escolas filantrópicas podem adquirir (conveniadas ou CEBAS). E ainda, se de fato quisessem excluir as escolas conveniadas, existiria uma discordância tanto da Secretária Municipal de Educação quanto do Secretário Municipal de Assistência Social, assim como dos dois conselhos municipais (CMAS e CME), pois estes mencionaram: ser de extrema importância a permanência e os serviços dessas instituições conveniadas. Dessa forma, entendemos que os profissionais de educação, responsáveis por elaborar o PME, também não conseguem reconhecer (assim como os secretários e os membros dos conselhos, como já foi divulgado no capítulo anterior) a diferença das instituições filantrópicas: conveniadas e com CEBAS, mas apoiam a parceria público-privada no atendimento à educação infantil pelas instituições filantrópicas.

Para descrever a engenharia institucional das parcerias público-privadas estabelecidas entre instituições filantrópicas de educação básica e o Estado no município de Volta Redonda/RJ além das entrevistas realizadas com as Secretarias

e com os Conselhos citados anteriormente, foram realizadas também duas entrevistas semiestruturadas com os gestores das escolas conveniadas: Serviço de Obras Sociais (SOS) – Creche Escola Hotelzinho – e Lar Espírita Irmã Zilar, e além dessas duas entrevistas, aplicamos questionários abertos (com perguntas semelhantes àquelas abordadas nas entrevistas semiestruturadas) com gestores de outras três escolas conveniadas: Lar e escola Recanto das crianças; Creche Comunitária Santa Cecília e Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Volta Redonda (APMI). Informamos que os questionários foram aplicados a essas instituições, pois estes gestores não autorizaram a entrevista gravada para a pesquisa, apenas aceitaram participar respondendo o questionário por escrito. Somente uma escola, das seis conveniadas, a Associação Beneficente Evangélica de Volta Redonda (ABEVR) – Lar Maria Isabel – não aceitou participar da nossa pesquisa, e não mencionou o motivo.

As seis escolas conveniadas do Município de Volta Redonda/RJ oferecem o serviço de Educação Infantil, e de forma gratuita (creche e pré-escola). Todas recebem algum tipo de recurso, seja ele financeiro (FUNDEB), humano (funcionários da Prefeitura) e/ou material (material didático, uniforme e merenda escolar).

As escolas filantrópicas de Educação Básica de Volta Redonda/RJ que possuem o CEBAS são: Associação Promocional Entre Nós (APEN) – Colégio Nossa Senhora do Rosário; Fundação CSN – Escola Técnica Pandiá Calógeras; Fundação Educacional Rosemar Pimentel – Colégio de Aplicação UGB; Associação Beneficente Evangélica de Volta Redonda (ABEVR) – Lar Maria Isabel; Serviços de Obras Sociais (SOS) – Creche escola hotelzinho; e Lar espírita Irmã Zilá.

É importante ressaltar que as três últimas são detentoras dos dois títulos (CEBAS e convênio) e oferecem somente o serviço de Educação Infantil. As três primeiras instituições citadas, que não possuem o convênio, oferecem desde a Educação Infantil até o Ensino Médio e estão ligadas a grandes instituições (religiosas, empresariais e universitárias) como foi dito anteriormente. A quantidade de matrículas que essas instituições com CEBAS tiveram em 2015 foram:

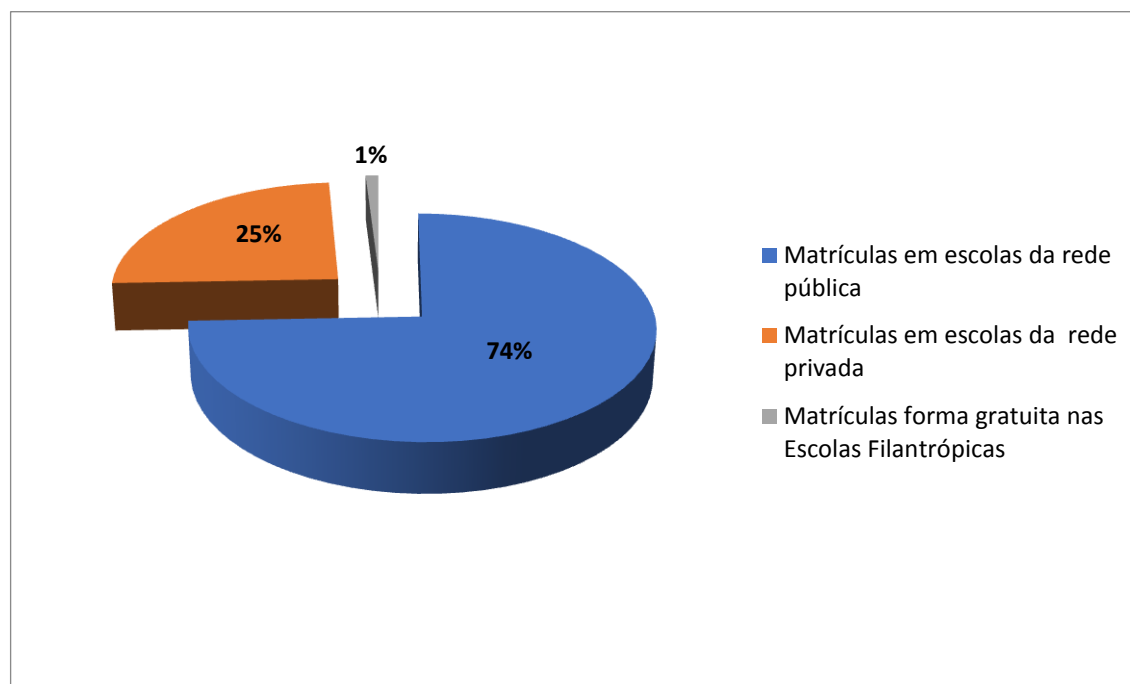
Tabela 2: Número de matrículas das escolas com CEBAS em Volta Redonda em 2015, por instituição - 2016

ESCOLA COM CEBAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM VOLTA REDONDA	NÚMERO DE MATRÍCULAS EM 2015	NÚMERO ESTIMADO DE MATRÍCULAS GRATUITAS OU BOLSAS DE 100% EM 2015
APEN – Colégio Nossa Senhora do Rosário	749	75
Fundação CSN– Escola Técnica Pandiá Calógeras	810	60
CAP UGB	625	60
ABEVR – Lar Maria Isabel	85	85
SOS – Creche Escola Hotelzinho	95	95
Lar Espírita Irmã Zilá	64	64
Total	2428	439

Fonte: Dados coletados pela autora

Se levarmos em consideração o número total de alunos que estudaram de forma gratuita em todas as instituições filantrópicas de Educação Básica de Volta Redonda/RJ (conveniadas e com CEBAS), referentes às Tabelas 1 e 2, esse número estaria em torno de 620 alunos em 2015. De acordo com CENSO escolar 2015, Volta Redonda/RJ teve um total de 62.120 alunos matriculados em toda a Educação Básica (incluindo Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Especial e EJA). Sendo assim, menos de 1% dos estudantes estavam matriculados, de forma gratuita, em escolas filantrópicas em 2015, como mostra o Gráfico 06.

Gráfico 6: Percentual de Matrículas na Educação Básica de Volta Redonda/RJ em 2015 por domicílio – 2016



Fonte: Dados coletados pela autora

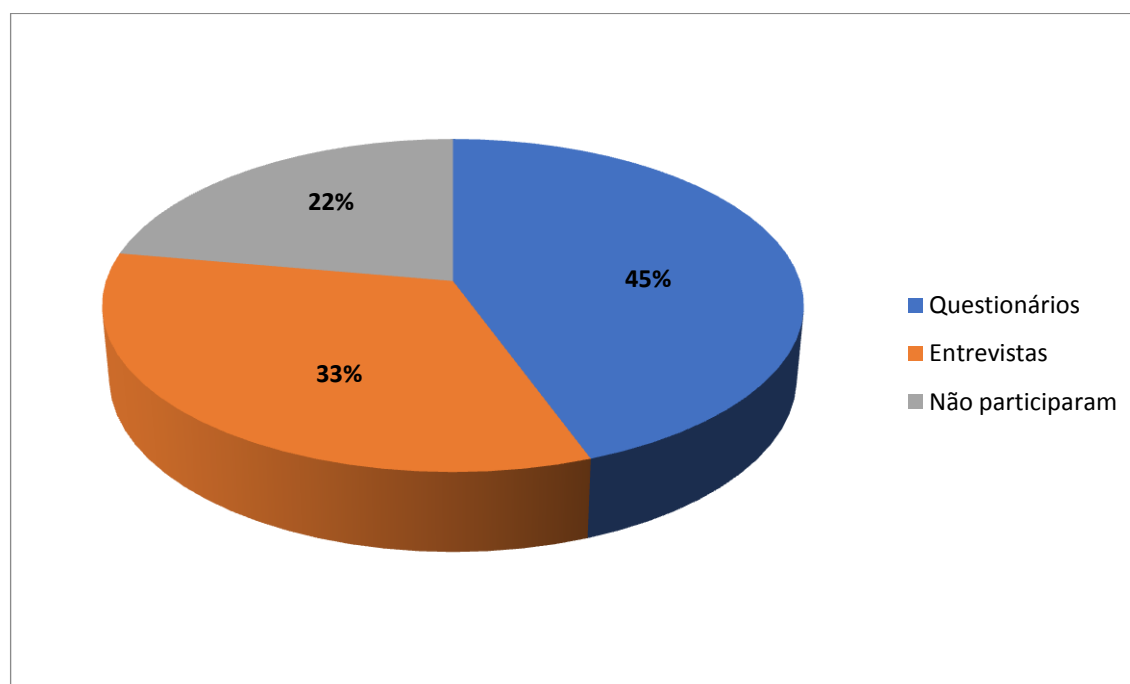
Então, por qual motivo o senso comum averbado pelos secretários, conselheiros e gestores sinaliza que as instituições filantrópicas são de grande importância para o atendimento da Educação Básica em Volta Redonda/RJ? Como comprovamos acima, não é por compreenderem um número significativo de matrículas “que ajudam” o poder público no atendimento da população usuária dos serviços, como relatam os sujeitos entrevistados. Diante de tantas isenções, imunidades e subvenções, explicadas no capítulo 3, o real motivo talvez seja o incentivo à iniciativa privada, o desmanche dos serviços públicos gratuitos e dos direitos sociais além do fortalecimento dos capitalistas em detrimento da classe trabalhadora. Mas, essa hipótese, pretendemos confirmar até o final desta pesquisa.

Para Bardin (2011), esta pré-análise, antes da análise final dos conteúdos, possui três dimensões: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração dos indicadores que fundamentam a interpretação final” (BARDIN, 2011, p. 125). Esses fatores de análise não estão, necessariamente, nesta ordem, mas estão diretamente interligados. A pré-análise dos dados tem por objetivo a organização dos documentos e das ideias,

e é composta por atividades não estruturadas, abertas, em oposição à exploração sistemática dos documentos e dados.

Além das entrevistas e questionários aplicados aos secretários da gestão pública municipal e aos membros dos conselhos de controle social do município de Volta Redonda/RJ, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários com os gestores (diretores, presidentes, vice-presidentes e secretários) das instituições filantrópicas de Educação Básica de Volta Redonda/RJ. Foram 07 instituições analisadas, das 09 instituições filantrópicas de Educação Básica existentes em Volta Redonda.

Gráfico 7: Percentual de Instituições Filantrópicas de Educação Básica de Volta Redonda/RJ por participação na pesquisa – 2016



Fonte: Dados coletados pela autora

Nas 03 entrevistas realizadas, os diretores e presidentes solicitaram no ato da entrevista que outras pessoas da gestão pudessem participar, para lhes auxiliarem nas respostas. O diretor da Escola Técnica Pandiá Calógeras, o Sr. Rogério Paiva Lima, solicitou que sua assistente administrativa: Sra. Débora Eunice Maciel e o Supervisor da escola: Sr. Aldo Fernandes Cardoso, participassem da pesquisa. Já na escola Irmã Zilá, a presidente da instituição, Sra. Eliana Itaboraí Ferreira, que aceitou

participar da entrevista em nosso primeiro contato, solicitou que seu vice-presidente: Sr. Airton José Gomes participasse. E por fim, o presidente da instituição SOS, Sr. Alcides do Vale Pereira, que também aceitou participar da entrevista logo no nosso primeiro contato, solicitou que a secretária da instituição, Sra. Lúcia Helena dos Santos, pudesse lhe auxiliar e responder algumas questões da pesquisa.

As outras 4 gestoras que não aceitaram participar da entrevista gravada e optaram em participar da pesquisa em forma de questionário, são: Sra. Érica Zambrone Machado – Secretária da APMI; Sra. Cristina Cunha – Diretora do Lar Recanto das Crianças; Sra. Ivani Helena Trambroni Alves – Diretora Geral da Creche Comunitária Santa Cecília; Sra. Irmã Divina de Moraes – Diretora do Colégio Nossa Senhora do Rosário. Duas delas nos responderam o questionário de forma digitalizada e enviado por e-mail e duas nos responderam de próprio punho e nos entregaram em mãos.

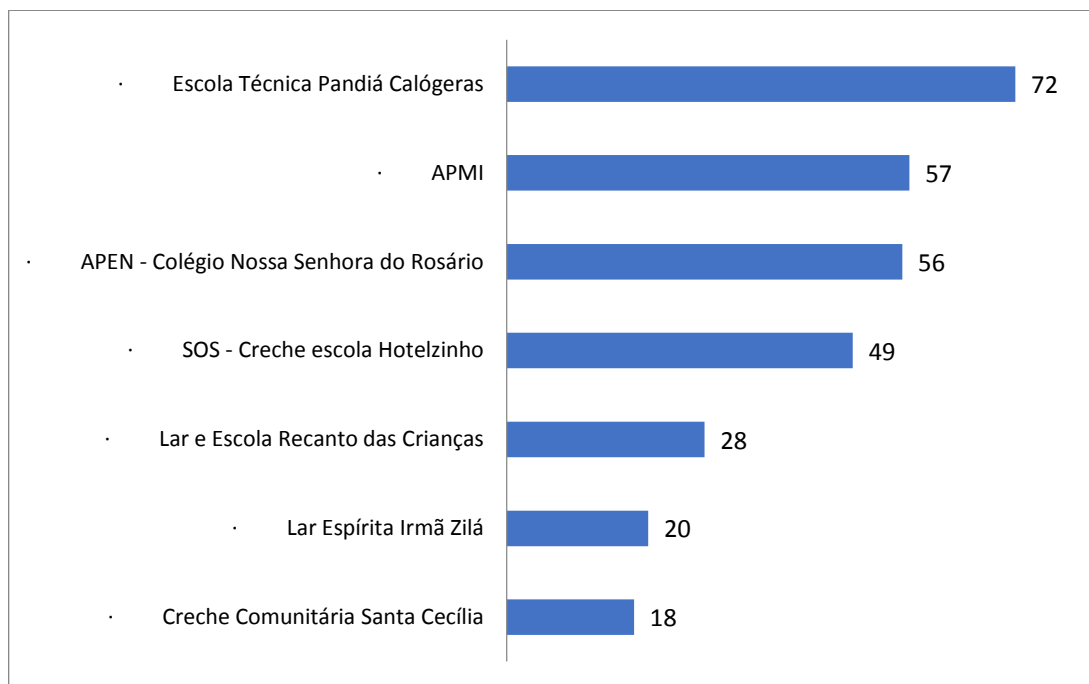
Dos 07 gestores entrevistados, 06 possuem Ensino Superior completo e 01 possui Ensino Médio completo. Em relação ao tempo que ocupam seus cargos de gestão, esse período variou entre 03 anos a 12 anos de gestão. O tempo de existência dessas instituições em Volta Redonda/RJ variou entre 18 anos e 72 anos. A instituição mais velha é a Escola Técnica Pandiá Calógeras, de 72 anos de existência, que sempre esteve vinculada a empresa CSN (que hoje tem 75 anos de existência).

A criação dessas instituições foi, em sua maioria, na década de 1960 e na década de 1990. É preciso levar em consideração que a criação destas instituições filantrópicas coincidiu exatamente com o período da crise do modo de produção fordista (década de 1960) e também com o período de Reforma do Aparelho do Estado, adotando um modelo gerencialista na década de 1990, quando houve um grande incentivo em relação às parcerias público-privadas no país, abordado no capítulo 2 deste trabalho.

Outro fato interessante, identificado na pesquisa empírica, foi o período pelo qual essas instituições obtiveram o título de filantropia. De acordo com os dados coletados, 05 instituições já possuem, desde sua fundação, o título de filantropia, e 02

instituições requereram o título de filantropia entre 2008 e 2009, período em que o modelo capitalista passava por mais uma crise em âmbito mundial.

Gráfico 8: Número de anos de existência das Instituições Filantrópicas de Educação Básica de Volta Redonda/RJ – 2016



Fonte: Dados coletados pela autora

Todos os gestores responderam que gostam das atividades que realizam em seus cargos e, dentre essas atividades, citaram:

- Dirigir a Instituição de acordo com o Estatuto, regulamentações e Leis vigentes do país;
- Faz de tudo um pouco;
- Assinar documentações;
- Cuidar da parte pedagógica, da administração e financeiro da escola;
- Cuidar do relacionamento entre professores e alunos;
- Cuidar da infraestrutura;

- Gerenciar todas as atividades e manutenção da escola;
- Cuidar do processo operacional da escola;
- Dupla função – gerente e diretor da escola – gestão do negócio educação e ao mesmo tempo gestão do processo pedagógico;
- Manter a instituição em harmonia;
- Realizar uma gestão democrática;
- Criar oportunidades e capacitação docente;
- Admissão e demissão de funcionários etc.

Dentre todas as respostas emitidas pelos diretores, citaremos aqui duas delas (uma com CEBAS e uma conveniada). O diretor da Escola Técnica Pandiá Calógeras relatou sua total vinculação com o aspecto empresarial da CSN e relacionou seu papel de Diretor Escolar diretamente com gerencialismo, articulando o processo educativo a um negócio empresarial, mesmo sendo de caráter filantrópico. A diretora da escola conveniada e administrada pela Prefeitura Municipal de Volta Redonda/RJ, Lar Recanto das Crianças, apesar de também fazer menção ao gerencialismo ao relatar a questão da “qualidade”, cita a gestão democrática como uma de suas funções, enfatizando o papel da família, dos alunos e dos professores na gestão escolar:

Na ETPC, você tem que entender assim, que é diferente, um diretor regularmente ele cuida do processo operacional da escola, toda gestão da escola, aqui é um pouquinho diferente, porque a gente é gerente e diretor escolar, então, tem uma dupla função. Então, ele tem a gestão do “negócio educação” e ao mesmo tempo tem a gestão do processo pedagógico, apesar de eu ter abaixo de mim supervisores então, tem o Aldo, tem a Jaqueline, que desdobra mais o processo pedagógico, acompanha mais, mas a responsabilidade é minha, na verdade perante o MEC, a coordenadoria de Estado. Então, o papel do gestor na EPTC, é fazer cumprir a missão da Fundação gerando os resultados para que a gente tenha condições de reinvestir, porque como nós somos uma instituição filantrópica a gente não tem fins lucrativos, a gente diz, a gente tem superávit então, resultado positivo, o resultado positivo se converte em investimento, não é lucro (Diretor da Escola Técnica Pandiá Calógeras de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 03).

Um Diretor/Gestão atua em três áreas: *Administração: Mantendo a Escola dentro das normas do sistema educacional. *Numa gestão Democrática com a participação dos funcionários, pais, alunos e comunidade. Também mantendo a Instituição em harmonia e excelência em seus trabalhos sociais. *Supervisão Pedagógica: Qualidade de ensino, Projeto Pedagógico, Supervisão e Orientação Pedagógica e cria oportunidades e capacitação docente (Diretora do Lar Recanto das Crianças de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 01).

Perguntamos aos gestores qual o significado desse título de filantropia que possuem, tanto o CEBAS quanto o convênio. Percebemos que alguns não sabiam responder, outros ainda relacionam o título com a caridade e com a benevolência, mas a maioria relaciona o título aos benefícios fiscais que são atrelados a ele, como segue os relatos a seguir:

O Título da Escola Filantrópica Conveniada é um título definido por uma instituição que faz serviço social por generosidade às crianças, famílias e comunidade e que por sua vez recebe verba para se manter (Diretora do Lar Recanto das Crianças de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 01).

Na verdade é assim, o CEBAS, na minha compreensão, a tradução da sigla eu não gravei não, é um cancelamento do uso assistencial, na minha compreensão, eu li um pouco assim tive essa ideia, já tem um tempinho que eu que fechei o relatório (Diretor da Escola Técnica Pandiá Calógeras de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 04).

O CEBAS, não sei te explicar agora com palavras, mas posso chamar a secretária para te explicar melhor. E também sei que é um documento que a gente preenche aí, um órgão, uma instituição aí. E, diga-se de passagem, dá um trabalho desastrado para a gente preencher isso e mandar para lá, para poder receber o documento hábil para a gente funcionar. É isso mesmo? (Diretor do SOS de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 07).

É uma creche comunitária que mantém um convênio com a PMVR/SME (Diretora Geral da Creche Comunitária Santa Cecília de Volta Redonda, 2016, p. 01).

É um título de filantropia (Diretora da APEN/ Colégio Nossa Senhora do Rosário de Volta Redonda, 2016, p. 02)

CEBAS é a Certificação concedida pelo governo federal às entidades sem fins lucrativos, de educação, saúde ou assistência social. O CEBAS possibilita isenções das contribuições sociais, priorização de convênios com o poder público entre outros benefícios (Secretária da APMI de Volta Redonda, 2016, p. 01).

Algumas instituições analisadas alegaram que, além do CEBAS e do Convênio, possuem outros certificados como o título de utilidade pública federal; utilidade pública estadual e certificados de filantropia relacionados à Política de Assistência Social como, por exemplo, o certificado no CNAS e no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Tais títulos foram recebidos, pois essas instituições, além da Educação Básica, oferecem outras atividades que não são relacionadas à Educação Básica, no contra turno da escola. As atividades extras citadas foram:

- Acompanhamento de gestantes;
- Doação de enxovais para recém-nascidos;
- Aulas de Reforço;
- Capoeira;
- Atendimento com psicólogos;
- Projeto de Leitura;
- Aula de informática;
- Atividades religiosas (catequese, encontros de casais etc.);
- Distribuição de Cestas Básicas;
- Serviço de Albergue para imigrantes;
- Projeto sociocultural “garoto cidadão” para crianças e adolescentes encaminhados pelo CRAS que envolve aulas de música, esportes, teatro etc.;
- Curso profissionalizante “hotel escola”;
- Projeto “Vejo uma estrela” que engloba lazer, artesanato e aulas de reforço no contraturno da escola;

- Serviço de Asilo aos idosos;
- Projeto de apoio ao bolsista com doação de material e uniforme etc.

Voltando a certificação da filantropia relacionada à Educação Básica, questionamos o motivo pelo qual levou a instituição a requerer esse título. Alguns informaram que não foi uma “escolha” e sim uma imposição para que pudessem funcionar, mas não souberam explicar esse argumento. A diretora geral da Creche Comunitária Santa Cecília alegou que o título foi “oferecido” pelo poder público e que lhes trouxe muitas “facilidades”, por esse motivo se tornaram filantrópicos. A diretora da APEN/Colégio Nossa Senhora do Rosário informou que:

Na ocasião a gente já desenvolvia muitos projetos sociais e algumas casas já tinha o título de filantropia. Aí juntamos todas as atividades em um CNPJ Matriz e tivemos que nos adequar as regras da filantropia em todas as casas, inclusive no Rosário (Diretora da APEN/ Colégio Nossa Senhora do Rosário de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 02)

O diretor da Escola Técnica Pandiá Calógeras, vinculada à Fundação CSN, alegou não saber o motivo pelo qual a escola possui o CEBAS. Neste momento o diretor nos perguntou qual era a vantagem de ter o CEBAS, pois ele mesmo não tinha essa informação, somente o setor jurídico que funciona na cidade de São Paulo/SP.

A presidente da instituição Lar espírita Irmã Zilá fez uma comparação dos benefícios existentes em decorrência do CEBAS e do Convênio:

O CEBAS é um certificado que nos dá até direito a algumas isenções patronais, não é? Que é a cota patronal. A gente não paga porque o CEBAS exige a gente. E o convênio, a gente tem mais por conta do FUNDEB porque o FUNDEB tem umas normas que faz com que... Fala que a gente tem direito a fazer com a prefeitura um convênio que pode ser de duas formas. Tanto financeiro como por meio de serviço, que é o que a prefeitura faz com a maioria das instituições. Um convênio por financeiro, eles só fazem com a gente e com o Recanto. Agora, com SOS, com a APMI, com a escola lá da Vila Santa Cecília é um convênio que através dele mandam pessoal (Presidente do Lar Espírita Irmã Zilá de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 06).

Em relação ao convênio, percebemos uma contradição na fala do Diretor e da Secretária do SOS que seria o fato de eles entenderem que não são

conveniados com o poder público municipal por não receberem recurso financeiro do FUNDEB. Informam que nunca assinaram nenhum contrato com a prefeitura, e que não há nada por escrito. Ambos não compreendem que o recebimento de merenda, material escolar, uniforme escolar e ainda o desvio de um funcionário da Prefeitura para atender o SOS, seja configurado parte de um convênio com o poder público. Para eles, o convênio seria configurado somente se recebessem recursos financeiros. Porém, todos os órgãos públicos entrevistados (SME e SMAC), assim como os conselhos, informaram que o SOS é uma instituição conveniada e que recebe recursos materiais e humanos.

Sobre os responsáveis, dentro de cada instituição pesquisada, pela renovação dos certificados de filantropia; pelos convênios; pelas prestações de contas; pela emissão de relatórios e pelo atendimento às fiscalizações, cada instituição afirmou possuir uma equipe diferente para desempenhar tal função. Foram citados os seguintes profissionais:

- Contador;
- Diretor financeiro;
- Presidente;
- Secretária;
- Diretora escolar;
- Assistente Social;
- Departamento Jurídico.

Perguntamos aos gestores das instituições filantrópicas se os pais de alunos, os alunos, os professores e funcionários tem conhecimento de que aquela é uma instituição filantrópica, detentora do CEBAS ou conveniada. Todos responderam que sim, os funcionários pais e alunos sabem do título de filantropia da instituição. Alguns relatos de gestores foram:

Que eles sabem que é uma instituição filantrópica, eles sabem, agora que a gente é certificado do CEBAS talvez não, não é um termo que a gente usa muito. Eu só vim conhecer aqui, por isso que tem muita coisa que é novidade para mim ainda, ainda eu vou lendo, porque assim, esse é o primeiro relatório que eu fiz, na verdade eu não sei quanto tempo, que aí eu li o anterior, a gente teve que retificar os compromissos que estavam ali e preparar o projeto trienal do próximo triênio, aí fui ler, aí veio a mudança toda que saiu da assistência veio para a educação, aí eu fui ler toda a cartilha para eu entender tudinho sobre o CEBAS... então, para mim era novidade [...] Que é uma filantrópica sim, mas que é CEBAS não, que sabe que é filantrópica e por ser filantrópica nós temos uma regra a cumprir de bolsa, sabe também, que a gente tem um percentual a cumprir, de vez em quando a gente demonstra quanto que a gente têm, mas assim, o que que é essa certificação, o que ela implica, não (Diretor da Escola Técnica Pandiá Calógeras de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 08).

Não sei se sabem sobre o significado do CEBAS, mas sabem que é uma escola que oferece Bolsas de Estudos, inclusive a procura durante todo o ano é muito grande (Diretora da APEN/ Colégio Nossa Senhora do Rosário de Volta Redonda, 2016, p. 02).

Todos têm total conhecimento disto (Diretora do Lar Recanto das Crianças de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 01).

Nós tínhamos um cartaz aqui que falava, um cartaz não, uma placa. Nós éramos obrigados a ter uma placa aqui. Ficava pela porta aqui. Nós somos entidade filantrópica, exatamente porque por exigência do CEBAS a gente tinha que ter essa placa aqui. Acho que deve estar aqui fora ainda. Você perguntou os alunos e os pais (Secretária do SOS de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 15).

Os alunos e os pais, não é? Então, os pais, as tias, as funcionárias a gente chama de tias aqui porque são auxiliares infantis, elas podem até saber, mas quando você se refere a alunos, é difícil porque você pega umas criancinhas de 0 a 3 meses aí a 4 anos de idade, não têm noção de nada, aí não vai ter a noção disso que você acabou de perguntar [...] Os funcionários têm esse conhecimento, os pais também têm. Inclusive até lembrado para eles na reunião de pais, agora semana que vem já vamos ter uma reunião de pais aí, inclusive, e a gente sempre fala isso tudo (Diretor do SOS de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 07).

Sabem. Porque todo mês é uma luta para receber esse convênio (Presidente do Lar Espírita Irmã Zilá de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 07).

Os pontos positivos relatados pelos gestores, com relação ao título de filantropia, foram relacionados principalmente: ao recebimento de recursos públicos

e o atrelamento da instituição de Educação Básica às características da Política de Assistência Social. Dentre os aspectos positivos citados, podemos destacar:

- Oportunidade de realizar uma ação social;
- Recurso financeiro do FUNDEB para pagar os funcionários;
- Isenção da cota patronal do INSS;
- Supervisão constante da Prefeitura na instituição;
- A acomodação dos nossos alunos que finalizam a educação infantil para as escolas públicas;
- Isenção de impostos;
- Imunidades fiscais;
- Tanto a instituição quanto a prefeitura são beneficiados na assistência social;
- Recebimento de merenda escolar;
- Garantia de verba;
- Alinhamento da instituição no cumprimento do seu papel social;
- Concessão de Bolsas a alunos “carentes”.

Sobre os pontos negativos que o título de filantropia pode trazer às instituições, foram relatados os seguintes fatos:

Eu não consigo enxergar não... o que que tem de negativo? Se eu pudesse pensar, a única coisa que eu poderia pensar de negativo não é para a nossa organização, é no sentido de pensar assim, o que essa política pública? de fato se converte em benefício social? Então, se ele cumpre o papel então, não vejo nada negativo... agora se alguma intuição faz uso do benefício e não contempla e não conclui a sua contrapartida aí seria negativo para mim, que não é nosso caso, muito pelo contrário a gente está cima... eu estou aqui... no esforço que eu cheguei... aqui nós fazíamos 34 por cento da nossa receita sendo que o obrigatório é 20, nós

temos baixado isso um pouquinho porque estava meio difícil mesmo (Diretor da Escola Técnica Pandiá Calógeras de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 11).

A legislação só está dificultando para as escolas filantrópicas. Cada dia é uma exigência nova. Cada ano temos que nos ajustar ainda mais as regras. Essas regras nem sempre são favoráveis a nós. Muitos bolsistas e familiares, por exemplo, não dão valor ao benefício e não se dedicam, e não podemos fazer quase nada em relação a isso (Diretora da APEN/ Colégio Nossa Senhora do Rosário de Volta Redonda, 2016, p. 02).

Carência de Recursos (Secretária da APMI de Volta Redonda, 2016, p. 02).

O movimento financeiro muito alto. Material didático, manutenções, telefone, internet, luz, água... (Diretora Geral da Creche Comunitária Santa Cecília de Volta Redonda, 2016, p. 02).

Não. Acho que não (-tem nenhum aspecto negativo) porque acaba dando para a instituição os mesmos direitos de uma instituição pública, não é? O ruim só é que nosso dinheiro tem que passar pela prefeitura (Presidente do Lar Espírita Irmã Zilá de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 08).

Analisando as respostas dadas acima, identificamos algumas contradições dos gestores em relação aos recursos públicos e isenções recebidas como, por exemplo, a última fala da gestora do Lar Espírita Irmã Zilá, que preferiria receber o recurso público financeiro do FUNDEB direto para sua instituição, sem antes ter que passar pela prefeitura, para evitar a morosidade no repasse. A gestora da Creche Comunitária Santa Cecília informa que possui muitos gastos como a merenda escolar, sendo que o poder público informou em nossas entrevistas que a instituição recebe esse benefício da prefeitura. A instituição alegou ter gastos com água e luz, sendo que muitas instituições cadastradas no CMAS têm essas despesas arcadas pela própria prefeitura. A diretora da APEN/ Colégio Nossa Senhora do Rosário apresenta queixas em relação aos alunos bolsistas e não compreende que a Bolsa é um direito do aluno e não uma benesse feita pela instituição.

Sobre as atividades que as instituições filantrópicas de Educação Básica devem realizar em troca do título de filantropia, a maioria respondeu: realizar atendimentos e serviços gratuitos; emissão relatórios de atividades; concessão de bolsas de estudos; prestação de contas; estar de acordo com as exigências legais para desenvolvimento das atividades educativas.

Questionamos se a instituição recebe algum tipo de recurso público, e obtivemos as seguintes respostas: isenções e imunidades de impostos; verba federal do FUNDEB; isenção da cota patronal do INSS; o “empréstimo” de professores da prefeitura; a merenda escolar; Isenção do ICMS; isenção de imposto sob transmissão; isenção de todos os impostos estaduais; isenção do SAAE (água) etc.

Perguntamos se existe alguma fiscalização, por qual órgão são fiscalizados e o que de fato fiscalizam. As respostas foram diversas, desde fiscalizações de órgãos municipais até órgãos federais, e também mencionaram os conselhos de controle social:

Sim. Da SMAC e SME. Realizam visitas sobre a parte pedagógica (SME) e se está tudo de acordo com as normas exigidas (Diretora Geral da Creche Comunitária Santa Cecília de Volta Redonda, 2016, p. 02).

Então, pela Secretaria de Educação, tem uma coordenadora, não é? Que vem todo mês fazer a inspeção. Confere os diários. Vê a frequência, não é? Da Secretaria de Educação. E também porque a gente recebe a merenda para as crianças, não é? Também vem uma fiscalização. E a assistência social não manda dinheiro, mas manda fiscalização. A gente, antes, precisava de mandar o relatório circunstanciado (-para o Ministério da Justiça). A partir desse ano, cancelaram o relatório circunstanciado. Não se manda mais. O MEC nunca veio aqui. Nesses convênios aí de vez em quando tinha uns caras (-do ministério da justiça) que vêm e cobram algumas pendências que ficam, não é? aí vem pessoalmente trazer a exigência da correção, tá? O ruim do fiscal é que ele vem na ferida, não é? Federal nunca veio não (Vice-Presidente do Lar Espírita Irmã Zilá, 2016, p. 08).

Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Assistência e Conselho Municipal da Criança (Secretária do SOS de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 18).

SME e SMAC. Fiscalizam a instituição como um todo (Secretária da APMI de Volta Redonda, 2016, p. 02).

Sim. SME (Secretaria de Educação): Visitas Periódicas da Supervisora Educacional, CME (Conselho de Educação): Renovação e autorização de funcionamento de 4 em 4 anos dando-nos parecer, SMAC (Secretaria de Assistência Social): Registro de autorização e filantropia (Diretora do Lar Recanto das Crianças de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 02).

Sim. MEC, CMAS, e federal: Ministério da Justiça e Receita Federal. São feitas pelos fiscais da prefeitura e do conselho. E do MEC temos que enviar os relatórios por escrito e eles avaliam os relatórios. Já olharam o

espaço físico, as atividades. O MEC pede os dados dos alunos bolsistas e seus responsáveis, como renda, por exemplo. Também pedem dados da instituição, dos funcionários, financeiro etc. (Diretora da APEN/Colégio Nossa Senhora do Rosário de Volta Redonda, 2016, p. 04)

Tem fiscalizado a gente, tivemos até recente uma fiscalização... acho que é o Ministério Público, que tem feito... Municipal que eu me lembre não. O município poderia, porque tem uma parcela aqui, né? (Diretor da Escola Técnica Pandiá Calógeras de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 14).

Eu sei que há uns anos atrás tinha muita fiscalização aqui com relação a bolsas, eu lembro que tinha, não sei quem... Pegava os envelopes para conferir, para ver negócio de renda (Auxiliar administrativo da Técnica Pandiá Calógeras de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 14)

Sobre as dificuldades que as instituições possuem em manter os títulos de filantropia, muitas alegaram que não possuem dificuldade alguma. Outras relataram que o número de Bolsas de Estudos estabelecido é muito alto e que a legislação tem dificultado cada vez mais a manutenção do título. Uma das instituições respondeu que as dificuldades já se tornaram rotina, por isso deixaram de ser dificuldades. Uma instituição, que recebe os recursos financeiros do FUNDEB pelo convênio, afirmou que a única dificuldade é o repasse da verba em relação à prefeitura. Ou seja, no geral, pela análise feita até aqui, as parcerias público-privadas geram poucas dificuldades para as instituições filantrópicas e, em alguns relatos, até incentivam o setor privado (ou filantrópico) a assumirem o exercício das políticas sociais, que deveriam ser realizadas pelo Estado.

Perguntamos se algumas delas já pensaram em desistir do título de filantropia e da parceria com o setor público. As respostas foram:

Não. O CEBAS a gente não pode desistir porque... E o convênio também não porque é onde dá dinheiro (Presidente do Lar Espírita Irmã Zilá de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 10).

Sim. Por dificuldades financeiras (Diretora Geral da Creche Comunitária Santa Cecília de Volta Redonda, 2016, p. 01).

Não [...] É, porque se a gente não estiver com o CEBAS, é um monte de coisas que a gente não teria (Diretor do SOS de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 19).

Na época do Collor, para você ter uma ideia da importância desse documento, na época que o Collor, com a ministra dele, seguiu toda a

poupança, todo o dinheiro que estava investido em caderneta de poupança, tudo, ele seguiu também das instituições filantrópicas, ele seguiu de todo mundo. As instituições que tinham CEBAS conseguiram liberar o dinheiro. O SOS foi uma das primeiras a liberar o dinheiro, porque tinha CEBAS. Eles pediram CEBAS, aí o SOS tinha. Na época não era nem CEBAS, era CNAS, aí recebeu (Secretária do SOS de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 19).

Sim, as vezes (Diretora da APEN/ Colégio Nossa Senhora do Rosário de Volta Redonda, 2016, p. 04).

De jeito maneira. Porque ele (-o CEBAS) tem os objetivos conectados com os princípios da Fundação (Diretor da Escola Técnica Pandiá Calógeras de Volta Redonda/RJ, 2016, p. 15).

Dentre as instituições pesquisadas, 57% delas alegaram nunca terem pretendido deixar o título de filantrópica, 29% já pensaram em desistir do título em alguma ocasião, e 14% não responderam a pergunta. Porém, essas instituições que responderam “já ter pensado em desistir do título”, na pergunta seguinte: “pretendem manter o título de filantropia?”, 100% das instituições responderam que SIM. Dessa forma, podemos considerar que o título de filantropia e a parceria público-privada estabelecida, apesar das queixas, ainda é vantajosa às instituições privadas, por isso pretendem manter o título.

Todas as instituições pesquisadas têm, ou tiveram na última gestão, representantes conselheiros no CMAS e no CMDCA, e todas relataram que possuem uma boa relação com o CMAS e CME. Isso nos demonstrou uma relação de cordialidade e harmonia entre os conselhos de controle social e essas entidades. Mas deve-se ressaltar que o CMAS se colocou como o responsável por fiscalizar e acompanhar as instituições filantrópicas além das parcerias estabelecidas entre o setor público e o setor privado, e se a relação entre eles sempre foi harmoniosa, como relataram os gestores das instituições, os presidentes dos conselhos e os secretários municipais, significa que dificilmente existiu embates significativos nessa parceria que colocasse em dúvida as vantagens recebidas por ambas as partes.

Sobre a seleção dos alunos que serão atendidos por essas instituições, todos os gestores relataram que possuem seu próprio processo seletivo de bolsas de estudos, ou sua própria “chamada escolar”, independente do setor público. Sobre o

perfil socioeconômico desses alunos, os gestores alegaram que dão prioridade para famílias de baixa renda e que residem próximo à instituição. Também relataram que todos os alunos são cadastrados no CENSO escolar e no caso das instituições que possuem o CEBAS, os nomes dos alunos são enviados ao MEC, na planilha de prestação de contas ou pelo SISCEBAS.

Finalizando, questionamos aos gestores destas instituições se a população em geral tem acesso aos serviços prestados por suas instituições filantrópicas de Educação Básica e todos responderam que SIM, e ainda salientaram: a grande procura por seus serviços; as filas de espera para ter acesso aos serviços; a qualidade diferenciada em relação à educação pública; as parcerias que estabelecem com os CRAS; e que atendem às solicitações de vagas para alunos requisitadas ou canceladas por políticos, conselheiros tutelares e Ministério Público. Essa grande procura da população pelos serviços nas instituições filantrópicas, como relatou os gestores, se deve ao fato da disseminação que o senso comum promove de que tudo o que é privado é de melhor qualidade que o público. Com isso, reforça-se o aspecto do gerencialismo no setor público e a aprovação necessária para que aconteçam as parcerias público-privadas na Educação Básica.

Contudo, diante do exposto, percebemos que os gestores das Instituições Filantrópicas de Educação Básica, no geral, atrelam seu papel a um cargo gerencial da política de educação. Defendem a parceria público-privada e averbam que não pretendem deixar de ser filantrópicos devido às grandes vantagens que esse título lhes oferece. Também foi analisado a harmonia e elo que essas instituições filantrópicas possuem tanto com o setor público e com os conselhos de controle social. Todas recebem algum tipo de recurso público, seja ele direto (financeiro, material e humano), ou indireto, em forma de isenções e imunidades fiscais. As fiscalizações foram relatadas de forma confusa, tanto pelos gestores das instituições, quanto pelos secretários das políticas sociais e pelos conselheiros. Sendo assim, o título de filantropia serve para incentivar o repasse de responsabilidade estatal para iniciativa privada, baseados num senso comum de que os serviços oferecidos por eles são de melhor qualidade, atacando negativamente os serviços de educação básica

oferecidos pela rede pública, reforçando a lógica da Terceira Via e de que tudo o que é público é de má qualidade.

CONCLUSÃO

Baseando-nos nas categorias de Gramsci que foram utilizadas no decorrer desta pesquisa, percebemos que muitos de seus conceitos foram distorcidos pelos intelectuais orgânicos do capital para se adequarem às necessidades de formulação de um senso comum e para a manutenção do consenso e da hegemonia da classe dominante burguesa. O conceito de Estado é, muitas vezes, utilizado nos documentos legitimados da burguesia, como somente sociedade política; ou a máquina pública ou o governo em si, se distanciando do conceito de Estado Ampliado trazido por Gramsci. Baseado neste conceito de Estado, os intelectuais orgânicos do capital justificaram as crises fiscais e a falta de recursos públicos para os serviços sociais, principalmente, para realizarem a reforma do aparelho estatal a partir da década de 1990.

A Reforma do Estado no Brasil foi iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso; com planos de ações apresentados pelo ministro da ocasião Bresser-Pereira, norteados pela ideologia do neoliberalismo e, no Brasil, voltados para Terceira Via. Neste sentido, o Estado brasileiro apresentou uma série de estratégias de caráter gerencialista para executar os serviços públicos, e no âmbito das políticas sociais apresentou a estratégia de parceria público-privada.

Para obter o consenso, a classe dominante burguesa também deturpou o conceito de sociedade civil trazido por Gramsci. Trazem como parte da sociedade civil os movimentos sociais com bandeiras isoladas e distanciadas da luta de classes (classe trabalhadora *versus* classe burguesa) pautando-se muitas vezes em assuntos como: racismo, feminismo, pobreza, gênero etc. não abordando a exploração entre capital/trabalho. Isso enfraquece e fragmenta a classe trabalhadora e afasta as possibilidades de uma conscientização e organização de classe, fazendo com que as lutas sejam de interesses de pequenos grupos, guetos ou até individuais. Assim, o

capital e a classe hegemônica se fortalecem utilizando-se também dos aparelhos privados de hegemonia situados na sociedade civil.

Além desses movimentos sociais “isolados”, também podemos citar as Organizações Sociais Não Governamentais e instituições filantrópicas que, nesta deturpação do conceito de sociedade civil, fazem parte dela e aparecem como organizações sociais que lutam em prol de uma causa isolada, ou que representem uma ideia de “ajuda”, “voluntarismo”, “caridade” sem enfrentamento das causas da questão social, atuando somente nas suas consequências trazidas pela sociedade capitalista. Ou seja, essas organizações sociais ou filantrópicas não possuem ou não apresentam, propositalmente, discussões politizadas e econômicas sobre as mazelas que a sociedade capitalista traz à classe trabalhadora, não propondo uma consciência crítica em relação à luta de classes, atuando na execução de serviços sociais no intuito de minimizar as expressões da questão social, ou, por interesses próprios voltados para sua ascensão dentro da sociedade capitalista.

A visão gerencialista dos serviços públicos e o incentivo das parcerias público-privadas entre o setor público e as instituições filantrópicas na execução das políticas públicas se estendem até os dias atuais. Para obter a legitimação dessa parceria por meio do consenso, foi necessário um arcabouço legal dentro da sociedade política (legislativo, executivo e judiciário), além do apoio (muitas vezes alienado) da sociedade civil. Toda a trajetória de Leis favoráveis, apresentadas neste trabalho, em relação às instituições filantrópicas, só foi possível diante de uma realidade já instituída. Tais Leis só aparecem para regulamentar o que já está estabelecido de alguma forma, e nunca com o propósito de prejudicar os donos do capital e a ordem capitalista vigente.

No caso da Política de Educação, a estratégia de parceria público-privada se fará pelo acesso ao fundo público, que permite aos setores privados filantrópicos um mecanismo de utilização desse fundo sem que se tenha, de fato, o controle sobre esse movimento monetário e a natureza de tal dispêndio, como foi comprovado na pesquisa empírica. E ainda, é possível que esse recurso público, que corre paralelamente nesse “território obscuro”, seja tão ou mais representativo do que os próprios orçamentos que passam pelos fundos das escolas públicas.

Percebemos, ao analisarmos as respostas dos gestores das secretarias municipais de Volta Redonda/RJ, que nem a Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC) e nem a Secretaria Municipal de Educação (SME) realizam a fiscalização no que tange a filantropia das instituições educacionais, repassando essa responsabilidade para os conselhos municipais de controle social. Foi possível confirmar que a gestão pública municipal de Volta Redonda/RJ apoia a parceria público-privada na área de educação e ainda apresenta argumentos diretamente ligados ao gerencialismo e a ideia de que a esfera privada oferece um serviço de melhor qualidade do que a esfera pública. E ainda, desresponsabilizam o Estado quanto aos reflexos da questão social e a execução de políticas sociais de qualidade; naturalizam o repasse de obrigações estatais a esferas privadas; incentivam o crescimento das instituições filantrópicas, além do repasse de recursos públicos para as esferas privadas; contribuindo para a manutenção da ordem hegemônica burguesa.

Sobre os conselhos de controle social do município de Volta Redonda/RJ: CMAS, CME e CACS-FUNDEB, concluímos que esses espaços estão completamente dominados pela lógica capitalista e com isso não representam os interesses da classe trabalhadora e de toda população usuária dos serviços públicos. O senso comum tenta nos mostrar que os conselhos de controle social existem para fiscalizar os recursos e serviços do setor público e também das instituições filantrópicas. Porém, nenhum conselho (dos analisados) compreende de fato como deve ser essa fiscalização com base nos interesses da classe trabalhadora. Esses conselhos, ao contrário do aparente, representam os interesses da classe dominante. A ideia de parceria público-privada apresentada pelos conselheiros é aquela que privilegia os capitalistas. Os conselheiros entrevistados enxergam como positivo o repasse de responsabilidade da execução dos serviços públicos para o setor privado filantrópico. Com esses serviços públicos sendo executados pelas instituições filantrópicas, a fiscalização da execução e do repasse dos recursos públicos, fica ainda mais difícil e os conselhos de controle social se apresentam como coniventes com essa fiscalização superficial e não assumem de fato uma verdadeira fiscalização desses órgãos em favor da classe trabalhadora. Também devemos considerar que a composição desses conselhos é de membros indicados pelo Prefeito municipal, pelos

gestores das instituições filantrópicas e pelos secretários municipais, o que reforça uma fiscalização em prol dos interesses da classe hegemônica.

Em relação aos gestores das Instituições Filantrópicas de Educação Básica de Volta Redonda/RJ, eles obviamente defendem a parceria público-privada e não sinalizam que pretendem deixar de ser filantrópicos devido às grandes vantagens que esse título lhes oferece. Salientamos aqui a harmonia e elo que essas instituições filantrópicas possuem tanto com o setor público (secretarias municipais) quanto com os conselhos municipais de controle social. Todas as instituições filantrópicas de Educação Básica do município recebem algum tipo de recurso público, seja ele: financeiro, material, humano, isenções e imunidades fiscais. Sendo assim, o título de filantropia serve para incentivar o repasse de responsabilidade estatal para iniciativa privada baseados num senso comum de que os serviços oferecidos por eles são de melhor qualidade, atacando negativamente os serviços de Educação Básica oferecidos pela rede pública, favorecendo a lógica da Terceira Via de parceria público-privada e do gerencialismo que defende que tudo o que é público é de má qualidade.

As fiscalizações, no geral, acontecem de forma confusa e pouco eficiente. Os principais órgãos apontados para a fiscalização no que tange a filantropia das escolas foram o CMAS e o MEC. Tanto pelos gestores das instituições, quanto pelos secretários das políticas sociais e os conselheiros, que não souberam afirmar precisamente como são realizadas essas fiscalizações em relação ao recurso público destinado. Observamos que a SME e o CME que possuem a responsabilidade de fiscalizar, no mínimo, as atividades de educação desenvolvidas pelas escolas filantrópicas, acabam por desconhecer as legislações vigentes sobre a filantropia ou, simplesmente, alegam que não compete a eles tal fiscalização, repassando essa responsabilidade de um para o outro. No caso do MEC, um dos órgãos responsáveis pela fiscalização dos recursos e atividades, o “sistema on-line” de prestação de contas encontra-se em constante manutenção, não permitindo que tal fiscalização seja realizada. Portanto, a fiscalização fica direcionada quase que unicamente ao CMAS que possui conselheiros ligados diretamente à gestão das instituições filantrópicas.

Contudo, entendemos que não há interesse, por parte dos responsáveis representantes do Estado no Brasil, em fiscalizar tais instituições filantrópicas e o

destino dos recursos públicos. Isso se deve ao fato de tentarem, a todo custo, levar ao senso comum a ideia de má qualidade dos serviços públicos, principalmente os da política de educação, e construírem um consenso de que tais serviços quando executados pelos organismos privados possuem eficiência superior, justificando assim as parcerias público-privadas e a destinação de recursos públicos a esses organismos.

Comprovamos que o serviço de Educação Básica realizado pelas instituições filantrópicas de educação em Volta Redonda/RJ não possui relevância em relação à quantidade de alunos atendidos. Apesar do senso comum de que “as instituições filantrópicas ajudam o setor público a atender uma parcela significativa da população”, tal afirmativa não se comprovou na empiria da pesquisa realizada. Talvez o Estado não queira de fato atender a essa parcela da população e deixe propositalmente que esse serviço seja realizado pela iniciativa privada para assim disponibilizar os recursos públicos ao grande capital tornando-o cada vez mais dominante.

Conclui-se que o capitalismo sempre realiza manobras de consenso da classe trabalhadora acerca de conceitos ideais defendidos como fundamentais para organização e manutenção desta ordem vigente. Mas os reais interesses da classe hegemônica se escondem na manutenção de uma ordem que não fira seu Bem-estar. E é por meio, também da escola, sendo filantrópica ou não, que o Estado formará a classe trabalhadora com intelectual necessário para manter esse sistema que lhe interessa. A escola tem a função social de universalizar o conhecimento que a sociedade capitalista precisa, e se estrutura de acordo com os interesses da classe hegemônica, fazendo com que o discurso de uma escola realmente transformadora da realidade ainda não exista na prática.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **A disputa pelo intangível: estratégias gerenciais do capital na era da globalização.** In. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. Org. Ricardo Antunes. 1ª Ed. São Paulo: Biotempo, 2014

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. GEWANSZDNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisas quantitativas e qualitativas.** 2ª Ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANTUNES, Ricardo. A epidemia da Terceirização. _____. (org) In. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III.** São Paulo: Biotempo, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdos.** 1º Reimp. da 1º Ed. de 2011. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade.** Para uma teoria geral da política. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 5ª Reimpressão, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** 2º Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 03/03/2015.

_____, Decreto n. 525 de 1º de julho de 1938. **Institui o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país**

(CNSS). Brasília, DF, 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-525-1-julho-1938-358399-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10/06/16.

_____, Decreto n. 8.242 de 23 de maio de 2014. **Regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social.** Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2014/Decreto/D8242.htm. Acesso em: 04/05/2015.

_____, Decreto n. 7.237 de 20 de julho de 2010. **Regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.** Brasília, DF, 2010. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7237-20-julho-2010-607346-norma-pe.html>. Acesso em: 10/03/2015.

_____, Lei n. 8.662, de 13 de março de 1993. **Código de ética do Assistente Social.** Brasília, DF, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em 03/02/2017.

_____, Lei n. 91, de 28 de agosto de 1935. **Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública.** Brasília, DF, 1935. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/310665.pdf> Acesso em: 11/08/2016.

_____, Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diretrizes e bases da Educação Nacional.** Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 10/03/2015.

_____, Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.** Brasília, DF, 2005. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm. Acesso em : 12/03/2015.

_____, Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB**, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm . Acesso em: 05/10/2016.

_____, Lei n.12.101 de 27 de novembro de 2009. **Dispõe sobre a certificação sobre as entidades beneficentes de Assistência Social, Educação e Saúde**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12101.htm . Acesso em: 12/04/2015.

_____, Lei n. 12.868, de 15 de outubro de 2013. **Altera a Lei 12.101/09 e dá outras providências**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/Lei/L12868.htm . Acesso em: 12/04/2015.

_____, Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm . Acesso em: 10/10/2016.

_____, Norma técnica n. 853 de 2015. **Exposição de motivos para adoção de novas medidas de reformulação para cadastramento de entidades, requerimento de pedidos de concessão e renovação do CEBAS, e exames eletrônicos dos pedidos até 31 de julho de 2016, em virtude da continuidade da manutenção do SISCEBAS para reformulação e aprimoramento do desempenho**. Brasília, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17

[583-nota-tecnica-n-853-2015-cgcebas-seres&category_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192](http://www.mds.gov.br/cnas/resolucao191/2005). Acesso em: 16/09/2016.

_____, Resolução n.191 de 2005. **Institui orientação para regulamentação do art. 3º da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – LOAS, acerca das entidades e organizações de assistência social mediante a indicação das suas características essenciais.** Brasília, 2005. Disponível em: www.mds.gov.br/cnas/resolucao191/2005. Acesso em: 12/04/2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os primeiros passos da reforma gerencial do Estado de 1995. **Revista Brasileira do Direito Público – RBDP**, Belo Horizonte, nº 23, p. 145-186, out/dez. 2008.

_____, **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 12/04/2015.

COLLIN, Denise Ratmann Arruda. **A gestão e o financiamento da assistência social transitando entre a filantropia e a política pública.** São Paulo: Veras Editora, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. **Marxismo e política.** Rio de Janeiro: Cortez, 1994.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil.** 4º Ed. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista.** São Paulo, Cortez, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar Editorial, 1973.

FIDALGO, Fernando Selmar; MACHADO, Lucília Regina de Souza (org.). **Controle de Qualidade Total: Uma nova pedagogia do Capital**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1994.

FIORI, José Luis. **As vitórias da esquerda na América do Sul**. In: Margem Esquerda: ensaios marxistas. São Paulo, Biotempo, 2007.

FRIEDMAN, Milton. **Liberdade de escolher**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 3º Ed. São Paulo. Cortez: Autores Associados, 1989.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 1ª Ed. 2ª Triagem. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume I. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Volume II. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

_____. **Concepção Dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1976.

_____. **Escritos políticos**. Volume II. Tradução de Manuel Simões. Lisboa: Serra Nova, 1977.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. 6º Ed. São Paulo. Instituto Ludwig vonMises Brasil, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 24^o Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ cidades**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br> . Acesso em 07 de novembro de 2015.

KOSIK, Karel. **A Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2^a. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen**. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 7^a Ed. São Paulo. Cortez, 2000.

MACEDO, Jussara Marques. **A mundialização do capital e seus reflexos nas políticas de formação de professores de 1990-2011**. 2v – 494 f. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2011.

MACHADO, Lucília Regina de Souza; FIDALGO, Fernando Selmar. Controle da Qualidade Total: Uma nova gestão de trabalho, uma nova pedagogia do capital. ____; _____. (org) In.: **Controle da qualidade total**: uma nova pedagogia do capital. Belo Horizonte, MG: Movimento de Cultura Marxista, 1994.

MARX, Karl. **Uma contribuição para crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2^a Ed. São Paulo: Expressão Popular; Paz e Terra, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 1^o Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MESTRINER, Maria Luiza. **A intrincada relação histórica entre a assistência social e a filantropia no Brasil**. São Paulo: Veras Editora, 2012.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2^o Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 18º ed. Petrópolis: Vozes, 2001

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. (org) **O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”**. São Paulo: Cortez, 2014.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. Volume 5. 3º Ed. 3º Reimpressão. São Paulo: Cortez: 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

NEVES, Maria Lúcia Wanderley. A Reforma da Educação Superior e a formação de um novo intelectual urbano. _____. (org) In: **Educação Superior: uma reforma em processo**. São Paulo. Xamã, 2006.

_____. **Direita para o social e esquerda para o capital**. São Paulo: Xamã, 2010.

NEVES, Maria Lúcia Wanderley; MARTINS, André Silva. **Educação Básica: Uma tragédia anunciada**. São Paulo: Xamã, 2015.

OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela. Revisitando uma Questão Polêmica: A transferência de recursos públicos para a escola privada na lei de diretrizes e bases. DOURADO (org). In: **Financiamento da Educação Básica**. Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1999, v. 01, p. 47-59.

PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Revista Pro-posições**, Campinas, v.23, n. 2 (68), p. 19 - 31, mai/ago, 2012

RIO DE JANEIRO (estado). **Plano Estratégico do estado de Rio de Janeiro 2007 – 2010**. Rio de Janeiro/RJ, 2007. Disponível em:

<http://www.rj.gov.br/web/seplag/exibeconteudo?article-id=168127>. Acesso em: 12/05/2015.

_____. **Plano Estratégico do estado de Rio de Janeiro 2012 - 2031**. 2012. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seplag/exibeconteudo?article-id=17930>, Acesso em: 12/05/2015.

SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Volume I. Editora Nova Cultural, São Paulo, 1996.

SOUZA, José Santos. A crise do capital e a redefinição da política educacional brasileira nos anos 90. **Revista da FAEBA**, Salvador, n.10, p. 41-70, jul./dez, 1998.

_____. Os 500 Anos de Tradição Excludente da Educação Brasileira. **Revista da FAEBA**, Salvador, v. IX, n.13, p. 85-92, 2000.

_____. **O Sindicalismo brasileiro e a qualificação do trabalhador**. 2º Ed. Londrina: Praxis; Canal 6; Bauru, São Paulo, 2015.

_____. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas/ SP, Autores Associados (Coleção educação contemporânea), 2002.

_____. **O que é o gerencialismo?**. Nova Iguaçu (RJ): 2016. Disponível em: <http://trabalhopoliticaesociedade.blogspot.com.br/2016/10/o-que-e-gerencialismo.html?spref=fb>. Acesso em 30/10/2016.

VOLTA REDONDA. Decreto municipal n. 2.163 de 1985. **Aprova o regimento interno do Conselho Municipal de Educação de Volta Redonda/RJ**. Volta Redonda, 1985. Disponível em: <http://www.voltaredonda.rj.leg.br/leis/leis/cme/regimento-vr>. Acesso em: 23/06/2016.

_____. Decreto municipal n. 7.046 de 1996. **Reformula e aprova o regimento interno do Conselho Municipal de Educação de Volta Redonda/RJ.** Volta Redonda, 1985. Disponível em: <http://www.voltaredonda.rj.leg.br/leis/leis/cme/novo-regimento-vr>. Acesso em: 23/06/2016.

_____. Lei Municipal n. 1.285 de 1975. **Regulamenta a criação do conselho municipal de educação de Volta Redonda/RJ.** Volta Redonda, 1975. Disponível em: <http://www.voltaredonda.rj.leg.br/leis/leis/cme>. Acesso em: 23/06/2016.

_____. Lei Municipal n. 3.329 de 1997. **Regulamenta a criação do conselho municipal de assistência social de Volta Redonda/RJ.** Volta Redonda, 1997. Disponível em: <http://www.voltaredonda.rj.leg.br/leis/leis/cmas>. Acesso em: 23/06/2016.

_____. Lei Municipal n. 4.273 de 2007. **Regulamenta a criação do conselho municipal de acompanhamento e controle social do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais de educação de Volta Redonda/RJ.** Volta Redonda, 2007. Disponível em: <http://www.voltaredonda.rj.leg.br/leis/leis/cacs-fundeb/vr>. Acesso em: 23/06/2016.

_____. **Plano Municipal de Educação 2015-2024.** Volta Redonda/RJ, 2015. Disponível em: <http://www.portalvr.com/sme/images/informativo/pme.pdf>. Acesso em: 18/08/2016.

FONTES PRIMÁRIAS

ALVES, Ivani Helena Trambroni. Ivani Helena Trambroni Alves. Diretora Geral da instituição Creche Comunitária Santa Cecília de Volta Redonda/ RJ. **Depoimento** [17/10/2016]. Entrevistadora: Marcela Braga de Souza. Volta Redonda: GTPS, 2016. Questionário manuscrito.

ASSUMPÇÃO, Therezinha dos Santos Gonçalves. Therezinha dos Santos Gonçalves Assumpção. Secretária de Educação da Secretaria Municipal de Educação de Volta Redonda/ RJ. **Depoimento** [03/08/2016]. Entrevistadora: Marcela Braga de Souza. Volta Redonda: GTPS, 2016. Questionário digitalizado.

CARDOSO, Aldo Fernandes. Aldo Fernandes Cardoso. Supervisor da instituição Escola Técnica Pandiá Calógeras de Volta Redonda/ RJ. **Depoimento** [em 27/09/2016]. Entrevistadora: Marcela Braga de Souza. Volta Redonda: GTPS, 2016. Arquivo MP3, 21,8MB. Tempo de duração da gravação: 54'12".

CUNHA, Cristina. Cristina Cunha. Diretora da instituição Recanto das crianças de Volta Redonda/ RJ. **Depoimento** [23/08/2016]. Entrevistadora: Marcela Braga de Souza. Volta Redonda: GTPS, 2016. Questionário digitalizado.

FERREIRA, Eliana Itaboraí. Eliana Itaboraí Ferreira, Presidente da instituição Lar Espírita Irmã Zilá de Volta Redonda/ RJ. **Depoimento** [em 23/08/2016]. Entrevistadora: Marcela Braga de Souza. Volta Redonda: GTPS, 2016. Arquivo MP3, 15,7MB. Tempo de duração da gravação: 39'02".

FRANCISCO, Munir. Munir Francisco. Secretário Municipal da Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC) de Volta Redonda/ RJ. **Depoimento** [em 05/08/2016]. Entrevistadora: Marcela Braga de Souza. Volta Redonda: GTPS, 2016. Arquivo MP3 10,8MB. Tempo de duração da gravação: 26'52".

GOMES, Airton José. Airton José Gomes. Vice-Presidente da instituição Lar Espírita Irmã Zilá de Volta Redonda/ RJ. **Depoimento** [em 23/08/2016]. Entrevistadora: Marcela Braga de Souza. Volta Redonda: GTPS, 2016. Arquivo MP3, 15,7MB. Tempo de duração da gravação: 39'02".

LIMA, Juliana Serafim da Silva. Juliana Serafim da Silva Lima. Auxiliar Administrativo do Conselho Municipal de Educação (CME) de Volta Redonda/ RJ. **Depoimento** [em 09/08/2016]. Entrevistadora: Marcela Braga de Souza. Volta Redonda: GTPS, 2016. Arquivo MP3, 12,6MB. Tempo de duração da gravação: 31'18".

LIMA, Rogério de Paiva. Rogério de Paiva Lima. Diretor da instituição Escola Técnica Pandiá Calógeras de Volta Redonda/ RJ. **Depoimento** [em 27/09/2016]. Entrevistadora: Marcela Braga de Souza. Volta Redonda: GTPS, 2016. Arquivo MP3, 21,8MB. Tempo de duração da gravação: 54'12".

MACHADO, Érica Zambone. Érica Zambone Machado. Secretária da instituição Associação de Proteção à Maternidade e a Infância (APMI) de Volta Redonda/ RJ. **Depoimento** [20/09/2016]. Entrevistadora: Marcela Braga de Souza. Volta Redonda: GTPS, 2016. Questionário manuscrito.

MACIEL, Débora Eunice. Débora Eunice Maciel. Assistente Administrativo da instituição Escola Técnica Pandiá Calógeras de Volta Redonda/ RJ. **Depoimento** [em 27/09/2016]. Entrevistadora: Marcela Braga de Souza. Volta Redonda: GTPS, 2016. Arquivo MP3, 21,8MB. Tempo de duração da gravação: 54'12".

MORAES, Divina. Divina de Moraes. Diretora da instituição Colégio Nossa Senhora do Rosário de Volta Redonda/ RJ. **Depoimento** [17/10/2016]. Entrevistadora: Marcela Braga de Souza. Volta Redonda: GTPS, 2016. Questionário digitalizado.

PEREIRA, Alcides do Vale. Alcides do Vale Pereira, Diretor Administrativo da instituição Serviços de Obras Sociais (SOS) de Volta Redonda/ RJ. **Depoimento** [em 17/08/2016]. Entrevistadora: Marcela Braga de Souza. Volta Redonda: GTPS, 2016. Arquivo MP3, 21MB. Tempo de duração da gravação: 53'55".

PUIDA, Mariuci Bilate Cury. Mariuci Bilate Cury Puida. Presidente interina do Conselho Municipal de Educação (CME) de Volta Redonda/ RJ. **Depoimento** [em 09/08/2016]. Entrevistadora: Marcela Braga de Souza. Volta Redonda: GTPS, 2016. Arquivo MP3, 12,6MB. Tempo de duração da gravação: 31'18".

RAYMUNDO, Fábio Teodoro. Fábio Teodoro Raymundo. Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB de Volta Redonda/RJ. **Depoimento** [18/10/2016]. Entrevistadora: Marcela Braga de Souza. Volta Redonda: GTPS, 2016. Questionário digitalizado.

SANTOS, Lúcia Helena Reis. Lúcia Helena Reis dos Santos, Secretária da instituição Serviços de Obras Sociais (SOS) de Volta Redonda/ RJ. **Depoimento** [em 17/08/2016]. Entrevistadora: Marcela Braga de Souza. Volta Redonda: GTPS, 2016. Arquivo MP3, 21MB. Tempo de duração da gravação: 53'55".

SILVA, Isabel Cristina. Isabel Cristina da Silva. Secretária do Conselho Municipal de Educação (CME) de Volta Redonda/ RJ. **Depoimento** [em 09/08/2016]. Entrevistadora: Marcela Braga de Souza. Volta Redonda: GTPS, 2016. Arquivo MP3, 12,6MB. Tempo de duração da gravação: 31'18".

SILVA, Israel Carlos. Israel Carlos da Silva. Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Volta Redonda/ RJ. **Depoimento** [em 05/08/2016]. Entrevistadora: Marcela Braga de Souza. Volta Redonda: GTPS, 2016. Arquivo MP3, 6,3MB. Tempo de duração da gravação: 15'50".

APÊNDICES

APÊNDICE 01



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Projeto: “A REFORMA DO ESTADO, O GERENCIALISMO E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma análise a partir de instituições escolares filantrópicas de Volta Redonda/RJ”.

Mestranda: Marcela Braga de Souza / **Orientador:** José dos Santos Souza

Hoje, dia ____ de _____ de 2016, às ____h e ____min., entrevistamos _____, que ocupa o cargo de _____ do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS- FUNDEB) de Volta Redonda/RJ. Nosso objetivo é coletar informações sobre as parcerias público-privadas estabelecidas entre as instituições filantrópicas de Educação Básica e a Secretaria Municipal de Educação do Município de Volta Redonda/ RJ, e a relação com esse conselho.

1. Bom dia/ boa tarde. Há quanto tempo ocupa o seu atual cargo?
 - a. Por que está nesse cargo?
2. Quando foi implantado esse conselho em Volta Redonda?
3. O que faz uma presidente do CACS- FUNDEB ?
4. Você gosta do que faz?
5. Como funciona as eleições dos membros do CACS- FUNDEB?
6. O que são Instituições Filantrópicas de Educação Básica (Entidades Beneficentes de Assistência Social , como são nomeadas em algumas legislações ou Instituições Conveniadas)?
7. Aqui no município de Volta Redonda que instituições são essas?

8. Qual a relação deste conselho com essas instituições?
9. Qual a relação do seu cargo atual com essas instituições?
10. Você sabe o que é o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)?
11. Qual a diferença entre a escola filantrópica conveniada e a escola filantrópica com o CEBAS?
12. Na sua opinião, por que essas instituições possuem o título de filantrópicas (Conveniadas ou CEBAS)?
13. Qual o papel do CACS- FUNDEB na concessão desses títulos (Conveniadas ou CEBAS)
 - a. Você acha que CACS- FUNDEB deveria ter alguma atuação na concessão desses títulos?
14. Na sua opinião, quais são as vantagens que as instituições possuem ao obter esses títulos?
15. Na sua opinião, o Ministério da Educação (MEC) possui alguma vantagem em conceder esses títulos?
 - a. Se sim, quais são?
16. Você sabe quais são as atividades ou ações que essas instituições devem realizar para obter esses títulos (Conveniada e CEBAS)?
 - a. Se sabe, quais são?
17. Você sabe se essas instituições recebem algum recurso público (subvenções, isenções ou imunidades)?
 - a. Se sabe, quais são?
18. Neste Conselho, quem é o responsável por acompanhar e fiscalizar esse tipo de parceria com as instituições filantrópicas?
 - a. Como é feito esse acompanhamento e fiscalização?
 - b. Existe alguma dificuldade por parte deste setor em relação ao acompanhamento e fiscalização dessas instituições? Se sim, qual?
 - c. O que é feito diante dessas dificuldades?
19. As instituições filantrópicas de educação básica possuem representantes (ou conselheiros) no CACS- FUNDEB?
 - a. Se sim, como é essa participação?
20. Qual é o perfil dos alunos (bolsistas) atendidos pelas instituições filantrópicas de educação básica?

- a. Como é o acesso a esse tipo de informação sobre esses alunos?
21. Você acha que a população atendida na educação básica é prejudicada pela existência dessas instituições filantrópicas?
- a. Por que?
22. Em relação ao ensino público na Educação Básica do município, você acha que existe algum aspecto positivo ou negativo quando relacionado à essas instituições filantrópicas?
- a. Quais?
23. Você gostaria de acrescentar algo que não lhe foi perguntado e que julga relevante?
24. Você nos autoriza a utilizar as informações prestadas nessa entrevista para fins de pesquisa científica, ciente de que elas poderão ser divulgadas em eventos científicos, artigos e dissertação de mestrado?

APÊNDICE 02



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Projeto: “A REFORMA DO ESTADO, O GERENCIALISMO E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma análise a partir de instituições escolares filantrópicas de Volta Redonda/RJ”.

Mestranda: Marcela Braga de Souza / **Orientador:** José dos Santos Souza

Hoje, dia ____ de _____ de 2016, às ____h e ____min., entrevistamos _____, que ocupa o cargo de Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Volta Redonda/RJ. Nosso objetivo é coletar informações sobre as parcerias público-privadas estabelecidas entre as instituições filantrópicas de Educação Básica e a Secretaria Municipal de Ação Comunitária do Município de Volta Redonda/ RJ, e a relação com esse Conselho.

1. Bom dia/ boa tarde. Há quanto tempo ocupa o cargo de Presidente do CMAS?
2. Quando foi implantado esse Conselho a em Volta Redonda?
3. Para que serve o CMAS?
4. O que faz um Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social?
5. Você gosta do que faz?
6. O que são Instituições Filantrópicas de Educação Básica (Ou Entidades Beneficentes de Assistência Social, como são nomeadas em algumas legislações)?
7. Aqui no município de Volta Redonda que instituições são essas?
8. Qual a relação deste conselho com essas instituições?
9. Qual a relação do seu cargo com essas instituições?
10. Você sabe o que é o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)?

11. Na sua opinião, por que essas instituições possuem o título de filantrópicas (ou o CEBAS)?
 - a. Para que ele serve?
12. Qual o papel do CMAS na concessão desse certificado?
13. Na sua opinião, quais são as vantagens que as instituições possuem ao obter esse certificado?
14. Na sua opinião, o Ministério da Educação (MEC) possui alguma vantagem em conceder esse certificado?
 - a. Se sim, quais são?
15. Você sabe quais são as atividades ou ações que essas instituições devem realizar para obter esse título?
 - a. Se sabe, quais são?
16. Você sabe se essas instituições recebem algum recurso público (subvenções, isenções ou imunidades)?
 - a. Se sabe, quais são?
17. Neste conselho, quem é o responsável por acompanhar e fiscalizar esse tipo de parceria com as instituições filantrópicas?
 - a. Como é feito esse acompanhamento e fiscalização?
 - b. Existe alguma dificuldade por parte deste setor em relação ao acompanhamento e fiscalização dessas instituições? Se sim, qual?
 - c. O que é feito diante dessas dificuldades?
18. As instituições filantrópicas de educação básica possuem representantes (ou conselheiros) no CMAS?
 - a. Se sim, como é essa participação?
19. Qual é o perfil dos usuários (alunos bolsistas) atendidos pelas instituições filantrópicas de educação básica?
 - a. Como é o acesso a esse tipo de informação sobre esses alunos?
20. Você acha que a população atendida na educação básica é prejudicada pela existência dessas instituições filantrópicas?
 - a. Por que?
21. Em relação os programas da assistência social do município, você acha que existe algum aspecto positivo ou negativo quando relacionados à essas instituições filantrópicas?

a. Quais?

22. Você gostaria de acrescentar algo que não lhe foi perguntado e que julga relevante?

23. Você nos autoriza a utilizar as informações prestadas nessa entrevista para fins de pesquisa científica, ciente de que elas poderão ser divulgadas em eventos científicos, artigos e dissertação de mestrado?

APÊNDICE 03



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Projeto: “A REFORMA DO ESTADO, O GERENCIALISMO E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma análise a partir de instituições escolares filantrópicas de Volta Redonda/RJ”.

Mestranda: Marcela Braga de Souza / **Orientador:** José dos Santos Souza

Hoje, dia ____ de _____ de 2016, às ____h e ____min., entrevistamos _____, que ocupa o cargo de _____ do Conselho Municipal de Educação (CME) de Volta Redonda/RJ. Nosso objetivo é coletar informações sobre as parcerias público-privadas estabelecidas entre as instituições filantrópicas de Educação Básica e a Secretaria Municipal de Educação do Município de Volta Redonda/ RJ, e a relação com esse conselho.

1. Bom dia/ boa tarde. Há quanto tempo ocupa o seu atual cargo?
 - a. Por que está nesse cargo?
2. Quando foi implantado esse conselho em Volta Redonda?
3. O que faz uma presidente do CME?
4. Você gosta do que faz?
5. Como funciona as eleições dos membros do CME?
6. O que são Instituições Filantrópicas de Educação Básica (Ou Entidades Beneficentes de Assistência Social , como são nomeadas em algumas legislações)?
7. Aqui no município de Volta Redonda que instituições são essas?
8. Qual a relação deste conselho com essas instituições?
9. Qual a relação do seu cargo atual com essas instituições?
10. Você sabe o que é o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)?

11. Na sua opinião, por que essas instituições possuem o título de filantrópicas (ou o CEBAS)?
 - a. Para que ele serve?
12. Qual o papel do CME na concessão desse certificado?
 - a. Você acha que a CME deveria ter alguma atuação na concessão desse certificado?
13. Na sua opinião, quais são as vantagens que as instituições possuem ao obter esse certificado?
14. Na sua opinião, o Ministério da Educação (MEC) possui alguma vantagem em conceder esse certificado?
 - a. Se sim, quais são?
15. Você sabe quais são as atividades ou ações que essas instituições devem realizar para obter esse título?
 - a. Se sabe, quais são?
16. Você sabe se essas instituições recebem algum recurso público (subvenções, isenções ou imunidades)?
 - a. Se sabe, quais são?
17. Neste Conselho, quem é o responsável por acompanhar e fiscalizar esse tipo de parceria com as instituições filantrópicas?
 - a. Como é feito esse acompanhamento e fiscalização?
 - b. Existe alguma dificuldade por parte deste setor em relação ao acompanhamento e fiscalização dessas instituições? Se sim, qual?
 - c. O que é feito diante dessas dificuldades?
18. As instituições filantrópicas de educação básica possuem representantes (ou conselheiros) no CME?
 - a. Se sim, como é essa participação?
19. Qual é o perfil dos alunos (bolsistas) atendidos pelas instituições filantrópicas de educação básica?
 - a. Como é o acesso a esse tipo de informação sobre esses alunos?
20. Você acha que a população atendida na educação básica é prejudicada pela existência dessas instituições filantrópicas?
 - a. Por que?

21. Em relação ao ensino público na Educação Básica do município, você acha que existe algum aspecto positivo ou negativo quando relacionado à essas instituições filantrópicas?
 - a. Quais?
22. Você gostaria de acrescentar algo que não lhe foi perguntado e que julga relevante?
23. Você nos autoriza a utilizar as informações prestadas nessa entrevista para fins de pesquisa científica, ciente de que elas poderão ser divulgadas em eventos científicos, artigos e dissertação de mestrado?

APÊNDICE 04



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Projeto: “A REFORMA DO ESTADO, O GERENCIALISMO E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma análise a partir de instituições escolares filantrópicas de Volta Redonda/RJ”.

Mestranda: Marcela Braga de Souza / **Orientador:** José dos Santos Souza

Hoje, dia ____ de _____ de 2016, às ____h e ____min., entrevistamos _____, que ocupa o cargo de Secretário Municipal de Assistência Social da Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC) de Volta Redonda/RJ. Nosso objetivo é coletar informações sobre as parcerias público-privadas estabelecidas entre as instituições filantrópicas de Educação Básica e a Secretaria Municipal de Ação Comunitária do Município de Volta Redonda/ RJ.

1. Bom dia/ boa tarde. Há quanto tempo ocupa o cargo de Secretário Municipal de Assistência Social?
2. Por que o nome de Secretaria Municipal de Ação Comunitária e não Secretaria Municipal de Assistência Social?
3. Quando foi implantada essa secretaria em Volta Redonda?
4. O que faz um Secretário de Assistência Social?
5. Você gosta do que faz?
6. O que são Instituições Filantrópicas de Educação Básica (Ou Entidades Beneficentes de Assistência Social, como são nomeadas em algumas legislações)?
7. Aqui no município de Volta Redonda que instituições são essas?
8. Qual a relação desta secretaria com essas instituições?
9. Qual a relação do seu cargo com essas instituições?

10. Você sabe o que é o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)?
11. Na sua opinião, por que essas instituições possuem o título de filantrópicas (ou o CEBAS)?
 - a. Para que ele serve?
12. Qual o papel da SMAC na concessão desse certificado?
 - a. Você acha que a SMAC deveria ter alguma atuação na concessão desse certificado?
13. Na sua opinião, quais são as vantagens que as instituições possuem ao obter esse certificado?
14. Na sua opinião, o Ministério da Educação (MEC) possui alguma vantagem em conceder esse certificado?
 - a. Se sim, quais são?
15. Você sabe quais são as atividades ou ações que essas instituições devem realizar para obter esse título?
 - a. Se sabe, quais são?
16. Você sabe se essas instituições recebem algum recurso público (subvenções, isenções ou imunidades)?
 - a. Se sabe, quais são?
17. Nesta Secretaria, quem é o responsável por acompanhar e fiscalizar esse tipo de parceria com as instituições filantrópicas?
 - a. Como é feito esse acompanhamento e fiscalização?
 - b. Existe alguma dificuldade por parte deste setor em relação ao acompanhamento e fiscalização dessas instituições? Se sim, qual?
 - c. O que é feito diante dessas dificuldades?
18. Qual é o perfil dos alunos (bolsistas) atendidos pelas instituições filantrópicas de educação básica?
 - a. Como é o acesso a esse tipo de informação sobre esses alunos?
19. Você acha que a população atendida na educação básica é prejudicada pela existência dessas instituições filantrópicas?
 - a. Por que?

20. Em relação os programas da assistência social do município, você acha que existe algum aspecto positivo ou negativo quando relacionados à essas instituições filantrópicas?
- a. Quais?
21. Você gostaria de acrescentar algo que não lhe foi perguntado e que julga relevante?
22. Você nos autoriza a utilizar as informações prestadas nessa entrevista para fins de pesquisa científica, ciente de que elas poderão ser divulgadas em eventos científicos, artigos e dissertação de mestrado?

APÊNDICE 05



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Projeto: “A REFORMA DO ESTADO, O GERENCIALISMO E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma análise a partir de instituições escolares filantrópicas de Volta Redonda/RJ”.

Mestranda: Marcela Braga de Souza / **Orientador:** José dos Santos Souza

Hoje, dia ____ de _____ de 2016, às ____h e ____min., entrevistamos _____, que ocupa o cargo de Secretária de Educação da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Volta Redonda/ RJ. Nosso objetivo é coletar informações sobre as parcerias público-privadas estabelecidas entre as instituições filantrópicas de Educação Básica e a Secretaria Municipal de Educação do Município de Volta Redonda/ RJ.

1. Bom dia/ boa tarde. Há quanto tempo ocupa o cargo de Secretária Municipal de Educação?
2. Quando foi implantada essa secretaria em Volta Redonda?
3. O que faz uma Secretária de Educação?
4. Você gosta do que faz?
5. O que são Instituições Filantrópicas de Educação Básica (Ou Entidades Beneficentes de Assistência Social, como são nomeadas em algumas legislações)?
6. Aqui no município de Volta Redonda que instituições são essas?
7. Qual a relação desta secretaria com essas instituições?
8. Qual a relação do seu cargo com essas instituições?
9. Você sabe o que é o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)?

10. Na sua opinião, por que essas instituições possuem o título de filantrópicas (ou o CEBAS)?
 - a. Para que ele serve?
11. Qual o papel da SME na concessão desse certificado?
 - a. Você acha que a SME deveria ter alguma atuação na concessão desse certificado?
12. Na sua opinião, quais são as vantagens que as instituições possuem ao obter esse certificado?
13. Na sua opinião, o Ministério da Educação (MEC) possui alguma vantagem em conceder esse certificado?
 - a. Se sim, quais são?
14. Você sabe quais são as atividades ou ações que essas instituições devem realizar para obter esse título?
 - a. Se sabe, quais são?
15. Você sabe se essas instituições recebem algum recurso público (subvenções, isenções ou imunidades)?
 - a. Se sabe, quais são?
16. Nesta Secretaria, quem é o responsável por acompanhar e fiscalizar esse tipo de parceria com as instituições filantrópicas?
 - a. Como é feito esse acompanhamento e fiscalização?
 - b. Existe alguma dificuldade por parte deste setor em relação ao acompanhamento e fiscalização dessas instituições? Se sim, qual?
 - c. O que é feito diante dessas dificuldades?
17. Qual é o perfil dos alunos (bolsistas) atendidos pelas instituições filantrópicas de educação básica?
 - a. Como é o acesso a esse tipo de informação sobre esses alunos?
18. Você acha que a população atendida na educação básica é prejudicada pela existência dessas instituições filantrópicas?
 - a. Por que?
19. Em relação ao ensino público na Educação Básica do município, você acha que existe algum aspecto positivo ou negativo quando relacionado à essas instituições filantrópicas?
 - a. Quais?

20. Você gostaria de acrescentar algo que não lhe foi perguntado e que julga relevante?
21. Você nos autoriza a utilizar as informações prestadas nessa entrevista para fins de pesquisa científica, ciente de que elas poderão ser divulgadas em eventos científicos, artigos e dissertação de mestrado?

APÊNDICE 06



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Projeto: “A REFORMA DO ESTADO, O GERENCIALISMO E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma análise a partir de instituições escolares filantrópicas de Volta Redonda/RJ”.

Mestranda: Marcela Braga de Souza / **Orientador:** José dos Santos Souza

Hoje, dia ____ de _____ de 2016, às ____h e ____min., entrevistamos _____, que ocupa o cargo de _____ da (o) _____ . Nosso objetivo é coletar informações sobre as parcerias público-privadas estabelecidas entre as instituições filantrópicas de Educação Básica do Município de Volta Redonda e o setor público.

1. Bom dia/ boa tarde. Há quanto tempo ocupa o cargo de Diretor/ Gestor dessa instituição?
2. Quando foi criada essa instituição em Volta Redonda/RJ?
3. O que faz um Diretor/ Gestor?
4. Você gosta do que faz?
5. Quais os níveis de ensino da Educação Básica essa instituição atende?
 - a. Além disso, realiza outras atividades que não sejam da Educação Básica?
6. O que é o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS)?
7. Desde quando essa instituição possui esse certificado (CEBAS)?
8. Além do CEBAS, essa instituição também é conveniada ou recebe recurso do FUNDEB?

- a. Existe algum outro título da filantropia além do CEBAS e do Convênio?
 - b. Qual a diferença entre o CEBAS e o convênio?
9. Por que a instituição optou pelo CEBAS?
 - a. Quais o motivos?
 - b. E por que optou em ser conveniada?
10. Qual a relação do seu cargo com o CEBAS e com o convênio?
11. Existe alguém nessa instituição que é responsável pelo CEBAS, pelos convênios e pelas ações e projetos que esses títulos exigem (exemplo: projeto de bolsas de estudos, prestação de contas, emissão de relatórios etc.)?
 - a. Quem é?
 - b. Qual o cargo dessa pessoa?
 - c. Quais as ações ela desenvolve?
 - d. Poderíamos entrevistá-la?
12. Os alunos e seus responsáveis (em geral) sabem que esta é uma instituição filantrópica detentora desses títulos (CEBAS e Conveniada)?
 - a. E o corpo docente e os funcionários da escola sabem que esta é uma instituição filantrópica detentora desses títulos (CEBAS e Conveniada)?
13. O que você vê como aspecto positivo para essa instituição ao obter esses títulos (CEBAS e Conveniada)?
 - a. E o que você vê como aspectos negativos?
14. Quais são as atividades ou ações que essa instituição deve realizar em troca desses títulos (CEBAS e Conveniada)?
15. Essa instituição recebe algum recurso público (subvenções, isenções ou imunidades) por obter esses títulos (CEBAS e Conveniada)?
 - a. Se sim, quais são?
16. Essa instituição é fiscalizada por algum órgão do setor público em relação a esses títulos (CEBAS e Conveniada)?
 - a. Qual setor público (MEC, SME, SMAC)?
 - b. Se sim, como é feita essa fiscalização?
 - c. O que perguntam?
 - d. O que fiscalizam?

17. Existe alguma dificuldade, por parte da instituição, em manter esses títulos (CEBAS e Conveniada)?
 - a. Se sim, qual?
18. Vocês já pensaram em desistir (ou abrir mão) desses títulos (CEBAS e Conveniada)?
 - a. Por que?
19. Essa instituição pretende manter esses títulos (CEBAS e Conveniada)?
 - a. Por que?
20. Essa instituição possui representante (ou conselheiro) no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)?
 - a. Se sim, como é essa relação?
21. Você acha que a população em geral tem acesso aos serviços oferecidos por essa instituição?
 - a. Se sim, como?
22. O setor público tem conhecimento de quem são os alunos (bolsistas) atendidos por essa instituição?
 - a. Se sim, como?
23. Você gostaria de acrescentar algo que não lhe foi perguntado e que julga relevante?
24. Você nos autoriza a utilizar as informações prestadas nessa entrevista para fins de pesquisa científica, ciente de que elas poderão ser divulgadas em eventos científicos, artigos e dissertação de mestrado?

APÊNDICE 07



DIÁRIO DE CAMPO DIGITALIZADO

Pesquisa: “A REFORMA DO ESTADO, O GERENCIALISMO E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma análise a partir de instituições escolares filantrópicas de Volta Redonda/RJ”.

Mestranda: Marcela Braga de Souza / **Orientador:** José dos Santos Souza.

SEEDUC – COORDENADORIA DO MÉDIO PARAÍBA

Local	Data	Tipo de contato	Com quem falei	O que eu disse	O que a pessoa disse	O que acordamos
SEEDUC/ Coordenadoria regional de Supervisão Escolar do Médio	24/11/2015	Pessoalmente	Marlene (Coordenadora Geral da Supervisão	Expliquei sobre o Objeto de Estudos e os Objetivos da	Marlene alegou não ter conhecimento das escolas filantrópicas de Volta Redonda.	Que eu entraria em contato por telefone com Edelquim, pessoa responsável pelo CENSO

Paraíba			Escolar do Médio Paraíba)	pesquisa. Perguntei se poderia participar da entrevista	Afirmou que a única informação que possuem são aquelas prestadas no CENSO escolar. As supervisoras ao fiscalizarem as escolas não entram no mérito da filantropia. Me passou o número da pessoa do setor responsável pelo CENSO para agendar tal entrevista. Orientou procurar a SME, CME e a Coordenadoria Pedagógica do Médio Paraíba da SEEDUC e procurar por Elvira (chefe do setor).	escolar. Este seria o banco de dados onde teria informações sobre as escolas filantrópicas do município. Essas seriam as únicas informações.
SEEDUC/ Coordenadoria regional de Supervisão	25/11/2015	Telefone	Edelquim (Responsável pelo CENSO	Expliquei sobre o Objeto de Estudos e os	Informou que não tem informações sobre escolas filantrópicas.	Entrar em contato em 2016 para ir até o setor e ter acesso ao CENSO

Escolar do Médio Paraíba			escolar da SEEDUC/ Médio Paraíba)	Objetivos da pesquisa. Perguntei se poderia participar da entrevista.	Somente as informações do CENSO mas que não entram nesse mérito na SEEDUC. O CENSO está bloqueado nesse período do ano e por isso não poderia acessa-lo agora, somente em 2016. Para que eu entrasse em contato em 2016.	escolar. Assim eu poderei ter acesso às informações do censo para a SEEDUC.
SEEDUC/ Coordenadoria regional do Setor Pedagógico do Médio Paraíba	25/11/2015	Pessoalmente	Elvira (Coordenadora Geral do Setor Pedagógico do Médio Paraíba)	Expliquei sobre o Objeto de Estudos e os Objetivos da pesquisa. Perguntei se poderia participar da entrevista.	Se colocou à disposição para participar da pesquisa por meio da entrevista porém alegou que não havia nenhum dado sobre escolas filantrópicas no setor. Perguntei se ela sabia em qual setor poderia haver essas informações. Me	Retornarei em 2016 para entrevista.

					encaminhou para SME.	
SEEDUC/ Coordenadoria regional do Setor Pedagógico do Médio Paraíba	01/08/2016	Telefone	Elvira (Coordenadora Geral do Setor Pedagógico do Médio Paraíba)	Perguntei se poderíamos agendar a entrevista (previamente combinada)	Agendou a entrevista para o dia 08/08/2016 às 9 horas.	Irei para entrevistá-la no dia 08/08/2016 às 9 horas.
SEEDUC/ Coordenadoria regional do Setor Pedagógico do Médio Paraíba	08/08/2016	Pessoalmente	repcionista	Perguntei por Elvira informando que havia uma entrevista agendada.	Elvira não estava ao local e disse que teve uma reunião de emergência. Solicitou que eu deixasse o questionário (Roteiro de Entrevista) e ligasse à tarde para reagendar.	Ligarei na parte da tarde para reagendar a entrevista e deixei o questionário.
SEEDUC/ Coordenadoria regional do Setor Pedagógico do Médio Paraíba	08/08/2016	Telefone	Elvira (Coordenadora Geral do Setor Pedagógico do Médio Paraíba)	Liguei para reagendarmos a entrevista (conforme solicitado)	Agendou para 09/08/2016 às 14:30h.	Irei para entrevistá-la no dia 09/08 às 14:30h.
SEEDUC/ Coordenadoria	09/08/2016	Telefone	Elvira (Coordenadora		Elvira me ligou às 14h (meia hora antes da	Agradei pela atenção. Avisei ao meu orientador

<p>regional do Setor Pedagógico do Médio Paraíba</p>			<p>Geral do Setor Pedagógico do Médio Paraíba)</p>		<p>hora agendada. Já estava à caminho do local) desmarcando a entrevista e afirmou que não poderia participar da entrevista pois o assunto não é pertinente aquela coordenadoria e suas respostas poderiam comprometê-la. Informou também que esse era um ano político muito complicado.</p> <p>Disse que iria enviar meu questionário a SEDE da SEEDUC no Rio de Janeiro e que se alguém de lá pudesse me responder, que entraria em contato.</p>	<p>sobre a desistência da SEEDUC (Coordenadoria do Médio Paraíba) em participar da entrevista.</p> <p>Orientada a ir à SEDE no Rio de Janeiro e tentar a entrevista com o responsável pelas escolas filantrópicas da SEDE da SEEDUC.</p>
--	--	--	--	--	--	--

SEEDUC / Coordenadoria de Supervisão Escolar	19/09/16	Telefone	Élio (Recepcionista)	Solicitei agendar um horário com Marlene e Edelquim	Solicitou que eu fosse pela manhã no dia 20/09 pois ambas estariam lá	Irei à coordenadoria neste dia combinado.
SEEDUC / Coordenadoria de Supervisão Escolar	20/09/16	Pessoalmente	Élio	Como acordado, fui pessoalmente agendar um horário com Marlene ou Edelquim	Informou que ambas estavam em reunião e não poderiam me atender. Pediu para ligar no próximo dia pela manhã.	Ligarei amanhã.
SEEDUC / Coordenadoria de Supervisão Escolar	21/09/16	Telefone	Edelquim	Expliquei a necessidade de um agendamento para ter acesso às informações do CENSO como já havíamos combinado no primeiro semestre.	Edelquim, foi muito “seca” e disse que ia ver com Marlene se poderia me atender. Mas que o CENSO estava fechado para acesso e só abrirá no dia 01/10. Solicitou que eu retornasse pessoalmente após 01/10/16.	Informei que Marlene já havia “liberado” para tal pesquisa no primeiro semestre. Retornarei no dia 01/10, conforme solicitado.
SEEDUC/ Sede Rio de	03/10/16	Telefone	Eduardo	Expliquei os objetivos da	Eduardo me pediu para aguardar e foi	Agradei a atenção. Desisti da participação

Janeiro				minha pesquisa e a negativa das funcionárias da SEEDUC do médio Paraíba em participar. Perguntei se alguém da Sede poderia participar da minha pesquisa.	saber com outra pessoa sobre a possível participação de alguém responsável pelo assunto. Retornou e disse que o assunto tratado em minha pesquisa não era da alçada da SEEDUC e que não poderiam me ajudar com minha pesquisa.	por meio de entrevista e questionários da SEEDUC/RJ.
SEEDUC/ Coordenadoria de Supervisão Escolar	03/10/16	Pessoalmente	Edelquim	Solicitei as informações do CENSO, pó escrito, das escolas filantrópicas de Volta Redonda.	Edelquim solicitou que retornasse dia 18/10/16.	Agradei e retornarei dia 18/10/16.
SEEDUC/ Coordenadoria de Supervisão Escolar	18/10/16	Pessoalmente	Edelquim	Conforme combinado solicitei as informações do CENSO, por	Edelquim me entregou as informações da ficha de cadastro das instituições filantrópicas de Volta	Agradei as informações oferecidas para minha pesquisa.

				escrito.	Redonda, porém duas instituições ela afirmou não possuir as informações, e que era para procurar a SME.	
--	--	--	--	----------	---	--

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA (SMAC) / SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Local	Data	Tipo de contato	Com quem falei	O que eu disse	O que a pessoa disse	O que acordamos
SMAC	22/02/2016	Pessoalmente	Munir Francisco (Secretário de Assistência Social)	Expliquei sobre o Objeto de Estudos e os Objetivos da pesquisa. Perguntei se poderia participar da entrevista	Talvez pode não saber muitas informações específicas sobre escolas filantrópicas mas se disponibilizou a participar da entrevista	Retornarei no segundo semestre para a entrevista
SMAC	01/08/2016	Telefone	Alba (secretária executiva)	Solicitei o agendamento da entrevista previamente acordada com Munir.	Agendou para 05/08/2016 às 10h	Irei para entrevistá-lo no dia 05/08 às 10h.
SMAC	22/02/2016	Pessoalmente	Munir Francisco (Secretário de Assistência Social)	Entrevista realizada sem muitas interferências de telefonemas	Munir, em duas perguntas, solicitou sigilo na resposta não autorizando a divulgação do	Agradei a participação na minha pesquisa

			Social)	e outros (apenas duas vezes).	conteúdo. Não se negou a responder a nenhuma pergunta e se apresentou muito solícito durante a entrevista.	
--	--	--	---------	-------------------------------	--	--

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

Local	Data	Tipo de contato	Com quem falei	O que eu disse	O que a pessoa disse	O que acordamos
CMAS	22/02/2016	Pessoalmente	Israel (Presidente do CMAS)	Expliquei sobre o Objeto de Estudos e os Objetivos da pesquisa. Perguntei se poderia participar da entrevista	Se disponibilizou a participar da entrevista	Retornarei no segundo semestre para a entrevista
CMAS	01/08/2016	Telefone	Márcia	Solicitei o agendamento da entrevista previamente acordada com Israel	Agendou para 05/08/2016 às 11h	Irei para entrevistá-lo no dia 05/08 às 11h.
CMAS	22/02/2016	Pessoalmente	Israel (Presidente do CMAS)	Entrevista realizada sem nenhuma interferência.	Israel respondeu a todas as perguntas e me orientou a procurar o CME e SME.	Agradei a participação na minha pesquisa.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME)

Local	Data	Tipo de contato	Com quem falei	O que eu disse	O que a pessoa disse	O que acordamos
SME	01/08/2016	Telefone	Nívia (secretária executiva)	Expliquei sobre o Objeto de Estudos e os Objetivos da pesquisa. Perguntei se poderia participar da entrevista	Solicitou que eu retornasse a ligação no dia 03/08/2016 pois antes precisava ver com a Secretária Municipal de Educação (Therezinha) se ela poderia participar da pesquisa.	Ligarei no dia 03/08.
SME	03/08/2016	Telefone	Nívia (secretária executiva)	Perguntei sobre o retorno da Secretária (como acordado previamente)	A Secretária solicitou o questionário (roteiro de entrevistas) com antecedência para avaliar se poderia respondê-lo.	Enviei por e-mail o Roteiro de Entrevistas nesta data.
SME	05/08/2016	Telefone	Nívia (secretária executiva)	Liguei para saber se a secretária já havia avaliado o questionário e	Solicitou que eu ligasse novamente na próxima semana pois Therezinha não teve tempo de olhar o	Retornarei na próxima semana

				se poderíamos agendar a entrevista.	questionário.	
SME	10/08/2016	Telefone	Nívia (secretária executiva)	Liguei novamente para solicitar o agendamento da entrevista com Therezinha.	Nívia informou que Therezinha está com a agenda muito cheia e não teria tempo para a entrevista. Informou que quem participaria da entrevista em seu lugar seria a chefe de gabinete (Áurea), e que a mesma saberia responder às perguntas em seu lugar. Agendada a entrevista para 15/08 às 18h.	Retornarei para entrevistar a chefe de gabinete Áurea no dia 15/08 às 18h.
SME	15/08/2016	Pessoalmente	Áurea (chefe de gabinete)	Compareci para realizar a entrevista previamente combinada.	Áurea informou que a Secretária Therezinha havia respondido o questionário (roteiro de entrevista) por escrito e que nenhuma	Agradei a participação na minha pesquisa, mesmo que por escrito.

					das duas poderia participar da entrevista gravada por falta de tempo. Entregou-me o questionário respondido e digitalizado.	
--	--	--	--	--	---	--

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME)

Local	Data	Tipo de contato	Com quem falei	O que eu disse	O que a pessoa disse	O que acordamos
CME	27/04/2016	Pessoalmente	Telma (Auxiliar administrativo)	Expliquei sobre o Objeto de Estudos e os Objetivos da pesquisa. Perguntei se poderia participar da entrevista	No momento o CME está sem presidente pois a mesma pediu exoneração do cargo. A vice-presidente está como interina até as próximas eleições. Pediu para ligar posteriormente para agendar.	Ligarei no próximo semestre para agendar com a presidente interina.
CME	01/08/2016	Telefone	Isabel (secretária do conselho)	Expliquei sobre o Objeto de Estudos e os Objetivos da pesquisa. Perguntei se poderia participar da entrevista	Afirmou que a presidente interina não estava e solicitou que ligasse no dia 02/08 para conversar diretamente com ela.	Ligarei no dia 02/08 para agendar a entrevista.

CME	02/08/2016	Telefone	Mariuce (presidente interina do CME)	Expliquei sobre o Objeto de Estudos e os Objetivos da pesquisa. Perguntei se poderia participar da entrevista	Mariuce explicou que estava provisoriamente no cargo e que talvez não soubesse responder às perguntas e que talvez necessitaria da ajuda da secretária (Isabel), e agendou a entrevista para 09/08/2016 às 13:30h.	Retornarei no dia 09/08/2016 para realizar a entrevista.
CME	10/08/2016	Pessoalmente	Mariuce (presidente interina do CME) e Isabel (secretária do CME)	Entrevista realizada, porém com a presidente e com a secretária do CME (ao mesmo tempo) conforme solicitação da presidente.	Mariuce não se sentiu a vontade para responder a maioria das perguntas, alegando que estava a pouco tempo no cargo e sabia pouco sobre escolas filantrópicas. O CME é composto por apenas uma sala, onde estavam: A presidente, a secretária e a auxiliar administrativa. Mariuce solicitou por	Agradei a participação de Mariuce e Isabel à pesquisa.

					<p>diversas vezes que Isabel respondesse às perguntas em seu lugar, pois não sabia respondê-las. Ao final da entrevista Mariuce demonstrou estar impaciente “agilizando” as respostas.</p>	
--	--	--	--	--	--	--

CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB (CACS – FUNDEB)

Local	Data	Tipo de contato	Com quem falei	O que eu disse	O que a pessoa disse	O que acordamos
CACS - FUNDEB	20/09/16	Pessoalmente	Telma (aux. Administrativo do CME que fica ao lado)	O local estava fechado e perguntei o horário de funcionamento.	Telma informou que o CACS – FUNDEB não possui telefone, e só possuem dois funcionários (Secretário e Presidente) Eles não possuem horário fixo e só comparecem no local em dia de reuniões.	Retornarei outro dia.
CACS- FUNDEB	05/10/16	Pessoalmente	Andral (secretário do CACS FUNDEB)	Expliquei o objetivo da minha pesquisa e solicitei uma entrevista com o presidente do conselho.	Andral informou que o presidente deste conselho não possui horário fixo e só vai à sede do conselho em dia de reunião. Pediu que eu deixasse o questionário da entrevista para apresentar ao	Retornarei dia 13/10 para saber o retorno do presidente do conselho.

					presidente.	
CACS- FUNDEB	13/10/16	Pessoalmente	Andral (secretário do CACS FUNDEB)	Me apresentei e solicitei um retorno sobre nossa conversa anterior.	Andral informou que o presidente não poderia participar da entrevista e que o mesmo alertou que esse conselho não possuía as informações que eu necessitava para pesquisa. Deixou o questionário respondido por escrito e avisou que era o máximo que poderiam fazer. Andral foi muito “seco” e não quis dar maiores informações sobre o presidente.	Agradei a participação na pesquisa por meio da resposta por escrito ao questionário.

INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE EDUCAÇÃO COM CEBAS E CONVÊNIO: SERVIÇOS E OBRAS SOCIAIS (SOS)

Local	Data	Tipo de contato	Com quem falei	O que eu disse	O que a pessoa disse	O que acordamos
SOS	16/08/16	Pessoalmente	Alcides (Presidente)	Me apresentei e expliquei o objetivo da minha pesquisa e solicitei uma entrevista com o presidente do conselho.	Sr. Alcides foi muito solícito e se colocou a disposição para a pesquisa. Marcou a entrevista para amanhã as 9h.	Retornarei amanhã para a realização da entrevista.
SOS	17/08/16	Pessoalmente	Alcides (Presidente)	Me apresentei novamente, mostrei o roteiro de entrevista e imediatamente começamos.	Sr. Alcides solicitou, em algumas questões, a presença da secretária da instituição Lúcia para lhe ajudar nas respostas. Ao fim da entrevista Sr. Alcides me ofereceu um café e me apresentou o espaço físico da instituição que estava em pleno funcionamento. Sr.	Agradei a participação em minha pesquisa .

					<p>Alcides emitiu algumas queixas sobre a prefeitura por falta de “ajuda financeira”, mas em outros momentos elogiava a atuação da SME. Já a secretária Lúcia é a pessoa que tem o maior conhecimento sobre o CEBAS e sobre as legislações da filantropia. Lúcia é a responsável pela prestação de contas e emissão de relatórios.</p>	
--	--	--	--	--	--	--

INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE EDUCAÇÃO COM CEBAS E CONVÊNIO: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EVANGÉLICA DE VOLTA REDONDA (ABEVR)

Local	Data	Tipo de contato	Com quem falei	O que eu disse	O que a pessoa disse	O que acordamos
ABEVR	16/08/16	pessoalmente	Léia (secretária)	Expliquei o objetivo da minha pesquisa e solicitei uma entrevista com a diretora da instituição	Léia informou que a atual Diretora da instituição estava de licença e só iria à instituição uma vez na semana e sem hora marcada. Não possuía nenhuma interina. Pediu para que eu ligasse amanhã.	Deixei meu contato e solicitei o e-mail da instituição e da diretora, além do telefone atualizado.
ABEVR	17/08/16	Telefone	Léia (secretária)	Me apresentei e perguntei se a diretora estava presente	Léia afirmou que a diretora Ana Clara não trabalharia nessa semana. Solicitou que eu ligasse na próxima semana.	
ABEVR	23/08/16	Telefone	Léia (secretária)	Me apresentei e perguntei se a diretora estava	Novamente Léia informou que a diretora não estava presente e somente ela	Enviei o questionário por e-mail.

				presente	poderia me oferecer as informações sobre filantropia. Solicitou que eu enviasse o questionário por e-mail para tentar que Ana Clara respondesse por escrito, mas não ia garantir a participação.	
ABEVR	30/08/16	Telefone	Léia (secretária)	Me apresentei e perguntei se a Diretora Ana Clara tinha recebido o e-mail com o questionário.	Léia afirmou que Ana Clara recebeu mas não soube dizer se poderá participar da entrevista. Foi um pouco grosseira e demonstrou querer desligar rapidamente o telefonema.	Após as inúmeras tentativas e a má impressão da última ligação telefônica, percebi que a Diretora não aceitou participar da pesquisa. Desisti de utilizar os dados dessa instituição.

INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE EDUCAÇÃO COM CEBAS E CONVÊNIO: LAR ESPÍRITA IRMÃ ZILÁ

Local	Data	Tipo de contato	Com quem falei	O que eu disse	O que a pessoa disse	O que acordamos
Lar Espírita Irmã Zilá	23/08/16	Pessoalmente	Eliana (Presidente)	Me apresentei e expliquei o objetivo da minha pesquisa e se ela, como presidente, poderia participar de uma entrevista.	Eliana foi muito solícita e aceitou espontaneamente no mesmo momento participar da entrevista. Me convidou para conhecer a instituição e fez questão de me mostrar os títulos e prêmios de filantropia que a instituição já tinha recebido. Solicitou que seu vice-presidente Sr. Airton, pudesse participar da entrevista para lhe auxiliar. Permitimos sua participação mas Eliana soube responder praticamente todas as	Agradei a participação em minha pesquisa.

					questões e demonstrou ter grandes conhecimentos sobre os trâmites da filantropia no país.	
--	--	--	--	--	---	--

INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE EDUCAÇÃO COM CEBAS: FUNDAÇÃO CSN/ ESCOLA TÉCNICA PANDIÁ CALÓGERAS

Local	Data	Tipo de contato	Com quem falei	O que eu disse	O que a pessoa disse	O que acordamos
Sede da Fundação CSN	17/08/16	Pessoalmente	Rose (Assistente Social)	Me apresentei e expliquei o objetivo da minha pesquisa. Solicitei informações sobre a ETPC.	Rose foi muito atenciosa nesse primeiro contato e informou que os assuntos sobre a filantropia era de responsabilidade do setor jurídico da CSN que tinha sua sede em São Paulo. Informou que dificilmente eu conseguiria a participação deles na minha pesquisa mas me orientou a procurar o Diretor da ETPC que talvez ele poderia me ajudar.	Irei até a ETPC procurar o Diretor de Ensino Rogério.
ETPC	17/08/16	Pessoalmente	Recepcionista Wanderson	Perguntei pelo Diretor Rogério e como faria	Informou que Rogério estava em reunião e solicitou que eu	Retornarei outro dia.

				para conversar sobre uma pesquisa de mestrado com ele.	retornasse outro dia.	
ETPC	23/08/16	Pessoalmente	Recepcionista Osmir	Perguntei pelo Diretor Rogério e como faria para conversar sobre uma pesquisa de mestrado com ele.	Informou que Rogério estava em reunião e solicitou que eu entrasse em contato por telefone direto com a secretária dele (Débora).	Tentarei contato por telefone.
ETPC	23/08/16	Telefone	Débora (Secretária/ Assistente Administrativo)	Expliquei sobre minha pesquisa de mestrado e solicitei uma possível entrevista com o Diretor Rogério.	Débora informou que Rogério é uma pessoa com a agenda muito cheia e seria difícil me atender. Solicitou meu contato e disse que me retornaria caso ele pudesse participar.	Deixei meu contato telefônico e e-mail e aguardarei um possível retorno.
ETPC	23/08/16	Telefone	Débora (Secretária/ Assistente)	Débora quem entrou, neste mesmo dia, em	Débora informou que conversou com Rogério e que as	Enviei o roteiro de entrevista por e-mail. (Neste momento já não

			Administrativo)	contato por telefone.	informações que necessito são diretamente com o setor jurídico da CSN em São Paulo e são informações sigilosas. Mas pediu que eu enviasse o roteiro de entrevistas por e-mail para que pudessem analisar.	tenho mais esperanças de conseguir a entrevista).
ETPC	23/09/2016	e-mail	Diretor Rogério	Rogério entrou em contato por e-mail	Rogério enviou um e-mail a mim informando que gostaria de participar da entrevista, porém alguns itens do questionário não poderia responder pois são dados sigilosos que cabe ao jurídico da CSN. Também informou que chamaria mais duas pessoas da ETPC para	Agradei a disponibilidade e retornarei no dia 27/09 para realizar a entrevista.

					<p>Ihe auxiliar nas resposta. Agendou a entrevista para 27/09.</p>	
<p>ETPC</p>	<p>27/09/16</p>	<p>Pessoalmente</p>	<p>Rogério (Diretor)</p>	<p>Realizamos a entrevista no horário agendado.</p>	<p>Rogério foi muito solícito, porém não sabia responder todas as questões da entrevista. Em alguns momentos pediu ajuda à Débora e ao Aldo (Supervisor). Também teve momentos em que o Diretor retornava a pergunta a mim, para que eu pudesse responder por ele e Ihe auxiliar. Ficou claro que o mesmo está buscando informações sobre a filantropia, mas não possui grandes esclarecimentos sobre o tema.</p>	<p>Agradei a participação em minha pesquisa.</p>

INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE EDUCAÇÃO COM CEBAS: COLÉGIO DE APLICAÇÃO / CAP – UGB

Local	Data	Tipo de contato	Com quem falei	O que eu disse	O que a pessoa disse	O que acordamos
CAP- UGB	17/08/16	Pessoalmente	Carlos Roberto (Diretor)	Me apresentei e expliquei o objetivo da minha pesquisa e solicitei uma entrevista com a diretora da instituição	<p>O Diretor Carlos Roberto ouviu minha apresentação e me levou à sala das orientadoras pedagógicas: Bruna Gomes e Daniela Natividade e me informou que uma das duas poderiam me ajudar na pesquisa.</p> <p>Ao explicar a natureza e os objetivos da pesquisa as orientadoras informaram que não poderiam participar pois questões sobre filantropia somente a Reitora Elisa Alcântara da UGB (Centro</p>	Deixei meu contato telefônico e meu e-mail e aguardarei contato sobre a posição da Reitora em participar da minha pesquisa.

					Universitário o qual o colégio é vinculado) saberia me informar.	
CAP- UGB	18/08/16	Telefônico	Bruna	Perguntei sobre a possível participação da Reitora na pesquisa	Bruna afirmou que já havia conversado com a Reitora e a mesma solicitou que eu enviasse o roteiro da entrevista para seu e-mail e aguardasse seu retorno.	Enviei o roteiro de entrevista para o e-mail de Bruna (Orientadora)
CAP- UGB	21/08/16	Telefônico	Recepcionista do CAP	Me apresentei e solicitei contato com Bruna	A recepcionista informou que estavam em reunião e Bruna não poderia me atender.	Tentarei novo contato.
CAP - UGB	21/08/16	e-mail	Bruna	Enviei um e-mail informando que havia tentado contato por telefone sem sucesso e perguntando se havia alguma	Não obtive resposta	Não obtive retorno do telefonema e nem do e-mail enviado. Após tais tentativas, desisti de incluir do CAP-UGB em minha pesquisa. Percebi que as orientadoras não poderiam mais me

				posição sobre a participação da Reitora na pesquisa.		atender.
--	--	--	--	--	--	----------

INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE EDUCAÇÃO COM CONVÊNIO: LAR E ESCOLA RECANTO DAS CRIANÇAS

Local	Data	Tipo de contato	Com quem falei	O que eu disse	O que a pessoa disse	O que acordamos
Lar e Escola Recanto das Crianças	23/08/16	Pessoalmente	Cristina (Diretora)	Me apresentei e expliquei o objetivo da minha pesquisa e solicitei uma entrevista com ela ou com a presidente da instituição	Cristina se colocou a disposição para participar, porém não aceitou a entrevista gravada. Perguntou se poderia ser por escrito. Solicitou que eu enviasse o questionário por e-mail.	Enviei o questionário da entrevista por e-mail e a mesma irá responder e retornar ao meu e-mail.
Lar e Escola Recanto das Crianças	09/09/16	e-mail	Cristina (Diretora) me enviou um e-mail		Cristina (Diretora) me enviou um e-mail contendo as respostas do questionário, digitalizado.	Respondi o e-mail agradecendo a participação na minha pesquisa.

INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE EDUCAÇÃO COM CONVÊNIO: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA (APMI)

Local	Data	Tipo de contato	Com quem falei	O que eu disse	O que a pessoa disse	O que acordamos
APMI	23/08/16	Pessoalmente	Virgínia (tesoureira)	Me apresentei e expliquei o objetivo da minha pesquisa e solicitei uma entrevista com a diretora ou com a presidente da instituição	Virgínia me atendeu no portão do lado de fora da instituição e afirmou que somente quem poderia participar seria a secretária Éricka que estaria no outro dia pela manhã. Informou que a presidente da instituição é muito ocupada e pouco fica lá, pois trabalha em outros lugares. Solicitou que eu deixasse um roteiro da entrevista para mostrar para ambas.	Deixei um questionário impresso e liguei amanhã para falar com Éricka.
APMI	24/08/16	Telefone	Virgínia (tesoureira)	Me apresentei novamente e perguntei se	Informou que Éricka entrou de licença e pediu que eu	Retornarei em 15 dias.

				havia algum retorno sobre o questionário.	retornasse em 15 dias.	
APMI	20/09/16	Pessoalmente	Éricka (Secretária)	Me apresentei novamente e perguntei se havia algum retorno sobre o questionário.	Éricka informou que a presidente Valéria não poderia participar da pesquisa, e o máximo que ela pode fazer foi responder por escrito, mas que não tinha muitas informações sobre filantropia. Me entregou o questionário respondido por extenso pelo portão. Não se mostrou satisfeita em participar da pesquisa.	Agradei a participação em minha pesquisa.

INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE EDUCAÇÃO COM CONVÊNIO: CRECHE E ESCOLA COMUNITÁRIA SANTA CECÍLIA

Local	Data	Tipo de contato	Com quem falei	O que eu disse	O que a pessoa disse	O que acordamos
Creche e Escola Comunitária Santa Cecília	20/09/16	Pessoalmente	A creche estava fechada em dia letivo e sem aulas.			A creche estava fechada em dia letivo e sem aulas. Retornarei outro dia.
Creche e Escola Comunitária Santa Cecília	03/10/16	Pessoalmente	A creche estava fechada em dia letivo e sem aulas.			A creche estava fechada em dia letivo e sem aulas. Retornarei outro dia.
Creche e Escola Comunitária Santa Cecília	05/10/16	Telefone	Fernanda (auxiliar)	Me apresentei e expliquei o objetivo da minha pesquisa e solicitei uma entrevista com a diretora ou com a presidente da instituição	Fernanda informou que no momento não havia ninguém da direção na creche e que é para eu retornar amanhã às 7h e procurar por Fernanda (Diretora) ou ligar para a central da igreja católica e falar com a Ivani (Presidente da	Ligarei amanhã as 7h para creche ou irei pessoalmente até o local.

					instituição).	
Creche e Escola Comunitária Santa Cecília	06/10/16	Pessoalmente as 7h (conforme combinado)	A creche estava fechada em dia letivo e sem aulas.			A creche estava fechada em dia letivo e sem aulas.
Creche e Escola Comunitária Santa Cecília	06/10/16	Pessoalmente as 15h	A creche estava fechada em dia letivo e sem aulas. Então fui a sede da igreja católica ao lado e procurei por Ivani (presidente). Falei com Cristina (recepcionista da sede da igreja)	Me apresentei e expliquei o objetivo da minha pesquisa e solicitei uma entrevista com a diretora ou com a presidente da instituição	Cristina informou que os horários da creche são variados e que Ivani (presidente) seria a pessoa responsável pela filantropia. Solicitou o roteiro de entrevista impresso para apresentar à ela e pediu para que eu retornasse em uma semana.	Deixei o questionário e retornarei em uma semana.
Creche e Escola Comunitária Santa Cecília	17/10/16	Pessoalmente	Creche mais uma vez fechada e fui a sede da Igreja.	Perguntei sobre a possível participação na entrevista e	Cristina me informou que o questionário estava com Ivani e que a mesma iria responde-	Retornarei na próxima semana.

			Falei com Cristina.	sobre o horário de funcionamento da creche.	lo por escrito, mas que ainda não estava respondido. Sobre a creche, neste dia as crianças estavam e passeio no zoológico.	
Creche e Escola Comunitária Santa Cecília	17/10/16	Telefone e Pessoalmente	Cristina entrou em contato telefônico e solicitou minha presença as 17h.		Cristina me entregou o questionário respondido por Ivani por extenso (a mão) e pediu desculpas pelos desencontros com a creche fechada.	Agradei a participação em minha pesquisa.

INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE EDUCAÇÃO COM CEBAS: ASSOCIAÇÃO PROMOCIONAL ENTRE NÓS (APEN)/ COLÉGIO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Local	Data	Tipo de contato	Com quem falei	O que eu disse	O que a pessoa disse	O que acordamos
Colégio N.S. do Rosário	17/10/16	Pessoalmente	Irmã Divina (Diretora)	Expliquei o objetivo da minha pesquisa e solicitei uma entrevista com ela.	Irmã Divina não aceitou participar da entrevista pois alegou que seria desnecessária tal prática, já que eu como Assistente Social da escola já possuía todas as informações que necessitava. Expliquei que neste momento estaria como uma pesquisadora da UFRRJ e não como Assistente Social da Instituição. Neste momento Irmã Divina perguntou se não havia outra forma de participação na pesquisa que não fosse	Agradei a participação em minha pesquisa.

					a entrevista. Então lhe enviei o questionário por e-mail e perguntei se poderia respondê-lo por escrito, sem minha presença. Ela aceitou e me entregou as respostas digitalizadas no mesmo dia.	
--	--	--	--	--	---	--